

CEBRAP

ESTUDOS DE POPULAÇÃO

NEIDE LOPES PATARRA · OCTAVIO IANNI

II- CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

ESTUDO DE CASO: DINÂMICA POPULACIONAL, TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES.



CEBRAP

IDRC-LIB 38005

ARCHIV
312 (81)

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

PESQUISA NACIONAL SOBRE REPRODUÇÃO HUMANA

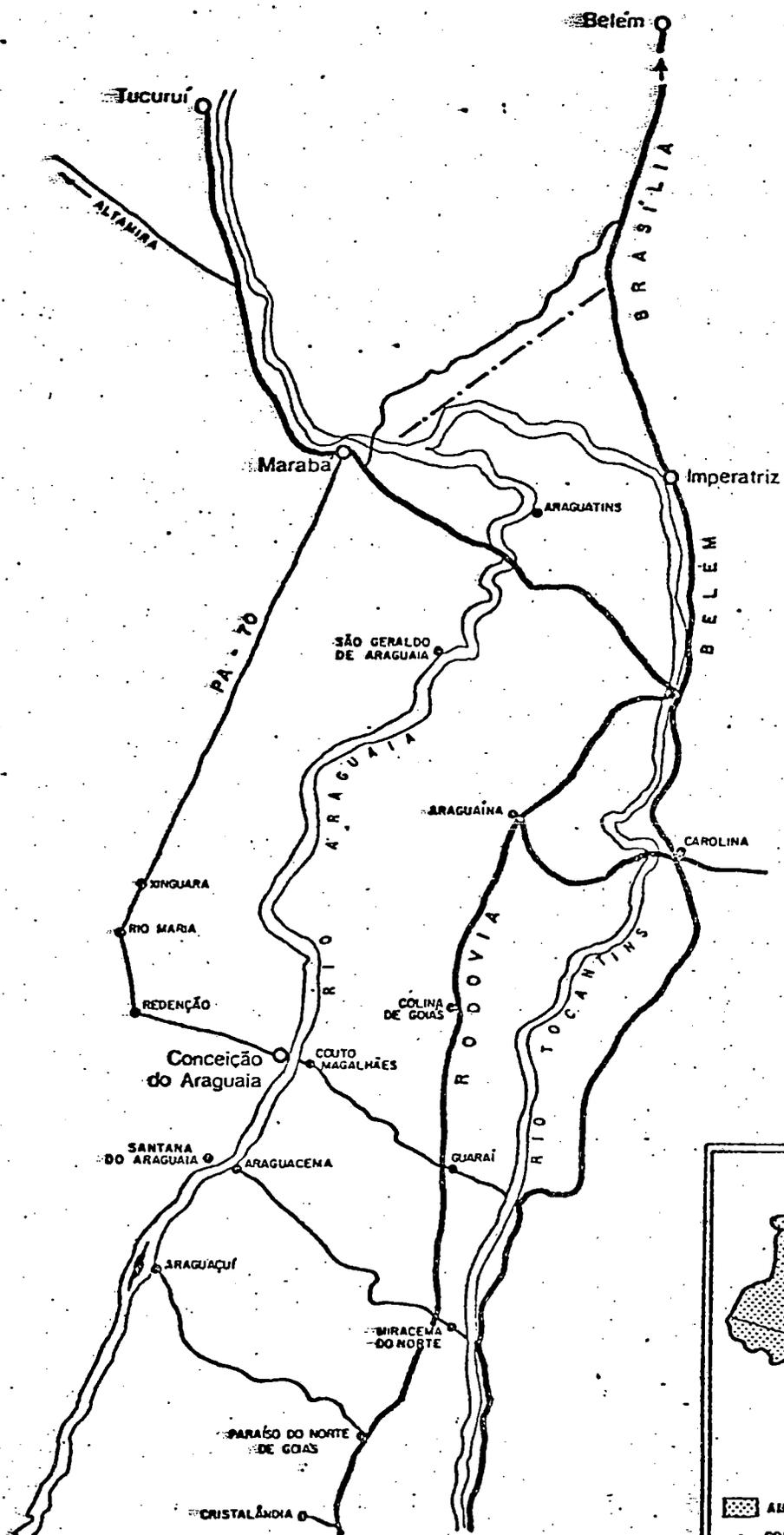


SÃO PAULO , 1978

A P R E S E N T A Ç Ã O

Dando continuidade à série Estudos de População, apresenta-se neste número a monografia sobre Conceição do Araguaia, no Estado do Pará. Ao lado de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, objeto do primeiro número dessa série, constitui mais um estudo de caso de um total de nove áreas brasileiras incluídas na Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana.

Esta Pesquisa conduzida sob a responsabilidade direta do CEBRAP contou com o apoio financeiro do International Development Research Centre (IDRC), do Canadá, The Population Council, dos Estados Unidos e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Brasil.



CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA



ÍNDICE

Pág.

A LUTA PELA TERRA

PREFÁCIO

I - A PRIMEIRA MISSA	5
II - O EXTRATIVISMO DA BORRACHA	13
III - A BORRACHA DE CAUCHO	20
IV - O SISTEMA DE AVIAMENTO	28
V - A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO	42
VI - ROÇAS E CRIAÇÕES	51
VII - A FORMAÇÃO DA EMPRESA AGROPECUÁRIA	65
VIII - FAZENDEIROS E PEÕES	79
IX - SITIANTES, POSSEIROS E COLONOS	95
X - A EXPROPRIAÇÃO DO CAMPESINATO	108
XI - O ANTIAGONISMO ENTRE POSSEIROS E FAZENDEIROS	116
XII - O CONFLITO ARMADO	128
XIII - O PREÇO DA TERRA	143
XIV - ALIANÇA ESTADO-EMPRESA PRIVADA	150

REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO NUMA SITUAÇÃO DE CONFLITO:

O CASO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

PREFÁCIO

I - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA: PONTO DE ENCONTRO

I.1 - A Chegada	162
-----------------------	-----

I.2 - A Cidade	164
I.3 - História Econômica Recente	165
II - A "EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA"	
II.1 - A Chegança	170
II.2 - Evolução da População	173
II.3 - Produção e Reprodução da Força de Trabalho	185
III - A JUSTIÇA, A VIOLÊNCIA E A ORDEM NO UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES	
III.1 - A Catequese e a Conscientização	188
III.2 - A Mística do Heroísmo	193
III.3 - O Reverso da Medalha: A Defesa dos Fracos	195
III.4 - Assistencialismo, Conforto Espiritual e Es- perança Extraterrena Numa Situação de Sub- missão	197
III.5 - A Posição Ambígua dos Representantes do Es- tado	202
IV - CLASSES SOCIAIS, PROcriação E EXCEDENTE POPU- LACIONAL	
IV.1 - A Naturalidade da Procriação	206
IV.2 - Estratégias de Reprodução	208
IV.3 - Procriação, Migração e Acumulação do Capital	212

A LUTA PELA TERRA

Octavio Ianni

PREFÁCIO

A história social do Município de Conceição do Araguaia (situado no sul do Estado do Pará) apresenta três épocas distintas, por suas peculiaridades econômicas e políticas. Em cada época a organização social da produção mostra aspectos tais que uma pode ser considerada diferente da outra. Em cada uma predomina uma forma peculiar de organização das forças produtivas e relações de produção. A composição das classes sociais é diversa em cada uma delas. Mas as épocas não se põem uma depois da outra, como se estivessem numa seqüência evolutiva. Ao contrário, a sua seqüência parece inesperada. Precisamente por isso, também, é de algum interesse teórico conhecer essa história; interessa conhecer como se dá a passagem de uma a outra forma de organização social da produção.

A história social de Conceição do Araguaia contada aqui abarca os anos 1897-1977. Se deixamos de lado, por agora, os muitos sucedidos no lugar - ou longe dali, com influência no lugar - podemos esboçar desde já uma primeira imagem sobre as principais épocas dessa história. Na primeira, predominou o monoextrativismo da borracha. Começou praticamente com a fundação da localidade, em 1897, e terminou em 1912, com o início da crise da borracha, a qual provocou o rearranjo das atividades econômicas e a formação de uma economia basicamente camponesa, composta de famílias de sitiantes. Na segunda época, pois, predominou o campesinato, isto é, um conjunto disperso de famílias cuja atividade econômica destinava-se principalmente ao autoconsumo.

Esse campesinato compunha-se de sitiantes - os posseiros de então - ou ex-seringueiros, que haviam decidido formar roças e criações, pescar ou recolher os frutos da mata. Essa época abrangeu, predominantemente, os anos 1912-60. A partir de 1960, iniciaram-se algumas mudanças fundamentais no relacionamento do Município de Conceição do Araguaia com os centros econômicos e políticos da região do País, tais como: Belém, Anápolis, Goiânia, Brasília e outros. Construiu-se a Rodovia Belém-Brasília, o que permitiu abrir uma estrada ligando Conceição do Araguaia com a Belém-Brasília.

Essas novas vias de comunicações permitiram intensificar o intercâmbio econômico e político de Conceição com aqueles centros. Ao lado do intercâmbio realizado por via dos rios, iniciou-se e expandiu-se o intercâmbio por meio das estradas. Nessas condições, os núcleos dispersos de sitiantes começaram a decompor-se, em face do crescente comércio de coisas, idéias e pessoas, com Belém, Anápolis e demais cidades. Em seguida, desde 1966, a SUDAM, uma agência governamental, iniciou uma política de incentivo econômico e político à formação e expansão da empresa agropecuária.

Na terceira época da história social de Conceição do Araguaia, portanto, o que passou a predominar foi a empresa rural, isto é, a empresa capitalista no campo, formada com a proteção econômica e política do Estado. Essa época começou na prática com a SUDAM, mas algumas condições de sua emergência haviam começado a constituir-se nos anos anteriores. Cabe observar, ainda, que essa terceira época, iniciada em 1966, encontrava-se em franco desenvolvimento no ano de 1977, o último ano coberto por esta narração. Ao mesmo tempo que se formava a empresa agropecuária e decompunha-se o campesinato - agora com um contingente de posseiros recentes somado aos sitiantes, os posseiros antigos - desenvolvia-se uma nova estrutura de classes, na qual sobressaiam a burguesia, vinda principalmente do Centro-Sul do País, e o proletariado, composto de peões e vaqueiros. As novas classes sociais surgiam - um pouco - dos escombros do campesinato, ou seja, dos posseiros antigos e recentes que estavam sendo expulsos das terras ocupadas. Mas surgiam muito mais da expansão do capital industrial, provenientes do Centro-Sul e apoiado numa aliança ativa e agressiva do Estado com a empresa privada.

No começo da história de Conceição do Araguaia, a terra era farta e disponível; sobrava para quem quisesse. Depois, quando houve a expansão do monoextrativismo da borracha, os seringalistas, ou patrões, ocuparam as terras nas quais havia árvores de látex. Ao defender a terra ocupada, defendiam os seringais. Não se dava valor à terra, mas às árvores de seringa que produziam o látex.

Em seguida, com a crise da borracha, os seringueiros e alguns seringalistas se tornaram sitiantes, ou fazendeiros pobres, distribuíam-se pelo território ao acaso das disponibilidades das terras. Poucos foram os que buscaram uma escritura, título ou documento que garantisse juridicamente a propriedade. A terra continuava farta e disponível para os muitos que havia, ou que

viesses. Mais adiante, principalmente desde 1966, foi que se instaurou uma luta aberta e generalizada pela terra. Os posseiros, antigos ou recentes, queriam continuar a lavrar e viver na terra. Os fazendeiros, todos recentes e amparados pela SUDAM, queriam expulsar os posseiros, antigos ou recentes, para formar pastos, criar gado, construir currais, fazer cercas, plantar plantaço. Tanto assim que se agravou de modo crescente o antagonismo dos fazendeiros com os posseiros. Estava em curso um processo de "acumulação primitiva", transformando a terra em propriedade privada, os produtores diretos em assalariados e as condições sociais de produção em condições de produção de capital.

Assim, nos anos 1966-77 estava em franco desenvolvimento a luta pela posse e uso da terra, na qual o posseiro estava sendo vencido pelo fazendeiro, a fazenda de gado sobrepujava a unidade familiar de produção para o autoconsumo e o campesinato era destruído pela empresa capitalista chegada no campo com ampla proteção econômica e política do Estado. Foi assim que começou a nascer ali o proletariado rural. Ao vencer o posseiro, a vitória do fazendeiro transformava o posseiro em proletariado do campo. Começava a modificar-se o quadro dos antagonismos de classes, quando se formavam a burguesia e o proletariado no lugar.

Não há boa documentação nem historiografia sobre o Município de Conceição do Araguaia. O que há, para os anos 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970, são os dados dos recenseamentos gerais, realizados pelo governo nacional. Para 1972, há os dados colhidos pelo INCRA e, às vezes, relatos esparsos, realizados por viajantes ou cientistas sociais, sobre o município ou a região na qual ele se encontra. Afora esses dados e relatos - poucos, descontínuos e esparsos - há os contos de habitantes do lugar, sobre o que teria sido a história social de Conceição e sobre o que parece ser a economia e a sociedade do presente. Apesar das limitações da documentação disponível, fiz o possível para reconstruir a história social do Município de Conceição do Araguaia da forma mais completa. No entanto, há lacunas que não pude cobrir, com base nos dados, relatos e contos colhidos nos escritos e nas falas. Mas, apesar das limitações da documentação, penso ter descrito ou analisado as principais épocas e ocasiões da história social do lugar, inclusive, por vezes, tomei e retomei dados e análises, para marcar melhor o que era relevante neste ou aquele passo ou descompasso.

Foram muitos os habitantes do lugar que me contaram fatos e

sugeriram explicações, sem os quais não me teria sido possível compreender o que foi no passado e o que é no presente o Município de Conceição do Araguaia. Na cidade e no campo, pessoas das várias classes sociais, muitos foram os que me ajudaram a ver e situar os principais problemas econômicos e políticos da história social passada e presente de Conceição do Araguaia. Em boa parte, foram essas pessoas - peões, posseiros, sitiantes, colonos, gerentes, fazendeiros, profissionais liberais, empregados, funcionários, políticos e outros - que me revelaram a riqueza e a singularidade dos problemas econômicos e políticos que conformam a história de Conceição.

Para realizar este trabalho, contei com a colaboração de Neide L. Patarra, Maria da Conceição Quinteiro, Lucio Flavio Pinto, Norvam de Mello Moreira, Paulo Botelho de Almeida Prado, Lenir José, Berenice de Moraes Lacroix, Rene Gonzalez Lopes, Oriowaldo Queda e Eliana Blumer Rodrigues, que me auxiliaram muito na coleta dos dados ou discussão de problemas. A todos agradeço aqui pela forma paciente e amiga com que me ajudaram.

São Paulo, janeiro de 1977

I - A PRIMEIRA MISSA

Conceição do Araguaia, como povoado e município, nasceu do encontro, comunhão e antagonismo entre cristãos e índios, sob a direção de religiosos dominicanos e a propósito de bens espirituais e materiais. Houve a primeira missa, a catequese, a pesca, a caça, a criação e a agricultura de subsistência; a extração das drogas do sertão, dentre as quais o látex do caucho e a seringa; a mestiçagem, principalmente entre brancos e índios, da qual resultou o caboclo; o aviamento, a ocupação de terras devolutas, a formação de vizinhanças, e freguezias; a prostituição, o alcoolismo e o impaludismo. A violência permeou tudo, desde o início, seja nas relações dos homens entre si, principalmente cristãos e índios, seja nas relações dos homens com a natureza. Houve comunhão, antagonismo e modificação nas relações de uns e outros, pessoas e coisas. Os cristãos eram principalmente os caboclos amazonenses, depois somados com os cearenses que chegavam. E os índios eram principalmente Karajá, que habitavam as margens do Araguaia, e Kayapó, que habitavam mato-a-dentro. Todos sob a direção espiritual dos religiosos dominicanos, os freis e as irmãs. No princípio, ao menos, foi assim.

A área na qual em 1897 viria fundar-se Conceição do Araguaia já era palmilhada e navegada por exploradores caboclos e religiosos, além dos índios que ali habitavam, desde fins do século XVIII. Em 1780, o Capitão Geral Fernando Delgado levantou um presídio junto dali. Levantou-o na outra margem do rio Araguaia, um pouco acima da futura Conceição. Os habitantes desse lugar foram trucidados em 1813, pelos Karajá. Em 1844-45, o explorador francês Francis de Castelnau teria pousado no ponto exato em que o arraial de Conceição iria levantar-se quase ao fim do século XIX. Em 1854, o missionário italiano Frei Francisco de Monte-Santo-Vito, da Companhia de Jesus do Brasil, e diretor da Catequese dos Índios do Tocantins, também teria pousado no mesmo lugar aonde mais tarde nasceria Conceição(1).

(1) José M. Audrin, "Entre Sertanejos e Índios do Norte: o Bispo-Missionário Dom Domingos Carrerot!", Edições Pugil Limitada - Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1946, página 00.

Mais tarde, nos anos 1896-97, o explorador profissional francês Henri Coudreau, a serviço do governo do Estado do Pará, também percorreu a área. O governo do Pará decidira explorar os principais rios e conhecer as riquezas dos territórios dos Karajá e Kayapó(2). A essa época, já se encontrava em franco desenvolvimento o ciclo da borracha amazônica, que estava mobilizando todas as forças produtivas pré-existentes e arregimentando novas, de outras regiões do país, bem como de outras nações. As explorações de Coudreau naquela área faziam parte desse movimento geral fundado no surto da extração da borracha amazonense.

A área na qual se fundou Conceição do Araguaia, pois, não era nem um território de simples vegetação, animais e rios, nem uma natureza povoada apenas por índios. Já havia sido palmilhada e navegada por cristãos de diferentes matizes: coletores de drogas do sertão, caçadores, pescadores, criadores de gado, roceiros, caboclos, viajantes, exploradores, em comércio com a natureza e com os índios. É verdade que em pequeníssima proporção, tendo-se em vista os recursos e a extensão dos territórios. Mas a área não era mais uma natureza inocente, quando o frei Gil Vilanova ali rezou a primeira missa. Já em princípios de 1897, o explorador francês Henri Coudreau passara no lugar onde brevemente se plantaria Conceição do Araguaia. Escreveu que viajava com "homens que em sua maioria conheciam a rota"(3). Tanto assim que ele vai cruzando com cristãos e índios, à medida que percorre o território. Anteriormente, a procura das drogas do sertão (cravo, baunilha, salsaparrilha, cacau, castanhas, madeiras, animais, peles, óleos etc.) já havia largado às margens dos rios, igarapés e lagoas, ou nos campos, cerrados e matas, várias matizes de cristãos. E a coleta do latex, principalmente da hevea brasiliensis ou seringueira, e da casti-
loa elástica ou caucho, nas últimas décadas do século XIX, havia acentuado o movimento daqueles mesmos habitantes do lugar, ou os muitos outros que passaram a chegar. À medida que se instalaram ou estendiam as atividades extrativas, agrícolas e pecuárias, para fins de subsistência e comércio,

(2) P. Estevão Maria Gallais, O Apóstolo do Araguaia (Frei Gil Vilanova) Adaptação portuguesa por Frei Pedro Secundy e Soares de Azevedo, Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942, pp. 185-6. Consultar também, José M. Audrin, op.cit, p. 79.

(3) Henri Coudreau, Voyage au Tocantins - Araguaia: 31 décembre 1896 - 23 mai 1897, A. Lahure, Imprimeur-Editeur, Paris, 1897, p. 131.

foram-se construindo ranchos, taperas, casas e igrejas, ou tapiris, feitorias, barracões, depósitos, centros e margens. Assim formaram-se habitações isoladas e dispersas, ou aglutinadas em pequenos povoados, sítios ou freguezias. Nessa área, pois, já havia alguns roceiros, criadores, pescadores, castanheiros, mangabeiros, seringueiros e caucheiros dispersos principalmente às margens do Araguaia. Eles se aglutinavam, em sua maioria, em torno dos aglomerados denominados então Pau D'Arco, Chambioã, Santa Maria e Sant'Anna da Barreira, distribuídos ao longo das léguas do território no qual estava para fundar-se Conceição do Araguaia.

Foi cerca de 1859 que o padre Francisco estabeleceu a Nova Missão de Santa Maria, no lugar onde houvera antes o Presídio de Santa Maria. Esse aglomerado situava-se no lado goiano do rio Araguaia (4). Em 1897, havia na vila de Santa Maria Nova "uma população de 64 civilizados, homens, mulheres e crianças". A igreja, servia tanto aos "civilizados" como aos "Índios convertidos" (5). Dentre os Índios convertidos encontravam-se Kayapó e Karajá. Mas havia os "Índios bravos", principalmente Kayapó, que habitavam mato-a-dentro.

Sant'Anna da Barreira, a outra vila visitada por Coudreau, ficava um pouco mais ao sul do lugar onde iria fundar-se Conceição. Era "o último aglomerado paraense, sobre o alto Araguaia" (6). Conforme escreveu o explorador francês então: "Esta população de Barreira compõe-se atualmente de 111 famílias, compreendendo um total de 499 pessoas, das quais 179 crianças, a maioria em idade de frequentar escola. A grande maioria dessas famílias pertence à raça branca pura. Esta população laboriosa, honesta, pacífica parece viver em profunda paz" (7). E acrescentou: "Os habitantes de Barreira são principalmente criadores. O número total de animais da espécie bovina que eles possuem atualmente ultrapassa 2 500 cabeças" (8). Esse gado estava distribuído nas pastagens naturais dos vários fazendeiros que compunham a camada dos "notáveis" do lugar. Todas as fazendas achavam-se próximas da vila, distantes cer-

(4) Henri Coudreau, op. cit., pp. 136-138.

(5) Henri Coudreau, op. cit., p. 137.

(6) Henri Coudreau, op. cit., p. 143.

(7) Henri Coudreau, op. Cit., p. 144.

(8) Henri Coudreau, op. cit., p. 146

ca de 8 a 10 quilômetros. A mais distante encontrava-se a 30 quilômetros dali (9). "A vila de Barreira não é senão um assentamento provisório, servindo presentemente de centro para os fazendeiros" (10).

Ao lado da pecuária e das roças nas quais se plantavam gêneros destinados também à alimentação dos habitantes da vila, havia a coleta do látex de caucho. Então era muito trabalhoso e arriscado transportar gado para Belém, onde poderia ser vendido. Eram longas as distâncias a percorrer e relativamente precárias as comunicações pelos rios, as únicas vias disponíveis. Mas era mais facilmente transportável a borracha retirada do caucho existente na área. Além do mais, em Belém crescia de forma acelerada a demanda de borracha para exportar.

A vila de Sant'Anna da Barreira estava sujeita a inundações periódicas, principalmente às grandes inundações decenais (11). Por isso a população tendia a deslocar-se para o interior, apesar do receio dos índios bravos, em especial os Kayapó "O gado busca campos e o fazendeiro segue o gado" (12). Tratava-se, pois de procurar um lugar mais seguro para cristãos ou "civilizados", e melhor para o pastoreio do gado. "A vila definitiva dos criadores não se instalará senão na medida em que, próximo do grande rio (Araguaia) tenham sido encontrados os melhores campos, na vizinhança das melhores terras para agricultura. É o que os habitantes de Barreira - gente do povo, de pouca instrução mas de muito bom - compreende perfeitamente. Dessa forma, é com a melhor disposição do mundo que eles se atiram, com o frei Gil (Vilanova) à tarefa de explorar os campos (serrados) e matas da região do Baixo Pau D'Arco (afluente do Araguaia, no lado paraense), onde querem garantir uma boa instalação definitiva, ao abrigo das inundações, e ao mesmo tempo, ao alcance dos Campos Gerais dos Kayapó e das aldeias destes índios" (13).

(9) Henri Coudreau, op. cit, pp. 147-48.

(10) Henri Coudreau, op. cit, p. 148.

(11) Henri Coudreau, op. cit, p. 148.

(12) Henri Coudreau, op. cit, p. 150.

(13) Henri Coudreau, op. cit, p. 150.

O frei Gil Vilanova, que estava em comércio espiritual com os índios e os cristãos que viviam na área em que se fundaria Conceição do Araguaia, pertencia à Ordem dos Dominicanos Franceses da Província de Toulouse. Os dominicanos que haviam fundado a Missão do Brasil em 1881, segundo o frei José M. Audrin, "não visavam somente à evangelização dos pobres cristãos internados nos sertões". Eles "pretendiam também alcançar um dia os índios disseminados nessas regiões desconhecidas". Foi em 1896 que "os superiores da Europa concederam a autorização de experimentar um ensaio de Catequese, em algum ponto a escolher na margem direita do rio Araguaia, território espiritual dos Dominicanos de Porto-Nacional", povoado este localizado no Estado de Goiás, à margem do rio Tocantins(14).

Foi no interior dessa teia de relações, materiais e espirituais, de cristãos, índios e religiosos, entre si e com a natureza, que surgiu o arraial de Conceição do Araguaia, em 1897. Frei Gil entendeu-se com os índios que viviam próximo de Sant'Anna da Barreira, no sentido de induzi-los a localizarem-se, com ele, em terras livres de inundações e boas para cultivo, criação e morada. "Retomou o caminho das aldeias e, usando o extraordinário prestígio que já tinha sobre eles, persuadiu os chefes, Fontoura, Paracantí e Gongrí, de que deveriam reunir-se numa só localidade e estabelecer-se, com toda a sua gente, perto do lugar onde se ia erguer Conceição do Araguaia. Em conjunto, os três grupos formariam uma população aproximada de 500 pessoas. Assinalou-se, a cerca de um quilômetro de Conceição, um lugar onde deveria ser construída a nova aldeia. Gongrí encarregou-se de rasgar uma bela estrada que poria em comunicação os dois povoados"(15). Aí também juntaram-se os cristãos trazidos pelo frei Gil de Barreira, povoado que se abandonava por um lugar mais seguro.

Assim surgiu o núcleo inicial de Conceição. Juntaram-se índios e cristãos, sob a direção espiritual de religiosos dominicanos. "A 14 de abril de 1897, dia de quarta-feira santa, o padre Gil Vilanova, renovando o gesto histórico de Frei Henrique de Coimbra, no momento da Descoberta do Brasil, celebrou o santo sacrifício debaixo de um frondoso "piquizeiro",

(14) José M. Audrin, op. cit., p. 77.

(15) P. Estevão-Maria Gallais, op. cit., p. 188.

e batizou o lugar com o nome de Conceição do Araguaia, em homenagem à Virgem Imaculada"(16).

A fundação de Conceição do Araguaia, portanto, inseriu-se numa trama das relações sociais - esgarçadas, mas reais e em desenvolvimento - polarizadas em torno de bens espirituais e materiais.

Os dominicanos estavam empenhados em cristianizar os índios. Para isso, tiveram que dedicar-se a fainas terrenas. Inclusive precisaram atrair criadores, roceiros e outros conhecedores e habitantes da área. Mas o seu empenho maior era a cristianização dos índios. Esse foi o empenho de frei Gil. "Atraiu para junto deles (os Kayapó) a população sertaneja dispersa pelos barrancos do rio Araguaia e do Tocantins onde estiolava corroída pelas doenças endêmicas, pelo alcoolismo e por conflitos intermináveis. Com esta gente constituiu o arraial que cinco anos depois de fundação contava com duas mil pessoas. Com a ajuda destes sertanejos, os missionários edificaram a primeira igreja tosca, o casarão para o convento e o barracão da escola para crianças Kayapó e sertanejas. Depois, cerca de quinhentos Kayapó foram trazidos de seus campos para junto da Missão e localizados dois quilômetros adiante do arraial. Era a aldeia onde o índio adulto viveria sob a vigilância e o amparo dos missionários que se propunham: "Primeiro, que abandonariam a sua vida de vagabundagem e de correrias e de que viriam estabelecer-se junto a Conceição; segundo, que confiariam algumas das suas crianças aos missionários"(17). O interesse dos missionários e a sua grande esperança estavam nas crianças que, acreditavam, uma vez separados dos pais, poderiam ser orientadas para uma vida nova, segundo os padrões cristãos. O programa consistia em subtraí-las cedo "da influência do meio em que nasceram, impedi-los de contrair os hábitos da vida selvagem e lhes inculcir, ao contrário, os da vida cristã, lhes dar, com a instrução religiosa, o ensino elementar que se dá nas escolas primárias, e depois, quando estiverem na idade de se casarem, formarem famílias cristãs que se fundam à massa da população já civilizada. Desta maneira, o elemento selvagem se extinguirá por si mesmo, depois de duas ou três ge-

(16) José M. Audrin, *op. cit.*, p. 79.

(17) Estevão-Maria Gallais, Uma Catequese entre os Índios do Araguaia, São Paulo, 1908, pp. 43-44. Citado por Darcy Ribeiro, Os Índios e a Civilização, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, p.69.

rações, a tribo se achará incorporada, ao mesmo tempo, não só a sociedade como à igreja" (18). "Assim nasceu Conceição do Araguaia, misto de missão de cateques e povoação sertaneja, representados respectivamente pela aldeia e o arraial, ambos sob a autoridade temporal e espiritual dos dominicanos" (19).

Os cristãos, por seu lado, estavam menos interessados na alma do que na força de trabalho indígena. Mas o trabalho dos dominicanos não deixava de ser útil aos que estavam interessados na incorporação do índio nas atividades extrativas, pecuárias ou agrícolas. Isso também era cristianizar o índio: incorporá-lo à economia de subsistência ou mercantil organizada pelos cristãos, leigos ou não. Desde que se fundou Conceição, começou a concentrar-se ali, ou estabelecer ali o seu ponto de apoio, uma população de sitiantes, criadores, roceiros e caucheiros. Quando se realizava a primeira missa, já corria algum látex das árvores de caucho e seringa.

(18) Estevão-Maria Gallais, Uma Catequese entre os Índios do Araguaia, citado, pp. 50-51.

(19) Darcy Ribeiro, op. cit., p. 70. Mais uma vez, como nos tempos do Brasil Colônia, nos últimos anos do século XIX os religiosos conseguiam o que era muito difícil, ou mesmo impossível, para os outros cristãos. Eis o que escreveu Caio Prado Junior, ao estudar a colonização do vale amazônico, durante a época colonial. "Conseguiram os padres o que os colonos leigos foram sempre incapazes de obter. Debaixo da ordem de diretores e mestres, os indígenas construíam as instalações da missão - as casas de habitação, a igreja com a escola anexa, os armazéns e depósitos. Depois destes trabalhos preliminares, enquanto uma parte dos nativos se destinava à cultura dos gêneros alimentícios destinados à sustentação da comunidade, os outros partiam para as expedições de colheita dos produtos da floresta, de caça e de pesca". Caio Prado Junior, História Econômica do Brasil, 3a. edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1953, p. 73- A história da ocupação da Amazônia, está sintetizada nos seguintes trabalhos: Caio Prado Junior, História Econômica do Brasil, citado, capítulo 9; Roberto C. Simonsen, História Econômica do Brasil 1500-1820, 2 tomos, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1944, 2º tomo, capítulo III; Arthur Cezar Ferreira Reis, Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia, Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1966; Euclides da Cunha, A Margem da História, 6a. edição, Livraria Lello & Irmão Editores, Lisboa 1946, pp. 5 - 135.

Ao mesmo tempo, iniciaram-se criações e roças. Juntamente com o núcleo inicial de Conceição, formava-se uma economia extrativa e de subsistência. Iniciava-se também algum comércio com Belém, apesar da longa duração da viagem pelos rios Araguaia e Tocantins.

Em pouco tempo os encargos materiais e espirituais dos dominicanos, entre os índios e os cristãos, tomaram necessário o chamamento de religiosas. "Em 1902, chegaram também nesta terra, as primeiras irmãs dominicanas, como auxiliares na meritória obra apostólica, a pregação da Fé, pelo exemplo, vivência e a palavra evangélica. Neste mesmo ano fundaram a primeira escola..."(20). "Assim aliviados pelas suas irmãs, os Padres puderam dedicar-se, com mais intensidade, aos trabalhos apostólicos" (21). Ao constituir-se e crescer o povoado, expandiu-se o comércio espiritual e material entre índios, cristãos e religiosos, comércio esse articulado em torno das roças e sítios de gêneros alimentícios, das fazendas de criação de equinos e bovinos e do extrativismo da borracha, principalmente do tipo caucho (22).

(20) Paulo Botelho de Almeida Prado, "Relatório" mimeo, Conceição do Araguaia, 1973, p. 5.

(21) José M. Audrim, op. cit., p. 95.

(22) Borracha é a denominação mais geral e corrente para o produto que resulta do latex de várias famílias de árvores gomíferas. Dentre essas famílias de árvores, destacam-se a seringa, ou havea Brasiliensis, e o caucho, ou castilloa elástica. Foi o caucho que predominou na área de Conceição do Araguaia. Por isso, usaremos frequentemente esta expressão no texto. Às vezes também escreveremos borracha, que é a expressão mais geral e corrente. Aliás, inclusive os documentos relativos à área de Conceição do Araguaia, como se verá pela leitura das transcrições, registram tanto caucho como borracha ou "borracha", entre aspas.

II - O EXTRATIVISMO DA BORRACHA

Ao fundar Conceição do Araguaia, os dominicanos estavam organizando uma comunidade na qual queriam principalmente cristianizar os índios da área. Mas em poucos anos o funcionamento e a expansão das atividades econômicas, ao lado do afluxo de imigrantes de vários tipos, principalmente para trabalhar na extração do caucho e comerciar esse produto, transformavam a pequena comunidade numa sociedade razoavelmente diversificada. Surgiram relações, interesses e problemas econômicos e políticos diversos e, muitas vezes, antagônicos àqueles que estavam no espírito dos dominicanos. Onde predominava o valor de uso, ou a produção para o auto-consumo e o consumo local, passou a predominar o valor de troca, ou a produção mercantil.

Em 1898, um ano somente depois de sua fundação, o arraial contava com perto de mil habitantes. "O boato da fundação de um centro de colonização num país fértil, onde a terra fica pertencendo ao primeiro que a ocupa, espalhará-se ao longe, e para ali ocorreram verdadeiras multidões" (1). Organizou-se a vida religiosa, em torno da igreja rústica e das festas religiosas. Mas a população não se ateve aos preceitos dos dominicanos, que procuravam influenciar também a sua vida social. "A cachaça tinha os seus fervorosos adeptos e a embriagues aparecia com todo o seu cortejo de vícios" (2). À medida que crescia a população local e desenvolvia-se a economia de subsistência e mercantil, a vida social da comunidade escapava, pouco ao pouco, ao controle dos dominicanos. O comércio material dos homens conferia novos significados à sua existência espiritual.

Mas os dominicanos tudo faziam para fazer face à mudança cada vez mais rápida da situação. Vieram outros freis e irmãos para ajudar. Procuravam fortalecer-se inclusive materialmente. "O padre Vilanova descia todos os anos ao Pará (Belém) para se reabastecer, e, aproveitando a

trabalhava para a comunidade local.

(1) Estevão-Maria Gallais, O Apóstolo do Araguaia, citado, p. 213.

(2) Estevão-Maria Gallais, O Apóstolo do Araguaia, citado, pp. 213-14

simpatia cada vez mais viva que tinham pela sua pessoa e pela sua obra, trazia em cada viagem grandes subsídios em dinheiro e em gêneros e instrumentos de lavoura. Logo cada criança ganhou suas roupas, rede e cobertor para noite, e um pequeno mobiliário adequado" (3).

No dia 27 de fevereiro de 1901, o povoado de Conceição foi elevado a freguesia. Essa era uma decorrência da expansão das atividades econômicas e do crescimento populacional. Nessa época a vida econômica do lugar começava a ser dominada pela borracha.

Vários processos sociais combinados ocorreram simultaneamente à entrada de Conceição do Araguaia no ciclo da borracha amazônica. Mercantilizaram-se as relações econômicas, cresceu a importação de instrumentos de trabalho e artigos de consumo pessoal e doméstico, acelerou-se a imigração de trabalhadores, intensificou-se o intercâmbio com Belém, expandiu-se o núcleo urbano, transformaram-se índios em caucheiros ou seringueiros e surgiu um poder político-administrativo independente e também contrário, quando necessário, ao poder espiritual dos dominicanos. Poucos anos depois da fundação do povoado, os dominicanos sentiram que o progresso econômico do lugar rompia os fundamentos comunitários da sociedade local. A mercantilização das relações econômicas, devido ao surto extrativista do caucho e da seringa gerou situações, interesses e relações novas, inesperadas para os dominicanos.

Essas características da segunda fase da história social de Conceição do Araguaia e territórios adjacentes foram registrados em alguns escritos, principalmente no livro citado do frei José M. Audrin. Vejamos como este autor descreveu a inserção de Conceição do Araguaia no ciclo da borracha amazônica.

O surto das atividades e dos negócios relacionados com a extração e o comércio da borracha de caucho introduziu um ritmo novo, mais acelerado, nas relações sociais do lugar, dentro e fora do núcleo urbano. "Atraídas pela presença dos missionários e pela miragem de terras novas, muitas famílias afluíram sem cessar dos sertões de Goiás, Maranhão e Piauí. Uma outra coisa de transformação rápida e inaudita era a descoberta, em

(3) Estevão-Maria Gallais, O Apóstolo do Araguaia, citado, p. 214

1904, de uma riquíssima zona de "borracha" nas matas vizinhas. Chegaram logo às centenas os extratores da preciosa goma "castilhôa". Conceição tornou-se um dos importantes centros caucheiros da região amazônica, sobretudo após o encontro nas florestas dos seringueiros do Araguaia com os do Xingú. Era um movimento incessante de tropas chegando de todas as direções, atravessando o rio, parando alguns dias em Conceição antes de afundaram nas matas. Abriam-se casas de negócios, ao longo das ruas traçadas às pressas. Não era mais portanto o povoado de Frei Gil, com sua simplicidade de costumes, seus hábitos religiosos, sua submissão ao Padre" (4). Esse quadro se completa com outros dados e outras impressões registradas pelo mesmo autor. A vida econômica e social do lugar ganha dimensões e cores que surpreendem o frei José M. Audrin. "As centenas de aventureiros que, atraídos pelo caucho, afluíam de todos os recantos do Brasil e mesmo dos países estrangeiros, entregavam-se em Conceição a todos os vícios, antes de penetrarem no "inferno verde", ou quando dele escapavam. O dinheiro ou trora tão escasso corria agora à vontade. As lojas repletas de objetos de luxo, comestíveis e bebidas sobretudo, ofereciam meios fáceis de vida larga e dissoluta. Bailes e orgias sucediam-se à noite, com violentos e prolongados tiroteios. Aquele que na mata vendia uma caixinha de fósforos a dois milreis, podia em Conceição comprar uma caixa de balas Winchester por três milreis apenas. Os vadios e bêbados não receíavam gastar munições à vontade. Os pacatos moradores da vila começaram, por sua vez, a vender a preços inauditos os produtos das suas roças e dos seus engenhos. Conhecemos então alguns deles que, até essa data, usavam sempre as simples calça e camisa de "algodão da terra", e calçavam o pobre chinelo de couro de veado ou tatú, metidos agora e de repente em custosos ternos de casimira e de brim fino, pisando em ridículos sapatos de verniz"(5). Conceição do Araguaia estava transformada numa sociedade razoavelmente diferenciada, na qual a extração e o comércio da borracha passaram a conferir coloridos inesperados a todas as relações sociais.

A população indígena da área também se viu envolvida nas atividades e nos negócios da borracha. Principalmente fornecendo mão-de-obra para a extração, o carregamento e o transporte da borracha. Mas tam-

(4) José M. Audrin, op. cit., p. 85.

(5) José M. Audrin, op. cit., p. 87.

bem produzindo e vendendo gêneros alimentícios aos que se dedicavam às atividades e negócios. "As estradas que levavam às matas da "borracha" passavam infelizmente junto das aldeias das Arraias e de Pau d'Arco, que se tornaram em breve o ponto de pouso obrigatório para as caravanas de caucheiros. Em troca de milho, mandioca e frutas, os índios começaram a aceitar e depois exigir cachaça. Principiaram a presenciar bebedeiras e delas logo participaram; bebedeiras e outras mais dissoluções que pode e sabe inventar um povo sem honra e sem consciência. Além desses contatos, os moços Kayapó, robustos em geral, iludidos por miríficas promessas, deixaram-se arrastar para os trabalhos inhumanos das matas, feitos escravos durante longos meses. Daí voltavam aniquilados e afetados de certas doenças até então por eles ignoradas. Quantos outros, nesse tempo, desceram a Belém do Pará, remeiros dos possantes batelões carregados de caucho, e deixaram os seus ossos ao longo das cachoeiras do Tauriri e da Itaboca!"(6). Essa era a outra face do processo de cristianização dos índios. Dessa maneira eles eram inseridos nas relações de produção constituídas com base na extração e comércio da borracha.

As relações e estruturas econômicas e políticas modificaram-se simultaneamente. A sociedade escapou à direção espiritual dos dominicanos. Ao menos escapou ao predomínio destes. Formou-se uma nova estrutura de poder. À medida que se acentuava a incorporação da economia da área na economia mercantil constituída com base na extração e comércio da borracha, constituiu-se uma nova teia de relações de dominação. "Conceição, como sabemos, transformara-se em centro importante do comércio da "borracha". O governo do Pará não demorou em criar aí uma mesa de Rendas, para a cobrança dos direitos de extração e exportação, que se verificaram fabulosos, logo nos primeiros dias. Isso foi motivo para as autoridades de Belém mandarem ao Araguaia um grupo de funcionários indesejáveis, tipos sem consciência e sem moral, que convinha afastar da Capital e relegar bem longe, pagando-lhes com fartos vencimentos e escandalosas porcentagens, misteriosos serviços prestados à baixa polícia e à miserável política. Na frente dessa corja imperava como administrador um tal Major Fortunato Ludovico, afilhado de um magnata político. Era homem ignorante, presunçoso e violento, sem fé e sem moral, cujo principal intento, depois do dinheiro,

(6). José M. Audrin, op. cit., p. 88.

era quanto antes, libertar Conceição da "dominação" dos Padres, ensinar ao povo simpório a vida livre, independente de crenças e mandamentos religiosos. Não demorou em criar uma loja maçônica, com seus sequazes e mais alguns assalariados. Abusando dos poderes de sua função de exator, constituiu-se chefe local, nomeou empregados de polícia e de justiça, concentrou enfim em suas mãos toda a autoridade de que necessitava para exercer um poderio satânico. Foi um período de violências, de imposições arbitrarias, de prisões injustas, de expropriações e até de assassinatos. Calúnias contra os Frades houve também, e insultos dentro mesmo da Igreja. Nem faltaram os relatórios indignos enviados contra eles ao Governo do Pará."(7) O mesmo Major Ludovico teria dito, numa roda de amigos: "Deus, para mim, é a borracha"(8).

A expansão das atividades econômicas, impulsionadas pela extração e comércio da borracha, e o concomitante afluxo de trabalhadores e negociantes, modificou a fisionomia da sociedade local. A diferenciação interna da sociedade era centrada no núcleo de Conceição, mas também dispersa pelos territórios de extração do latex. "Não somente a cidade crescera, mas os arredores continuavam a povoar-se com extraordinária rapidez. Os campos das Arraias viam multiplicar-se os sítios e as fazendas. As próprias matas do caucho iam sendo ocupadas. Em cada passagem de ribeirão, em cada "cabeceira", em cada "campestre" fixavam-se moradores, animados pelos fartos lucros provenientes do trânsito ininterrupto de comboios de seringueiros"(9). Os caucheiros dessa área já se encontravam com os que operavam a partir do Xingú. Em 1909 fora aberta uma estrada entre o Araguaia e o Xingú. Os vários territórios de caucho e seringa foram sendo cada vez mais percorridos e povoados por caucheiros e seringueiros, além de comerciantes, sítiantes e criadores. "A consequência inevitável foi a formação rápida de numerosos núcleos mais ou menos importantes: Santo Antonio, da Solta, e São Pedro, da Gameleira, nas orlas da mata geral; Triunfo, no centro da mesma; Novo-Horizonte, já nas beiras do Rio Fresco; Nova-Olinda, na foz do Riceinho; São Felix, enfim, na margem direita do Xingú"(10).

(7) José M. Audrin, op. cit., p. 90.

(8) José M. Audrin, op. cit., p. 91.

(9) José M. Audrin, op. cit., p. 95.

(10) José M. Audrin, op. cit., p. 95.

Foi nesse contexto social, isto é, econômico e político, que se criou o município de Conceição do Araguaia. Tratava-se de constituir formalmente um poder político-administrativo local, de modo a fazer face aos problemas de arrecadação, administração e controle das tensões e lutas sociais. Inclusive tratava-se de garantir a jurisdição do Estado do Pará sobre uma área limítrofe com o de Goiás. A 3 de novembro de 1908, a lei estadual paraense nº 1 091 criou o município de Conceição do Araguaia, tendo a sua sede principal sido elevada a vila. Mas foi a 10 de Janeiro de 1910 que se instalou o município. "Desde alguns anos, essa zona opulenta vinha sendo cubiçada pelo Estado de Goiás, que invocara antigos alvarás, cujo texto parecia conceder-lhe a posse das duas margens do Araguaia. Além de afirmar seus direitos seculares e fixar definitivamente seu domínio, o Pará apressou-se em elevar Conceição a cidade; fê-la Município independente e nela criou uma Comarca de primeira entrância"(11). Dessa maneira, passou a ter um Juiz de Direito. E para garantir a execução das leis e posturas recebeu um contingente de 80 praças da polícia paraense, sob o comando de um capitão.

Também multiplicaram-se e tornaram-se mais complexas as tarefas dos dominicanos, freis e irmãs. Ao lado da missão de cristianizar índios, complicava-se a missão de preservar algum cristianismo nos hábitos e nas falas dos "civilizados". Haviam-se modificado drasticamente as condições de liderança espiritual que os dominicanos começavam a exercer na ocasião da fundação do arraial. O império da borracha e o novo poder político-administrativo modificaram a comunidade que estava no ideal dominicano. Nem por isso, no entanto, eles deixaram de reagir à nova situação. Aumentaram o seu contingente de religiosos. E criou-se a Prelazia de Conceição. "A 10 de julho de 1911, por um Decreto de S. Congregação Concistorial, Sua Santidade o Papa Pio X, de santa memória, destacava da jurisdição espiritual de Prelados de Belém do Pará, toda a vasta região compreendida entre o Araguaia e o Xingu, até essa data campo de ação dos Missionários de Conceição e constituía com ela a "Prelazia Nulliús da Santíssima Conceição do Araguaia - Prelatura Nulliús Santissimae Conceptionis de Araguaia"(12). Foi notável esse fato, pois que à época não havia na Amazo

(11) José M. Audrin, op. cit., p. 94.

(12) José M. Audrin, op. cit., p. 101.

nia senão a Prelazia de Santarém(13).

A criação da Comarca e da Prelazia foram fatos simultâneos e expressivos da conformação que as relações econômicas e políticas haviam assumido na área. O surto das atividades e negócios ligados à extração e ao comércio da borracha fizera crescer a população pela imigração e desenvolver-se a divisão social do trabalho. Inclusive os índios foram incorporados no processo produtivo. "Conceição não era mais o arraialzinho de outrora. Era já cidade, cabeça de comarca, com uma população de seis mil almas, e seu território contava mais de quinze mil habitantes, espalhados pelas beiras do rio, nos campos e nas matas que se estendem em direção do Xingú"(14).

A sociedade constituída na área de Conceição do Araguaia nos anos 1897-1912 esteve baseada principalmente na extração e comércio da borracha do tipo caucho. Naturalmente desenvolveram-se ali outras atividades econômicas, extrativas, agrícolas e pecuárias. E elas perduraram ao longo desses anos. Mas em pouco tempo a produção da borracha ganhou preeminência sobre as outras produções. Tanto assim que o dinheiro generalizou-se nas trocas dos produtos com os consumidores. Devido ao caráter mercantil da produção da borracha, logo o conjunto da economia da área passou a desenvolver-se com referência ao dinheiro. É de supor-se que restavam segmentos da sociedade da área baseados na troca em espécie. Inclusive pode-se adotar a hipótese de que um segmento de subsistência sempre conviveu com o segmento mercantil. Entretanto, o segmento mercantil, no qual predominava a produção de caucho, incutiu no conjunto da sociedade da área as tonalidades que o frei José M. Audrin descreveu. Foi cada vez mais forte a influência do setor mercantil, de tal forma que o frei Gil Vilanova, quando de suas idas anuais a Belém, sempre se preocupava em trazer dinheiro, para fazer face às exigências da economia da Missão, em conformidade com as condições econômicas predominantes no lugar.

(13) José M. Audrin, op. cit., p. 102.

(14) José M. Audrin, op. cit., p. 102.

A BORRACHA DE CAUCHO.

III - A BORRACHA DE CAUCHO

As relações de produção vigentes na produção da borracha, sob a forma seringa, caucho ou outra, estavam fortemente marcadas pelo cunho extrativista dessa produção. O extrativismo, combinado com a ampla dispersão das árvores no espaço ecológico, as longas distâncias entre os lugares de extração do latex e os portos de embarque da borracha, a lentidão dos meios de transporte, seja o lombo de animais, seja as embarcações que navegavam o Araguaia e o Tocantins, destino a Belém, tudo isso conferia certas peculiaridades às relações produtivas vigentes na produção da borracha. As relações entre o caucheiro ou seringueiro, o patrão do cauchal, ou seringalista, o aviador e o exportador eram relações influenciadas pelo extrativismo, pelas peculiaridades técnicas e sociais do trabalho exercido na extração do latex. As peculiaridades técnicas e sociais do processo de produção da borracha incluíam o caucho, ou a seringa, por um lado, e a terra, por outro. A forma pela qual se trabalhava a borracha e a forma pela qual a terra entrava na definição do extrativismo contavam-se como elementos importantes das relações de produção que articulavam o caucheiro ou seringueiro, o dono do cauchal ou seringalista, o aviador e o exportador.

Neste ponto, antes de prosseguir, cabe um esclarecimento sobre o que é o caucho, ou algumas das suas peculiaridades, já que o caucho predominava na área de Conceição. Na economia da borracha, o caucho é um dos tipos de árvores que produzem latex e, também, uma técnica de extração do latex. Em geral essa técnica de extração do latex e a árvore conhecida como caucho estão juntas. Mas pode-se aplicar a técnica desenvolvida na extração do latex do caucho a outros tipos de árvores. Vejamos, agora, o que são o caucho e a técnica, conforme alguns autores que lidaram com o assunto.

O caucho é apenas uma das famílias de árvores produtoras de latex. "Há no Brasil quatro qualidades mais comuns de borracha: a seringa, o caucho, a borracha Ceará e a da mangabeira"(1). Além dessas, "há no nos

(1) José Carlos de Macedo Soares, A Borracha (Estudo Econômico e Estatístico), 2a. edição, L. Chauny et L. Quinsac. Paris, 1928, p. 43.

so país muitas outras plantas que fornecem a borracha, mas, ou não existem em quantidade apreciável para a exploração sistemática, ou produzem qualidades muito inferiores"(2). A borracha Ceará aparece principalmente nos Estados do Piauí, Ceará e Bahia. As outras três, isto é, a mangabeira, o caucho e a seringa (*hevea brasiliensis*) aparecem principalmente na região amazônica, apesar de dispensarem-se diferentemente pela região. Tanto assim que na área de Conceição do Araguaia predominava o caucho. "O caucho, borracha inferior à seringa, é fornecida pela castilloa elástica, árvore de 15 a 20 metros de altura e meio metro de diâmetro, muito abundante no vale superior do Juruá e nos vales do Purús, Madeira, Tapajóz, Xingú e Araguaia"(3).

As peculiaridades do caucho, enquanto árvore que produz um tipo de latex e segundo um regime também especial, deram origem a uma técnica singular de extração do latex. "Os seringueiros da Amazônia, como os da América Central, quando trabalham a "castilloa", entendem que, uma vez sangrada, ela perde a vida, pelo que a exploração não deve ser feita por incisões sucessivas e sim derrubando-se a árvore, a fim de que o latex de todo o caule possa ser trabalhado"(4). Algumas particularidades da técnica aparecem nesta descrição: "O tronco da árvore é primeiro atacado a golpes de machadinha até uma altura de oito a seis pés da base, deixando-se o latex correr por algumas cavidades feitas no solo, junto ao pé da árvore. Esse processo continua durante uma semana ou dez dias, até cessar o escoamento do latex. A árvore é então derrubada, sofrendo a parte superior do tronco, bem como os ramos, outros golpes, para abrir as células restantes, e o latex escorrer durante 24 ou 30 horas, sendo então abandonada a árvore caída"(5). Essa é, inegavelmente, uma forma singular de atividade econômica extrativa. "É sem dúvida o caso do exercício de uma indústria extrativa com a destruição dos elementos que fornecem a produção"(6).

(2) José Carlos de Macedo Soares, op. cit., pp. 46-47.

(3) José Carlos de Macedo Soares, op. cit., p. 44.

(4) José Carlos de Macedo Soares, op. cit., p. 45.

(5) C. E. Akers, O Valle do Amazonas, Rio de Janeiro, 1913, p. 96. Citado por José Carlos de Macedo Soares, op. cit., p. 45.

(6) José Carlos de Macedo Soares, op. cit., p. 45.

É obvio que essa singularidade da atividade produtiva da borracha de caucho implica no deslocamento periódico do caucheiro, do seu fornecedor de instrumentos de trabalho, gêneros alimentícios, utensílios domésticos etc. e do próprio proprietário, de fato ou direito, das terras onde cresceram as árvores. A técnica de extração do latex de caucho, que implica na destruição da árvore, provoca certo nomadismo dessa forma de organização técnica e social de produção da borracha. "A extração do leite era feita com a destruição da árvore. O caucheiro era, por isso, um nômade. Sua passagem assinalava-se pela extinção da espécie"(7).

O caucho provém de uma família de árvore produtora de latex. Envolve uma técnica de extração de latex que implica na destruição da árvore, o que provoca o nomadismo do caucheiro e daqueles que se relacionam diretamente com a exploração de sua força de trabalho. "O caucheiro é forçadamente um nômade votado ao combate, à destruição e a uma vida errante e tumultuária, porque a castilloa elástica que lhe fornece a borracha apetecida, não permite, como as heveas brasileiras, uma exploração estável, pelo renovar periodicamente o suco vital que lhe retiram. É excepcionalmente sensível. Desde que a golpeiam, morre, ou definha durante longo tempo, inútil. Assim o extrator derruba-a de uma vez para aproveitá-la toda. Ato ra-a, depois, de metro em metro, desde as sapopembas aos últimos galhos das frondes; e abrindo o chão, ao longo do madeiro derrubado, razas cavidades retangulares correspondentes às secções dos tóros, delas retira, ao fim de uma semana, as "planchas" valiosas, enquanto os restos aderidos à casca, nos rebordos dos cortes, ou esparsos a esmo pelo solo, constituem, reunidos, o "sernamby" de qualidade inferior. O processo, como se vê, é rudimentar e rápido. Esgota-se em pouco tempo o cauchal mais exuberante; e como as castilloas não se distribuem regularmente pelas matas, viçando em grupos por vezes bastante separados, os exploradores deslocam-se a outros rumos, reeditando quase sem variantes todas as peripécias daquela vida leatória de caçadores de árvores"(8).

(7) Arthur Cesar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, Documentário da Vida Rural, nº 5. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1953, p. 64.

(8) Euclides da Cunha, À Margem da História, 6a. edição, Livraria Lello & Irmãos Editores, Lisboa, 1946, p. 68. Citação extraída do capítulo intitulado "Os Caucheiros", pp. 65-83.

Ao apropriar-se da natureza, o homem modifica destrutivamente essa mesma natureza. Mas ele também se modifica, e não só pelo ganho, a apropriação do latex. É obrigado a seguir adiante, caminhar sempre, buscar outras árvores para derrubar e seguir adiante. Ao destruir a árvore que lhe permite viver, ou sobreviver, condena-se ao nomadismo, que é uma forma singular de organizar socialmente a existência.

Mas o nomadismo não significa inexistência de relação com a natureza; ou fraco relacionamento com ela. Significa uma relação muito especial, incidental mas necessária, básica, dos homens com a natureza. Tanto assim que houve lutas pela posse das árvores das quais se queria extrair o latex. No momento em que as árvores entravam na teia das relações sociais de produção, pela ação dos caçadores de árvores, elas se tornavam uma fonte potencial de borracha, de uma mercadoria muito procurada no mercado internacional. Daí a necessidade do trabalho, das lutas, do desenvolvimento das relações dos homens com a natureza e entre si.

É verdade que o extrativismo do caucho implicava no nomadismo dos caucheiros. Nem por isso, no entanto, as relações de produção fundadas na extração do caucho deixavam de exigir algum tipo de apropriação privada das terras; ou o controle da área. Em primeiro lugar, enquanto havia árvores de caucho em dado lugar, certamente havia interesse e luta pela sua exploração. Isso implicava no empenho para manter a posse e o uso da área, seja por meio de instrumentos legais, o que era pouco frequente, seja por meio do uso da violência privada, ancorada em jagunços e outros meios, o que era mais comum. Em segundo lugar, havia as atividades econômicas secundárias, agrícolas, pecuárias e mesmo extrativas, que tanto serviam de base ao setor caucheiro dominante como atendiam à demanda das famílias ou pessoas, leigos e religiosos, responsáveis pela administração, policiamento, ensino, ofícios religiosos etc. Em terceiro lugar, independentemente do caráter da atividade econômica dominante ou secundária que se desenvolvesse na terra, havia interesse de todos e cada um pela posse ou domínio de sítios e fazendas, principalmente os próximos do rio, do núcleo urbano de Conceição, ou aqueles com terras consideradas boas para roça ou criação. Seria equívoco pensar que os habitantes de Conceição do Araguaia fossem inocentes do princípio da propriedade privada. Naqueles tempos, naquela área, a terra era o principal objeto e meio de trabalho. A terra continha, ou poderia conter, minerais, drogas do sertão, as várias famí-

lias de árvores produtoras de latex, animais, aves, rios navegáveis e piscosas, índios cristianizáveis, territórios férteis para roças e plantações, pastagens naturais para criação de gado. A terra, sem qualificativos, era abundante, não era escassa tendo-se em vista a larga dispersão das gentes, cristãos ou índios na região. Mas outra coisa era a terra na qual pudessem encontrar-se árvores de látex; ou que fossem propícias à agricultura e à criação. E havia também o problema das dificuldades e facilidades das comunicações. Na medida em que a terra se insere na trama das relações sociais, isto é, econômicas e políticas, ela se define como uma das forças produtivas.

Note-se que já na ocasião em que se fundava Conceição do Araguaia, acompanharam os dominicanos alguns roceiros e criadores que ali instalaram sítios e fazendas. Em pouco tempo, os próprios dominicanos deram-se conta da conveniência de organizar uma fazenda, a fim de garantir o suprimento da Missão, independentemente dos azares do relacionamento desta com os índios e os cristãos do lugar. Tanto assim que o frei Gil Vilanova confiou ao frei Domingos Carrérot a tarefa de escolher o território, situar o lugar e erguer a fazenda. A própria natureza estava sendo cristianizada. "A prática rural adquirida em Porto-Nacional (Goiás) ia ser-lhe muito útil. Em companhia de homens de confiança e de índios escolhidos, atravessou a mata e veio às beiras do ribeirão das Arraias. De fato, logo no lado oposto, principiava uma zona de campos, verdadeiro encanto para seus olhos de sertanejo. Depois de uma série de bosques e de "cerrados", abriam-se campinas verdejantes, cobertas de variados "capins". Manadas de veados pastavam por aí sem medo; grupos de emas e siriemas disparavam em vertiginosa carreira. Além das estradinhas dos índios, via-se um sem número de trilhos fundos, feitos pelo pisar de antas e outros bichos selvagens, em direção aos "barreiros" ricos de salitre: ótima vantagem para os futuros rebanhos de gado, num país onde o sal obtem-se a muito custo de tempo e de dinheiro. A dificuldade era apenas em escolher, entre muitos, o lugar da futura fazenda. Depois de prudentes pesquisas, frei Domingos cravou o marco da posse definitiva nas margens de um ribeirão que foi chamado Santa Rosa, assim como o sítio em projeto. Começou então a organizar, com gosto e perícia, a nova propriedade, levantando rancho e curral. Os primeiros elementos equinos e bovinos foram trazidos do sertão goiano, sobretudo de Porto: uns comprados, outros oferecidos por amigos. Mais tarde frei Domingos deveria chegar ou mandar até Descoberto, à procura de espéci

mes do famoso gado "curraleiro" e "caracú". Soltos nas campinas virgens da fazendinha de Santa Rosa, haviam de aperfeiçoar-se, multiplicar-se e tornar-se o principal recurso alimentário e pecuniário da Missão"(9).

À medida que a sociedade se organiza, ou reorganiza, em termos econômicos e políticos - seja porque se inicia nova atividade produtiva, seja porque se estendem as atividades produtivas preexistentes, ou por ambos os motivos - podem modificar-se tanto as relações de produção como as forças produtivas em jogo na situação. Foi o que ocorreu em Conceição do Araguaia nos anos 1897-1912. Modificava-se a relação do homem com a natureza, à medida que se consolidava o primeiro núcleo, sob a direção dos dominicanos. Logo em seguida, esse núcleo desdobrou-se numa sociedade baseada na produção de caucho. Aos sítios e fazendas mesclaram-se os cauchais. A terra adquiriu novo significado social. Ou erguiam-se sítios e fazendas, ou descobriam-se territórios de caucho. Ao alargar-se o convívio do homem com a natureza, cristianizavam-se também as terras e os seus frutos, em geral classificados em bons e maus.

Tanto o extrativismo, como a agricultura e a pecuária, implicavam na ocupação da terra. E a ocupação da terra implicava na apropriação. A apropriação de fato, foi a principal regra naquele então. "O boato da fundação de um centro de colonização (Conceição do Araguaia) num país fértil, onde a terra fica pertencendo ao primeiro que a ocupa, espalhará-se ao longe, e para ali acorrerem verdadeiras multidões"(10). Estava em curso o processo de ocupação, isto é, de apropriação das terras de cauchais, ou boas para a criação e cultura. Toda a área que tinha como centro Conceição do Araguaia ganhou alguma articulação social nas relações e estruturas econômicas e políticas que se desenvolveram no lugar. Essa ampla ocupação de cerrados, trilhos e entradas, beiras e centros, tornou-se efetiva nos primeiros anos do século XX, quando o ciclo da borracha alcançou largamente toda a região em derredor de onde se havia instalado o núcleo de Conceição do Araguaia. "Não somente a cidade crescera, mas os arredores continuavam a povoar-se com extraordinária rapidez. Os campos das Arraias viam multiplicar-se os sítios e fazendas. As próprias matas

(9) José Maria Andrin, opacita, p. 238.

(10) Estevão Maria Galvão, O Apóstolo do Araguaia, citado, p. 213.

de caucho iam sendo ocupadas. Em cada passagem de ribeirão, em cada "cabecera", em cada "campestre" fixavam-se moradores, animados pelos fartos lucros provenientes do trânsito ininterrupto de comboios de seringueiros ... A consequência inevitável foi a formação rápida de numerosos núcleos mais ou menos importantes: Santo Antonio, da Solta e São Pedro, da Gameleira, nas orlas da mata geral; Triunfo, no centro da mesma; Novo Horizonte, já nas beiras do Rio Fresco; Nova-Olinda, na foz do Riosinho; São Felix, em fim, na margem direita do Xingü"(11).

As condições econômicas e jurídico-políticas vigentes então propiciavam uma larga apropriação de fato das terras. O aparelho estatal era ainda pouco presente na área, salvo para a arrecadação de impostos. "O governo do Pará não demorou em criar aí uma mesa de Rendas, para a cobrança dos direitos de extração e exportação, que se verificaram fabulosos, logo nos primeiros dias"(12). Pouco se cuidava da legalização da posse. Naquele então, predominava o controle efetivo da terra, por meio de instrumentos privados de violência. Ao examinar o problema da posse da terra, em relação com o surto de exploração da borracha amazônica, Arthur Cesar Ferreira Reis escreveu que eram precárias as possibilidades de legalização da propriedade de sítios, fazendas e latifúndios, apesar da legislação federal e estadual promulgada nesse sentido. Predominavam as invasões e posses. "O empossamento não se procedia sempre com serenidade, com mansidão. O choque entre seringueiros constituía, quando a facilidade de ocupação começou a diminuir, pelo menos aparentemente, página do "rush". Os assaltos aos seringais novos, na disputa da propriedade, eram constantes. E com os assaltos, as perdas de vida nas lutas travadas"(13). Conforme escreveu também Charles Wagley, ao examinar o mesmo problema da posse da terra sob o extrativismo da borracha amazônica, na prática era o controle pessoal da terra que garantia a propriedade. Isto é, os documentos legais, mesmo quando não eram confusos ou precários, somente ganhavam efetividade por meio do controle direto da propriedade. Essa efetivação da posse da terra era realizado, em muitos casos, por intermédio do barracão, ou posto comercial, no qual se permutavam utensílios, instrumentos, gêneros, bebi-

(11) José M. Audrin, op. cit., p. 95.

(12) José M. Audrin, op. cit., p. 90.

(13) Arthur Cesar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, p. 79.

das etc. por borracha. "Durante o surto da borracha, extensas áreas dos vales dos rios eram, assim, controladas por um único indivíduo e por companhias de exportação. Nessas áreas o 'proprietário' tinha controle absoluto sobre a vida das pessoas que moravam em seus domínios" (14).

A despeito do nomadismo e do esgarçado do povoamento provocado pelo extrativismo da borracha, a árvore de caucho e a terra na qual ela vegetava tornaram-se componentes básicos das relações de produção constituídas na produção de borracha. A dispersão dos cauchais e seringais, as largas distâncias a caminhar ou navegar, a fragilidade ou precariedade dos documentos legais de propriedade da terra, a necessidade de barracões ou postos comerciais para a permuta de borracha por instrumentos, utensílios, gêneros, bebidas etc, tudo isso fazia parte do universo econômico e político das relações de produção que predominaram na época do surto de exploração da borracha.

(14) Charles Wagley, Uma Comunidade Amazônica, 2a. edição, tradução de Clotilde da Silva Costa, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977, pp. 103-104; citação da p. 104.

IV - O SISTEMA DE AVIAMENTO

A economia da borracha constituiu-se numa teia de relações móveis, incidentais, dos homens com a natureza. Eram desmedidas as distâncias dos homens entre si, dispersos no espaço ecológico, à procura de árvores para cortar, recortar, extrair o latex e em seguida, fazer o caminho de volta. Na economia da borracha a natureza instituiu o princípio das grandes proporções: a mata vasta; as inúmeras espécies de árvores não gomíferas, dentre as quais dispersavam-se as heveas, castilloas e outras árvores gomíferas; o tamanho das árvores, em relação ao homem, seu machado, sua faca ou sua tigela de colher o latex; o homem só trabalhando mata-adentro; a larga distância entre a árvore talhada, ou cortada, e o porto do rio Araguaia; a longa jornada entre o porto do rio e o porto de Belém; e o mar Atlântico de permeio, antes da elaboração industrial e do consumo final da borracha nas europas e nos Estados Unidos. Tudo isso envolvia a economia da borracha. Era uma forma singular de apropriação da natureza. No extrativismo da borracha os homens mantinham relações móveis, incidentais, com a natureza. Mas tanto viviam dessas relações como modificavam a natureza, seja ao cortar e recortar as árvores, seja ao palmilhar e navegar as distâncias.

A aparente labilidade dessas relações dos homens com a natureza estava fundada na teia de relações bastante elaboradas, consistentes e estruturadas dos homens entre si. Eram estas relações que garantiam a regularidade do extrativismo nômade, das relações móveis, incidentais, dos homens com a natureza. Essa cadeia complexa e extensa de relações sociais, ou melhor, econômicas e políticas, remetia sempre à natureza trabalhada e retrabalhada pelos homens. Este era o circuito fechado das relações dos homens entre si: havia o seringueiro que trabalhava a extração do latex que resultava na borracha; o proprietário de fato, ou de direito, do seringal; o aviador que provia de aviamentos o seringalista para que este provesse a si e ao seringueiro de instrumentos, utensílios, gêneros ou bebidas; a casa aviadora, lá em Belém, e o exportador da borracha. Todos vivendo do trabalho do seringueiro, que estava na base do processo que operava a metamorfose do latex em borracha, da natureza em mercadoria. Nessas relações entravam também outros elementos, principalmente o capital estran

geiro, por um lado, e o crédito, por outro. Nesse circuito entravam as forças produtivas e as relações de produção características do sistema de aviamento que articulava a economia e a sociedade fundadas no extrativismo da borracha. Mas é sobre o trabalho do seringueiro que repousa o conjunto do sistema. "A borracha empobrece o seringueiro, que a extrai, o patrão que a possui e o aviador que a mantém. Só uma entidade prospera, só uma entidade tira proveito, só uma entidade enriquece o seu comércio. É o exportador que sobre o seu valor, o seu preço, especula" (1). Sob vários aspectos, o sistema de aviamento que organiza e articula o extrativismo da borracha aparece como uma forma singular de organização social e técnica das forças produtivas e das relações de produção.

Vejamos, pois, um pouco mais de perto, quais são os principais elementos, elos e articulações do sistema de aviamento. Em especial, trata-se de descrever esse sistema tendo em vista verificar se ele efetivamente era uma forma singular de organização social e técnica das relações de produção e, por implicação, das forças produtivas.

Neste ponto se recoloca o problema da relação do homem com a natureza. Mas não a natureza inocente, intocada, alheia. No extrativismo da borracha, a natureza aparece sob a forma de distâncias a percorrer, rios a navegar, árvores gomíferas dispersas na mata, estradas a abrir, árvores a cortar e recortar, frutos da mata a colher ou recusar, animais a caçar ou afugentar e assim por diante. Tudo isso entra nos trabalhos e dias dos seringueiros, caucheiros ou outros extratores de látex. Tudo isso implica em trabalho direto ou indiretamente relacionado com a produção de borracha. Tudo isso envolve largas distâncias a caminhar e navegar. Na economia da borracha, a árvore gomífera (de seringa, caucho ou outro tipo de látex) está dispersa nas amplas distâncias que formam as matas. Isso significa que o extrativismo da borracha começa por organizar-se com base numa extensa dispersão ecológica dos principais elementos e elos que se articulam no sistema de aviamento. Tudo parece estar sob o signo da distância. As caravanas de caucheiros percorriam as estradas que levavam às matas da borracha (2). A maior parte da população estava direta ou indiretamente ocupadas nas tare-

(1) Documentos Parlamentares, Defesa da Borracha (1906-1914), Tip. do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1915. Citação transcrita de: Edgar Carone, A Primeira República, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1969. p. 145.

(2) José M. Audrin, Entre Sertanejos e Índios do Norte, citado, p. 88.

fas de colher o latex, preparar as pranchas e rolos de borracha, acondicionar o produto e transportá-lo por estradas, caminhos e rios. "Conceição não era mais o arraialzinho de outrora. Era já cidade, cabeça de comarca, com uma população de seis mil almas, e seu território contava mais de quinze mil habitantes, espalhados pelas beiras do rio, nos campos e nas matas que se estendem em direção do Xingú"(3).

A dispersão ecológica das árvores gomíferas implicava na dispersão ecológica dos seringueiros e caucheiros. Ao mesmo tempo, as largas distâncias entre as árvores gomíferas, os portos dos rios e o porto de Belém também implicavam numa ampla dispersão das estradas, caminhos e rios nos quais circulava tanto a borracha como as pessoas e as coisas que também entravam na conformação do sistema de aviamento de seringalistas, dos cauchais, seringueiros e caucheiros. Assim, as condições sob as quais se apresentava o objeto principal do trabalho do seringueiro e caucheiro - a árvore gomífera - afetava em boa medida o relacionamento das pessoas e coisas. Em especial, era um componente da economia da borracha. "O custo de um aviamento variava de acordo com a importância do seringal e a respectiva situação geográfica. Essa importância era avaliada pela produção que apresentava, o que significava maior ou menor número de estradas, de 'madeiras' e de pessoal na extração. A situação geográfica tinha importância pela facilidade ou dificuldade de acesso ao seringal. Nos baixos e médios rios, não havia problemas a vencer. Nos altos rios ou nos rios encachoeirados, a situação era diversa. Porque nas épocas de vazante, para os primeiros, ou no contornar ou vencer os trechos encachoeirados, para os segundos, a navegação se processava em meio a perigos e dificuldades ponderáveis. Os navios de maior calado ficavam impedidos de atingir os seringais. Tudo encarecia, em consequência"(4). Essa organização ecológica da economia da borracha não implicava apenas em preços mais altos para os consumidores das mercadorias mandadas de Belém ou do exterior. Implicava também num andamento especial nos desenvolvimentos das relações de produção. "Tropas de burros partem semanal, ou mensalmente, levando os alimentos, os utensílios de trabalho, e os mais apetrechos e objetos necessários à empresa ou solicitados pelo seringueiro e trazendo a borracha ali produzi-

(3) José M. Audrin, op. cit., p. 102.

(4) Arthur Cezar Ferreirã Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, p. 86.

da. São os chamados comboios"(5).

Tratava-se de transformar o latex em borracha, a natureza em mercadoria. Nesse processo, o que sobressaia, como o elemento principal do processo produtivo, era o seringueiro. Em seu trabalho repousavam os outros trabalhos. Sobre o seu ganho minguado repousavam os outros ganhos, maiores ou menores, do seringalista, aviador e exportador. Lá na lonjura da mata, ele trabalhava para os outros, em Conceição do Araguaia, em Belém do Pará, nas europas e nos Estados Unidos. Euclides da Cunha escreveu que o seringueiro "é o homem que trabalha para escravizar-se"(6).

No extrativismo da borracha, as relações de produção estavam organizadas de tal forma que o seringueiro parecia prisioneiro do seu trabalho. A borracha produzida pelo seringueiro somente poderia ser vendida por ele ao dono do seringal, o seringalista. E o seringalista detinha o monopólio do fornecimento de gêneros alimentícios, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, armas, bebidas, roupas etc. ao seringueiro. O seringalista fornecia ou aviava o seringueiro, o aviado. Mas esse aviamen- to era baseado no crédito, o que reforçava a posição monopolista desfrutada pelo seringalista em face do seringueiro. Além disso, o ermo das lonjuras, o pacto dos seringalistas, para evitar qualquer fuga ou mudança de seringueiro devedor, e o combate sistemático aos atravessadores, os regatões, todos esses laços aumentavam o controle das condições de trabalho e da circulação social do seringueiro. Acresce a isso tudo, a manipulação abusiva dos preços por parte do seringalista, o que agravava a exploração do seringueiro e o deixava em permanente débito nas contas que tinha com aquele. "Pelos cálculos feitos, um seringueiro podia ganhar mais de 4:000\$ por safra, o que, de sobra lhe chegaria para custear a vida, e reunir algumas economias. Mas tal não sói acontecer: o seringueiro, ao fim da safra está sempre a dever ao patrão, e, quase irremissivelmente, passa, de um a outro carregado de dívidas, que a este o jungem como escravo. Resulta o fato da vergeniosa exploração: adianta, como vimos, o patrão ao seringueiro roupas, gênero alimentícios e objetos de luxo, a preços fabulosos; a facilidade de obter tudo isso, sem desembolsar nada, leva o seringueiro

(5) Arthur Cezar Ferreira Reis, op. cit., p. 110.

(6) Euclides da Cunha, À Margem da História, citado, p. 221.

a demasias, que o oneram para sempre. A colheita de qualquer ano é, sem exceção, destinada a solver débitos do ano anterior, sendo o seringueiro obrigado a entregar ao patrão toda a borracha, para lhe fazer este as contas a seu talante" (7). A rigor, "desde o princípio da safra e até desde antes da abertura da estrada ou do começo da exploração, já se onerou de dívidas para com o patrão, que lhe adiantou mantimentos e mercadorias" (8).

Quando se tratava do seringueiro de origem nordestina, o endividamento começava a efetivar-se desde o início da arregimentação do trabalhador, lá em seu Estado de origem. E muitos foram os nordestinos levados para os trabalhos da borracha. Ao lado do caboclo e do índio amazônicos, o nordestino representou um contingente muito importante da mão-de-obra dedicada à borracha. Muitos eram principalmente cearenses. A mão-de-obra amazônica não foi suficiente para fazer face às exigências do aumento da produção. Para aumentar rapidamente a produção de borracha, a única solução era aumentar a quantidade de trabalhadores, pois que eram rudimentares os métodos de extração do látex, preparo da borracha e transporte do produto. "No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principiava a dever: deve a passagem de prôa até o Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, numa gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo que se destina, e que é na média, de 150\$000. Admitem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de fumo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um ri-fle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas chúcaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135\$000. Segue para o porto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneiros de farinha de água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas

(7) Documentos Parlamentares, Defesa da Borrachia (1906-1914), citado, conforme transcrição de Edgar Carone, A primeira República, citado, pp. 142-143.

(8) Documentos Parlamentares, op. cit., em Edgar Carone, op. cit., p. 143.

de banha, 8 libras de fumo, e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o brabo canhestro, de que chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000"(9).

O endividamento prévio e permanente era um elo essencial da teia de relações nas quais o seringueiro desenvolvia o seu trabalho. O contrato, ou regulamento, que vinculava o seringueiro ao seringalista, estabelecia multas e proibições, sobre todos os aspectos principais das relações entre ambos. Estipulava que "o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada". E acrescentava: "Qualquer freguez ou aviado não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais... Há entre os patrões acordo de não aceitar, uns os empregados dos outros, antes de saldadas as dívidas..."(10).

Esses eram alguns aspectos importantes das relações de produção vigentes no extrativismo da borracha. O exportador da borracha, localizado em Belém e ligado aos bancos nacionais e estrangeiros, financiava a casa aviadora de Belém. A casa aviadora vendia instrumentos de trabalho, armas, utensílios domésticos, roupas, bebidas etc., ao seringalista; e deste comprava a borracha. Era a casa aviadora que se encarregava do transporte fluvial dessas mercadorias. Da mesma forma que a casa aviadora tendia a ficar em débito para com o exportador de borracha que a financiava, também o seringalista vivia em débito para com a casa aviadora. Em seu barracão, em geral à margem de um rio ou igarapé, o seringalista armazenava as mercadorias que comprava da casa aviadora. Uma parte dessas mercadorias era consumida pelo seringalista, seus familiares e ajudantes, ali na beira. Mas a parte principal delas servia para o comércio com o seringueiro. Este vendia a borracha coletada ao seringalista e comprava o que precisava, ou podia comprar. Também a mulher entrava na categoria de aviamento precisado pelo seringueiro só, lá nas lonjuras das matas. "Os seringueiros, no seu infortúnio, encomendavam aos 'patrões' e estes às casas aviadoras, mulheres, como encomendavam gêneros alimentícios, utensílios, roupas etc.

(9) Euclides da Cunha, op. cit., pp. 22-23.

(10) Euclides da Cunha, op. cit., p. 25.

Verdadeiras mercadorias, entravam nas contas, escrituradas pelos guarda-livros como quaisquer outros objetos de uso diário. Foram, assim, chegando aos seringais, em meio aos abastecimentos, as partidas de mulheres, trazidas de toda parte, mesmo dos bordéis de Belém e de Manaus"(11).

Também houve carência de mão-de-obra e alimentos, motivos porque houve grande imigração de nordestinos e intensificou-se bastante o comércio de gêneros alimentícios. Na época de ascenso do ciclo da borracha, nos anos 1890-1912, todos os trabalhadores disponíveis foram mobilizados nas atividades ligadas à extração e ao transporte da borracha. Os seringueiros e os seringalistas consumiam gêneros alimentícios em boa parte trazidos pelos aviadores. "Havia necessidade de utilizar todos os braços disponíveis na colheita do latex. Qualquer dispersão de atividade fazia diminuir o fabrico, o que representava rendimento menos apreciável, desaconselhável em face das solicitações dos mercados consumidores e dos preços sedutores"(12). Houve "considerável diminuição da produção de alguns produtos agrícolas de fundamental importância para a sobrevivência da sua população rural e urbana. A realocação dos fatores produtivos regionais fez-se em detrimento agrícola comercial e de subsistência, e a favor do extrativismo da borracha"(13). Ao mesmo tempo que se desenvolvia, a economia da borracha provocava rearranjos e mudanças nos outros setores da economia e sociedade da região. Simultaneamente, crescia a demanda de braços para as atividades ligadas à extração e ao transporte da borracha. "A expansão da produção de borracha na Amazonia era uma questão de suprimento de mão-de-obra"(14). Eram bastante rudimentares os processos e os instrumentos aplicados na extração, defumação, acondicionamento e transporte da borracha. Na extração do látex e no preparo de peles e bolas de borracha, o que se aplicava era fundamentalmente força de trabalho humana, com escassa mediação de ferramentas e processos rudimentares. As forças produtivas e as relações de produção organizadas no extrativismo da borracha indu

(11) Arthur Cezar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, p.123.

(12) Arthur Cezar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, p.107.

(13) José Raimundo Oliveira Vergolino, A Borracha Extrativa e a Economia Amazônica - 1890/1930, Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1975, p. 18, mimeo.

(14) Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, 7a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967, p. 139.

ziram a uma grande demanda de trabalhadores. Recrutaram-se tanto os trabalhadores disponíveis na região, em geral provenientes das atividades agrícolas, como trabalhadores oriundos do Nordeste. Entre 1872 e 1900, a população dos estados do Pará e Amazonas cresceu de 329 000 para 695 000 habitantes. Descontado um crescimento vegetativo provável de um por cento, "o influxo externo teria sido de 260 000 pessoas" (15). Em poucas décadas, a indústria europeia e norte-americana de artefatos de borracha provocava transformações notáveis na organização social e técnica das forças produtivas e das relações de produção. Tudo isso estava articulado no sistema de aviação, por meio do qual comerciava-se a borracha, a carabina, o machado, a machadinha, o terço, a faca e muitos outros produtos, industriais ou não. Inclusive comerciavam-se mulheres, ao lado das exigências de força de trabalho para produzir cada vez mais borracha.

Nessa teia de relações sociais dos homens com a natureza e entre si, destacava-se o fato de que o seringalista, ou patrão, nem sempre era proprietário legal das terras ou matas aonde se localizavam as árvores gomíferas. Ao contrário, em geral o seringalista era apenas ocupante, posseiro. Nem por isso, no entanto, deixava de exercer o seu mando e domínio sobre o comércio dos homens com a natureza e entre si. "A formação de um seringal não obedecia a nenhum requisito legal, ou de conveniências sociais do Estado. Era, exclusivamente, produto de circunstâncias. Se a zona oferecia quantidade de árvores produtoras de leite, aí lançavam os fundamentos da posse - a barraca, evolução do tapiri do índio. Outro grupo, prosseguindo viagem rio acima, tinha procedimento idêntico. Os agrupamentos, sempre chefiados por uma figura central, que era o patrão, à conta de quem vinham assalariados os seringueiros, dispunham das terras devolutas para o seu trabalho de extração do látex e, pouco a pouco, transformavam, ainda que em pequena profundidade, o cenário agreste da beira dos rios" (16). "O proprietário- arrendatário ou simples posseiro do seringal era, pela força inelutável das circunstâncias, autoridade única, na defesa de sua vida e vultuosos interesses que lhe estavam confiados, e nos dissídios entre os que lhe estivessem subordinados ..." (17).

(15) Celso Furtado, op. cit., p. 139.

(16) Leandro Tocantins, O Rio Comanda a Vida (Uma interpretação da Amazônia), Biblioteca do Exército - Editora, Rio de Janeiro, 1970, p. 220.

(17) Ricardo Borges, Construção Econômica da Amazônia, Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, IDESP, Belem, 1970, p. 57.

À medida que se desenvolvia o extrativismo da borracha, com a sua teia de relações articulada com base no sistema de aviamento, formaram-se principalmente dois tipos de aglomerados humanos. Um deles era denominado o centro, local em que se organizavam e polarizavam as atividades dos seringueiros e os seus familiares. O outro era denominado beira, ou margem, onde se desenvolviam as atividades do seringalista, os seus familiares e os que participavam do empreendimento ou negócios do seringalista. "O barracão central e os que lhe são subsidiários ou complementares, localizados face ao rio, na terminologia do seringal, constituem a margem, em contraposição às situações ou localizações do interior, onde se instalam e operam os seringueiros, a que se dá o nome de centro"(18).

As relações de produção vigentes no extrativismo da borracha faziam do seringueiro, pois, um singular prisioneiro do próprio trabalho. Trabalhava para saldar dívidas, manter-se e seguir trabalhando, para saldar dívidas, manter-se e assim por diante, sempre. Num território de largas extensões de terras devolutas, o endividamento permanentemente renovado operava como uma forma de atar o trabalhador às condições de trabalho que lhe eram impostas. Esse endividamento era tanto mais eficaz porque estava apoiado no monopólio exercido pelo seringalista, ou patrão, sobre o aviamento do seringueiro. Ao mesmo tempo, o seringalista era patrão absoluto no território do seringal. Havia também um pacto, tácito ou expresso, entre os patrões, no sentido de controlar totalmente qualquer movimentação dos seringueiros endividados. Inclusive as largas lonjuras eram elemento importante das relações de produção vigentes ali. A teia das relações móveis, incidentais, dos homens com a natureza era, ao mesmo tempo, uma teia de relações bastante elaboradas, consistentes e estruturadas dos homens entre si. Nas condições em que era obrigado a trabalhar, o seringueiro parecia um escravo. "É o homem que trabalha para escravizar-se"(19) Num território com muita terra disponível, o endividamento permanentemente renovado impedia que o seringueiro escapasse das relações de produção organizadas com base no extrativismo da borracha. "É preciso impedir que o trabalhador acumule reservas e faça economias que o tornem indepen-

(18) Arthur Cezar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, p. 83.

(19) Euclides da Cunha, op. cit., p. 22.

dente. Nesta região semi-deserta de escassa mão-de-obra, a estabilidade do trabalho tem sua maior garantia no endividamento do empregado"(20).

Note-se que o latex extraído pelo seringueiro da árvore gomífera transformava-se em artefato de borracha na Europa e nos Estados Unidos. A atividade dele, solitário na mata, redundava em pneus, objetos de uso farmacêutico, médico, ou outro, em diferentes países. A força de trabalho do seringueiro aplicada na árvore gomífera cristalizava-se em borracha rústica ali na mata, borracha esta que, em seguida, em outros lugares e países, transformava-se em artefatos de vários tipos, formas e usos. A indústria de borracha, na Europa e nos Estados Unidos, comandava o volume e a intensidade da produção de borracha rústica na mata. A extração do latex da árvore gomífera - seja pela técnica da sangria como na árvore de seringa, seja pela técnica da derruba e sangria, como na árvore de caucho - era um trabalho desempenhado sob o comando do capital industrial estrangeiro. O capital comercial, em cujas malhas se prendia o trabalho do seringueiro, era somente a expressão mais imediata e visível do ciclo de reprodução do capital industrial centrado na indústria de artefatos de borracha e cada vez mais influenciado pela indústria automobilística.

A despeito das articulações bastante profundas entre os movimentos do capital industrial, centrado na Europa, e nos Estados Unidos, e o trabalho do seringueiro solitário na mata, alguns autores tenderam a restringir-se ao nível do capital comercial quando explicaram o sistema de aviamento. Viram o aviamento principalmente como um intercâmbio comercial, em si. Por isso viram o seringueiro como alguém dependente do seringalista e este, por sua vez, dependente da casa aviadora. Esta seria a santíssima trindade da borracha: o seringueiro, o seringalista e o aviador. Essa compreensão do aviamento aparece em diversas formulações. Vejamos o que escreveu Macedo Soares, oferecendo uma indicação nesse sentido. "A exiguidade dos capitais aplicados na produção da borracha torna, entre nós, os seringalistas ou proprietários dos seringais, dependentes das "casas aviadoras" de Manaus ou de Belém, da mesma forma que a imprevidência dos seringueiros os escraviza aos patrões"(21). Os vários laços e enlaces comer-

(20) Caio Prado Junior, História Econômica do Brasil, citado, p. 244.

(21) José Carlos de Macedo Soares, A Borracha, citado, p. 49.

ciais entre uns e outros aparecem, numa formulação mais completa, no escrito de Ferreira Reis. Note-se, desde já, que o capital comercial aparecia sob várias formas: dinheiro, mercadoria e crédito; mas o crédito parecia predominar, o que ressaltava a impressão de domínio exclusivo do capital comercial. "A movimentação das operações ligadas à produção da borracha exigiu... a formação de capitais com que fosse financiado o negócio, de seus primeiros momentos às suas resultantes matérias representadas nas peles de goma elástica mandadas aos mercados consumidores na Europa e nos Estados Unidos. A formação desse capital, evidentemente, não se processou senão como decorrência do esplendor que o comércio na espécie ia conquistando. As "casas aviadoras" representaram, aliás, nesse particular, um papel preponderante, fundamental mesmo. Esse capital, de outro lado, não se corporificou, no interior da região produtora de borracha, pelo dinheiro amodado, que circulava nos seringais, como circulava em Belém e Manaus, permitindo o giro das operações de compra e venda. Representara-se no crédito e esse, por sua vez, nos vales, nas contas, nos próprios produtos recebidos de fora ou exportados pelos seringueiros"(22). "A rede bancária regional, representada nos estabelecimentos que reuniram os capitais das duas províncias amazônicas, ou nas agências de bancos nacionais e principalmente estrangeiros, inglês e norte-americanos, não exerceu o papel que se podia dela esperar. Os financiamentos que realizou não se destinavam diretamente aos seringalistas. Funcionava voltada para as casas aviadoras ou preferentemente para as grandes firmas exportadoras, que adquiriam, com destinação certa e segura aos mercados do exterior, a produção dos seringais obtida aos "aviadores". Os abusos, como é natural, foram sem conta. Os aviadores abriam créditos imensos aos aviados seringalistas; estes, aos seringueiros. A especulação não teve limites. As mercadorias pela tentação do lucro alto ou para garantia maior em face dos constantes perigos a que a aventura das gomas expunha todos, eram faturadas sem medida, num excesso incrível e lamentável. Nos seringais, insistimos nesse aspecto da vida local, nada se compra ou paga a dinheiro, mas sim em espécie. Os preços em vigor, do carretel de linha, do anzol, dos remédios, às roupas, aos alimentos, são todos majorados em 40, 50 e 60% sobre o valor real. O aviador exagera-os, acresce-os para os seringalistas e estes para o seringueiro. Em última análise, o seringueiro paga as mercadorias que lhe ven-

(22) Arthur Cezar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, p.90.

dem com um ágio que vai até cem e mais por cento. E como não dispõe de dinheiro amedado para efetuar os pagamentos, tudo adquire mediante o crédito que se lhe abre na sede do seringal e para cujo encontro de contas oferece a garantia de seu trabalho, que ele materializa no que produz. O crédito, fácil, permitiu a dinamização da empresa gomífera" (23).

A rigor, o seringueiro estava duplamente atado ao capital industrial, à reprodução capitalista centrada principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Por um lado, o seringueiro produzia uma mercadoria destinada a ser retrabalhada nas fábricas estrangeiras de artefatos de borracha. E essa era a principal articulação entre o capital industrial e a materialização da força de trabalho do seringueiro solitário na mata. Por outro lado, o seringueiro era obrigado a consumir vários e diferentes produtos industriais para poder desenvolver a sua atividade na produção da borracha. Ele comprava carabina, balas, machado, machadinha, faca, lanterna, utensílios para uso doméstico, remédios, roupas, etc. (24). A teia de relações sociais de produção, bastante elaboradas, consistentes e estruturadas, não articulava apenas o seringueiro, o seringalista, o aviador e o exportador; articulava a força de trabalho do seringueiro solitário na mata e a indústria de artefatos de borracha na Inglaterra, Estados Unidos ou outro lugar. No capitalismo, a acumulação de capital é comandada pelo capital industrial, ela se realiza na esfera da produção. No caso da borracha, do sistema de aviamento, é apenas aparente o domínio do capital comercial nos laços e liames que atavam o seringueiro, o seringalista, o aviador e o exportador. Aí, o comércio e o crédito, a despeito da sua grande importância, estavam comandados pela reprodução do capital industrial. Foi a indústria de artefatos de borracha que gerou o ciclo da borracha. "Este (o modo capitalista de produção), na verdade, se apóia sobre o próprio mercado mundial. Mas, a necessidade imanente ao capitalismo, de pro-

(23) Arthur Cezar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, p. 91. Consultar também: Roberto Santos, "O Equilíbrio da Firma Aviadora e a Significação Econômica Institucional do Aviamento", Pará Desenvolvimento, Nº 3, IDESP, Belém, 1968, pp. 8-30; Otávio Guilherme Velho, Frentes de Expansão e Estrutura Agrária, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972, p.41; Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller, Amazônia: Expansão do Capitalismo, Brasiliense e CEBRAP, São Paulo, 1977, pp. 24-36.

(24) Euclides da Cunha, A Margem da História, citado, p. 23; Arthur Cezar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, pp. 87-88.

duzir em escala cada vez maior, leva à expansão contínua do mercado mundial, de modo que não é o comércio que revoluciona constantemente a indústria, mas o contrário. E o domínio comercial é agora função da predominância maior ou menor das condições da indústria moderna" (25).

Foi a indústria de artefatos de borracha, da Europa e dos Estados Unidos que gerou o ciclo da borracha amazônica. A teia de relações móveis incidentais, dos homens com a natureza, estava articulada com a teia de relações bastante elaboradas, consistentes e estruturadas dos homens entre si. A árvore gomífera estava articulada com o pneu, da mesma forma que o tapiri, a pequena choça do seringueiro, estava articulada à fábrica de artefatos de borracha. A natureza estava socializada, imersa nas relações de produção configuradas no sistema de aviamento, socialização essa comandada pela acumulação de capital que se efetivava na esfera da produção industrial de artefatos de borracha. A mais-valia absoluta produzida pelo seringueiro era apropriada, em última instância, pelos proprietários das fábricas. O seringalista, o aviador e o exportador eram elos intermediários entre o seringueiro e o capitalista. Inserido nessas relações de produção, o seringueiro era um elo fundamental na reprodução e acumulação do capital industrial europeu e norte-americano; o outro elo era o operário europeu, ou norte-americano. E o paradoxo era o fato de que este era um trabalho livre, ao passo que o outro era semi-escravo. O seringueiro era prisioneiro do sistema de aviamento, do comércio, do crédito, da violência privada do patrão. Mas esse paradoxo se explica, ao menos em parte, quando lembramos que na Amazônia a terra era farta e livre, ao mesmo tempo que a mão-de-obra era escassa. Nesse ambiente, o seringueiro não podia ser um trabalhador livre, um assalariado. Se fosse um trabalhador livre, de posse do seu salário, logo estaria em condições de seguir adiante, apossar-se de alguma terra, constituir uma unidade de economia de subsistência. A fartura de terras livres e a relativa escassez de mão-de-obra resolveram-se no aviamento, no sistema de relações de produção em que o endividamento permanentemente reproduzido atava o seringueiro ao seringalista, este ao aviador e este, por sua vez, ao exportador, que dependia do industrial. O sistema funcionava de tal forma que impedia que trabalhador acumulasse reservas, fizesse economias e se tornasse independente, seguisse adiante. Assim se garantia a vinculação

(25) Karl Marx, O Capital, 3 livros, tradução de Reginaldo Sant'Anna, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968-74, Livro Terceiro, vol. 5, p. 384.

estável do seringueiro no circuito da produção de borracha, circuito esse que ia da árvore gomífera ao pneu, do tapiri à fábrica.

Em síntese, o sistema de aviamento era uma forma singular de organização técnica e social das forças produtivas e das relações de produção. A terra era farta e praticamente livre, mas as árvores gomíferas não ocorriam em profusão; umas vezes estavam concentradas em algum lugar, outras estavam dispersas em amplas distâncias. As comunicações eram difíceis e lentas, tanto por rios e igarapés, como por estradas e caminhos. Os meios de transporte eram o lombo do animal ou alguma embarcação, a remo ou motor. Mas sempre demoradas as comunicações. A principal fonte de energia era a força humana. Também a força animal era importante. No transporte de mercadorias usava-se inclusive o motor. Mas a principal fonte de energia era a força humana, que se aplicava com instrumentos parcos e rudimentares na extração do látex e na preparação da borracha a ser transportada até os embarcadouros dos rios e igarapés. O machado, a machadinha, a faca, a tigela, o balde, a bacia, a fumaça necessária e apropriada à coagulação do látex em borracha, pouca e rudimentar era a tecnologia empregada pelo seringueiro na preparação das peles e bolas de borracha a embarcar para Belém e, em seguida, o exterior. O capital era exíguo, aparecia maiormente sob a forma de vales, contas ou créditos e débitos. No intercâmbio entre o seringueiro, o seringalista e o aviador, tudo era referido ao dinheiro, mas este não estava presente. Ali circulavam mercadorias de procedência industrial, e inclusive alimentos, tudo trazido pelo aviador ao seringalista, e transferido deste ao seringueiro, em troca de peles e bolas de borracha. As forças produtivas estavam organizadas técnica e socialmente nas relações de produção que atavam e submetiam o seringueiro ao seringalista, este ao aviador e o aviador ao exportador. O sistema de aviamento era a forma assumida ali pela organização social e técnica das forças produtivas e das relações de produção. Na economia extrativa da borracha, a natureza estava amplamente incorporada no processo produtivo, seja pelas árvores gomíferas que se talhavam e cortavam, seja pelas estradas, caminhos, igarapés e rios, que se percorriam. Na economia extrativa de borracha, a natureza foi incorporada no processo de reprodução e acumulação do capital industrial, da mesma forma que a força de trabalho do seringueiro solitário na mata, colhendo látex, vinculava-se à força de trabalho do operário na fábrica, produzindo artefatos de borracha.

V - A FORMAÇÃO DO CAMPEPINATO

A crise do extrativismo da borracha foi rápida e teve consequências econômicas e sociais mais ou menos profundas em toda a região amazônica. Afetou as condições de vida no centro, onde o seringueiro desenvolvia as suas atividades, na beira, onde o seringalista desenvolvia os seus negócios e na cidade, pequena ou grande, Conceição do Araguaia ou Belém, onde o aviador e o exportador desenvolviam as suas transações. A crise veio de fora, do exterior como um cataclisma, entrou pela cidade, beira e centro, mato-a-dentro. Provocou a estagnação e o retrocesso das atividades econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, ocorreu um rearranjo geral na organização das forças produtivas e das relações de produção.

No Estado do Pará, a produção de borracha vinha decrescendo desde vários anos antes da queda dos preços provocada pela concorrência da borracha do sudoeste asiático. Foi em 1899 que a produção do Pará atingiu o seu máximo. Em seguida, decresceu continuamente. É o que indica a Tabela 1.

TABELA 1

PRODUÇÃO DA BORRACHA EXTRATIVA VEGETAL
AMAZÔNIA E PARÁ - 1890-1912

ANOS	PRODUÇÃO DA AMAZÔNIA 1		PRODUÇÃO DO PARÁ 2		B/A %
	(A)	(t)	(B)	(t)	
1890	16	394	12	953	79,011
1891	17	790	13	605	76,475
1892	18	609	13	885	74,614
1893	19	430	14	696	75,636
1894	19	470	13	955	71,674
1895	20	975	15	461	73,711
1896	22	320	15	348	68,763
1897	22	260	15	588	70,027
1898	21	900	15	763	71,977
1899	25	100	16	398	65,330
1900	26	750	15	519	58,015
1901	30	300	12	573	41,495
1902	28	700	11	681	40,700
1903	31	100	10	282	33,061
1904	30	000	10	973	36,576
1905	35	000	10	669	30,482
1906	36	000	11	012	30,588
1907	38	000	9	671	35,450
1908	39	000	9	963	25,546
1909	42	000	10	152	24,171
1910	40	800	9	512	23,313
1911	37	730	9	185	24,272
1912	42	410	9	229	21,761
1913	39	370	8	752	22,230
1914	37	000	7	747	20,937
1915	37	220	8	745	20,808
1916	36	500	8	314	22,778
1917	39	370	8	047	20,439
1918	31	700	6	578	20,750
1919	38	000	6	715	17,671
1920	30	790	5	475	17,781
1921	19	837	4	111	20,723
1922	21	735	4	237	19,493
1923	22	580	4	336	19,202
1924	23	514	4	013	17,066

FONTE: 1. REIS, Arthur Cesar Ferreira, op.cit.
2. Departamento de Estatística do Estado.

OBS.: Tabela organizada por José Raimundo Oliveira Vergolino, A Borracha Extrativa e a Economia Amazônica - 1890/1930, Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1975, p. 20, edição mimeo grafada.

Em 1910, a borracha amazônica representava um pouco mais de 88 por cento do total da produção mundial. Apenas quatro anos depois, em 1914, ela estava reduzida a cerca de 43 por cento do total mundial. A borracha nativa da região amazônica cedia o seu lugar à borracha cultivada na Malásia e no Ceilão(1). As condições sob as quais se produzia a borracha na região amazônica eram rudimentares, comparadas com aquelas sob as quais se produzia a borracha no sudoeste asiático. Inicialmente caiu o preço, em seguida caiu a exportação. "O ano de 1910 assinalou um período de retrocesso para a borracha, sob muitos aspectos. O nível sempre crescente dos preços dos 10 anos anteriores foi substituído por uma tendência de baixa que, continua sempre até os dias atuais (1935), com excessão da "alta" artificial durante o período de controle, não obstante o aumento do consumo ser aproximadamente oito vezes maior do que em 1910"(2). Apesar da continuidade da produção, devido ao aumento crescente do consumo interno de artefatos de borracha, entra em crise o conjunto do sistema econômico que havia prosperado na época de ascenso do extrativismo da borracha. "Precisamente em 1912 a exportação da borracha brasileira alcança seu máximo com um total de 42 000 toneladas. Daí por diante é o declínio. Os preços também atingem seu teto em 1910, valendo então a tonelada quase 10 contos FOB, ou sejam 639 libras. Neste ano a exportação soma 377 000 contos(24.646.000 libras-ouro), e representa quase 40% da exportação total do país contra 385 000 contos ou pouco mais de 40% representada pelo café. Depois é a degringolada. A borracha brasileira, explorada nas condições que vimos, não resistirá à concorrência do produto oriental que em poucos anos a substituirá quase inteiramente nos mercados mundiais"(3). O caráter abrupto e generalizado da crise foi tanto mais incontrolável porquanto esta decorreu de condições externas, alheias, fora do alcance dos negociantes e governantes brasileiros. Até então, "o Brasil nunca passara de mero produtor de matéria-prima; todo negócio propriamente da borracha, desde o financiamento e o comércio até a manipulação e consumo do produto industrializado, era-lhe alheio"(4). Por isso, "O colapso da produção brasileira viria co-

(1) J.F. Normano, Evolução Econômica do Brasil, 2a. Edição, Tradução de T. Quartim Brabosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira, Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1945, p. 50.

(2) J.F. Normano, Evolução Econômica do Brasil, citado, pp. 50-51.

(3) Caio Prado Junior, História Econômica do Brasil, citado, p. 245.

(4) Caio Prado Junior, op. cit., pp. 245-246.

mo um cataclisma arrasador"(5). Em 1912, a exportação brasileira havia alcançado 42 000 toneladas. Em 1913 ela cairia para 36 232 toneladas. Em 1920 já era apenas 23 586 toneladas. E em 1932 o total da exportação brasileira de borracha descia a somente 6 224 toneladas(6).

A tecitura da teia de relações constituída com base no extrativismo da borracha era, ao mesmo tempo, bastante consistente e frágil. Bastante consistente, porque articulava com grande eficácia um complexo sistema de relações e elos polarizados em torno do seringueiro, seringalista, aviador, exportador e indústria de artefatos de borracha. É frágil porque o conjunto do sistema estava totalmente determinado pelos movimentos de capital industrial localizado na Europa e nos Estados Unidos. O extrativismo da borracha era uma forma de organização social e técnica das forças produtivas e das relações de produção totalmente determinada pela reprodução e acumulação do capital industrial ligado à produção de artefatos de borracha. Ao mesmo tempo que eram rudimentares os processos e os instrumentos de extração, preparo e transporte da borracha, também foram rudimentares as forças produtivas e as relações de produção organizadas na economia do extrativismo. Tudo estava bastante bem articulado enquanto era forte a determinação externa. Enfraquecida ou eliminada esta, as forças produtivas e as relações de produção articuladas no sistema de aviamento logo estagnaram e entraram em retrocesso. Ocorre que "a imensa riqueza, obtida no comércio da borracha, não foi fixada à terra, aplicada ao seu beneficiamento, nem utilizada para consolidar a vida social da população operária, que era nômade por natureza e origem"(7). Além disso, não se cuidou de modificar, nem de melhorar a técnica da extração da borracha, que era colhida por processos primitivos e dispendiosos mantidos os mesmos através de um século inteiro"(8). E houve também "a carência de mão-de-obra, elemento de fundamental importância para o crescimento da produção"(9). Generalizava-se a estagnação e o retrocesso das forças produtivas e

(5) Caio Prado Junior, op. cit., p. 246.

(6) Almir de Andrade, Contribuição à História Administrativa do Brasil, 2 volumes, Livraria Jose Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1950, Vol. II, p. 20.

(7) Almir de Andrade, op. cit., p. 20.

(8) Ibidem, p. 20.

(9) José Raimundo Oliveira Vergolino, A Borracha Extrativa e a Economia Amazônica - 1890/1930, citado, p. 26.

relações de produção. "Depois de 1912, com o fim da fabulosa alta do preço da borracha, tanto o sistema comercial quanto o sistema de escravização pela dívida, ligados à indústria da borracha, começaram a se desintegrar. Os "barões" da borracha perderam o poder absoluto e as fortunas que possuíam. Escândalos internacionais atraíram a atenção do mundo para a escravização do seringueiro da Amazônia. Os comerciantes, perdendo o crédito dos exportadores, muitas vezes sentiam alívio em dispensar seus trabalhadores" (10). Assim, o conjunto da economia amazônica entra em estagnação e retrocesso. Ao mesmo tempo, no entanto, ocorria um rearranjo das forças produtivas e relações de produção. Em maior ou menor grau, as condições de vida na região, e nas suas diversas áreas, encontraram outras formas de organização. Surgiram roças e criações nos sítios onde se localizavam os ex-seringueiros, ex-caucheiros ou outros trabalhadores ligados anteriormente ao extrativismo da borracha. Formam-se núcleos de sítiantes.

Entre 1912 e 1960 (tomadas essas datas como aproximações, para delimitar uma época) a área de Conceição do Araguaia teve atividades econômicas e sociais bastante modestas, em comparação com o dinamismo dos anos de ascenso do extrativismo da borracha. Nos anos 1912-60, a economia da área esteve voltada principalmente para as exigências da população rural e urbana de Conceição do Araguaia, antes do que para as exigências do comércio e da indústria de Belém ou outros lugares. Houve uma transição para outros extrativismos e a agropecuária, depois que decaiu drasticamente o monoextrativismo da borracha. Ao cair, ou reduzir-se a zero, a capacidade de compra ou endividamento do seringueiro e do seringalista, além de todos aqueles a eles associados, os aglomerados humanos formados nos centros, beiras e cidades tiveram que rearranjar as suas relações de produção e as suas forças produtivas. Na área de Conceição do Araguaia a maioria da população produtiva passou a dedicar-se a atividades agrícolas, pecuárias, de caça, pesca ou outras. O produto do trabalho de uns e outros, agricultores, criadores, caçadores, coletores de drogas do sertão e outras destinava-se principalmente ao consumo dos próprios produtores, seus familiares e vizinhos, ou ao comércio local, centrado no núcleo urbano de Conceição do Araguaia. Era pouco o que se comerciava com os outros centros urbanos, em especial Belém. Naturalmente a população da área era obrigada a comprar alguma roupa, calçado, medicamento, sal, utensílio do-

(10) Charles Wagley, Uma Comunidade Amazônica, citado, p. 107.

méstico, ferramenta ou outra mercadoria. Por isso, era obrigada a produzir algum excedente para o comércio local, ou para o comércio com Belém. Além do mais, por pequena que fosse, a burocracia pública e privada de Conceição do Araguaia dependia do excedente de gêneros alimentícios produzidos na área. Ao entrar em colapso o extrativismo da borracha, entrou em colapso o sistema de aviamento, que organizava as forças produtivas e as relações de produção. Isso significa que entrou em colapso o sistema de suprimento de armas, ferramentas, utensílios domésticos, medicamentos, bebidas, vários outros produtos e inclusive, gêneros alimentícios, que atendia ao consumo dos aglomerados formados nas beiras, em torno do seringalista, e nos centros, em torno do seringueiro. A estagnação e o retrocesso das atividades econômicas e sociais em Conceição do Araguaia foram acompanhadas de um rearranjo geral na organização das forças produtivas e das relações de produção. Ao monoextrativismo de borracha sucedeu uma economia camponesa diversificada, ainda que voltada principalmente para o consumo dos próprios produtores e, secundariamente, para o comércio local. "A cidade e todo o seu município, que na época era bem mais extenso do que hoje (1973), entrou numa longa e duradoura fase de regressão, a maior até agora da sua história, pois a partir do fim de 1912 até mais ou menos meados da década de 60, sua população diminuiu consideravelmente, salvo algumas oscilações, nesse período, provocadas pelos muitos ciclos econômicos surgidos com a exploração de minérios, principalmente cristal de rocha. Sem expressão econômica", vivia "ao dissabor da pobreza, malária, tuberculose" (11). Esse "ciclo" de cristal de rocha estaria centrado nos anos da década dos quarenta. Além disso, devido aos efeitos da guerra mundial no Sudoeste da Ásia, em 1941-45, cresceu repentinamente a demanda norte-americana de borracha nativa da Amazônia, o que deu origem a um novo ciclo desse produto, conhecido como a época da "2a. borracha". Em seguida a esses surtos de cristal de rocha e borracha, a economia e a sociedade de Conceição voltam mais ou menos à mesma acalmia das décadas anteriores.

Alguns dados podem servir de indicação sobre a forma pela qual a área de Conceição do Araguaia foi atingida pela crise do monoextrativismo da borracha. Já vimos que em 1912 houve a maior exportação da borracha brasileira, com 42 000 toneladas, e representando 40% da exportação total do país. Em 1913 ela caiu para 36 232 toneladas; e continuou a decrescer nos anos seguintes. Pois bem, em 1911, em pleno apogeu da borracha, a população da área

(11) Paulo Botelho de Almeida Prado, Relatório, citado, p. 6

de Conceição do Araguaia talvez tenha atingido o seu máximo crescimento. "Conceição não era mais o arraialzinho de outrora. Era já cidade, cabeça de comarca, com uma população de seis mil almas, e seu território contava mais de quinze mil habitantes, espalhados pelas beiras do rio, nos campos e nas matas que se estendem em direção do Xingú" (12). Em 1920, no entanto, a população do município de Conceição do Araguaia contava com 11 001 habitantes (13). Vinte anos depois, em 1940, a população total do município havia se reduzido a 4 715 pessoas, das quais mais de 70 por cento vivendo no meio rural. Em 1950 a população local havia se elevado para 6 322 habitantes, dos quais ainda mais de 70 por cento no meio rural. Em 1960 a população de Conceição do Araguaia aproximou-se do que era em 1920, ao alcançar um total de 11 283 habitantes (14).

Outro indicio de estagnação e retrocesso havidas no lugar foi o decreto estadual nº 6, de 4 de novembro de 1930, que suprimiu o município de Conceição do Araguaia, passando o seu território à administração direta do Estado do Pará.

Outro decreto estadual, de nº 78, de 27 de dezembro de 1930, confirma o anterior. É bem provável, no entanto, que as reações políticas da população local e dos seus porta-vozes em Belém, tivessem feito o governo estadual recuar da decisão de extinguir o município. Tanto assim que a lei estadual nº 8, de 31 de outubro de 1935, na qual se relacionam as comunas paraenses, figura o município de Conceição do Araguaia (15). Em seguida, em 1940, ele aparece no recenseamento.

Ao rearranjarem-se as forças produtivas e as relações de produção, ao mesmo tempo que se aprofundava e generalizava a crise da borracha, constituiu-se um setor camponês razoavelmente significativo, composto de sitiantes. Em muitos lugares, ou ressurgiu, ou nasceu pela primeira vez, um setor camponês. Ao mesmo tempo que ocorria a crise, a estagnação, o retrocesso ou a decadência do monoextrativismo da borracha, ocorria também o rearranjo das forças produtivas e das relações de produção. É verdade que houve fuga e debanda de aviadores, seringalistas e seringueiros. Houve o abandono de centros,

(12) José M. Audrin, Entre Sertanejos e Índios do Norte, citado, p. 102.

(13) Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920, Typ. da Estatística, Rio de Janeiro, 1923.

(14) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Recenseamentos Gerais de 1920, 1940, 1950 e 1960.

(15) Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), Diagnóstico Sócio Econômico Preliminar - Zona do Planalto, mimeo, p. 7.

beiras (ou margens) e cidades. Mas também houve alguma recomposição das atividades econômicas e sociais, nos mesmos lugares ou em outros. Rearticularam-se as forças produtivas nos quadros de novas ou outras formas de organização social e técnica das relações de produção. Formou-se uma sociedade de sítiantes, com suas roças, criações e atividades extrativas para o autoconsumo. Em especial, a experiência do extrativismo (coleta, caça e pesca), aliada a alguma criação e roça, permitiu que se formassem núcleos de sítiantes e pequenos fazendeiros esparsos. Ao decair o monoextrativismo da borracha, voltado para o comércio e a indústria externos, ocorreu a diferenciação das atividades produtivas, voltadas para o consumo e o comércio internos, principalmente locais. Diferenciou-se o extrativismo em coleta, caça e pesca; ao mesmo tempo, formaram-se roças e criações. Constituiu-se um setor camponês razoavelmente significativo. Mas disperso no espaço ecológico. A crise do monoextrativismo da borracha, fez ressurgir, em alguns lugares, o campesinato característico da região amazônica; em outros lugares, como em Conceição do Araguaia, o campesinato praticamente surge ao ocorrer a decadência do monoextrativismo da borracha.

Foi esse, aproximadamente, o quadro social predominante na área de Conceição do Araguaia entre 1912 e 1960. Ao lado das atividades econômicas e sociais influenciadas ou determinadas por Belém, predominou uma espécie de vida camponesa. As forças produtivas e as relações de produção rearticularam-se num patamar inferior àquele que havia sido determinado pelo monoextrativismo da borracha. Essa configuração social predominou, com poucas modificações, ao longo de cerca de cinquenta anos, entre 1912-60. "A população rural, é quase inteiramente constituída de "caboclos" vivendo mais ou menos isolados, à margem dos cursos d'água, tendo como base econômica a coleta de produtos vegetais e a pesca. De modo geral, pode-se dizer que há múltiplos tipos de atividade, não se podendo apontar um só como principal. Em muitas áreas esta população é instável. Ocorre isto em virtude do extrativismo vegetal e da pesca, ambos de produção extremamente variável durante o ano" (16). Ao mesmo tempo, a coleta, a caça e a pesca podiam combinar-se ou, combinavam-se com alguma agricultura. Também havia núcleos de caboclos que se apoiavam principalmente no extrativismo de subsistência, assim como centros que se dedicavam a

(16) Catharina V. Dias e Manuel M. Albuquerque, "Povoamento e Distribuição da População. Os Elementos Étnicos. Relações entre o Elemento Indígena e a Sociedade Amazônica", Geografia do Brasil, Volume I, Conselho Nacional de Geografia, IBGE, Rio, 1959, p. 229.

uma agropecuária de subsistência. Entretanto, "além de ser pobre, a agricultura cabocla é uma atividade secundária na Amazônia, se se considerar a ínfima porção do solo que ocupa e comparar o valor da sua produção com o oriundo do extrativismo" (17).

Esse setor camponês, constituído em seguida à crise do monoextrativismo da borracha, distribuiu-se ecologicamente em núcleos menores ou maiores. Alguns localizaram-se à margem de rios e igarapés; outros no interior, mato-a-dentro. Em muitos casos, uns e outros originaram-se dos centros e das beiras que se haviam constituído com a teia de relações gerada pelo monoextrativismo da borracha.

(17) Catharina Vergolino Dias, "Agricultura de subsistência e Agricultura Comercial, Geografia do Brasil, volume I, citado, p. 301.

VI - ROÇAS E CRIAÇÕES

Ao longo dos anos 1912-60, o município de Conceição do Araguaia teve uma economia extrativista diversificada, combinada com agricultura e pecuária. Além da coleta, caça e pesca, houve roças e criações. A produção econômica destinava-se a atender principalmente às exigências do consumo de caboclos, sitiantes, fazendeiros, agregados, empregados, funcionários, professores, religiosos, policiais, comerciantes e outros, no campo e na cidade. Havia um comércio local, ao lado da produção para o consumo de caçadores, pescadores, coletores, lavradores, criadores e outros, juntamente com os seus familiares e dependentes. Ao mesmo tempo, uma parte da produção era comerciada em Belém, ou vendida em Conceição do Araguaia, para os comerciantes chegados de Belém e outros lugares. As comunicações com Belém realizavam-se pelos rios Araguaia e Tocantins, tomando meses de demora. Tratava-se de realizar alguma renda monetária para a compra de ferramentas de trabalho, utensílios domésticos, roupas, calçados, medicamentos, bebidas, armas e outras mercadorias indispensáveis ao funcionamento da economia e sociedade locais. Assim, nos anos 1912-60 Conceição do Araguaia ganhou uma fisionomia peculiar. As forças produtivas e as relações de produção ganharam uma conformação altamente (mas não exclusivamente) determinada pela subsistência de caboclos, sitiantes, fazendeiros, agregados, empregados, funcionários, professores, religiosos, policiais, comerciantes e outros, no campo e na cidade. Mas essa conformação econômica-social não se manteve parada ao longo dos anos 1912-60. Ela se modificou em vários aspectos. Por sob a aparência de estagnação, ou decadência houve certos rearranjos das forças produtivas e das relações de produção.

Nessa época, 1912-60, a economia e a sociedade de Conceição do Araguaia estavam marcadas por dois característicos notáveis, se não principais. Um deles era o campesinato, ou a economia de tipo camponês que parece ter sido importante no lugar. Este capítulo tratará principalmente desse característico. O outro era o rio Araguaia, como principal e único meio de comunicação entre Conceição e Belém. Esse rio definia o ritmo e o andamento das comunicações e transações entre as duas localidades. Numa época em que a produção agrícola, pecuária e extrativa realizada no município de Conceição do Araguaia não era fundamental nem para o

mercado externo nem para o mercado de Belém, era óbvio que o intercâmbio entre as duas localidades limitava-se ao comércio de excedentes eventuais do lado de Conceição, e ferramentas, armas, utensílios domésticos, medicamentos e algumas outras mercadorias, do lado de Belém.

No conjunto da economia do município de Conceição do Araguaia, ao longo dos anos 1912-60, predominou o campesinato. Isto é, predominaram os sítios e fazendas, nos quais havia roças e criações destinadas à subsistência dos produtores, os seus familiares, parentes ou agregados. Às vezes os sitiante estavam dispersos, isolados no espaço ecológico, em longas distâncias separados. Outras vezes achavam-se mais ou menos aproximados em vizinhanças. Alguns desses núcleos de vizinhança originaram-se dos centros nos quais viviam e trabalhavam os seringueiros e caucheiros. Em todos os casos, o intercâmbio econômico do sitiante com o núcleo urbano de Conceição do Araguaia era pouco, esporádico. Nessa ocasião, havia um reduzido comércio entre o sitiante ou fazendeiro e a cidade. A totalidade desses sítios e fazendeiros era composta de posseiros; pessoas e famílias que trabalhavam a terra sem qualquer título de posse legal. Tanto assim que ainda em 1960, entre os 982 estabelecimentos rurais registrados pelo recenseamento, 968 estabelecimentos estavam sob a responsabilidade de ocupantes, isto é, posseiros. É verdade que o tamanho médio dos sítios e fazendas era razoável: cerca de 98 hectares cada um. Mas esses estabelecimentos eram explorados extensivamente e de forma descontínua. Ainda em 1960 a população rural era esparsa e rarefeita. Da mesma forma eram os roçados e as criações em sítios ou fazendas.

O exame e o confronto dos dados registrados pelos recenseamentos de 1920, 1940, 1950 e 1960 permitem construir uma imagem aproximada da fisionomia e das alterações da conformação econômico-social de Conceição do Araguaia na época.

Em 1920, era bastante reduzida a área do município de Conceição do Araguaia dedicada à agricultura e à pecuária. É verdade que àquela época o território desse município ocupava 41 427 quilômetros quadrados, classificando-se em quadragésimo lugar entre os 82 municípios mais extensos do país. Mas ali havia apenas 31 estabelecimentos agrícolas. A área coberta por esses estabelecimentos compreendia apenas 0,4% do território do município. Tudo o mais eram terras devolutas, eventualmente ocupa-

das por caboclos e sitiante isolados, vivendo da coleta, caça, pesca, criação ou roças. Dos 4 142 700 hectares compreendidos pelo município, apenas 14 780 perfaziam a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas. E desta área, 7 321 hectares, ou 49,5% dos estabelecimentos, eram terras cobertas de matas.

Nos 31 estabelecimentos agrícolas existentes em Conceição do Araguaia, em 1920, praticava-se a agricultura e a pecuária. Havia culturas de arroz, milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana de açúcar, café e algumas outras de menor expressão. Também praticava-se algum extrativismo e produzia-se o mel de abelha. Alguns produtos agrícolas eram processados em engenhos e moendas, dando origem produtos tais como o açúcar, aguardente, álcool, farinha de mandioca e outros. Eram 12 os estabelecimentos nos quais se cultivava cana e fabricava açúcar: sendo 11 os que produziam aguardente. Havia 28 estabelecimentos produzindo mandioca e os seus derivados: farinha, polvilho e tapioca. Mas eram 30 os estabelecimentos nos quais se cultivavam arroz, 29 com milho e 31 com feijão. Para o beneficiamento dos produtos agrícolas, tais como açúcar, aguardente, farinha e outros, empregava-se principalmente a força animal, associada à força humana. Em 12 estabelecimentos nos quais havia fabricação de derivados de produtos agrícolas, 8 empregavam força animal, não havendo informação precisa sobre a natureza da força motriz empregada pelos outros 4.

A pecuária do lugar compreendia bovinos, equinos, asininos, muares, ovinos, caprinos e suínos. Mas as maiores criações eram a bovina, com 14 131 cabeças, e equina, com 1 477 e a suína, com 1 118.

No conjunto, a produção agropecuária destinava-se ao consumo dos próprios produtores e os seus familiares; e ao comércio local e com Belém. É claro que uma parcela da produção pecuária destinava-se ao uso no transporte de pessoas e cargas, além da produção de energia motriz para o funcionamento de engenhos e moendas.

O valor dos estabelecimentos rurais de Conceição do Araguaia, em 1920, era dos mais baixos do Estado do Pará. Os 31 estabelecimentos alcançavam um total de 167 contos de réis, dos quais 118 contos eram

o valor das terras, 34 contos o valor das benfeitorias e 14 contos o valor dos maquinismos e instrumentos agrários. Somente os municípios paraenses de São Sebastião da Boa Vista e Vizeu apresentavam valores inferiores aos de Conceição do Araguaia. Nessa época, o valor médio do hectare de terra no Estado do Pará alcançava 20 mil reis, enquanto que no Estado de São Paulo era 208 mil reis e no Estado do Amazonas era 13 mil reis.

Dentre os 31 estabelecimentos, 27 eram efetivamente ocupados por seus proprietários. Outros 4 eram ocupados por arrendatários interessados. Mas era grande a parcela da população que estava ligada à agropecuária e às atividades estrativas.

Em 1920, no município de Conceição do Araguaia, a população local totalizava 11.001 pessoas. A maioria estava ligada à agropecuária e ao extrativismo. Eram poucas as pessoas ligadas a atividades industriais, comerciais, de transporte, administração e ensino. Mas era grande o contingente das pessoas sem profissão, ou com profissão não declarada. Quanto às atividades perfeitamente definidas, eram 2 611 as pessoas que trabalhavam na agricultura. Outros 288 dedicavam-se à pecuária, ou criação. E 5 empregavam-se exclusivamente, ou principalmente, na caça e pesca. No setor artesanal e industrial, 116 pessoas dedicavam-se a vestuário e toucador; ao passo que 59 empregavam-se na construção e restauração de casas ou prédios. No transporte fluvial empregavam-se 34 pessoas. E os profissionais liberais, tais como professores, médicos, advogados, religiosos e outros somavam 52 pessoas. Na Tabela 2 encontram-se os dados que sintetizam uma imagem do que era a distribuição ocupacional da população ativa do município de Conceição do Araguaia em 1920.

TABELA 2
 ESTRUTURA OCUPACIONAL
 MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1920

PROFISSÕES	POPULAÇÃO TOTAL (*)
Agricultura	2 611
Criação	288
Caça e Pesca	5
Minas, Salinas etc.	3
Textis	17
Couros, Peles etc.	1
Madeiras	1
Metalurgia	16
Alimentação	2
Vestuário e Toucador	116
Edificação	59
Relativo às Ciências, Letras e Artes, Indústrias de Luxo	14
Marítimos e Fluviais	34
Terrestres e Aéreos	5
Comércio Propriamente dito	101
Polícia	9
Administração Pública	8
Religiosas	7
Judiciárias	7
Médicas	4
Magistério	16
Ciências, Letras e Artes	18
Serviço Doméstico	32
Mal Definidas	15
Profissão não Declarada e Sem Profissão	1 063
15 a 20 Anos	2 421
21 anos e mais	4 128
População de 0 a 14 Anos	4 128
POPULAÇÃO TOTAL	11 001

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil, 1920.

(*) Exclui população de 0 - 14 anos.

Entre 1920 e 1940, a produção agrícola do município de Conceição do Araguaia parece ter regredido, se nos apoiarmos nos dados registrados pelos dois recenseamentos. Inclusive a população reduziu-se. Não temos informações sobre eventuais redivisões administrativas ou desmembramentos que pudessem ter influenciado os dados registrados pelo recenseamento de 1940. Mas há uma informação que pode servir de indício sobre a provável decadência do município nos anos 1920-40. Efetivamente o decreto estadual nº 6, de 4 de novembro de 1930 suprimiu o município de Conceição do Araguaia, cujo território passava à administração direta do governo do Estado do Pará. Poucos dias, em 27 de dezembro de 1930, o decreto estadual nº 78 confirmava a supressão do município. Mas essa decisão parece não se ter concretizado, talvez devido às reações da população local ou pelo interesse de políticos e outras pessoas atuando desde Belém. Tanto assim que a lei estadual nº 8, de 31 de outubro de 1935, incluía Conceição do Araguaia na relação dos municípios paraenses. De qualquer forma, essa é uma indicação a mais no sentido de que o município se achava então em decadência. É provável que ele tivesse perdido as condições econômicas e demográficas indispensáveis para classificar-se na categoria de município. Mas não se extinguiu. E o decreto estadual nº 2 972, de 31 de março de 1938, relacionava os 3 distritos que formavam o município: distritos de Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Santa Tereza do Morro de Areia. Em seguida, conforme o decreto estadual nº 3 131, de 31 de outubro de 1938, o distrito de Santa Tereza do Morro da Barreira foi anexado ao de Santa Maria das Barreiras (1).

Vejamos, agora, alguns dados relativos à produção agrícola do município de Conceição do Araguaia, às vezes comparando 1940 com 1920.

Realmente, em 1940 o volume da produção de arroz, milho, mandioca, cana de açúcar, açúcar e farinha de mandioca foi menor do que em 1920. A produção de arroz caiu de 33,8 toneladas para 28, entre 1920 e 1940; ao passo que a mandioca caiu de 136,4 para 12. Não sabemos se a queda no volume da produção foi compensada com a importação de outros municípios. Note-se que a produção de açúcar teria caído de 17,4 toneladas pa

(1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro, 1957. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, IDESP, Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar: Zona do Planalto, citado, p. 7.

ra 2. Mas também não sabemos se houve diferenciação da produção agrícola, a ponto de ter havido substituições ou compensações de produtos. Os dados relativos a 1940 registram a produção de leite, ovos e queijo; não temos dados para 1920, quanto a esses itens.

Uma explicação para a queda do volume da produção agrícola poderia ser a acentuada redução do contingente populacional do município de Conceição do Araguaia. Em 1940 eram 4 715 os habitantes do lugar, ao passo que em 1920 eles eram 11 001.

Mas essa imagem de regressão econômica de Conceição do Araguaia adquire outra conotação quando observamos outros dados econômicos. Em 1940 a população pecuária era bem maior do que em 1920. O gado suíno aumentou de 1 118 cabeças, em 1920, para 4 353, em 1940. E o bovino aumentou de 14 131 para 21 503 cabeças. Ao mesmo tempo cresceu bastante o número de estabelecimentos rurais. Enquanto em 1920 havia 31, em 1940 já eram 550 os estabelecimentos rurais no município. Aqui, vale a pena detalhar um pouco os dados. Em 1940, os estabelecimentos rurais distribuíam-se da seguinte forma: 4 estabelecimentos dedicavam-se à exploração agrícola em pequena escala; 157 dedicavam-se à agricultura e à pecuária em pequena escala; mas eram 387 os estabelecimentos que se aplicavam na pecuária, dos quais 353 em pequena escala e 34 em grande.

Essa produção agropecuária muito provavelmente dividia-se em três partes: uma era consumida pelos próprios produtores, os seus familiares, parentes e agregados; outra era comerciada no núcleo urbano de Conceição do Araguaia; e a terceira parte comerciava-se com Belém, seja pela remessa do produto a essa cidade, seja pelo comércio dele com os compradores de Belém que vinham a Conceição. Em 1940, havia em Conceição do Araguaia 25 estabelecimentos comerciais, ocupando 34 pessoas. É possível que alguns desses estabelecimentos, ou mesmo um deles, se encarregassem do comércio com Belém. Mas é conveniente lembrar, neste ponto, que a única via de comunicação entre Conceição e Belém eram os rios Araguaia e Tocantins, cuja viagem levava meses. Um velho habitante de Conceição, em 1976, diz recordar que antes de 1940 a viagem Conceição-Belém tomava 6 meses. E acrescenta que foi somente em 1942 que começaram a descer aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), para transportes e comunicações de emergência, ou especiais, tais como medicamentos, correspondência, transporte de médicos ou doentes.

Em 1940, mais de 70 por cento da população do município de Conceição do Araguaia vivia no meio rural. E certamente boa parte do contingente que vivia no núcleo urbano estava ligada diretamente a atividades agropecuárias ou extrativas. A essa época, era grande o contingente de negros e mulatos na população local. Não há dados sobre o contingente de índios, mas é certo que havia índios "pacificados" ou "cristianizados" no lugar. Os negros e mulatos perfaziam mais de 65 por cento da população. Eles estavam, juntamente com os brancos e os índios, distribuídos entre os que viviam na cidade e no campo, dedicados à agricultura, pecuária, extrativismo, transporte ou outras atividades. A Tabela 3 registra os dados sobre a distribuição ocupacional da população com 10 anos de idade e mais. Note-se que pouco mais de 30 por cento dessa população encontrava-se na agropecuária.

TABELA 3

ESTRUTURA OCUPACIONAL
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1940

RAMO DE ATIVIDADE	MASC.	FEM.	TOTAL
Agricultura, pecuária e silvicultura	945	95	1 040
Indústrias extrativas	1	-	1
Indústrias de transformação	27	1	28
Comércio de Mercadorias	31	5	36
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	-	-	-
Transportes e comunicações	4	-	4
Administração pública, justiça, ensino público	9	5	14
Defesa Nacional, segurança pública	2	-	2
Profissionais liberais culto, ensino particular, administração privada	11	13	24
Serviços, atividades sociais	25	41	66
Atividades domésticas e escolares	129	1 492	1 621
Pessoas em condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	428	186	614
TOTAL GERAL	1 612	1 838	3 450

FONTE: IBGE, 1940.

As características gerais da economia e sociedade de Conceição do Araguaia parecem haver-se mantido nos anos 1940-50. Os dados relativos a 1950 indicam várias mudanças, mas não sugerem alguma alteração profunda na economia e sociedade do lugar. Vejamos alguns dados do recenseamento de 1950, em confronto com de 1940.

A produção pecuária reduziu-se, ao passo que cresceu e diversificou-se a produção agrícola. O rebanho suíno diminuiu mais de 50% e o bovino cerca de 15%. Na agricultura em geral cresceu, e às vezes bastante, o volume da produção de arroz, feijão, milho, mandioca, farinha de mandioca e leite. Mas cabe observar que surgiram novos produtos nas estatísticas. Registrou-se a produção de castanha, babaçú, peles e caucho, como produtos extrativos, e banana como planta cultivada. Produziram-se 120 quilos de peles de animais, 476 quilos de borracha de caucho, 1 400 quilos de babaçú e 132 400 quilos de castanha. A produção extrativa obviamente destinava-se em boa parte, ou no todo, ao comércio com Belém. E uma parte da produção pecuária destinava-se também ao comércio com outros municípios, principalmente Belém. "O gado é enviado para Paragominas, de onde, posteriormente, segue para o mercado de Belém" (2).

Convém observar, também, que se reduziu o número de estabelecimentos rurais. Eles eram 550 em 1940 e reduziram-se para 302 em 1950. Não há indicações sobre a concentração da propriedade. O que registram os dados é a distribuição dos estabelecimentos rurais, quanto à condição do responsável. Em 1950, havia 1 estabelecimento sob a responsabilidade do proprietário, 5 arrendados, 4 administrados e 292 sob a responsabilidade de ocupantes. Note-se, pois, que o uso da terra estava sendo exercido principalmente por posseiros, maiores e menores, antigos ou recentes.

Mas cabe também registrar que a população do município de Conceição do Araguaia cresceu razoavelmente, entre 1940 e 1950. Aumentou cerca de 35%. Mais de 70% da população existente no lugar em 1950 encontrava-se no campo. Assim, mais de 40% da população com 10 anos de idade e mais encontrava-se na agropecuária e no extrativismo, conforme indicam os dados da Tabela 4.

(2) Instituto Brasileiro de Geografia, Fundação IBGE, Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas, Rio de Janeiro, 1907, p. 41.

TABELA 4

ESTRUTURA OCUPACIONAL
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1950

RAMO DE ATIVIDADE	MASC.	FEM.	TOTAL
Agricultura, pecuária e silvicultura	1 115	38	1 153
Indústrias extrativas	1 000	4	1 004
Indústria de transformação	35	6	41
Comércio de mercadorias	53	13	66
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	-	-	-
Prestação de serviços	66	109	175
Transportes, comunicações e armazenagem	41	-	41
Profissões liberais	2	1	3
Atividades Sociais	12	21	33
Administração pública, legislativo, justiça	12	2	14
Defesa Nacional e segurança pública	17	-	17
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	216	1 764	1 980
Condições inativas	227	188	415
TOTAIS (1)	2 798	2 146	4 944

FONTE: IBGE, 1950.

(1) Inclusive as pessoas ocupadas em atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

Convém observar, no entanto, que essa população estava bastante espalhada pelo território do Município. "Dado as bases econômicas regionais: extrativismo vegetal e pecuária, a população é esparsa e rarefeita, apresentando densidades demográficas muito baixas" (3).

O caráter geral da economia e sociedade do município de Conceição do Araguaia, em 1960, continuou a manter-se semelhante ao que era antes. Isto é, ali havia uma sociedade baseada na agropecuária e no extrativismo, produção essa que se destinava ao auto-consumo de produtos, ao comércio local no núcleo urbano de Conceição e ao comércio com Belém. Mas os dados disponíveis são poucos, não permitindo uma comparação razoável com os dados relativos a 1950. Não há registro da pecuária em 1960. Os dados sobre a agricultura mostram que aumentou a produção de fumo, mandioca e feijão. E caiu a de cana de açúcar, milho e arroz. Mas dobrou a produção de caucho e a de castanha. Ao mesmo tempo aumentou duas vezes o número de estabelecimentos rurais. Em 1950 havia 302 estabelecimentos, ao passo que em 1960 eles somam 982. Mas é importante observar que a grande maioria desses estabelecimentos pertencia a sítiantes ou posseiros. Eram 968 os estabelecimentos sob a responsabilidade de ocupantes, ao passo que 12 eram arrendados e 2 achavam-se sob a responsabilidade de administradores.

A população aumentara para 11 283 habitantes, dos quais 75 por cento vivendo no campo. Aliás, novamente em 1960, grande parte da população ativa encontrava-se empregada em atividades agropecuárias e extrativas, conforme registra os dados da Tabela 5. Mais de 80 por cento da população ativa encontrava-se nessas atividades.

(3) Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas, citado, p. 41.

TABELA 5

ESTRUTURA OCUPACIONAL
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1960

SETORES DE ATIVIDADE	CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	1960
Atividades agropecuárias e extrativistas	Economicamente Ativas	2 981
	Economicamente não Ativas	5 546
Atividades Industriais	Economicamente Ativas	140
	Economicamente não Ativas	256
Outras atividades	Economicamente Ativas	535
	Economicamente não Ativas	1 280
Condições Inativas	-	542
T O T A I S	Economicamente Ativas	3 656
	Economicamente não Ativas	7 624

FONTE: IBGE, 1960

Assim, nos anos 1912-60 a economia do município de Conceição do Araguaia baseou-se na produção agrícola, pecuária e extrativa. Havia ali sítios e fazendas, roças e criações, caçadores e pescadores, lenhadores e caucheiros, coletores de castanha e babaçu. A produção destinava-se ao auto-consumo dos produtores, ao comércio local no núcleo urbano de Conceição e ao comércio com Belém. As vias de transportes no município eram trilhos, caminhos, entradas e rios, pequenos ou grandes. Mas o comércio com Belém fazia-se principalmente pelos rios Araguaia e Tocantins. Desde cerca de 1942 o avião começou a se tornar frequente no horizonte da população local, mas para comunicações e transportes especiais: correspondência, medicamentos, transporte de médicos, doentes, feridos, figurões, militares e outros. Pouco a pouco, ao longo dos anos 1912-60, alterou-se a economia e a sociedade. Ao lado da estagnação e da decadência da economia, devido à crise do monoextrativismo da borracha, ocorreu o rearranjo das forças produtivas e das relações de produção. Em especial, a forma pela qual funcionaram a economia e a sociedade locais propiciou a consolidação de vínculos econômicos entre Conceição do Araguaia e Belém. Simultaneamente, mantiveram-se ativas e articuladas as atividades agrícolas, pecuárias e extrativas. Inclusive formou-se na cidade de Conceição um núcleo de administração e comércio das coisas e gentes. Ao lado da agropecuária e do extrativismo, surgiram engenhos, moendas e moinhos, nos quais se produziram farinha de mandioca, aguardente, rapadura, açúcar, farinha de milho. Também surgiram oficinas artesanais ou fabriquetas ligadas à fabricação e conserto de embarcações, arreios, mobiliário, trajes, beneficiamento de arroz, torrefação de café, tijolos, telhas etc. Mas as atividades econômicas principais no município de Conceição do Araguaia, entre 1912 e 1960, estavam baseadas na agricultura, pecuária e extrativismo.

VII - A FORMAÇÃO DA EMPRESA AGROPECUÁRIA

Ao longo dos anos 1960-77 a economia e a sociedade de Conceição do Araguaia modificaram-se em ritmo cada vez mais rápido. E as modificações alcançaram progressivamente todas as relações e atividades sociais. Nada ficou à margem da modificação, nem a vida cotidiana do caboclo lá no meio do mato, nem os interesses econômicos ou políticos dos donos do lugar.

Antes, nos anos 1912-60, era o rio que parecia conferir à economia e à sociedade o seu ritmo e andamento. As viagens das gentes e mercadorias, entre Conceição e Belém, tomavam meses. As cheias e as vazantes do rio Araguaia assinalavam dois momentos importantes no ritmo e andamento da vida das pessoas do lugar.

Depois, em 1960-77, ao andamento do rio acrescentam-se e superpõem-se outros andamentos. São principalmente o caminhão e o automóvel que conferem outro ritmo a economia e à sociedade. E acrescentam-se também o avião, o helicóptero e o rádio, acelerando a movimentação das gentes, mercadorias e informações.

Foram basicamente dois os acontecimentos que assinalaram a crescente e generalizada modificação que ocorre em Conceição do Araguaia desde 1960. O primeiro foi a construção da rodovia Belém-Brasília, terminada em 1960. Simultaneamente à construção da cidade de Brasília, durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) construiu-se a ligação rodoviária entre essa cidade, onde se instalava em 1960 a capital federal, e Belém. Como essa estrada passa a 130 quilômetros de Conceição do Araguaia, logo se construiu outra, ligando Conceição à Belém-Brasília. Assim, a década dos anos 60 começava para Conceição com novas possibilidades de intercâmbio de mercadorias, gentes e informações. Em pouco tempo, o caminhão e o automóvel entram no cotidiano de grande parte da população urbana ou rural do município de Conceição do Araguaia. E o segundo acontecimento marcante dos anos 1960-77 foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), pela lei nº 5 173, de 27 de outubro de 1966. A SUDAM e outras agências governamentais federais e do Estado do Pará, criadas contemporaneamente, passam a atuar de forma cada vez mais intensa e generalizada, no sentido de gerar e dinamizar as atividades agropecuárias na área e em toda a região amazônica. Foi a par-

tir dos incentivos da SUDAM que a agropecuária de Conceição do Araguaia ingressou numa fase de grande expansão. Em poucos anos, o caminhão, o automóvel, o trator, o avião, o helicóptero e o rádio passam a conferir, combinadamente novo ritmo e andamento às relações sociais no lugar. Dinamizam-se as forças produtivas e as relações de produção.

A nova época da história social do município de Conceição do Araguaia é assinalada também pelo desmembramento de mais de 12 mil quilômetros quadrados do território municipal, para a formação do novo município de Santana do Araguaia. Foi o distrito de Santa Maria das Barreiras que se transformou em Santana do Araguaia, de acordo com a lei estadual nº 2 460, de 29 de dezembro de 1961. Estava em curso a modificação da economia e sociedade da área de Conceição, devido às novas possibilidades econômicas abertas pela estrada Belém-Brasília, que tornava mais fácil a comunicação inclusive com Goiânia e Anápolis, além de outras cidades menores. "Atualmente assistimos à transformação devida ao impulso dado pela afluência de mineiros, goianos e paulistas, atraídos, ou rechaçados, pela evolução de Brasília; seu ritmo de trabalho, suas exigências de bem-estar obrigam aos seus hospedeiros, até então morosos e negligentes (sic), a acompanhá-los" (1). Desdobram-se em Conceição alguns efeitos dos mesmos movimentos econômicos e políticos que haviam propiciado a criação de Brasília e a construção da rodovia Belém-Brasília. A essas novas condições, somavam-se, em seguida, os incentivos e apoios, financeiros, políticos e outros, de agências governamentais como a SUDAM. "Desde 1966 mais ou menos, esta região... começou a mudar de fisionomia com a concretização dos planos traçados pelo governo federal para a ocupação produtiva da região, através da política de incentivos fiscais da SUDAM. Fortes grupos econômicos do sul do País, para ser mais preciso, de São Paulo, em sua maioria, haviam adquirido do governo do Estado anterior ao da Revolução de 1964, os títulos de enormes extensões de terras, se sentiram atraídos pelas excelentes ofertas e facilidades proporcionadas pelos incentivos fiscais e, para aqui se deslocaram investindo maciçamente grandes somas de capital, no setor agro-pastoril" (2). Ao mesmo tempo, ocorre movimentação cada vez mais intensa de pessoas, mercadorias e informações. Cresce de forma acelerada a população do município. A população de Conceição do Araguaia, que somava 11 283 habitantes em 1960, passou para

(1) Irmã Maria Violeta, "Conceição do Araguaia", Anhembi, Ano XII, nº 139, São Paulo, 1962, pp. 31-48; citação das pp. 34-35.

(2) Paulo Botelho de Almeida Prado, Relatório, citado, p. 6.

28 953 em 1970. Mas se juntarmos as populações de Conceição e Santana, já que o território deste município criado em 1961 fazia parte do município de Conceição do Araguaia em 1960, observaremos que a população do antigo território de Conceição passou para 38 038 habitantes em 1970. E a parcela rural da população continua a predominar. Em 1970, eram 76,86 por cento os habitantes do município de Conceição do Araguaia que viviam no campo. Isto é, entre 1960 e 1970 cresce a população rural, em termos absolutos e relativos, conforme indicam os dados da Tabela 6.

TABELA 6

POPULAÇÃO URBANA E RURAL
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1940-70

ANO CENSITÁRIO		URBANA		RURAL		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1940		1 314	27,87	3 401	72,13	4 715	100,00
1950		1 681	26,59	4 641	73,41	6 322	100,00
1960		2 795	24,77	8 488	75,23	11 283	100,00
1970	Conceição do Araguaia	6 701	23,14	22 252	76,86	28 953	100,00
	Santana do Araguaia	1 659	18,26	7 426	81,74	9 085	100,00
	Conceição e Santana do Araguaia	8 360	21,98	29 678	78,02	38 038	100,00

Em poucos anos, e de forma cada vez mais acentuada e geral, dinamizam-se em novo ritmo as forças produtivas e as relações de produção. Ao desenvolverem-se as forças produtivas e as relações de produção, a partir do Programa de Metas (1956-60) e dos maciços apóios e incentivos dos governos federal e estadual, a partir de 1966, modificou-se amplamente a economia e a sociedade no município de Conceição do Araguaia; mais ou menos da mesma forma que em outros lugares do estado do Pará e do conjunto da Amazônia. Desde 1966, a estrutura fundiária de Conceição "passou a sofrer profundas alterações, em virtude das concessões oferecidas pela SUDAM a investidores, através de incentivos fiscais. Vários empreendimentos pecuários e agropecuários foram e estão sendo implantados na região do Planalto", que compreende os municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia (3). Os novos contornos e movimentos da estrutura fundiária do lugar podem ser observados no confronto entre alguns dados. Em 1950, no município de Conceição, havia 292 ocupantes, isto é, posseiros, e 1 proprietário, ou seja fazendeiro com domínio da terra. Nesse ano, os ocupantes eram responsáveis por mais de 96 por cento dos estabelecimentos rurais e ocupavam mais de 91 por cento das terras compreendidas pelos vários tipos de estabelecimentos. Em 1970, os 2 136 ocupantes, perfazendo mais de 95 por cento dos responsáveis por estabelecimentos rurais, ocupam apenas 43,64 das terras. Ao mesmo tempo, nesse ano os 100 proprietários perfazem 4,46 por cento dos responsáveis por estabelecimentos e ocupam 56,33 das terras. Esses dados encontram-se na Tabela 7.

Estava em andamento o processo de rearranjo da estrutura fundiária, devido à movimentação das forças produtivas e relações de produção, gerada ou dinamizada principalmente pela nova e generalizada atuação dos governos federal e estadual. A política de incentivo e apoio financeiro e político à criação ou expansão da grande empresa agropecuária, ou apenas pecuária, estava provocando um acelerado rearranjo nas formas de uso e propriedade da terra. Em 1972, os 646 "minifúndios" do município de Conceição do Araguaia perfazem 40,20 por cento dos imóveis e cobrem apenas 2,54 por cento das terras. Ao passo que os 961 "latifúndios" e "empresas rurais" perfazem 58,80 dos imóveis e cobrem 97,46 por cento das terras. E

(3) Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, IDESP, Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar: Zona do Planalto, citado, p. 22.

TABELA 7

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO RURAL
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1950-70

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL		1950		1960		1970(*)		1970 CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	
		Estabele- cimentos	Área(ha)	Estabele- cimentos	Área(ha)	Estabele- cimentos	Área(ha)	Estabele- cimentos	Área(ha)
PROPRIETÁRIO		1 0,33%	505 2,01%	-	-	190 5,98%	797 796 71,94%	100 4,46%	375 246 56,33%
ARRENDATÁRIO	Pagamento em di- nheiro	-	-	10 1,02%	40 081 29,26%	-	-	-	-
	Pagamento em produtos	-	-	2 0,20%	142 0,10%	-	-	-	-
	T O T A L	5 1,66%	218 0,87%	12 1,22%	40 223 29,36%	4 0,13%	34 -	4 0,18%	34 0,01%
OCUPANTE		292 96,69%	22 837 91,11%	968 98,57%	95 748 69,89%	2 977 93,76%	311 085 28,05%	2 136 95,27%	290 657 43,64%
ADMINISTRADOR		4 1,32%	1 506 6,01%	2 0,21%	1 031 0,75%	-	-	-	-
PARCEIRO		-	-	-	-	4 0,13%	111 0,01%	2 0,09%	106 0,02%
SEM DECLARAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L		302 100,00%	25 066 100,00%	982 100,00%	137 002 100,00%	3 175 100,00%	1 109 027 100,00%	2 242 100,00%	666 044 100,00%

(*) Inclui Conceição e Santana do Araguaia.

Fonte: IBGE, 1950, 1960 e 1970.

note-se que 1 "latifúndio por dimensão" existente no município de Conceição em 1972 cobria 9,82 por cento das terras dos imóveis. É o que se observa na Tabela 8.

Entre 1966 e 1969, a SUDAM havia aprovado 14 projetos de pecuária e agropecuária para implantação no município de Conceição. E foram 10 os projetos aprovados para implantação no município de Santana do Araguaia. Em julho de 1976, já somavam 70 os projetos de pecuária e agropecuária aprovados pela SUDAM para implantação nos municípios de Conceição e Santana do Araguaia.

Em geral, a produção agropecuária cresceu nos anos 1960-70 ou 1950-70. Não dispomos de dados sobre os anos posteriores a 1970. E os que são disponíveis não são completos. Mas alguma precisão pode ser obtida. De acordo com os dados do IBGE, o número de estabelecimentos rurais aumentou de 982, em 1960, para 2 242, em 1970. No mesmo período, cresceu a produção de arroz, feijão, milho, mandioca e castanha. Diminuiu a produção de cana-de-açúcar. Se compararmos os dados relativos a 1950 e 1970, nos casos em que não temos informações para 1960, observamos aumentos nos volumes de produção de banana, babaçú e laranja. Também aumentaram os rebanhos de bovinos e suínos. Entre 1950 e 1970, o gado suíno passou de 2 040 cabeças para 10 579. E o gado bovino passou de 21 503, em 1950, para 24 373, em 1970. Mas se juntarmos os rebanhos de bovinos dos municípios de Conceição e Santana do Araguaia, observamos que eles somam 43 741 cabeças, ou um pouco mais de cem por cento do que somavam em 1950. Esses e outros dados encontram-se na Tabela 9. Desde que a SUDAM começou a atuar, a pecuária e a agropecuária desenvolveram-se bastante na área. "Na realidade, a expansão da fronteira agrícola, que hoje (1971) se verifica nas áreas mais férteis de Mato Grosso, Goiás e do Sul do Pará, e em toda a faixa beneficiada pelos incentivos fiscais da SUDAM, acima do paralelo 14, mostra vantagens indiscutíveis quando analisada isoladamente do processo de backwardness, isto é, do efeito gerador produzido pelo latifúndio tradicional em áreas onde a espoliação se produz"(4). Assim à economia camponesa, e parcialmente mercantil, que se desenvolvera ao longo dos anos 1912-60,

(4) José Gomes da Silva, A Reforma Agrária no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971, p. 153.

TABELA 8

IMÓVEIS RURAIS, SEGUNDO AS CATEGORIAS
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1972

IMÓVEIS RURAIS	Nº de Imóveis	Área Total (ha)	$\frac{\text{Área Total}}{\text{Nº de Imóveis}}$ (ha)
MINIFÚNDIO	646 40,20%	52 138,0 2,54%	80,71
EMPRESA RURAL	7 0,44%	22 987,0 1,12%	3 283,86
LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO	953 59,30%	1 775 266,8 86,52%	1 862,82
LATIFÚNDIO POR DIMENSÃO	1 0,06%	201 528,0 9,82%	201 528,0
T O T A L	1 607 100,0%	2 051 919,8 100,00%	1 276,86

FONTE: INCRA, 1972.

TABELA 9

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1920-70

	1920	1940	1950	1960	1970	1970(a)
Estabelecimentos rurais	31	550	302	982	2 242	3 175
Arroz (tons)	33,8	28	244	60	4 214	5 386
Feijão (tons)	5,9	4	9	16,6	132	132
Milho (tons)	51,3	43	216	7,2	1 196	1 232
Mandioca (tons)	136,4	12	715	20 000	4 345	4 791
Cana de Açúcar(tons)	354,4	62	-	600	129	129
Algodão (tons)	6,8	-	-	-	-	-
Fumo (tons)	3,6	-	1,5	6	-	-
Café (tons)	0,8	-	-	-	-	-
Açúcar (tons)	17,4	2	-	-	-	-
Farinha de Mandioca (tons)	33,2	3	305	-	-	-
Aguardente(hectolitros)	1 373	-	9	-	-	-
Leite (hectolitros)	-	152	171	-	-	-
Queijo (kgs)	-	400	-	-	-	-
Ovos (dz)	-	3 246	-	-	-	-
Gado bovino(cabeças)	14 131	25 352	21 503	-	24 373	43 741
Gado suino (cabeças)	3 118	4 353	2 040	-	10 579	13 325
Banana (cacho)	-	-	5 915	-	143 804	144 754
Caucho (kgs)	-	-	476	949(b)	-	-
Castanha (kgs)	-	-	132 400	254 450	265 000	265 000
Babaçú (kgs)	-	-	1 400(c)	-	12 000	12 000
Peles (kgs)	-	-	120(d)	-	-	-
Lenha e madeira(tons)	-	-	-	-	36	47
Café (ton)	-	-	-	-	25	25
Laranja (1 000 frutas)	-	-	43,2	-	278	288
Abacate(1 000 frutas)	-	-	-	-	33	35
Mamão (1 000 frutas)	-	-	-	-	15	15

(a) Municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia.

(b) Dado relativo ao ano de 1957.

(c) Dado relativo ao ano de 1949.

(d) Dado relativo ao ano de 1949. Peles de caetetu, lontra, queixada e veado.

FONTES: Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, 1920. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Recenseamento Geral, 1940, 1950, 1960 e 1970. Departamento Estadual de Estatística do Pará, DEESP, Para Estatístico e Produção Agrícola do Pará, 1950 e 1960.

sucedida-se uma economia baseada principalmente na grande empresa agropecuária, apoiada e impulsionada pelo Estado. Ao longo dos anos 1960-76, expande-se de forma cada vez mais acelerada o capitalismo no campo. Nem por isso, no entanto, o segmento camponês deixa de existir. Ele é cada vez mais pressionado, devido à sua dificuldade de preservar a posse das terras na luta com a grande empresa. Mesmo assim, o campesinato continua a ser um dado da realidade econômica e social do município de Conceição do Araguaia em 1977.

Um indicio importante das modificações que estavam ocorrendo no município de Conceição do Araguaia, em 1960-77, aparece nos dados relativos à procedência da população local. Já vimos que em 1970 a população do município alcançava um total de 28 953 habitantes, ao passo que em 1960 ela havia somado 11 283. Pois bem, em 1970 somavam 23 896 as pessoas residentes no município, mas não naturais dali. Elas vieram de outros estados do país, principalmente das regiões norte e noroeste. Mas a grande maioria, ou seja, 16 610 pessoas eram do vizinho estado de Goiás; em seguida vinha o contingente do Maranhão, com 2 779 pessoas. É claro que a grande maioria dessa população emigrada de outros municípios e estados para o município de Conceição foi para o campo. Uma parte bem menor ficou na cidade. Mas também cabe registrar que muitos foram ser peões, gatos, posseiros, colonos ou negociantes. E alguns outros tornaram-se profissionais liberais, gerentes de fazendas ou proprietários de empresas de agropecuária. A maior parte da população migrante vinha tangida pelas dificuldades econômicas enfrentadas nos seus sítios, fazendas, bairros, vizinhanças, povoados, vilas e cidades de origem, nos estados do Nordeste e Norte. Eram principalmente lavradores sem terras, ou camponeses, que buscavam uma posse, melhores condições de trabalho, outro lugar. O que predominava era a busca de alguma terra para formar roça e criação; e morar com a família. Esse movimento migratório continuou ao longo de 1976 e entrou pelo ano seguinte.

Se observarmos a distribuição ocupacional da população ativa do município de Conceição do Araguaia, em 1970, observamos que a grande maioria se encontrava nas atividades agropecuárias e extrativas. Esse contingente totalizava 83,41 do total da população ativa. A outra parcela distribuía-se pelas atividades em geral localizadas na cidade. Mas convém observar que em 1970, como em 1977, o núcleo urbano de Conceição vive principalmente em função das atividades da população rural. Consultar Tabela 10.

TABELA 10

ESTRUTURA OCUPACIONAL
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1970

SETOR DE	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA		SANTANA DO ARAGUAIA		CONCEIÇÃO E SANTANA DO ARAGUAIA	
	ECONOMICAMENTE ATIVAS	NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS	ECONOMICAMENTE ATIVAS	NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS	ECONOMICAMENTE ATIVAS	NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	8 096 83,41%	14 317	3 094 89,78%	4 756	11 190 85,08%	19 073
Atividades Industriais	445 4,58%	1 124	48 1,39%	159	493 3,75%	1 283
Comércio de Mercadorias	254 2,62%	575	66 1,92%	123	320 2,43%	698
Prestação de Serviços	314 3,23%	400	80 2,32%	51	394 3,00%	451
Transportes e Comunicações e armazenagem	161 1,66%	294	24 0,70%	84	185 1,41%	378
Atividades Sociais	136 1,40%	141	33 0,96%	-	169 1,28%	141
Administração Pública	48 0,49%	197	38 1,10%	80	86 0,65%	277
Outras Atividades	253 2,61%	477	63 1,83%	44	316 2,40%	521
Condições Inativas	1 721		342		2 063	
T O T A L	9 707 100,00%	19 246	3 446 100,00%	5 639	13 153 100,00%	24 855(1)

(1) Este total inclui as condições inativas.

FONTE: IBGE, 1970.

Em 1974, a população do município de Conceição do Araguaia passava de 30 mil habitantes. Essa população não se dividia simplesmente em rural e urbana; distribuía-se em 24 aglomerados de diferentes tamanhos. A população da cidade de Conceição era de 11 000 pessoas; a do povoado de Redenção alcançava 8 000 pessoas. Em seguida vinham a vila de São Geraldo do Araguaia e do povoado de Rio Maria com 2 500 habitantes cada. Na Tabela 11 encontram-se esses dados e também informações sobre as quantidades de moradias, escolas, templos e estabelecimentos de comércio e indústria. Mas vale a pena observar as distâncias, às vezes bastante grandes, entre a cidade de Conceição, sede do município, e este ou aquele povoado. O mais distante é o povoado de Santa Cruz dos Martírios, situado a 450 quilômetros de distância da cidade de Conceição.

Redenção e Rio Maria são dois exemplos de localidades fundadas no contexto da criação da grande empresa agropecuária no município de Conceição. Em 1977, Redenção contava com cerca de 8 anos de idade, ao passo que Rio Maria não tinha senão 3 anos de existência. Ambas surgiram sob a influência de capitais e empresários fortemente estimulados pela SUDAM, no sentido de implementar projetos agropecuários. Vejamos algumas informações sobre Redenção. "Seria uma antiga fazenda transformada em perímetro urbano. Seu proprietário, pessoa habilidosa e de visão, percebendo que a localidade estava situada em ponto estratégico, podendo servir de apoio aos projetos que se implantavam, transformou-se de imediato em corretor. Os lotes com áreas de 300 m², no perímetro urbano, eram vendidos em 1972 por Cr\$ 3.000,00, sendo a transferência efetivada por intermédio de escritura particular. O controle do proprietário só se efetua no perímetro urbano e nas áreas rurais adjacentes, enquanto as mais distantes são ocupadas por posseiros que reconhecem o direito de propriedade daquele; mas existem também os que preferem ignorar esse domínio. A sede do povoado foi objeto de um pequeno planejamento urbano, por parte do antigo proprietário das terras, que ainda hoje (1975) exerce liderança significativa diante dos moradores locais, inclusive devido à posição que ocupa como proprietário dos serviços básicos existentes, principalmente água e luz. Sua estrutura urbana é superior à da sede do município; as ruas são bem traçadas, há área destinada a comércio, bem como a residência. Há serviço educacional, compreendendo uma Escola de 1º grau gratuita, funcionando mesmo sem autorização da Secretaria de Educação do Estado, com as 8 séries, e escolas particulares. O atendimento médico é feito por particulares. Es

TABELA 11

CIDADES, VILAS E POVOADOS
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1974

DENOMINAÇÃO	Catego- ria (ci- dade, vi- la, po- voado, Arraial etc.)	Distâncias das Localida- des às Sedes e Meios de Transporte		Popula- ção A- proxi- mada	NÚMERO DE				
		Dis- tân- cia (Km)	Meios Trans- porte		Mora- dias	Es- co- las	Tem- plos	Estabeleci- mentos	
								Co- mer- ciais	Indus- triais
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Cidade	-	-	11 000	2 070	6	2	136	10
Alacilândia - P	Povoado	52	Rodov.	600	124	1	1	12	-
Pedreiras - P	Povoado	27	Fluv.	150	32	1	-	2	-
Volta Nova - C	Povoado	15	Rodov.	250	55	1	-	2	-
Rio Maria - P	Povoado	165	Rodov.	2 500	540	1	-	20	4
Santo Antonio - C	Povoado	70	Rodov.	350	70	1	-	5	-
Grotão - P	Povoado	50	Rodov.	200	43	1	-	2	-
Redenção	Povoado	105	Rodov.	8 000	1 700	2	2	110	15
Boa Sorte - C	Povoado	130	Rodov.	700	117	1	1	20	-
Floresta - CO	Povoado	150	Rodov.	800	150	1	1	20	-
Baixa Verde - P	Povoado	100	Rodov.	70	15	1	-	2	-
Arraias - P	Povoado	50	Rodov.	150	30	1	1	1	-
Cocal da Serra - P	Povoado	80	Rodov.	250	60	-	-	2	-
Mato da Anta - P	Povoado	70	Rodov.	150	35	-	-	2	-
Bom Jesus - P	Povoado	75	Rodov.	150	35	-	-	2	-
Oswaldelândia - P	Povoado	130	Rodov.	300	70	-	-	2	2
S. Geraldo do Araguaia	Vila	300	Fluv.	2 500	548	2	1	25	2
Santa Cruz dos Marti- rios	Povoado	450	Fluv.	400	80	1	1	8	-
Itaipavas	Povoado	250	Fluv.	800	160	1	1	15	1
Ilha de Campo	Povoado	350	Fluv.	150	30	1	-	2	-
Luzilândia - C	Povoado	200	Fluv.	150	30	1	-	3	-
Pedra Branca - P	Povoado	280	Fluv.	200	40	1	-	2	1
Santa Luzia - P	Povoado	250	Fluv.	100	25	-	-	2	-
S. Domingos - C	Povoado	250	Fluv.	150	35	1	-	1	-

FONTE: IBGE, 1974.

OBS. : 1 - A localidade Olaria, arrolada no levantamento anterior, deixou de existir.

2 - Colônia Frei Gil Vilanova, em instalação em 1976, Colônia Oficial, entre Alacilândia e Redenção.

3 - Abreviações: C : Colônia;
CO : Colônia Oficial
P : Posseiros
Rodov. : Rodoviário
Fluv. : Fluvial

te povoado possui uma característica singular: não existe lá nenhum serviço básico governamental. Foi todo desenvolvido sob a orientação do antigo proprietário. Observa-se grande número de escritórios de contabilidade motivado pelos serviços advindos dos projetos agropecuários situados nas imediações. A população é formada por pessoas oriundas das mais diversas regiões do país. O fluxo ocorre de acordo com as atividades específicas a desenvolver"(5). Assim, em 1976, numa das várias serrarias da localidade, o gerente e os principais operários manejando as máquinas e as serras eram pessoas chegadas dos estados do Paraná e Santa Catarina. Eram várias as serrarias existentes ali, nesse ano, aproveitando a madeira de qualidade, para aparelhar e despachar para Belém, de onde ela era enviada para outros mercados brasileiros ou no exterior. Dentre os gerentes e operários especializados das serrarias, predominavam pessoas migradas das áreas de serrarias do sul do país. Mas era pouca a madeira aproveitada nas contínuas e imensas derrubadas que se realizavam na área de Redenção. Em geral, as derrubadas das matas eram e são seguidas das queimadas; depois semeia-se capim, para formar pastos para gado bovino. Ocorre que Redenção surgiu na boca da mata, já que as terras onde crescem matas são melhores que as terras de cerrados para a formação de pastagens. Como vemos, no processo de formação ou expansão da grande empresa agropecuária, ao mesmo tempo desenvolvem-se os núcleos urbanos, a indústria madeireira e alguma agricultura. De permeio a tudo isso encontram-se núcleos de sitiantes ou posseiros, formando manchas de economia camponesa isoladas ou mais ou menos integradas no conjunto da economia da área. Mas o que predomina, em escala não só crescente mas acelerada, é a pecuária ou a agropecuária, inspiradas e impulsionadas pelos apoios e incentivos da SUDAM e outras agências governamentais.

(5) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, Algumas Considerações sobre os Problemas Sócio-Econômicos Enfrentados pelos Migrantes na Área do Polo Carajás, Belém, 1975, pp. 13-14, mimeografado.

VIII - FAZENDEIROS E PEÕES

Ao longo dos anos 1960-77, a economia e a sociedade do município de Conceição do Araguaia cresceram e diversificaram-se numa escala surpreendente para os antigos habitantes do lugar. O automóvel, o ônibus, o caminhão, o trator, o avião, a agência bancária, o comércio com Belém, Anápolis, Goiânia, Brasília e o Centro Sul tornaram-se elementos do cotidiano de todos, na cidade e no campo. Parece que uma nova economia e sociedade formaram-se de repente, um pouco enraizadas no que já havia de antes, um pouco justapostas ao que era vigente até então. Novos personagens passaram a dominar os acontecimentos locais: empresas agropecuárias, fazendeiros, gerentes de fazendas, advogados, médicos, migrantes, posseiros, colonos, peões, gatos, gerentes de bancos e agências governamentais, agência do Banco do Estado do Pará, agência do Banco da Amazônia, agência do Banco do Brasil; tudo, ou quase tudo, parece estranho no lugar, vindos do Norte, Nordeste ou Centro-Sul. O governo federal se torna presente e ativo ali, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e outras agências federais. De repente, nos anos 1960-77, Conceição do Araguaia ingressa no ritmo e no espírito do desenvolvimento capitalista que predomina no Centro-Sul e que se estende por todo o território do país. Reintegram-se, numa escala ampla e profunda, a economia e a sociedade locais com a economia e a sociedade nacionais.

Dois acontecimentos simbolizam a nova fase da história econômica e social do município de Conceição do Araguaia. Primeiro, a ligação, por rodovias, entre Conceição do Araguaia e cidades mais ou menos importantes tais como Marabá, Belém, Anápolis, Goiânia, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e muitas outras. Essa ligação rodoviária foi concretizada pela construção da rodovia Belém-Brasília e da estrada que liga Conceição do Araguaia a Guarai, cidade esta que se acha sobre a Belém-Brasília e a 130 quilômetros de Conceição. Ao ser colocado nessa rede de comunicações terrestres, o município de Conceição do Araguaia entrou de forma mais ampla e profunda no comércio das coisas e gentes, das informações e idéias. A economia e a sociedade locais libertaram-se bastante do ritmo e andamento que os rios Araguaia e Tocantins conferiam a sua vida econômica e social. Tudo isso ocorre a partir de 1960, quando se termina a construção

da Belém-Brasília; e dinamiza-se cada vez mais nos anos seguintes. A rodovia Belém-Brasília, diz um antigo habitante de Conceição, proprietário de uma máquina de beneficiar arroz, foi um marco, "foi a alma desse Brasil acima". Segundo, foram os incentivos fiscais inaugurados pela SUDAM, em 1966, para a criação e a expansão da grande empresa agropecuária em certas áreas da região amazônica, inclusive o município de Conceição do Araguaia. Em poucos anos, toda a área foi tomada de uma espécie de "febre pecuária". Derrubam-se as matas e constroem-se caminhos e estradas para que se criem e expandam as fazendas de gado. "Embora a vocação da Amazônia não possa ser definida numa única atividade econômica, confia-se na pecuária como o principal agente de ocupação e integração da Região Norte. O gado é a linha de frente e, como gostam de dizer os economistas, a integração se processa "pela pata do boi". Atrás dele deverá vir a agricultura, atividade realmente capaz de fixar o homem à terra"(1). De acordo com o que foi estabelecido no artigo quarto da Lei nº 5 173, de 27 de outubro de 1966, que criou a SUDAM, esta será a orientação básica dessa agência governamental: adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados e atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região; concentração de ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.

Assim, em 1960-77 ocorre um amplo rearranjo das forças produtivas e das relações de produção. Em poucos anos, o poder público e a grande empresa (apoiada pelo poder público) tornam-se os novos agentes da organização e do dinamismo da vida econômica, política e social do lugar. Em poucos anos conforma-se uma sociedade nova ali, sociedade essa na qual se articulam ou reintegram os componentes preexistentes, forças produtivas e relações de produção. Em poucos anos, o posseiro e a grande empresa agropecuária tornam-se personagens marcantes das relações do homem com a terra. "Entre os rios Araguaia e Xingü, no sudoeste

(1) Paulo R. C. Gomes, "Devastação cresce na Amazônia". O Estado de S. Paulo, 7 de novembro de 1976, p. 44.

do Pará, estende-se uma região fértil, coberta de matas e até há poucos anos desabitada. Apenas duas cidades às margens do Araguaia (e Tocantins) reuniam uma população mais antiga, geralmente vivendo de pesca e do pequeno comércio ribeirinho: Marabá e Conceição do Araguaia. Em torno delas, somente as densas florestas, recobrando uma área superior à da França. A abertura de várias estradas, como a Belém-Brasília há 15 anos e mais recentemente a transamazônica, a PA-70 e a PA-78, começou a mudar o panorama demográfico da região. Grandes levadas de trabalhadores rurais, vindos principalmente de Goiás, Minas Gerais e Maranhão, começaram a chegar aos municípios de Conceição e Marabá e a partir dali promover uma ocupação desordenada das terras devolutas do Estado. Como nada havia de ilegal na ocupação das terras - a colonização foi mesmo incentivada pelo governo do Pará, visando povoar e desenvolver a região - e principalmente pelos excelentes resultados obtidos pelos primeiros agricultores graças à fertilidade do solo, outras famílias vieram - atraídas pelas notícias mirabolantes que corriam as estradas - à procura de uma vida melhor. Assim, nos últimos três anos, a população dos municípios de Conceição e Marabá multiplicou-se, chegando mesmo, em Conceição, a saltar de 12 mil para 60 mil habitantes. O processo de ocupação de terras devolutas sempre foi fácil, não exigindo nenhuma formalidade antecipada. Bastava (há pouco tempo) embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça demarcar com uma picada rústica a área da posse. Em seguida deveria ser feita uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada com título definitivo. Um mecanismo simples, mas mesmo assim impossível de ser seguido pelos posseiros, a maioria analfabetos e sem recursos, a não ser os braços e a vontade de trabalhar. Dessa forma, a grande maioria deles, sem nenhuma orientação, deixou de solicitar o registro das terras em seu nome, limitando-se a fazê-las produzir. O aumento da população, o crescimento do mercado produtor e consumidor, as estradas cada vez melhores, trouxeram, como era inevitável, um acentuado surto de desenvolvimento à região. E com o desenvolvimento chegou outra espécie de colonizador: grandes empresas ou particulares, com recursos para planejar a ocupação de extensas áreas, num processo inverso ao dos posseiros: solicitavam antes o título de determinado lote, apresentando apenas um projeto de colonização" (2). Ou apresentando um projeto de implantação de uma fazenda agropecuária, com os estímulos fiscais e creditícios conferidos pela SUDAM. Note-se

(2) Murilo Carvalho, "Luta pela terra: Conceição do Araguaia, Pará", Movimento, São Paulo, 11 de Agosto de 1975, p. 3.

ainda, que a maioria das empresas e empresários que passaram a operar no município de Conceição do Araguaia a partir de 1966, com apóio nos estímulos fiscais e creditícios estabelecidos pela SUDAM, provêm do Centro-Sul e principalmente de São Paulo. Não é por acaso que a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia tem sede em São Paulo.

A rigor, nos anos recentes, em especial devido à implantação dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, com incentivos fiscais e creditícios, generalizaram-se dois personagens importantes na paisagem econômica e política do município de Conceição do Araguaia. Um é o peão e o outro é o fazendeiro. O fazendeiro pode ser uma pessoa, um grupo de pessoas, ou uma empresa. Seja quem for ele, o grupo ou a empresa, exerce a sua atuação por meio do gerente ou administrador. Às vezes quando o fazendeiro, o grupo ou a empresa possuem mais de uma fazenda, surge a figura do supervisor. Em quase todos os casos uns e outros, fazendeiros, grupos, empresas e prepostos são pessoas e organizações provenientes do Centro Sul. E o peão é o trabalhador braçal, que trabalha nas fainas da derrubada das matas e queima das árvores, além de outras tarefas. Em geral, o peão é migrante vindo dos estados do Nordeste, de Minas Gerais ou mesmo do próprio Pará. Entre o peão e o fazendeiro está o gato, ou empreiteiro de mão-de-obra, que arregimenta os trabalhadores segundo as exigências da fazenda. Quanto à forma de contrato (verbal ou não) de trabalho do peão, destacam-se duas modalidades. Uma é configurada na expressão peão "livre", que recebe instrumentos de trabalho e alimentação do empreiteiro, acrescidos de uma paga em dinheiro. A outra define o peão "cativo", cuja paga total é em dinheiro. Mas a situação em que este se acha distante de outros centros de suprimentos - o obriga a aviar-se no "barracão", isto é, no armazém, em geral de propriedade do empreiteiro, ou gato.

Vejamos, agora, alguns aspectos da economia do município de Conceição do Araguaia, conforme ela aparece nos dados relativos aos anos de 1970 e 1972. Começemos pela observação geral, mas necessária, de que a economia local está apoiada principalmente nas atividades pecuárias, agrícolas e extrativas. A indústria, o comércio e os serviços têm pouca monta; não chegam a influenciar o quadro da economia; ao contrário, estas atividades desenvolvem-se principalmente, ou exclusivamente, em função da economia agropecuária e extrativista. A rigor, em Conceição do Araguaia, o campo não só é visto da cidade como penetra e predomina na cidade. Ali, as atividades ligadas ao campo (agricultura, pecuária ou extrativismo) estabelecem as exigências básicas na organi-

zação da economia e sociedade da cidade. Vejamos, pois, qual é a conformação da economia do lugar.

Começamos pela condição legal das terras dos estabelecimentos agrícolas, pecuários ou de extrativismo. Segundo afirmações de habitantes de Conceição, inclusive de pessoas com funções políticas ou administrativas, somente cerca de 10 ou 20 por cento dos estabelecimentos têm as suas terras tituladas. Isso significa que cerca de 80 por cento dos estabelecimentos estariam compostos de terras ocupadas, sem qualquer título legal, ou com base em algum título precário, incompleto ou falso, que não garante a propriedade, ou melhor, o domínio da terra. De fato, há terras ocupadas por invasores e posseiros, ao lado de terras tituladas, além das terras devolutas que não aparecem como estabelecimentos. Convém lembrar aqui, que o posseiro é aquele que se acha há um ano e um dia ocupando a terra; antes disso ele é invasor. Mas os dados do IBGE e do INCRA não distinguem este e aquele; colocam ambos na categoria de ocupantes ou posseiros. Em 1970, segundo o IBGE havia no município de Conceição do Araguaia 2 136 estabelecimentos com terras ocupadas, ao passo que eram 98 os estabelecimentos com terras tituladas. Em geral, os estabelecimentos com terras tituladas são fazendas de extensão média ou grande, fazendas essas nas quais estão por implantar-se ou já se acham em implantação, ou implantadas, projetos pecuários, agrícolas ou agropecuários. Tanto assim que os 2 136 estabelecimentos de terras ocupadas somam 290 657 hectares, ao passo que os 98 estabelecimentos de terras tituladas somam 372 979 hectares. Essa tendência da estrutura fundiária parece manter-se em 1972, segundo os dados do INCRA. Nesse ano haveria 1 341 imóveis de posseiros, somando um total de 703 835, 6 hectares, ao passo que 140 imóveis de terras tituladas somavam 1 082 031, 3 hectares. Assim, os dados do IBGE e do INCRA confirmam a observação de que as terras ocupadas por posseiros em geral distribuem-se em pequenas e médias propriedades, enquanto que as terras tituladas geralmente formam grandes fazendas.

Nem toda terra está ocupada pela pecuária ou cultivada. Em 1970, segundo o IBGE, eram 7 961 hectares as terras dedicadas às lavouras; e somavam 130 513 hectares as terras de pastagens; ao passo que alcançavam um total de 201 253 hectares as terras cobertas de matas e florestas. Segundo os dados do INCRA, em 1972 as áreas de pecuária ocupavam 164 226 hectares, ao passo que as áreas com extração vegetal ou florestal somavam 108 128 hectares.

Os anos 1960-77 são anos durante os quais a economia e sociedade do município de Conceição do Araguaia estão em acentuada mudança. Nessa época está havendo uma reintegração da economia e sociedade locais à economia e sociedade nacionais. Mas essa mudança, com todas as suas implicações econômicas, sociais, demográfica, culturais, políticas ou outras não se completa nesses anos; ela se inicia ou mesmo acelera, apenas isso. Por isso é que a economia e a sociedade de Conceição guardam os contornos e os movimentos de algo articulado à história local e algo justaposto a essa história. As duas dimensões são válidas, reais, apesar de à primeira vista aparecerem contraditórias. Lembremos que a população do município de Conceição do Araguaia somava 11 283 habitantes em 1960, mas em 1970 ela já era 28 953, crescimento esse em grande parte devido à imigração de trabalhadores, posseiros, peões, gatos, profissionais liberais, burocratas, gerentes, empresários e outros. Em 1976, segundo declaram algumas pessoas que conhecem bastante bem o município, haveria ali uma população de 60 a 70 mil habitantes. Mas toda essa população foi localizar-se em atividades novas; ou em atividades preexistentes. Dinaminizaram-se as forças produtivas e as relações de produção, a partir dos novos impulsos e estímulos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, mas também a partir das bases econômicas e sociais preexistentes. Por isso é que a economia local, nesses anos, revela as tendências da mudança em curso mas não uma alteração completa, já perfeitamente configurada. Vejamos o que revelam os dados relativos aos anos de 1970 e 1972.

Em 1970, segundos dados do IBGE, o valor da produção agrícola soma Cr\$ 2.127.000,00 ao passo que o da produção animal soma Cr\$ 79.000,00 e a produção extrativa vegetal alcança Cr\$ 497.000,00. Esses dados indicam que ainda se acha em curso, em seus inícios, a transição para uma economia baseada na agropecuária, antes do que na predominância do extrativismo combinado com a agricultura e pecuária. Aliás, em 1972, segundos dados do INCRA, era esta a distribuição das áreas dedicadas às diferentes atividades: 17 269 hectares a culturas hortigranjeiras, permanentes e temporárias; e 164 226 hectares dedicados à pecuária. Vale a pena anotar, neste ponto, que a produção agrícola e extrativa de então engloba produtos tais como os seguintes: café, laranja, cacau, abacate, mamão, coco da Bahia, abacaxi, abóbora, melancia, fumo, alface, feijão, arroz, mandioca, milho, babaçú, castanha, do Pará, lenha, madeira e alguns outros produtos. Ao mesmo tempo que se mantém, regridem ou crescem os índices de produção desses produtos, aumenta a população pecuária. Em 1970

havia 24 383 cabeças de gado bovino em Conceição; em 1972 o contingente de bovinos havia alcançado o total de 39 459 cabeças.

A essa época, as atividades industriais e comerciais do município estão totalmente influenciadas pela produção agrícola, pecuária e extrativa. Tanto assim que predominam ali as empresas madeireiras, ou serrarias, ao lado de beneficiadoras de arroz. Mesmo assim, é reduzido o número de empresas registradas como industriais pelo IBGE, em 1970. Ou melhor, as empresas dedicadas a atividades "industriais" são 25 pequenas unidades, cujo pessoal ocupado totaliza 85 pessoas. As empresas do comércio varejista, por seu lado, somam 144 unidades e ocupam um total de 220 pessoas. E no setor dos serviços, os estabelecimentos totalizam 74 unidades, ocupando 125 pessoas.

Vejamos a seguir qual era a população ocupada na agropecuária nos anos 1960, 1970 e 1972, segundo os dados do IBGE e INCRA. Esses dados podem ajudar à construção de uma imagem de qual seria a estrutura ocupacional em cada um desses anos e como ela se modificou. Antes, contudo, lembremos que o total de pessoas ocupadas nas atividades industriais, comerciais, e de serviços, em 1970, era de 430 pessoas. Nesse mesmo ano, na agropecuária ocupavam-se 6 134 pessoas com 14 anos de idade e mais. Desses, 144 eram assalariados permanente e 269 eram temporários. Em 1970, os permanentes eram 183 pessoas, enquanto que os temporários eram 218. Mas essa era uma ocasião em que apenas começava a manifestar-se uma alteração mais ampla na agropecuária. Em 1972 já são mais visíveis as alterações que se achavam em curso. Nesse ano o INCRA registrou 857 assalariados permanentes e 7 011 assalariados temporários. (Consultar Tabela 12). Estes, os assalariados temporários, são os peões, uma categoria especial de operários do campo.

Vale a pena observar um pouco o que é o peão. Nos últimos anos, desde que se iniciou a implantação dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, com incentivos fiscais e creditícios, o peão se tornou um personagem fundamental na paisagem econômica e política do município de Conceição do Araguaia. Ao lado do posseiro e do fazendeiro, ou dos prepostos deste, o peão é um personagem central na formação e expansão da grande empresa agropecuária no lugar.

TABELA 12

PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1950-72

CATEGORIA	1 950	1 960	1 970	1 972
Permanente	43	144	183	857
Temporário	577	269	218	7 011
Parceiro	58	40	32	-
Responsável e mem bros da família	607	1 986	5 693	-
Outra Condição	-	4	8	-
T O T A L	1 285	2 443	6 134	

FONTES: IBGE 1950, 1960 e 1970. INCRA 1972.

OBS.: Os dados relativos a 1950, 1960 e 1970
compreendem pessoas de 14 anos e mais.

Convém lembrar, neste ponto, que tem sido bastante grande a entrada de trabalhadores no município, trabalhadores esses provenientes dos estados do Nordeste ou outros estados em que há excedentes de trabalhadores, ou ocorre a crise do campesinato. Em 1970, segundo os dados do IBGE, apenas 34,52 por cento da população do município de Conceição do Araguaia compunham-se de naturais do Estado do Pará. Isso significa que nem todos desse percentual eram nativos de Conceição. Os outros 65,48 por cento eram pessoas imigradas de estados como os de Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e outros estados, em escala decrescente. A grande maioria, dos peões provém dessa população migrante. Uma parcela provém do campesinato local que se proletariza.

Mas foi a agropecuária, fortemente amparada pelos incentivos fiscais e creditícios decorrentes da aprovação dos projetos pela SUDAM, que propiciou e está propiciando a ampla utilização do peão nas fainas do desmatamento, queima das árvores e outras tarefas na área. "A pecuária pode funcionar tanto como fator de atração como de expulsão de populações. Em determinados momentos - implantação da atividade - ela atrai população, pois é sabido que nessa fase há necessidade de um número elevado de mão-de-obra, principalmente de indivíduos não qualificados, para os serviços de derrubada de mata. Executada essa fase, apenas um percentual insignificante poderá permanecer empregado, e a maioria, sendo o caso dos "peões", findo o período de desmatamento, desloca-se para outros projetos agropecuários existentes nas proximidades, ou ainda, para locais mais distantes, onde haja necessidade de seu trabalho. Como fator de repulsão, pode-se dizer que a pecuária realiza grandes mudanças no setor primário, posto que, a partir do momento em que adquire u'a maior amplitude, passa a ocupar grandes áreas, com uma absorção mínima de mão-de-obra, ocasionando a liberação de grandes contingentes populacionais que anteriormente dedicavam-se a agricultura, nos locais recém-implantados, muitas vezes sem serem os legítimos proprietários das terras"(3). O que está em jogo, nesta última observação do trecho citado é a expulsão de posseiros pela fazenda pecuária. Em geral, o fazendeiro dispõe de algum título,

(3) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, Algumas Considerações sobre os Problemas Sócio-Econômicos Enfrentados pelos Migrantes na Área do Polo Carajás, SUDAM, Belem, 1975, pp. 7-8.

que o qualifica como proprietário das terras, além de conexões com autoridades policiais e governantes; ao passo que o posseiro, muitas vezes analfabeto, raramente dispõe de qualquer documento, mesmo quando reside e trabalha na terra há vários anos. E nunca dispõe das conexões que o fazendeiro ou a empresa agropecuária pode manipular. Mas voltemos aos peões.

São os gatos, gateiros, ou empreiteiros de mão-de-obra, que arregimentam os peões para as tarefas do desmatamento, ou derrubada e queima das árvores, nas terras em que se pretende plantar capim e formar pastagens para o gado. Note-se a relação entre o gato, o peão e a migração no texto transcrito a seguir. "Ainda os contratos de trabalho contribuem na decisão de migrar, sendo que frequentemente ocorre a participação de "gateiros", os quais buscam mão-de-obra em regiões distantes, principalmente no Nordeste, conseguindo grande número de pessoas, atraídas pelo oferecimento de um contrato de trabalho. Nesse caso acham-se inseridos os "peões", que são contratados para efetuar derrubadas em projetos agropecuários. Após o término da tarefa, alguns voltam para o lugar de origem, outros permanecem enquanto houver o estabelecimento de novas frentes de trabalho. Em geral, os "peões" efetuam a migração individual, uma vez que são alojados na própria área de serviço, em barracões. Nas entrevistas mantidas com os habitantes locais, nota-se que existe uma certa restrição quanto aos "peões"; estes são considerados para aqueles como elementos de péssimos costumes, arruaceiros etc... 'São homens solteiros', cuja proximidade é tida como perniciosa para a instituição familiar que o homem do campo tanto preza"(4). Em nota a esse texto, os autores lembram que os gateiros são "homens responsáveis pela contratação de trabalhadores rurais, contratação esta não atendendo às exigências das leis trabalhistas"(5). A rigor, "existe na área graves problemas de não cumprimento da Legislação Trabalhista, sendo o Exército procurado constatemente para uma solução. Normalmente o contrato de trabalho é irregular; após o término, existe a alegação do empregador de que os vencimentos do empregado foram consumidos com a alimentação durante o período de trabalho, ou ainda simplesmente o patrão diz que não paga a dívida"(6). Em 1972 ou 73 um peão teria matado o

(4) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, op. cit., pp. 10-11.

(5) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, op. cit., p. 10.

(6) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, op. cit., p. 26.

gerente da Nazaré, com mais de trinta facadas, por causa de acerto de dinheiro. O peão esfaqueou o gerente na garganta e depois ainda muitas mais. A rigor o peão começa a dever ao gato antes mesmo de iniciar o trabalho na derrubada e queima da mata. O gato chega na pensão e compra uns tantos peões do dono da pensão. Paga ao dono de pensão o que cada peão deve e dá a este um abono, ou adiantamento, para que possa fazer uma farra. Aí, no cabaré ou prostituição, o peão gasta todo o dinheiro. No dia seguinte, em certos casos, não quer seguir para o trabalho; porque sabe o que o espera, um trabalho duro. Sabe lá o que é derrubar uma árvore em seguida à outra, no machado, no braço? Mas o gato, quando necessário, vai à delegacia arruma dois soldados e põe o peão no caminhão, ou no barco. Dessa forma, o peão já começa devendo ao gato: Cr\$ 500,00 de pensão; Cr\$ 200,00 de abono; e Cr\$ 150,00 de transporte. Depois, no armazém localizado na fazenda onde se realiza o desmatamento, o peão precisa comprar rede, roupa, sandália ou botina, cigarro, bebida, tudo por duas, três vezes mais caro. Em seguida o trabalho duro. Em Redenção, um peão demonstra que não aceita a expressão peão, por considerá-la pejorativa. "Eu sou trabalhador rural". Também a expressão gato é pejorativa. "O certo é chamar de empreiteiro". E informa que "tem gato aí que vai até no Piauí buscar pião". Diz que estes são os preços das empreitas para derrubar mata: Cr\$ 2.000,00 o alqueire, quando é próximo de movimento; e Cr\$ 2.400,00 longe. Esses são os preços por alqueire goiano que compreende 4,84 hectares. E termina por lembrar que o peão pode ficar um, dois ou vários meses fora de casa, na mata, derrubando árvores no machado, no braço.

Uma imagem da condição do gato, das relações deste com o peão e das relações de ambos com a fazenda aparece na versão do gato Raimundo. "Eu toco peão, é o tal de gato, eu pego uma empreita do fazendeiro, ele me dá o dinheiro, aí arranjo os home e levo. A semana passada, recebi sete mil conto, só deu prá levá um home. Então se a gente pudé dá cinco mil conto, o home que mais sofre no mundo é o home que mexe com derrubada. Tem vez que é fácil, mas outras é muito difícil. Eu levo o home daqui prá lá, e trago de lá prá cá. Vamo daqui de carro até Redenção, de Redenção, vai de avião, dá vinte e cinco minuto de avião, e é mil conto o vôo. Antonce, eu mexi com muito serviço meu. Quero vê, se vou construí uma casa, mas acho que vou perde o meu dinheiro. Lá paga dois mil conto o alqueire, eu pago pro peão mil e oitocentos conto o alqueire. Empreitei 50 alqueire por cem mil conto; oitenta mil é pros peão, e vinte mil prá

mim e prá pagá todas essas despesa. Oh' não tem jeito, vou perdê tudo! E a despesa de avião e carro, e lá na mata mesmo, compramo tudo no armazém, o dono botou armazém, é um tal de Sr. Juarez, não sei o sobrenome dele não, é um doctor advogado. Eu não tenho registro, não tenho nada, nem vou querê, quando terminá, vou é pará, é puxado demais. Lá é uma fazenda boa, se o peão ganha o dinheiro, ele recebe, lá também não tem castigo. Porque algumas fazendas, o povo pega o serviço e deixa os peão na agonia, não paga, amarra o peão, até ele fugí. Tem muito gato, põe os home lá, vem prá cá, cai na farra, bebe todo o dinheiro, e deixa os peão por lá. Às vezes os peão dão parte nas autoridades, vêm aqui na cidade, a polícia dá cobertura na hora e faz o gato pagá. Porque se o peão se acidenta eu trago, ele vai indenizado pela fazenda, porque ele é registrado na fazenda, tem direito a sindicato rural. Mesmo que não seja do sindicato, a fazenda trata, não sei se é todos os fazendeiros, lá na fazenda é assim, é a Fazenda Macedônia. E os peão é tudo de fora, tem de todo o estado, menos paulista, tem Goiás, mineiro pouco, tem mais do Piauí, maranhense, Pernambuco, alagoano. Quando chega aqui os gato já vai caçando, agora nesse tempo da seca tem muito serviço. Eu sou maranhense, de São João dos Patos, perto de Grajaú, vim prá cá, porque o povo disse que era bom. Fomo primeiro para Xambioá, depois para Anapoema e em 74 prá cá, sempre trabalhando com roça. Em Goiás era garimpo, aí passou o tempo e eu desacorçoei, e comecei mexê com roça de novo. Lá no garimpo, uma vez descobri um chãozinho velho de diamante, deu um bocado deles. Se vendia por quinhentos contos metade era meu metade do outro garimpeiro. Depois do diamante mudei pro cristal, aí deu mais. Vendia prá gente do sul, Minas, que ia lá comprá. No tempo do garimpo dava briga como o diabo, era muita bebida que corria. Quando a gente descobria, avisava os amigos, cada um ia lá pegava um pedacinho e depois vendia. Nasci em 1927, toda a vida trabalhando, inda agora, passo três mes na mata, peguei a tal beija-flor, quase me mata. De lá, daonde eu tou, a 30 km, tem índio na mata reservada, lá ninguém entra, quem entra não sai mais, o caboco não deixa não, ele mata ele é bicho valente; tem muito pro lá, tem um tal de siquim, de gaiapó, tem cada tipo de caboco, tem um tal de chavante, tem caboco com nome demais. Casei em 1960, tenho 7 filho. Nós era 5 irmão, de homem, só eu mesmo. Quando eu nasci papai já tinha morrido; so conheci mamãe, que graças a Deus soube me criá; toda vida me botou prá trabalhá e sempre cumpro com as obrigações de filho home. Agora tou pensando que não tenho mais filho, tou querendo mandá fazê operação nela. O meu mais velho tá com 20 ano e a mais novinha com 8 mes. Todos foram na esco-

la, só a de 13 anos que não quiz saber de estudã, nem lê nem escreve. Eu não fui na escola porque mamãe não tinha condição. Por aqui, tá ruim, porque cidade prá gente pobre é pior do que na mata, porque lá a gente planta, cria o porco, a galinha, banana, arroz, frutas, aqui todo dinheiro que a gente arruma não dá prá nada. Se botã uma coisa prá vendê, tem o imposto, come tudo. Minha mulher, tem uma leiturinha, ela nunca tomou pílula, meu prazê era até que ela tomasse, porque filho é o bicho que dá mais trabalho. Eu tive idéia, prá ela operã desde que ia descançã da mais nova, mas quando ela viu a irmã dela que fez também operação com a barriga cortada, assustou; mas ela ficou sadia e gorda, agora ela tá entusiasmando. Prá mim, quando vem filho, ave maria! sou louco por criança, mas quando eles crescem fica duro; quando é pequeno é uma beleza, mas quando vai grande, vai ficando turrudo, parece que não precisa mais de pai, de mãe. Agora eu espero que eles sejam uma grande coisa, que prosperem prá na minha velhice e da mãe, nos servi. Casei só no civil, era prá casã no padre, mas era longe toda a vida, pretendo casã agora na igreja. Os filhos são todos registrados, só dois é que falta. Não morreu nenhum, todos tem saúde. Quando eu largã a mata, vou mexê na minha rocinha (vinte alqueires). O ano que vem vou prá lá. O dia que tivê o título, já tá requerido, parece que quando o pedacinho é pequeno é fácil consegui, mas o meu ainda não veio. ACHO que vou perdê, porque eu comprei um lote, terra de colônia, todo o ano boto roça, tenho casa já tá medido por agrimensor do estado. Aqui abaixo do pai eterno, é o dinheiro. Aqui na terra é dinheiro, não adianta pegã posse sem ter dinheiro, porque vem outro, aí nessas terras desse mundo, pega a polícia expulsa todo mundo, pistoleiro aí matando os outros é barbaridade, nessas mata. A minha terra é aqui perto, terra de colônia, o governo pega 600 alqueires aí reparte com a pobreza. Comprei por oito mil contos, tem uns dois anos. Lá a mata é uma beleza, a terra é boa. Eu pago homem pra trabalhã, ele mora lá. Sou católico. A mulher só trabalha em casa, agora tá aprendendo o corte, e contas, aí no centro (Centro Coração de Jesus - ligado à Igreja)".(7).

Há um personagem, pois, que parece articular cada vez mais a economia e a sociedade do município de Conceição do Araguaia, tanto em suas relações internas como com a economia e a sociedade nacionais. Trata

(7) Depoimento colhido por Maria da Conceição Quinteiro.

-se da grande empresa agropecuária. Ela passou a instalar-se ali desde que a SUDAM começou a aprovar projetos com incentivos fiscais e creditícios, estimulando investidores nacionais e estrangeiros. A SUDAM foi criada em outubro de 1966, mas no mesmo ano já estava aprovando projetos agropecuários para serem implantados em diversas áreas da Amazônia. Em outubro de 1969 já haviam sido aprovados os projetos apresentados por 20 empresas agropecuárias que solicitavam incentivos fiscais e creditícios. Os projetos dessas empresas previam uma produção comercial de 49 071 cabeças de gado; e um plantel com um total de 142 238 cabeças. Esses dados já dão uma idéia do impacto que a pecuária passaria a provocar na economia de Conceição do Araguaia se os compararmos com os dados registrados para 1970 e 1972 pelo IBGE e INCRA. Em 1970 havia ali 24 373 cabeças de bovinos e em 1972 esse gado já alcançava a cifra de 39 459 cabeças. Se se confirmarem as previsões estabelecidas nos 20 projetos aprovados pela SUDAM até outubro de 1969, depois de implantados eles terão propiciado a formação de plantéis de gado que somarão 142 238 cabeças. Na esfera da mão-de-obra, no entanto, a implantação dos projetos não exigirá grande quantidade de trabalhadores. As estimativas feitas nos referidos projetos indicam que um total de 571 "empregos diretos" seriam criados ao término da implantação(8). Ao lado da grande quantidade de peões exigida nas tarefas de derrubada e queima das matas, para a formação das pastagens, são poucos os vaqueiros exigidos para o cuidado permanente do gado.

Ainda quanto a projetos agropecuários, ou pecuários, aprovados pela SUDAM para serem implantados no município de Conceição do Araguaia, cabe registrar que em meados de 1975 eles já totalizavam 33. Esse é o maior número de projetos aprovados até então para um município amazônico. Em segundo lugar vinha o município de Santana do Araguaia, com 20 projetos. Em seguida estava Paragominas, com 14; e os outros projetos distribuíam-se entre vários municípios. O valor dos projetos aprovados para implantação em Conceição alcançam 25,89 por cento do valor total dos projetos aprovados até então pela SUDAM para o conjunto da Amazônia(9).

(8) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Os Incentivos Fiscais e a Iniciativa Privada: Projetos Aprovados, Divisão de Documentação, Belém, 1969, pp. 98-145.

(9) Situação Cadastral e Tributária dos Projetos Agropecuários Aprovados pela SUDAM, vol. 1, Belém, agosto, 1975.

As mudanças na economia e sociedade locais aceleraram-se progressivamente ao longo dos anos 1960-77. Elas se iniciaram com as estradas e rodovias polarizadas em torno da Belém-Brasília. Isso ocorreu nos começos da década dos 60, quando se terminou a construção da rodovia Belém-Brasília e a capital do país passou à cidade de Brasília. Em seguida, desde fins de 1966, com a criação da SUDAM, desenvolveu-se um afluxo bastante grande de fazendeiros, empresas, gerentes, profissionais liberais, técnicos, burocratas, trabalhadores braçais, peões, vaqueiros, gatos, posseiros e outros. Depois, desde que se construiu a Transamazonica, nos começos da década dos 70, dinamizou-se ainda mais a circulação de fazendeiros e trabalhadores, capital e tecnologia, empresas privadas e agências governamentais. "Conceição nasceu há 6 anos", disse em julho de 1976, um jovem gerente procedente do Estado de São Paulo, formado em agropecuária pela Escola Agrícola "Luiz de Queiroz" de Piracicaba. Com isso ele queria expressar as mudanças decorrentes da formação de empresas agropecuárias e da chegada de pessoas, como ele, com "nova mentalidade" econômica e política. Em poucos anos somaram-se e multiplicaram-se as relações novas e antigas, nos campos da economia, da política e outros. Somaram-se e multiplicaram-se as relações econômicas e políticas geradas ou simbolizadas pela construção da Belém-Brasília e Transamazônica, bem como pela atuação da SUDAM e outras agências governamentais federais e estaduais. No município de Conceição do Araguaia formou-se uma nova economia e sociedade, devido aos desenvolvimentos da economia e sociedade nacionais e às potencialidades pre-existentes no lugar. Dinamizaram-se as forças produtivas e as relações de produção. Surgiram novas organizações econômicas e políticas, assim como novas lideranças nesses campos. Ao lado das empresas de agropecuária, ou pecuária, surgiram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Fazendeiros. Não foi por acaso que o candidato a Prefeito Municipal, vencedor das eleições municipais realizadas em 15 de novembro de 1976, era um jovem médico, fazendeiro e empresário cuja base de operações econômicas era a nova cidade de Redenção. Note-se que o novo prefeito, como outros profissionais liberais ou fazendeiros, chegou do Centro-Sul. Venceu o outro candidato da Arena, representante dos interesses locais, menos comprometido com a nova empresa agropecuária, menos aberto aos novos ventos da grande capital e das atuações das agências governamentais. O que está expresso, nesse fato político, é a nova rearticulação da economia e sociedade locais com a economia e sociedade nacionais. Sob vários aspectos fundamentais, o poder político-econômico local tornou-se contemporâneo do poder

político-econômico nacional. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se e amadurecem as classes sociais no campo e na cidade. No caso de Conceição é principalmente no campo que se delineam, de forma cada vez mais nítida, os contornos da burguesia e do proletariado. A um lado encontram-se os fazendeiros, os empresários as empresas, ou os seus prepostos: supervisores, gerentes, administradores, gatos ou outros. No outro lado encontram-se os trabalhadores do campo, vaqueiros e peões. Ao lado deles, em fase crítica, em rearticulação ou dissolução, acham-se os núcleos camponeses, desitiantes, posseiros e colonos.

SITIANTES, POSSEIROS E COLONOS.

IX - SITIANTES, POSSEIROS E COLONOS

Em 1977, não sã a economia, mas o conjunto da sociedade do município de Conceição do Araguaia encontram-se sob a influência preponderante da grande empresa agropecuária. É uma nova forma de organizar socialmente as forças produtivas e as relações de produção que se está constituindo com a criação e a expansão da empresa agropecuária. Essa empresa expressa uma modalidade nova, mais desenvolvida, de organização social da produção na agricultura, pecuária ou agropecuária. Em 1975, dentre os 80 projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, 33 estavam sendo implementados no município de Conceição do Araguaia. Do valor total desses 80 projetos, 25,89 por cento cabiam a Conceição. Dentre os incentivos liberados para o conjunto, 31,05 por cento haviam se destinado a esse lugar. E alcançava 30,18 por cento o contingente da mão-de-obra envolvido na implantação dos projetos destinados a Conceição do Araguaia(1). A rigor, é uma nova forma de organização social das forças produtivas e das relações de produção que se achia em franca constituição no município. Sob a forma da grande empresa agropecuária, entrou em curso uma fase nova do desenvolvimento do capitalismo nos campos de Conceição. Agora ocorre uma nova articulação da economia e sociedade locais com a economia e sociedade nacionais. A verdade é que a grande empresa do Centro-Sul do país e do exterior está criando ou expandindo empresas associadas ou sucursais no município de Conceição do Araguaia. Desde que a SUDAM passou a incentivar a formação e a expansão da grande empresa agropecuária ali, o capital industrial passou a comandar, numa escala intensa e generalizada, a constituição de uma nova forma de organização social das forças produtivas e das relações de produção. Sob o amparo e o incentivo do Estado, o capital industrial comandado desde o Centro-Sul do país e do exterior está provocando uma espécie de revolução na economia e sociedade locais. É uma nova estrutura de classes sociais que se está desenvolvendo em Conceição, de um modo surpreendente tanto para os habitantes dali como para os próprios fazendeiros, empresários e gerentes. Os próprios governantes, burocratas ou

(1) Situação Cadastral e Tributária dos Projetos Agropecuários Aprovados pela SUDAM, Belem, agosto, 1975, vol. 1.

tecnocratas, estão surpresos com o que está ocorrendo na economia e sociedade locais.

Ocorre que a grande empresa agropecuária e a nova estrutura de classes não se instalam num espaço vazio. Elas são, ao mesmo tempo, uma justaposição e um desenvolvimento da economia e sociedade preexistentes. Ali, já havia atividades e interesses, relações e estruturas, carências e antagonismos, que agora estão conferindo algumas peculiaridades aos movimentos e contornos da grande empresa agropecuária e da nova estrutura de classes sociais em formação. Dentre todos os elementos produzidos pela história social do município de Conceição do Araguaia, elementos esses chegados até 1977, o que mais se distingue é o campesinato. Em 1977, o que se confrontam em Conceição, são duas formas distintas de organização social das forças produtivas e das relações de produção. Uma, a mais antiga é o campesinato, isto é, a economia camponesa, com as suas peculiaridades sociais e políticas. A outra, mais recente e em franca expansão, é a grande empresa agropecuária. As duas podem articular-se e coexistir, da mesma forma que a grande empresa pode impor-se e destruir a sociedade camponesa. Mas essas, ou outras, soluções não se estabelecem por antecipação. Elas vão se constituindo à medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção. Em 1977, no município de Conceição do Araguaia, o que está acontecendo é a ampla e intensa destruição da sociedade camponesa, devido ao caráter das forças produtivas em jogo. Ali, a grande empresa agropecuária, em franca expansão em 1977, é o produto de uma singular aliança entre o capital monopolista e o Estado. Diante dessa aliança, articulada econômica e politicamente, o campesinato pouquíssimo ou nada pode fazer. Cabe-lhe resignar-se à destruição, buscar alguma exígua acomodação ou simplesmente proletarizar-se.

Nesse passo da discussão, cabe uma breve observação sobre o que caracteriza o camponês, enquanto uma categoria social singular. Começemos por registrar as definições formuladas por Caio Prado Junior e Juarez R. Brandão Lopes, pois que elas anotam as características principais do camponês, ou campesinato, enquanto "uma realidade específica dentro do quadro geral da economia agrária". O campesinato se compõe de "trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando embora a terra a títulos diferentes - proprietários, arrendatários, parceiros... - exercem sua atividade por conta própria. Esse tipo de trabalhadores, a que propriamente

se aplica e a que se deve reservar a designação de "camponês", forma uma categoria economico-social caracterizada..."(2). Mas há outras características do campesinato que merecem ser ressaltadas. "As unidades camponesas são constituídas pelas explorações de pequenos proprietários (via de regra minifundiários), arrendatários, parceiros ou posseiros, voltados basicamente, com o trabalho familiar, para a sua reprodução como camponeses. As atividades são, portanto, na essência, de subsistência, vendendo-se no mercado (feiras locais ou a caminhões) os pequenos excedentes de produção de autoconsumo"(3). Haveria outras características a ressaltar, mas o que é básico está mencionado. Cabe, no entanto, ressaltar algo no que se deve entender por camponês e campesinato. No caso do campesinato amazônico, ele é principalmente formado de posseiros. Isto é, compõe-se de ocupantes antigos e recentes de terras devolutas existentes em grande disponibilidade na região amazônica e na área do município de Conceição do Araguaia. Secundariamente, em especial nos anos recentes, uma parte dos posseiros, antigos ou não, está passando a condição de titular da terra, por sua luta pela terra ou devido a concessões táticas dos governantes federais ou estaduais. Outra característica importante do campesinato amazônico é que a terra ocupada por ele pode ter tanto 10 como 100 hectares. Ocorre que o que singulariza o campesinato é uma forma de organização social das forças produtivas e relações de produção, sendo que a extensão da terra ocupada é, na região amazônica, uma característica secundária. No mínimo, nessa região, o que é uma pequena propriedade é algo diferente do que é uma pequena propriedade em outras partes do país. Outras peculiaridades do campesinato da Amazônia e da área do município de Conceição do Araguaia serão apontadas a seguir, à medida que prosseguir a narração.

Vejamos agora alguns dados quantitativos a propósito do que poderíamos considerar o campesinato do município de Conceição do Araguaia. Segundo os dados do IBGE, em 1950 havia ali 296 estabelecimentos cujas terras eram ocupadas por posseiros antigos ou recentes; os outros 6 estabelecimentos existentes então distribuíam-se da seguinte forma: 5 arrendados e

(2) Caio Prado Junior, A Revolução Brasileira, Editora Brasiliense, São Paulo, 1966, p. 204.

(3) Juarez R. Brandão Lopes, Do Latifúndio à Empresa: Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo, Caderno 26, CEBRAP-Brasiliense, São Paulo, 1976, p. 7.

l propriedade. Em média, cada estabelecimento de posseiro ocupava cerca de 82 hectares, o que significa um estabelecimento pequeno, para o contexto da região amazônica. Em 1960 havia em Conceição 968 estabelecimentos em terras ocupadas por posseiros, com uma média de 99 hectares cada; e mais 14 estabelecimentos em terras arrendadas e próprias. Em 1970, os 2 136 estabelecimentos situados em terras ocupadas por posseiros tinham uma média de 136 hectares cada um; mas os 98 estabelecimentos situados em terras próprias, isto é, tituladas, ocupavam uma média de 3 806 hectares cada. É óbvio que nem todos os posseiros são simplesmente camponeses, em seu modo de organizar a economia e a vida social. Dentre os posseiros houve e há pequenos, médios ou mesmo grandes fazendeiros. Mas a história social do município de Conceição do Araguaia indica que a maioria dos posseiros, antigos e recentes, se compõe de camponeses, por sua forma de organizar a economia e a vida social. Produziam e produzem principalmente valores de uso e, secundariamente, valores de troca. Em 1972, segundo os dados do INCRA, ainda é bastante acentuado o caráter campones da economia de Conceição. Note-se que o INCRA definia como minifúndio "o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar", de acordo com o quarto artigo do Estatuto da Terra (Lei nº 4 504, de 30 de novembro de 1964). Pois bem, em 1972 segundo esse critério, havia em Conceição do Araguaia 646 minifúndios, ou seja, 40,20 por cento do total dos imóveis rurais. Em média, eles tinham 81 hectares cada um. Mas é importante registrar que o INCRA incluiu entre os minifúndios imóveis abarcando até 200 hectares. O outro tipo de imóvel rural predominante em Conceição era o que o INCRA definia como latifúndio por exploração, abarcando 59,30 por cento do total dos imóveis. Esse podia ocupar até seiscentas vezes o equivalente do território de uma propriedade familiar, isto é, uma propriedade que garantisse a subsistência de uma família de agricultores. Fosse qual fosse o tamanho desse imóvel, no entanto, ele era definido como pouco ou não explorado, daí a expressão "latifúndio por exploração". Assim, em 1972 havia no município 953 desses imóveis com uma média de 1 863 hectares cada. Pode-se admitir, com base nas indicações dadas nos depoimentos e relatos de habitantes do lugar, que em alguns, ou muitos, desses imóveis predominava um modo de vida camponês.

Essa estrutura fundiária pode ganhar um pouco mais de clareza se incluirmos na análise algumas outras informações sobre a história social do campesinato. Dessa maneira teremos um conjunto de elementos mais

articulados para compreender qual é o peso econômico e político do campesinato no município de Conceição do Araguaia.

Para compreender como estão se desenvolvendo as relações entre o campesinato e a grande empresa, cabe uma breve digressão sobre mais alguns aspectos do perfil desse campesinato. Mas comecemos por reconhecer que no município de Conceição do Araguaia, em 1977, o campesinato está subdividido em três grupos. O primeiro, de formação mais antiga, compõe-se de sitiantes; o segundo, relativamente recente, compõe-se de posseiros; e o terceiro, recente de poucos anos, ou mesmo meses, compõe-se de colonos. Não são sempre distintos um do outro; frequentemente mesclam-se ou confundem-se. Entretanto, distinguem-se não só como grupos no seio do campesinato, mas também como expressões históricas da formação e crise desse campesinato. Vejamos, pois, um pouco melhor, em que consistem, um de cada vez e todos juntos.

A decadência do monocativismo da borracha transformou boa parte dos seringueiros, caucheiros e outros trabalhadores ligados à produção e ao transporte da borracha em sitiantes. Tanto os caboclos amazonenses, como os nordestinos acaboclizados na amazônia fixaram-se ou instalaram-se em pequenas ou médias posses. Passaram a viver da caça, pesca, coleta, alguma agricultura ou pouca criação. Acomodaram-se numa economia de subsistência com escasso ou nulo comércio de excedentes. Formaram parte da população dos sítios, freguesias, ruas, povoados, centros ou beiras. Aliás, desde antes do ciclo da borracha já se achava em curso o processo de formação do campesinato amazonense, composto dos caboclos da região. Desde então já se definiam os principais traços do perfil dessa categoria social. "Os sitiantes, ante a imensidade da terra, franqueada a todos e pelo gênero de vida meio nômade que levavam, não tinham sentido a necessidade de assegurar-se o direito da propriedade. A posse parecia-lhes bastante. A legislação vigente, por outro lado, não atendia às circunstâncias especiais da região"(4). É obvio que esse processo de formação do campesinato amazonense sofreu uma interrupção importante durante o ciclo da expansão do monocativismo da borracha, principalmente nos anos 1890 - 1912.

(4) Arthur Cezar Ferreira Reis, O Seringal e o Seringueiro, citado, p. 78.

Em seguida, no entanto, com a crise da borracha houve uma espécie de camponezação generalizada de seringueiros, caucheiros, trabalhadores ligados à produção e ao transporte da borracha. Mesmo seringalistas houve que tiveram de acomodar-se a modalidades camponesas de organização da economia e da vida. Essa época camponesa da economia e sociedade amazônica demorou várias décadas, desde a crise do monoextrativismo da borracha em 1912 até o presente. Houve é verdade um entreato importante durante os anos da segunda guerra mundial (1939-45) quando a borracha amazônica e alguns outros produtos extrativos se tornaram matérias estratégicas. Mas esse pequeno surto dos anos da guerra não modificaram substancialmente as bases camponesas que se haviam constituído deste antes do ciclo da borracha e que se acentuaram nas décadas posteriores à crise.

Nas décadas dos anos quarenta e cinquenta, a economia e a sociedade, no conjunto da Amazônia, estavam configuradas segundo as determinações de uma produção voltada principalmente para a subsistência e secundariamente para o comércio de algum excedente. "Nos dias de hoje, em toda a extensão do vale amazônico o caboclo cultiva pequenas roças pelo processo de derrubada e queimada de um trecho da mata, de preferência situado em lugar alto, livre de enchentes. O solo não recebe qualquer tratamento além da limpeza periódica do mato rasteiro. Os instrumentos utilizados são o machado e o facão para a derruba e roçagem, e a enxada. Cada trecho de terreno é usado apenas dois ou três anos, quando se torna improdutivo, e então abandonado, o que exige novas derrubadas. O principal produto cultivado é a mandioca, a variedade chamada comumente "brava", que se presta melhor para o fabrico da "farinha d'água", o alimento básico. O pescado, e em escala muito reduzida a carne de caça ou de pequenas criações de animais domésticos, suplementam a parca dieta. As habitações, exceto nos centros urbanos, são construídas de madeira e palha, obtidas de palmeiras como a paxinha, o buriti e o caraná... A criação ... limita-se a uns poucos animais domésticos como galinhas e porcos, esses mesmos, tratados mais como "xerimbabos" do que fontes de rendimento econômico.(...) As estradas são os rios, "paraná" e igarapês. Toda atividade econômica revolve em torno da coleta de borracha, da castanha, do timbó, da piaçaba e outros produtos da mata. Nas áreas mais recuadas do centro urbano, as transações na base de moeda cedem lugar às trocas em espécie e dependem de um sistema peculiar de "aviamento", ou seja, fornecimento a crédito nos "barracões" de comerciantes... Essas comunidades (pequenas comunidades ru

rais) se compõem de pequenos povoados, "sítios" ou freguesias, na denominação local cuja economia se baseia na coleta da borracha, castanha ou pequena agricultura de consumo local. A cidade ou "centro" da comunidade rural é uma pequena sede administrativa ou comercial. As freguesias se constituem de um reduzido número de famílias espalhadas pela margem dos igarapés e pequenos tributários. Uma freguesia, raramente soma além de 150 indivíduos"(5). Essa era a situação prevalecente nos anos 40 e cinquenta. Mesmo nos anos 60 o campesinato é uma categoria social bastante importante, se não a mais importante, na organização da economia e sociedade da região amazônica. "A agricultura na Amazônia é extremamente rudimentar. A função de produção do setor, basicamente, compõe-se da combinação de apenas dois fatores produtivos: terra e trabalho. Praticamente nenhuma parcela de capital entra no processo produtivo..!"(6). São esses, em forma breve, alguns dos principais característicos do grupo mais antigo que entrou na composição do campesinato da região amazônica e da área de Conceição do Araguaia. É óbvio, pelos dados disponíveis, que todos os sitiantes, ou a sua grande maioria, não possui qualquer título legal da propriedade da terra; são os posseiros históricos. Mas configuram-se pela sua história, como sitiantes ou caboclos amazonenses.

Nos começos dos anos 60 ainda eram bastante acentuados os traços rurais e camponeses na economia e sociedade do município de Conceição do Araguaia. Ao lado de algum extrativismo e artesanato, para fins de comercialização, predominava uma economia e um modo de vida de curho não só rural, mas camponês. "Em geral, durante o verão (chuvoso) exploram a cerâmica e o cristal de rocha. Na seca, exploram a castanha do Pará, o caucho, a madeira de lei, o côco e a indústria caseira fabricando a farinha de mandioca, a rapadura, curtindo a pele de animais, fiando o algodão ... Seu nível de vida permanece sóbrio... O traje é simples, por vezes andrajoso. Descalços, sem avental, nem lenço na cabeça. Durante as viagens, mulheres e homens não dispensam os grandes chapelões de palha. A re-

(5) Eduardo Galvão, Santos e Visagens, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1955, pp. 18-19.

(6) Ronaldo Franco de Sã Bonfim, "A Infra-Estrutura da Amazônia e seu Desenvolvimento Econômico", publicado na obra coletiva de Afonso Augusto de Albuquerque Lima e outros, Problemática da Amazônia, Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1969, pp. 87-109, citação da p. 93.

feijão é frugal. A carne escassa, os legumes também. Para os pobres, a alimentação baseia-se na mandioca (cozida ou em farinha), no peixe, no arroz, rapadura e frutas: banana, manga, cajú, maracujá. A carne é só a do tipo seca. Para os médios, acrescentam-se o feijão, o café, o leite em pó, a carne, os ovos e outras frutas: ananás, laranja, abacate, jaca, cacau, ma mão. O quebra-jejum tradicional é o frito: farofa de farinha de mandioca com fiapos de carne seca, ou o bolo de arroz. Nos dias de festa, o beiju, o mungunzá (canjica), a broa de milho"(7). "A família conserva ainda sua autoridade, mas a mulher é em geral o "pé de boi" para manter o trabalho caseiro, a indústria doméstica e, sobretudo, para prender o homem à terra. Não há, entretanto, essa tradição de família unida, de geração em geração. Os filhos desertam depressa de casa para o trabalho independente ou o casamento precoce. Apesar disso, ela continua numerosa (6 a 8 filhos)." (8). Também nas festas tradicionais predominam elementos do catolicismo rural e camponês, de cunho comunitário. "Como em toda a parte, no dia 24 de junho não se deixa de acender a grande fogueira, onde se brinca e se assiste a muita superstição. De junho a agosto, organiza-se o arraial do boi. Rapazes e meninos fantasiam-se e revivem uma história tradicional em que o boi forte adoece, morre e o médico o cura, ou melhor o ressucita. Dança-se, então a catirina e angaria-se dinheiro para a "farrinha". Logo depois, é a novena do Divino: os foliões do Divino fazem serenata às portas das casas, sapateando a catira e só saindo depois de recebido algum dinheiro. A festa local é dia 8 de dezembro, dia da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição. Então a população acorre de todo o município para participar da novena, alegrada com festejos, foguetes, leilões e barraquinhas. É o tempo do pitoresco das caravanas em lombo de burro, ou nas ubás e canoas apinhadas. O povo religioso se acomoda em qualquer canto, lava-se no rio, põe a melhor fatiota e vem visitar a Santa. Cada dia o novenário está a cargo de uma classe profissional. No seu dia, os pilotos organizam uma linda procissão fluvial que vai buscar a Santa, levada ocultamente na véspera para Porto Franco, e que volta homenageada pela imponente procissão de barcos ornamentados, para a Matriz. Durante o último dia da festa, organiza-se uma corrida de cavalos na pista do aeroporto, onde as amazonas se exibem também" (9).

(7) Irmã Maria Violeta, "Conceição do Araguaia", Anhembi, Ano XII, nº 139, São Paulo, 1962, pp. 36-38.

(8) Irmã Maria Violeta, op. cit., p. 37.

(9) Irmã Maria Violeta, op. cit., pp. 38-39.

Os posseiros, chegados principalmente desde 1960, compreendem o segundo grupo componente do campesinato da região amazônica e da área do município de Conceição do Araguaia. Às vezes eles se mesclam com os sitiantes; outras vezes formam outros núcleos. Juntam-se algumas, diversas ou dezenas de famílias, formando povoados camponeses. Na totalidade, os posseiros são migrantes chegados no município de Conceição do Araguaia de outras partes do Pará, Maranhão, Goiás, Minas, estados do Nordeste ou mesmo estados do Centro-Sul. Por influência da notícia de terras livres, do interesse do governo em colonizar territórios, da idéia da busca de "terras de graça", da ambição de "pegar uma posse", muitos e muitos, cada vez mais numerosos nos anos 1960-77, tornaram-se posseiros, formaram povoados, ergueram igreja, construíram escola, plantaram, criaram e procriaram nas terras devolutas disponíveis ao longo de rios, paranás, igarapés, caminhos, estradas e rodovias. Embrenharam-se nas matas e abriram clareiras. Organizaram uma economia de subsistência e começaram a negociar os excedentes, no mesmo lugar, entre si, ou com os habitantes dos povoados e cidades próximos ou distantes. "O processo de ocupação de terras devolutas sempre foi fácil, não exigindo nenhuma formalidade antecipada. Bastava (há pouco tempo) embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça e demarcar com uma picada rústica a área da posse. Em seguida deveria ser feita uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada como título definitivo. Um mecanismo simples, mas mesmo assim impossível de ser seguido pelos posseiros, a maioria analfabetos e sem recursos, a não ser os braços e a vontade de trabalhar. Dessa forma, a grande maioria deles, sem nenhuma orientação, deixou de solicitar o registro das terras em seu nome, limitando-se a fazê-las produzir" (10). Essa é a definição básica do posseiro, o segundo grupo componente do campesinato formado em várias partes da região amazônica e na área do município de Conceição do Araguaia. Com frequência os movimentos dos migrantes chegados de outras partes do país provocam a formação de povoados com centenas de habitantes. Em 1974, o povoado de Alacilândia, no município de Conceição do Araguaia, formado de posseiros, contava com uma população aproximada de 600 habitantes. Às vezes, um povoado camponês reúne sitiantes e posseiros; outras vezes reúne principalmente ou exclusivamente, posseiros. Neste caso, são todos migrantes chegados ao longo dos anos

(10) Murilo Carvalho, "A Luta pela Terra: Conceição do Araguaia, Pará", Movimento, Nº 6, São Paulo, 11 de agosto de 1975, p. 3.

1960-76. "O povoamento de uma área nova se dá a partir do estabelecimento de uma corrente migratória. Geralmente o deslocamento de população ocorre quando existem condições negativas no local de origem, havendo a procura de outras regiões que ofereçam condições atrativas em função da melhoria de vida. 'Tanto mais ter-se-á coragem de enfrentar o desconhecido quanto pior for a situação presente'. Existe uma preocupação dos fundadores quanto à localização dos povoados. Há preferência por áreas de mata e/ou proximidade de fontes d'água (rios, igarapês etc...). Os povoados são formados por indivíduos que logo em seguida chama para junto de si os parentes e amigos do lugar de origem. Nos primeiros anos, o povoado é uma só família; porém com o decorrer do tempo, o cenário muda. Os pioneiros normalmente se intitulam "senhores absolutos"; entretanto com o estabelecimento de ações políticas sua liderança é mais tolhida ou chega a desaparecer, e as decisões no povoado não partem mais do Sr. Fulano que chegou primeiro, mas sim do político local. Muitas vezes, os pioneiros apenas preocupados em 'usufruir de tudo o que a terra dá', perdem seus direitos uma vez que as pessoas com maior senso especulativo, ou ainda com maiores recursos, procuram a legalização da terra pelos caminhos competentes, retirando, inclusive, a área que o pioneiro se intitulava dono, passando este a ser possessor de terras alheias (terras tituladas). Quando há o surgimento de povoados, não existe quase comunicação; as estradas são meras "picadas", tornando difícil o acesso; as viagens são realizadas a pé ou no lombo de animal; porém com o melhoramento das vias há, em consequência, maior penetração de outros elementos. ... Para os primeiros habitantes de um povoado, quando o isolamento é maior, existem grandes oportunidades de aumentar a área de trabalho, já que o percentual de terras disponíveis a utilizar é amplo; porém a chegada contínua de imigrantes e o consequente uso da terra, provocando desgastes na mesma, levam o Povoado à estagnação"(11).

Em 1977 havia no município de Conceição do Araguaia os seguintes povoados de posseiros antigos e recentes: Alacilândia, Pedreiras, Rio Maria, Grotão, Baixa Verde, Arraias, Cocal da Serra, Mato da Anta, Bom Jesus, Osvaldolândia, Pedra Branca e Santa Luiza. A população estimada para esses povoados camponeses era estimada, em 1974, em cerca de 4 800 pessoas. A maior concentração de posseiros estava, naquela data, no povoado

(11) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, Algumas Considerações sobre os Problemas Sócio-Econômicos Enfrentados pelos Migrantes na Área do Polo Carajás, citado, pp. 12-13.

de Rio Maria, com 2 500 habitantes aproximadamente. Note-se contudo que essa talvez não fosse a população total de ocupantes antigos (sitiantes) e recentes (posseiros) existentes no município de Conceição do Araguaia. Talvez houvesse famílias dispersas, ou pequenos grupos isolados de famílias, que não tivessem sido contados ou estimados. De qualquer forma, é conveniente observar, neste ponto, que o que aparece frequentemente sob a expressão posseiro pode incluir algumas vezes, o sitiante; isto é, o posseiro mais antigo, originário do seringueiro, caucheiro ou trabalhador ligado à produção e ao comércio da borracha.

Os colonos compõem o grupo mais recente do campesinato formado na região amazônica e na área do município de Conceição do Araguaia. Numa formulação breve, colono é todo camponês, seja ele sitiante ou posseiro, que recebe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou outro órgão do poder público, um título provisório ou definitivo de propriedade. Para que o camponês tenha direito a algum título relativo à terra, é indispensável que o órgão público reconheça que ele desenvolve ali "cultura efetiva" e tenha "morada habitual" no lugar. Dessa forma o sitiante, ou posseiro, passa a definir-se como colono; e o aglomerado de colonos, colônias. Ao conferir títulos aos ocupantes de terras devolutas, por "reconhecer as posses legítimas manifestadas através da cultura efetiva e morada habitual" o poder público está atuando em conformidade com a legislação que criou e regulamentou o INCRA (Decreto-Lei nº 1 110, de 9 de julho de 1970 e Decreto nº 68 153, de 1º de fevereiro de 1971) no sentido de "promover a regularização das ocupações das terras" referidas nos artigos 97 e 102 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964). Note-se, pois, que as colônias de que falamos aqui são formadas de ocupantes antigos (sitiantes) e recentes (posseiros) de terras nas quais o INCRA ou outro órgão reconhece que esses ocupantes estão desenvolvendo cultura efetiva e têm morada habitual. Esse é o caso de colônias oficiais e particulares criadas nos anos recentes no município de Conceição do Araguaia. Nessa área encontram-se as seguintes colônias: Volta Nova, Santo Antonio, Boa Sorte, Luzilândia e São Domingos. A população aproximada dessas cinco colônias reunia em 1974 cerca de 1 600 pessoas. Em 1974 havia no município de Conceição do Araguaia apenas uma colônia oficial, no sentido de aglomerado que reunia pessoas ou famílias recrutadas e selecionadas pelo poder público (em conformidade com os artigos 55 a 59 do Estatuto da Terra). Essa colônia oficial, denominada Floresta, reunia naquela data uma população aproximada de 800 pes

soas. Mas o que é praticamente geral no município de Conceição do Araguaia é a formação de colônia pela concessão de título provisório ou definitivo aos ocupantes antigos ou recentes de terras devolutas. É esse, por exemplo, o caso da colônia Volta Nova, que em 1974 contava com cerca de 250 habitantes. "Este povoado foi formado por um piauiense que iniciou sua trajetória de migrante, há cerca de 20 anos. Passou grande parte do tempo em Mato Grosso, vindo em seguida para o Pará, localizando-se no Município de Conceição do Araguaia, com intenção de formar povoado. Antes de sair de Mato Grosso um amigo lhe dissera: "Cabra, prá formar um povoado, não deve ter medo de rastro de onça e nem rangir de dentes"; porém não desanimou e iniciou a viagem para conseguir seu intento. Disse que apesar de ter conseguido realizar o pretendido, confirmou as palavras do amigo; "é duro se formar um povoado, a gente acaba perdendo...". Esta conclusão do pioneiro resulta da perda da liderança para os políticos locais"(12).

Esses são os três grupos componentes do campesinato existente no município de Conceição do Araguaia em 1976: sitiantes, posseiros e colonos. Apesar das suas diferentes histórias, ou definições jurídicas, eles fazem parte da mesma categoria social, por algumas das suas atividades básicas e relações internas e externas. Possuem uma economia baseada na combinação do trabalho familiar com a terra, com escassa mediação tecnológica. Produzem principalmente para o autoconsumo e secundariamente para o mercado; mas as duas exigências eram básicas. Mais que isso, cresceu a exigência de produzir para vender, já que o mercado urbano demanda cada vez mais produtos agropecuários e extrativos. Ao mesmo tempo que cresce a articulação da economia camponesa com o mercado, a partir das pressões ou demandas deste, aumenta a dependência dos camponês do suprimento de instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, medicamentos e outras mercadorias, essenciais e superfúas, geradas pelo capital industrial. Decresce ou desorganiza-se a economia voltada para a produção de valores de uso e cresce e organiza-se cada vez mais a economia voltada para a produção de valores de troca. Pouco a pouco, ou de um instante para outro, o trabalhador e a sua família passam a ser dominados pela exigência de produzir não apenas excedentes comerciáveis, mas produzir de modo exclusivo para o comércio. Pouco a pouco, ou de um instante para outro, o seu traba

(12) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, op. cit., p. 15.

lho perde o caráter de um ato de vontade e invenção e ganha o caráter de um ato de submissão. O trabalho ganha a faculdade de produzir mais-valia. A aparência camponesa da vida passa a esconder uma forma operária de trabalhar. Si multaneamente, cresce o interesse de novas gentes pela terra. Aparecem os grileiros, os jagunços, os administradores, os agentes, os fazendeiros, as empresas, o governo. Pouco a pouco, ou de um instante para outro, tudo muda, a terra tem outro dono; e o outro dono tem mais força, mais poder, ou a proteção do governo.

X - A EXPROPRIAÇÃO DO CAMPESINATO

O município de Conceição do Araguaia é uma área cujas terras estão ocupadas principalmente por posseiros. Há posses antigas e recentes. Um^as passaram de pai a filho, outras foram negociadas. Há posses que reverteram a terras devolutas e foram depois reapossadas. Também há posses grandes, ao lado da maioria composta de pequenas e médias. Ainda é reduzido o número de estabelecimentos rurais (grandes, médios ou pequenos, antigos ou recentes) cujos responsáveis possuem algum título, provisório ou definitivo, que lhe garante a propriedade; sobre cujas terras não paira nem a dúvida nem a ameaça. É verdade que alguns guardam o protocolo do requerimento com o qual pleitearam o domínio da terra; assim como outros possuem recibos de imposto pago, avisos de débito de imposto, ou mesmo recibos de aquisição de posse. Mas a verdade é que o município de Conceição do Araguaia é uma área na qual predominam ocupantes antigos (sitiantes) ou recentes (posseiros), pequenos, médios ou mesmo grandes; principalmente pequenos e médios. A grande maioria dos pequenos e médios agricultores e criadores não possui documentação legal, provisória ou definitiva, garantindo-lhe o domínio da terra. No consenso de alguns habitantes locais, em julho de 1976 cerca de 90 por cento dos estabelecimentos rurais não dispõem de título de propriedade; e 80 por cento das terras do município seriam terras ocupadas por posseiros, antigos ou recentes, pequenos, médios ou mesmo grandes. Os dados do IBGE, para 1960, registram que praticamente 70 por cento dos estabelecimentos e 70 por cento das terras pertenciam a ocupantes. Em 1970, no entanto, a situação é diversa. Nesse ano, os estabelecimentos rurais de posseiros alcançavam 95 por cento do total, ao passo que eles ocupavam apenas 44 por cento das terras. Ou seja, em 1970 os estabelecimentos rurais titulados perfaziam apenas 4 por cento do total, mas abarcavam 55 por cento das terras. Em 1972, segundo os dados do INCRA, esta tendência se mantém. Nesse ano os imóveis rurais de posseiros chegavam a 90 por cento do total, mas ocupavam apenas 39 por cento das terras. Enquanto isso, os 9 por cento dos imóveis rurais titulados abarcavam 60 por cento das terras. Essa era a estrutura fundiária no município de Conceição do Araguaia nos anos 1970-72. Segundo dizem os habitantes do lugar, ela pouco se modificou depois. Em 1977 o município continua a ser uma área cujas terras estão ocupadas principalmente por posseiros, antigos

ou recentes, pequenos, médios ou mesmo grandes. Houve, é verdade, alguma distribuição de títulos, provisórios ou definitivos, por parte da Secretaria da Agricultura do Pará (SAGRI), Instituto de Terras do Pará (ITERPA) ou Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em dezembro de 1976 o INCRA distribuiu "815 licenças de ocupação aos legítimos posseiros" que se encontravam na área da vila de São Geraldo do Araguaia, pertencente ao município de Conceição do Araguaia. Mas não temos informação sobre qual é a extensão das terras abarcadas por essas licenças de ocupação. Ocorre que a maior parte das terras tituladas ou licenciadas pela SAGRI, ITERPA ou INCRA tem sido destinada as grandes e médias fazendas, nas quais a SUDAM tem incentivado, por meios fiscais e creditícios, a implantação de projetos agropecuários.

O que está em jogo, nessa conformação da estrutura fundiária do município de Conceição do Araguaia, é obviamente a formação e a expansão da empresa capitalista no campo. Nesse município, desde 1966, quando a SUDAM passou a estimular, por meios fiscais e creditícios, a implantação de grandes e médios projetos agropecuários, começou a formar-se e expandir-se uma nova forma de organização social das forças produtivas e relações de produção; ao mesmo tempo em que entrou em crise, regressão ou reformulação, a sociedade camponesa preexistente na área. São duas formas distintas de organização social das forças produtivas e relações de produção que se defrontam ali, em 1977. Elas são personificadas principalmente por duas classes sociais: a burguesia agropecuária e os posseiros (ou o campesinato). Esse é o antagonismo mais visível no município de Conceição do Araguaia, em 1976.

Mas seria enganoso imaginar que a burguesia e o campesinato estão se defrontando de modo direto, aberto. Esse confronto está recoberto por múltiplas e complexas mediações, bem como outros mecanismos. Em especial, cabe mencionar, desde já, as diversas atuações do poder público. Mas também é necessário registrar a presença cada vez mais ampla e intensa do capital industrial. Esses são os elementos que entram em jogo na crescente expansão da empresa agropecuária e na progressiva crise do campesinato. É verdade que o grileiro com frequência está presente nas tensões e conflitos sobre a posse e o uso da terra. Ele negocia a terra de modo fraudulento; pressiona e age com violência contra o posseiro. Mas o que está em curso, nesses casos, é a expansão, paulatina ou rápida, da empresa capitalista no campo, da qual o grileiro é a vanguarda e o posseiro a vítima.

Para analisar essa situação, talvez seja preferível colocar o problema nos seguintes termos: o campesinato do município de Conceição

do Araguaia, em 1977, encontra-se sob dupla pressão do capital industrial; por um lado, ele está sofrendo a crescente expropriação do excedente da sua produção; por outro, está sendo expropriado da sua terra. Em 1976, pois, os posseiros (que é a forma pela qual aparece o campesinato local) estão sob a pressão de uma dupla expropriação: do produto do seu trabalho, pela comercialização do excedente; e do principal meio de produção, a terra, pela elevação do seu preço e a legalização de sua posse. O que está em curso, aí, é mais um ato do processo de acumulação primitiva que vem ocorrendo no país desde o século XIX.

Vejamos agora, ainda que de modo breve, alguns aspectos da expropriação a que o capital industrial está submetendo, cada vez mais, o sitiante, posseiro e colono, ou os camponeses, do município de Conceição do Araguaia. Em capítulos seguintes será abordado o problema da terra. Por agora cabe o exame da crescente monetarização da vida econômica do camponês; isto é, do mecanismo básico da dissolução do campesinato.

O que está em causa, pois, é a expropriação que resulta da comercialização do excedente econômico produzido pelo sitiante, posseiro ou colono. Já sabemos que a economia camponesa é pobre, destinada principalmente ao autoconsumo dos produtores e seus familiares, negociando somente uma parcela da produção. Em Conceição do Araguaia, desde a decadência do monoextrativismo da borracha até o presente, tem predominado uma economia camponesa baseada em roças, criações e algum extrativismo vegetal e animal; produção essa da qual se comercializa uma parte, para a aquisição de sal, fumo, açúcar, medicamentos, instrumentos de trabalho, bebidas e algumas outras mercadorias. "Na Amazônia predomina a agricultura tradicional nômade, cuja técnica, herdada do índio pelo 'caboclo', consiste na devastação da mata para pequenas 'roças' que são abandonadas um ou dois anos depois para, em seguida, ser aberta nova clareira na mata. É, portanto, uma agricultura de técnicas rudimentares, que apresenta um mínimo de rendimento e exige constante destruição de matas. ... Tomando-se em consideração o 'sistema de roças' na Amazônia destacam-se duas zonas topográficas onde os seus problemas são diferentes: as 'terras firmes' e as 'varzeas'. A agricultura nas 'terras firmes' ocupa área muito maior, pois tem a seu favor estar a salvo das enchentes e da erosão que de um momento para outro podem destruir as culturas. Por outro lado, estas terras quando desflorestadas para o cultivo, esgotam-se rapidamente, pois são mais pobres e secas.

... Nas 'terras de várzea', o excesso d'água trás consigo o problema da drenagem e controle contra as 'alagações'. Ora o homem amazônico ainda não possui os meios e as técnicas para resolver os problemas que lhes oferece a várzea. Contenta-se, pois, em explorá-la mediocrementemente e dando maior preferência aos solos arenosos e áridos das 'terras firmes'. ... Atualmente, entretanto, a agricultura é uma atividade econômica de subsistência e com alguns produtos exportáveis"(1). Em 1970, segundo dados do IBGE, a produção extrativa e agrícola do município de Conceição do Araguaia estava apoiada em produtos tais como os seguintes: babaçú, castanha do Pará, lenha, madeira, arroz, milho, mandioca, feijão, amendoim, cana de açúcar, abóbora, abacaxi, melancia, fumo, cacau, café, laranja, abacate, mamão e alguns outros produtos. Dentre esses produtos, em 1970, os de maior produção eram a mandioca, o arroz e o milho. Mas o que tem sido comercializado corresponde a apenas uma parte dessa produção. Em 1972, segundo dados do INCRA, foi este o destino da produção dos imóveis rurais existentes então no município de Conceição do Araguaia: 71,7 por cento foi consumida, estocada, guardada para semente ou perdida, ao passo que os outros 28,3 por cento venderam-se. Há indicações de que nos últimos anos é principalmente o arroz que tem sido comercializado em maiores proporções. "Basicamente a produção agrícola da região é apenas para o consumo, num estilo de economia de subsistência. Somente o arroz é produzido pelos posseiros, pequenos agricultores, em quantidade suficiente para exportação. A safra do ano passado (1972) atingiu um nível de exportação de arroz em torno de 9 000 sacas de 63 kgs. O maior mercado consumidor é o de Anápolis em Goiás"(2).

Mas a comercialização dos excedentes da produção dos sítiantes, posseiros e colonos, ou camponeses, é realizada de tal forma que provoca uma contínua expropriação dos produtores autônomos. Para vender algum excedente, o camponês precisa comprar sacaria e pagar frete de transporte do produto até a cidade de Conceição ou outro lugar. Nesses dois itens ele já é obrigado a aceitar os preços estipulados pelo comerciante.

(1) Catharina Vergolino Dias, "Agricultura de Subsistência e Agricultura Comercial", publicado por Conselho Nacional de Geografia (IBGE), Geografia do Brasil: Grande Região Norte, Vol. I, Série A, Rio de Janeiro, 1959, pp. 301-318, citação das pp. 301-303.

(2) Paulo Botelho de Almeida Prado, Relatório, Conceição do Araguaia, 1973, mimeo, p. 5.

Além disso, na compra do produto, o comerciante é quem tem as informações mais completas e recentes sobre os preços nos mercados de Conceição, Anápolis e outros. Mesmo que não seja analfabeto, o camponês não tem jeito nem modo de saber quais são as fontes, impressas ou não, das melhores informações. Ademais, o comerciante frequentemente encontra-se em condições de apresentar-se como o único ou um dos poucos compradores (geralmente articulados entre si) de produtos dos sitiantes, posseiros e colonos. Conforme o relato de um camponês da Colônia Volta Nova, em julho de 1976, ele vendeu na cidade de Conceição um saço de arroz por, digamos, Cr\$ 30,00. Na mesma hora o comerciante vendeu o produto por Cr\$ 60,00 na frente do camponês. Conforme relata um posseiro de Alacilândia, em julho de 1976: planta para manter a família: mulher e 5 filhos pequenos. Trabalha só. O que vende é em Conceição. Conseque pouco com a venda. O que ganha gasta no armazém. O que ganha "dá prá não roubá". "Lavouva só dá dinheiro depois que está na mão do rico. O pobre só tem prá não morrer". Conforme o estudo sobre a área do Polo Carajás, que engloba o município de Conceição do Araguaia: "O grosso da produção é originada dos pequenos lotes existentes na área. Reservada a parte destinada ao consumo e a que servirá de semente para o plantio do ano seguinte, o arroz é comercializado da seguinte maneira: parte é entregue ao pequeno comerciante da localidade; parte vendida a um agricultor mais próspero; outra parte ao 'marreteiro' que apanha geralmente na porta da propriedade, a quem é vendida a maior quantidade, e finalmente uma pequena quantidade é levada diretamente ao usineiro" (3). Seja um o comerciante, ou sejam eles vários, o que sempre resulta é uma espécie de expropriação do excedente, ou parte do excedente, que o sitiante, colono ou posseiro precisa comercializar. "Quer seja o dono da terra que compra a safra 'na folha', quer o dono da máquina de beneficiamento, o dono do caminhão, o dono do armazém de estocagem..., todos contribuem para retirar o produtor da fase de comercialização do produto. Poderia se dar que esse intermediário, que comercializa o produto agrícola, faça o produtor pagar, através do preço aviltado e deficitário que recebe, os custos de transportes estocagem etc., além de parte da margem de lucro, o que permite os preços finais comparativamente mais baixos. Os intermediários, fortalecidos pelo precário ou nulo crédito posto às disposição de pequeno produtor, impõem preços irrisórios, que fazem o referido pequeno produtor viver em déficit crônico. sem dúvida uma das 'especificidades' do

(3) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, op. cit., pp. 30-31

sistema camponês, ao menos onde a presença desse intermediário é forte"(4).

Uma parcela mínima do excedente de sitiantes, posseiros e colonos, que vivem relativamente próximos da cidade de Conceição do Araguaia, é negociada na feira dominical da cidade. Toda manhã de domingo, entre 7 e 12 horas, há uma feira atrás do edifício da Prefeitura Municipal, num espaço vazio, chão de terra e areia. Ali os camponeses vendem a varejo alguma carne de porco e de boi, ou verduras, legumes, frutas e outros produtos das suas roças e criações. Trazem o produto no lombo de um animal, numa carroça, carreta ou, em alguns casos, num jipe ou pequeno caminhão. São os camponeses que residem a uma distância de algumas horas de Conceição e podem sair de madrugada das suas casas e chegar à feira em torno das 7 horas. Vendem o que têm para vender, com o intuito de comprar café, açúcar, roupas, calçados, instrumentos de trabalho, medicamentos, rádio de pilha ou outras mercadorias produzidas em geral no Centro-Sul do país.

São várias as modalidades de expropriação do excedente econômico produzido pelo campesinato. Seja na venda ao comerciante atacadista, seja na venda no varejo da feira, em todas as situações, o camponês se vê expoliado de uma parte ou de todo o excedente da sua produção. Em certos casos, ele se vê espoliado inclusive de uma parcela do produto destinado à própria subsistência da unidade familiar. Mas esse é apenas um aspecto da questão. Talvez o mais visível. Na realidade, o que está ocorrendo é, ao mesmo tempo, o seguinte: A expropriação do excedente do campesinato por parte do capital industrial mediatizado pelo capital comercial. Em outros termos, o campesinato se transforma em consumidor de produtos industriais. A crescente necessidade de comercialização do produto da unidade familiar camponesa é impulsionada pela crescente necessidade de mercadorias produzidas pela indústria, desde o medicamento até o rádio de pilha. A decomposição da economia camponesa, economia essa vista como uma forma peculiar de organização da produção, é um processo que se desenvolve de par-em-par com a criação ou a expansão do mercado interno para o capitalismo, para a indústria. Assim, o capital industrial opera duplamente na decomposição do campesinato: ao mesmo tempo que espolia o camponês, por intermédio do capital comercial.

(4) "Terras e Posseiros na Amazônia Legal" texto publicado nos Cadernos do Ceas, nº 39, Salvador, 1975, pp. 32-49, citação da p. 36.

por intermédio do capital comercial, que converte o produto do trabalho camponês em mercadoria, transforma o camponês em consumidor de produtos industriais.

São várias as formas sob as quais o camponês é expropriado não só do excedente da sua produção, mas também, muitas vezes, de parte da produção destinada ao autoconsumo da unidade familiar. Dependendo da forma de comprometimento da economia camponesa com a economia de mercado, muitas vezes a unidade familiar entra em processo de "descapitalização", isto é, entra num processo de empobrecimento mais ou menos acentuado, mais ou menos rápido. Aparentemente, o sitiante, posseiro ou colono está sendo explorado pelo comerciante, atacadista ou varejista, pelo intermediário, o dono do caminhão que vem buscar na porta a produção, o dono da máquina de beneficiar arroz, o vendeiro do próprio povoado ou outros. Mas isso não é tudo. Na realidade o camponês está sob a influência crescente do capital industrial. Em última instância, é o capital industrial que impõe, de modo crescente, as mercadorias que o camponês é induzido a comprar, desde o machado ao medicamento, desde o açúcar ao rádio de pilha. Ao mesmo tempo que se acha em curso esse processo, desenvolve-se uma generalizada e mais ou menos rápida destruição do artesanato doméstico de roupas, calçados, utensílios domésticos, remédios caseiros e outros. As próprias técnicas de lazer ou jogos são substituídos por mercadorias de origem industrial, tais como o bilhar, o rádio de pilha, a loteria esportiva e outros meios. Na medida em que estabelece, tende a desenvolver-se de modo crescente a subordinação da sociedade camponesa às exigências do capital industrial, cujos centros principais não se acham nem na cidade de Conceição do Araguaia nem na cidade de Belém, mas no Centro-Sul do país; ou mesmo no exterior.

À medida que se desenvolve essa subordinação da economia camponesa ao capital industrial, ocorre a dissolução da economia camponesa. A economia camponesa perde, mais ou menos rapidamente, as suas peculiaridades. Por exemplo, deixa de ser uma economia de produção de valores de uso e passa a ser uma economia de valores de trocas. Nesse momento, ela passa a ser governada pela mais-valia, pelas exigências da produção de mais-valia. A unidade familiar camponesa transforma-se numa unidade do sistema econômico mais amplo de produção de mais-valia. E isso ocorre com a peculiaridade de que o sitiante, posseiro ou colono, e seus familiares, transformam-se em produtores de mais-valia absoluta. Passam a produzir a mais-

valia que resulta da extensão da jornada de trabalho. Trabalham de sol-a-sol, não mais apenas, ou principalmente, para o autoconsumo, mas principalmente, ou exclusivamente, para o comércio. E tudo isso com um mínimo de tecnologia. "A agricultura na Amazônia é extremamente rudimentar. A função de produção do setor, basicamente, compõe-se da combinação de apenas dois fatores produtivos: terra e trabalho" (5).

O que está em curso, aí, não é apenas a crescente, ou drástica absorção do campesinato pelo capital industrial. Está em curso a dissolução do campesinato. Modifica-se a forma de organização social das forças produtivas e das relações de produção. Boa parte dos camponeses transforma-se em assalariado disfarçado, ou simplesmente proletariza-se. Outros, decidem seguir adiante, "pegar uma posse" na mata, aonde ninguém ainda chegou. Há também os que seguem para a cidade, procurando viver de biscates, serviços ocasionais. Um deles, na cidade de Conceição do Araguaia, vive de fazer cestas e objetos de casca de taquara. "Eu sou como aranha, tecendo toda vida". E mais outros há, ex-camponeses, que se tornam peões, vaqueiros, trabalhadores assalariados, volantes, temporários. Em 1977, tanto na área do município de Conceição do Araguaia como em outras áreas da região amazônica, está em curso um ato de processo de acumulação primitiva. Sob o impacto do capital industrial, que aparece na forma do comércio, da grande empresa agropecuária ou das atuações do poder estatal, estão em franca dissolução a economia e a sociedade camponesas, que se haviam gerado nas décadas que sucederam a crise do monoextrativismo da borracha.

(5) Ronaldo Franco de Sá Bonfim, "A Infra-Estrutura da Amazônia e seu Desenvolvimento Econômico", Afonso Augusto de Albuquerque Lima e outros, Problemática da Amazônia, Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1969, pp. 87-109, citação da p. 93.

XI - O ANTAGONISMO ENTRE POSSEIROS E FAZENDEIROS

Em 1977, no município de Conceição do Araguaia, os fazendeiros, os peões e os posseiros compõem as três principais classes sociais do lugar: a burguesia, o proletariado e o campesinato. As relações entre essas classes expressam, ao mesmo tempo, tanto a expansão do capitalismo no campo como a decomposição do campesinato; os dois processos estão combinados, mutuamente referidos. À medida que se forma e expande a empresa agropecuária, o que implica no desenvolvimento da burguesia e proletariado, entra em crise, regride ou redefine-se o campesinato. Alguns posseiros, antigos ou recentes, recebem licença de ocupação, carta de anuência, título provisório ou título definitivo, sobre as suas posses, o que os transforma em colonos. Essa é a parcela do campesinato que está conseguindo a redefinição da sua condição jurídica. Outros posseiros, talvez a maioria, são expulsos das terras que ocupam; podem seguir para diante, mata-a-dentro, pegar outra posse; podem migrar para a cidade e compor o proletariado ou o lumpen do ambiente urbano; ou podem proletarizar-se no ambiente rural, tornando-se peões ou vaqueiros nas fazendas, nas empresas agropecuárias.

Sob vários aspectos, pois, a crise que atinge o campesinato é um fenômeno particularmente esclarecedor do modo pelo qual está ocorrendo a formação e a expansão da empresa agropecuária no lugar. Essa crise não envolve somente a luta pela posse (de fato) ou domínio (jurídico) da terra; mas também a expulsão do produtor autônomo, ou a sua proletarianização; compreende principalmente a expropriação de boa parte do campesinato do seu mais importante meio de produção e subsistência, a terra. Ao mesmo tempo, essa crise envolve a atuação do Estado, mais frequentemente em favor da formação e expansão da empresa agropecuária. A atuação estatal favorece principalmente o divórcio entre os produtores autônomos e a posse dos seus meios de produção; no caso, a terra, que é o principal meio de produção do posseiro, depois de sua força de trabalho. Apenas secundariamente, e em condições muito especiais, como se verá, é que o Estado é levado a atuar na defesa do posseiro, quando trata de transformá-lo em colono.

Vejamos o que está acontecendo com os posseiros, antigos e

recentes, que compõem o contingente mais importante do campesinato do município de Conceição do Araguaia. Não se trata de examinar somente aspectos da crise que atinge o principal setor do campesinato. Trata-se de examinar alguns aspectos fundamentais da formação e expansão da burguesia e proletariado no lugar.

Antigos ou recentes no lugar, os posseiros do município de Conceição do Araguaia tornaram-se um problema econômico e político da maior importância somente a partir de 1966. Nesse ano a SUDAM iniciou a política governamental de incentivos fiscais e creditícios para a formação e a expansão da empresa agropecuária. Essa política provocou uma disputa cada vez mais intensa e generalizada pelas terras férteis, ou ricos de jazidas minerais. Essa disputa logo colocou o fazendeiro, ou os seus representantes e associados privados e públicos, em confronto com o posseiro. Desde logo, em termos jurídicos, tratava-se de substituir a posse da terra pelo domínio da terra. Simultaneamente, tratava-se de iniciar e expandir atividades extrativas (em geral de madeira de lei) e agropecuárias; em todos os casos, tendo em vista os mercados nacional e estrangeiro. Nesse contexto, o posseiro se vê cada vez mais pressionado por interesses econômicos e políticos que ele não conhecera até então. Mas a figura do grileiro é, com frequência, a mais visível. Negocia a terra de forma fraudulenta; alega propriedade que não tem; falsifica documentos sobre terra que não é sua; vende várias vezes a mesma terra; pressiona, ameaça ou usa a violência privada contra posseiros; trata jagunços contra estes. Muitas vezes os conflitos de terra envolvem posseiros e grileiros; em segundo plano aparecem fazendeiros, gerentes e o poder público, em confronto com posseiros. Mas o que está em questão, na base da luta pela terra, é o antagonismo entre a empresa capitalista e o campesinato.

Vários aspectos econômicos e políticos, bastante expressivos da crise que está envolvendo os posseiros nos anos recentes, estão registrados em alguns relatos de observadores que percorreram a área em várias direções. Eles registram bastante bem não só o impacto dos novos interesses sobre as condições de vida do posseiro, mas também a crescente presença do poder público no confronto cada vez mais agudo entre a empresa agropecuária emergente, por seu lado, e a unidade familiar de produção e consumo, por outro.

"O processo de ocupação de terras devolutas sempre foi fácil, não exigindo nenhuma formalidade antecipada. Bastava (há pouco tempo) embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça e de-

marcar com uma picada rústica a área da posse. Em seguida deveria ser feita uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada como título definitivo. Um mecanismo simples, mas mesmo assim impossível de ser seguido pelos posseiros, a maioria analfabetos e sem recursos, a não ser os braços e a vontade de trabalhar. Dessa forma, a grande maioria deles, sem nenhuma orientação, deixou de solicitar o registro das terras em seu nome, limitando-se a fazê-las produzir. O aumento da população, o crescimento do mercado produtor e consumidor, as estradas cada vez melhores, trouxeram, como era inevitável, um acentuado surto de desenvolvimento à região. E com o desenvolvimento chegou outra espécie de colonizador: grandes empresas ou particulares, com recursos para planejar a ocupação de extensas áreas..."(1).

"Quando as terras começaram a adquirir preços, essa população, vivendo à margem da economia capitalista (as relações comerciais, realizadas através do "aviador" ou do "regatão", intermediários típicos da região, excluíam a moeda), foi surpreendida. A história da ocupação recente da Amazônia tem sido a da sua ocupação por novos proprietários e a expulsão dos seus ocupantes tradicionais: o posseiro afastado pelo pecuarista ou transformado em "peão", os seringueiros que perderam suas "colocações", os pescadores artesanais sofrendo a insuperável concorrência das empresas pesqueiras, o extrator que já não pode exercer o seu trabalho. ... O governo não apenas permitiu e estimulou indiretamente a especulação de terras como também apoiou, com seus planos, a substituição do pequeno produtor pela grande empresa e favoreceu uma tremenda concentração por setores e áreas, de cuja expressão o Polamazônia (Programa de Polos Agropecuários e Agroindustrial da Amazônia) constitui o maior exemplo" (2).

"A concessão oficial de incentivos fiscais e facilidades creditícias para a implantação de projetos agropecuários ou de extração vegetal ou florestal, acentuam ainda mais a ambição de grupos empresariais pela posse da terra. ... A desvantagem dos posseiros é flagrante pois exploram a terra a título precário, uma vez que detêm a posse mas não o domínio conferido por um título definitivo de propriedade e, quando muito, possuem documentos frágeis tais como o Aviso de Débito do Imposto Territorial Rural, no caso da posse ter

(1) Murilo Carvalho, "A Luta pela Terra: Conceição do Araguaia, Pará", Movimento, nº 6, São Paulo, 11 de agosto de 1975, p. 3.

(2) Lucio Flávio Pinto, "Na Amazônia, Prevalece Economia Primária", O Estado de São Paulo, São Paulo, 9 de novembro de 1975, p. 38.

sido cadastrada pelo INCRA, ou um recibo de aquisição de posse, no caso de a ter comprado de outro posseiro, ou então um comprovante de requerimento do lote ao governo do Estado. Contudo, todos estes documentos são débeis quando comparados aos apresentados pelos pretensos proprietários, quando apresentam" (3).

Pouco a pouco, ou de modo repentino, conforme o caso, o posseiro, antigo ou recente, se vê pressionado por interesses econômicos e políticos que não conhecera até então. De um momento para outro, ou de modo imperceptível, conforme o caso, a fazenda, a empresa, a pecuária, a agropecuária, a SUDAM, o INCRA e outras entidades tomam conta da sua vida, passam a dominar as condições econômicas e políticas da sua existência. "Em toda a Amazônia... está se travando uma luta desigual pela terra entre o boi, bem alimentado e forte, apoiado pelos poderosos fazendeiros do sul, e o posseiro, subnutrido e indefeso, refugiado de outras regiões onde não existe mais terra devoluta. O posseiro e a sua família geralmente chegam primeiro. São eles os verdadeiros desbravadores da região que fazem os primeiros desmatamentos. Muitas vezes, não dão valor ao status jurídico de sua posse. Pensam, instintivamente, na terra como "dávida da natureza", como a chuva e o sol. Nesse caso, o procedimento burocrático bem complicado, que é preciso para se conseguir título definitivo, afasta todos, menos os mais teimosos. Em contraste, os "donos do boi", que muitas vezes são grande companhias nacionais e estrangeiras, antes de mais nada, pensam em legalizar a sua posse. Frequentemente não fazem nada para explorar a terra, mas guardam a escritura numa gaveta em seus escritórios nas grandes cidades, esperando estradas e outros serviços de infraestrutura que valorizam a propriedade. Por isso, frequentemente a propriedade só existe no papel: os limites não são demarcados e não se sabe onde termina a propriedade privada e começa a terra devoluta (isto é, a terra desocupada, sem dono, que pertence ao governo estadual). Quando, finalmente, o dono aparece e começa o processo demorado de demarcação, muitas vezes ele encontra posseiros instalados na terra há dois, cinco e até dez anos. Querendo preparar pastos para gado, o dono quer expulsar os "invasores" a qualquer preço. Por sua vez, os posseiros não cedem facilmente, porque todas as suas vidas estão empenhadas nesse 'pedaço de chão'. É daí que surgem os conflitos..." (4).

(3) Ossir Gorenstein, "Cinco Séculos de Posse", Movimento, São Paulo, 30 de agosto de 1976, p. 8.

(4) Susan Branford, "O Boi Contra o Homem", Versus, nº 6, São Paulo, 15 de novembro - 15 de dezembro, 1976, pp. 13-14; citação da p. 13.

São essas as bases econômicas e políticas das tensões e conflitos sociais que estão caracterizando as relações entre fazendeiros e posseiros na área do município de Conceição do Araguaia. À medida que se formam e expandem as empresas agropecuárias, agravam-se os antagonismos entre os fazendeiros e os posseiros. Daí as tensões e os conflitos repetidos e generalizados na área, nos últimos anos. "Grandes grupos econômicos avidamente procuram assegurar para si o direito a imensas áreas de terras" (5). Daí porque "o problema fundiário é de certo modo um dos mais significativos neste polo. Há necessidade urgente de um trabalho conjunto do INCRA, Governo do Estado, FUNAI, IBDF, INER, para que se proceda a discriminação das terras sob jurisdição de cada órgão citado"(6). A rigor, o que está em questão não é nem a inércia nem a indecisão das agências e representantes do poder público federal e estadual. O que está em questão é o crescente desencontro entre os interesses econômicos e políticos da burguesia em ascenso na área e os interesses dos posseiros. E nesse desencontro de interesses, as agências e os representantes do poder público, tanto por ação como por omissão, tomam o partido do grande capital, da agropecuária ou da grande empresa, em detrimento do posseiro, ou da forma camponesa de organização social da produção.

Esse é o contexto econômico e político no qual se desenvolvem e aguçam as tensões sociais que envolvem principalmente o posseiro e o fazendeiro; mas secundariamente envolvem grileiros, jagunços, policiais, funcionários, técnicos governamentais e agências do poder público. "O problema assumia dimensões tão grandes que não era mais possível ignorá-lo e confiná-lo à sombra umida da selva. O governo do Pará passou, então, a preocupar-se com a região, criando um vago programa de colonização que dividiu as terras em lotes numerados, numa tentativa de começar a resolver os problemas. Os posseiros foram convidados a associar-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que passou a defendê-los. E formou-se dessa forma, o confuso quadro atual... O sindicato é quase impotente, vivendo o mesmo clima de medo e terror experimentado pelos posseiros no interior das matas. "Eu pensava muitas vezes de correr por causa dos problemas de terra, sumir daqui antes do pior". Raimundo Torres, 32 anos, o primeiro diri

(5) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, op. cit., p. 34.

(6) Janildo de Souza Campos e Alice de Souza Melo, op. cit., p. 38.

gentes do sindicato de Conceição do Araguaia, não esconde ainda um certo temor. "Deixei o sindicato faz mais de dois anos, mas os problemas continuam cada vez mais graves. No começo teve mais mortes, mais violência às claras, agora ficou até mais difícil, porque é tudo meio escondido. Os grileiros aprenderam a usar a força mais discreta, agora os jagunços são "vigilantes", contratados de firmas especializadas. ... Mas Rio Maria parece ser o mais grave e complexo problema enfrentado hoje (1975) pelo sindicato. Um problema tão sério que emudece seus principais dirigentes e as únicas pessoas com coragem para tocar nos acontecimentos o fazem sigilosamente, sem nomes, com uma explicação: 'A gente tem medo de falar, vive sempre oprimido pelas autoridades locais, eles tão sempre massacrando a gente'. Os pobres da região sofrem muito. Rio Maria é o centro das matas férteis e lá o principal grileiro é "um tal de seu Alcione, que vem lutando para tirar o pessoal de lá e que doou 30 alqueires de terra pra fazer o povoado. Mas que adianta isso, se os posseiros precisam é das terras onde moram prá trabalhar? Agora o seu Alcione está quieto, mas acho que ele está tomando providências prá quando voltar, voltar quente mesmo". Alcione, fazendeiro de Minas Gerais, já tem uma tradição de violência em Rio Maria, de onde conseguiu, pelo medo e pela bala, expulsar muitos posseiros. Lucas Cabral da Costa foi um deles. Morador há vários anos num lote a légua e meia da PA-78, na altura de Rio Maria, Lucas não havia requisitado o seu título de posse. Apesar disso resistiu, quando Alcione e seus "vigilantes" o pressionaram para abandonar sua roça, o rancho, as benfeitorias que havia construído. Acabou aceitando "uma indenização" e mudando para Conceição do Araguaia. Atualmente, "trabalho aqui e acolá, nas fazendas, comendo carne de cabeça de vaca". O que Lucas faz questão de esconder são as marcas das balas em seu corpo"(7).

A rigor, o antagonismo entre fazendeiros e posseiros está sempre mediado por grileiros, jagunços, policiais, funcionários e técnicos governamentais, agências do poder público, sindicatos, advogados e juizes. O próprio fazendeiro raramente aparece no confronto; em geral ele aparece por intermédio de representantes, agentes ou associados. Nos dois relatos transcritos a seguir, a propósito de disputas jurídicas entre posseiros e fazendeiros, ficam evidentes alguns aspectos políticos e econômicos impor-

(7) Murilo Carvalho, "Luta pela Terra: Conceição do Araguaia, Pará", citado, p. 3.

tantes do antagonismo que confronta fazendeiros e posseiros. Ocorre que esses aspectos aparecem nas relações jurídicas e põem em jogo o advogado, o juiz, agências governamentais e outras mediações do antagonismo básico entre o fazendeiro e o posseiro.

A- "O sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, no Pará, apresentou à CONTAG o problema do 'lote 60', que é o que se segue: Amador Pereira é o autor de uma ação possessória contra os posseiros dizendo-se dono da terra, mas ao mesmo tempo pressionava, há três anos, com seus administradores e fiscais armados, que proibam o pessoal de plantar seus roçados. A assistência jurídica prestada pelo sindicato na ação foi precária, mas todos, advogados e juiz, perturbaram o processo, a ponto dele ter de ser totalmente recomeçado; então, a ação foi julgada à revelia por não comparecimento dos réus. Foi ouvida a Secretaria da Agricultura, conforme é exigido por lei, mas o INCRA, cuja presença é também exigida, foi chamado e não compareceu. (conforme o decreto 70 430). A sentença saiu, apesar disso, e foi favorável ao proprietário, devendo-se seguir o despejo. O sindicato e os posseiros, então, procuraram a CONTAG, que foi ao INCRA. O chefe do projeto fundiário sediado em São Geraldo, distrito do município de Conceição do Araguaia, visando a área, constatou irregularidades e recomendou a sua desapropriação. O INCRA de Brasília convidou a CONTAG e um representante de fato dos posseiros para debate, a conclusão sendo saírem da área mediante indenização e remoção pelo INCRA para outro lugar; alegaram que seria desprestigiante uma desapropriação em cima de uma sentença já dada. Com a presença de Amador combinou-se uma reavaliação das benfeitorias (a sentença do juiz já havia feito uma), mesmo das já destruídas; combinou-se que os que tivessem produção a colher permanecessem até a colheita, sendo então removidos como os demais. O INCRA os estabeleceria todos em áreas mínimas de 100 hectares, dando a assistência oficial. O INCRA, então, foi para a área com um acordo-padrão mimeografado, onde não se falava da transferência dos posseiros, apenas dizendo oralmente que os levaria para Marabá ou Araguaia, fora de Conceição, o que ninguém aceitava. Não se concedia, também, a permanência até as colheitas. Os posseiros denunciaram que algumas benfeitorias não estavam incluídas na reavaliação, e a CONTAG se ofereceu para ir verificar in loco, mas o INCRA não aceitou. Como seu representante, na hora, não tinha poder para tomar outras decisões, disse aos posseiros que estavam livres para aceitar o acordo, mas quem não aceitasse seria despejado judicialmente. Eles, então,

assinaram. O representante do INCRA comprometeu-se verbalmente a examinar a possibilidade de assentá-los em local próximo, se possível dentro do município de Conceição do Araguaia"(8).

B- "O céu ainda está nublado de fumaça das queimadas na selva, quando a juíza Emilia Pereira recebe a primeira visita do dia. O advogado evita as mesas do bar onde a juíza está hospedada e fala dos problemas de todo dia: terras e posseiros. A juíza já 'ouviu falar' das pressões que frequentemente são feitas quando há grandes litígios para resolver. Mas diz nada temer. 'Talvez porque eu seja mulher e esposa de um militar eles me respeitem mais'. Mas, 'apenas por via das dúvidas', não leva o filho para Conceição do Araguaia, quando tem que ficar mais tempo na cidade - a que mais cresceu no Sul do Pará nos últimos anos, com a instalação de quase 100 fazendas. A caminho do Fórum ela ainda recorda, sorrindo, um 'caso' que envolveu 'um antigo juiz do município'. Sofrendo pressões muito fortes dos dois lados e sem saída, conta a juíza que ele 'resolveu dar a questão como empatada e determinou que o escrivão pagasse as despesas judiciais'. À porta do Fórum, perto de 30 posseiros aguardam sua chegada. Doze deles, que chegaram de manhã cedo pela estrada, serão ouvidos em audiência. Lado a lado, posseiros e possíveis proprietários sentam. Paraíba, nervoso, conta que nada tem a ver com os problemas existentes em Água Fria, apesar de ser apontado pelos posseiros como o capataz que começou a abrir picadas na mata e intimidar seus moradores a abandoná-la, 'a qualquer custo'. Quando há três anos o governo paraense começou a abrir a estrada que ligaria o Sul do Pará ao Município de Marabá (PA-150) José Pereira dos Santos, de 38 anos, em busca de terras já inexistentes em Goiás, ('era tudo de fazendeiro') subiu a picada marcada pelo agrimensor e fez seu lote lá. 'Eu tinha vindo trabalhar em fazenda, mas não deu certo. Aí eu resolvi entrar nas terras do Estado'. Em companhia de mais três famílias, uma também goiana e outra do Maranhão, 'ajudamos a trabalhar na estrada'. Eles tinham um acordo com o agrimensor: 'quando saísse numa terra devolvida, nós fiaríamos'. Cada um ficou com uma área de 80 hectares, dentro do lote 158, com 4 356 hectares de mata virgem, cortada apenas pela estrada que segue em direção de Conceição do Araguaia. Fizeram a casa - 'tapiris' feitos de palmas de babaçú, açaí ou de tucumã' - e a plantação. 'Um dia apareceu o José Milton, dizendo que era dono daquela gleba. Mas ele não

(8) Cadernos do Ceas, nº 39, Salvador, 1975, p. 46. Citação extraída do texto intitulado "Terra e Posseiros na Amazônia Legal", pp. 32-49.

fez nada com a gente. Vendeu as terras para o Turco, que depois vendeu e-
 las pro Inácio. Ai eles aperrearam nós. Nós pedimos o documento e não a-
 pareceu. Um dia apareceram com ordem do juiz. Era um despejo em cima de
 nós. Fomos ao INCRA e o INCRA disse: são terras devolutas pode trabalhar'.
 Por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia
 eles conseguiram uma anulação da ordem judicial. Inácio entrou com uma a-
 ção de reintegração de posse, que a juíza Emilia B. Pereira tenta resolver.
 Nesse período - contam os posseiros - apareceu no lote o 'Chapeu de Couro',
 segundo eles um pistoleiro contratado para expulsá-los, que derrubou 8 al-
 queires e requereu a posse. 'Aqui eles gostam de ganhar questão é mesmo
 no cansaço', garante Djacir Maranhão Silva, presidente do Sindicato dos
 Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Hoje menos combativo 'e a-
 tirado', Djacir tem razões que considera suficientes para isso: no início
 do ano, ele passou trinta dias 'num lugar desconhecido, em companhia de
 pessoas desconhecidas', que o ameaçavam de morte 'a você ou seu filhinho'
 e de um novo sequestro, 'se continuar atrapalhando a vida da gente'. É ape-
 nas isso o que ele se 'atreve' a falar. Relamente, em Conceição do Ara-
 guaiá são bem poucas as pessoas dispostas a falar. E Manoel Pereira de Li-
 ma - que está sendo ouvido pela juíza - sabe os motivos: ele estava no lo-
 te 189, em Água Fria, 'fazendo a coivara' (juntando madeira fina para quei-
 mar) 'quando ouvi bater passo na picada lá adiante'. Foi ver e deparou
 com Paraíba apontando 'uma cartucheira na direção do meu rosto'. Correu e
 deu queixa. Quando chegou de manhã cedo, para ser ouvido pela juíza, en-
 controu Paraíba: 'se tu não provar isso tu vai levar uma pisa que nunca
 mais esquece'. E na porta do Fórum deu com Inácio da Silva (que juntamen-
 te com mais três pessoas tem um requerimento da área): 'É bom ir saindo lo-
 go, se tem amor à família'. A muito custo a juíza consegue manter a calma
 durante a audiência. Os colonos se exaltam 'diante de tanta mentira e tes-
 temunha falsa. O Paraíba diz que nunca entrou nessas terras. Mas todo
 mundo sabe que ele vive fazendo ameaça'. A juíza encerra a audiência. Já
 são 12 horas e o sol começa a aparecer nos céus de Conceição do Araguaia.
 Os posseiros formam um grupo e saem em direção à sede do Sindicato dos Tra-
 balhadores Rurais. Os requerentes da terra partem para o Hotel Araguaia,
 onde almoçam com o advogado que de manhã cedo atravessou o rio Araguaia.
 'É tudo invasor, doutor. Tem que dar um jeito de tirar todo mundo de lá'.
 'É preciso paciência, eles estão muito protegidos pelas leis. O senhor quer
 pagar a indenização?' 'Tem muita gente, não dá. Tem uns três ou quatro
 que estão lá dentro há muito tempo. Esses dá prá pagar. E é bom porque

eles são os líderes e eles saindo esvazia o entusiasmo dos outros. A gente paga esses e toca fogo nos roçados dos outros. A poucos metros do hotel Araguaia, na sede do Sindicato, os posseiros cercam Djacir contando os acontecimentos da audiência e procurando saber das novidades. Eles perguntam o que houve no lote 157, também em Água Fria, nos últimos dias. 'Primeiro apareceu um cara barbudo dizendo que era oficial do Exército. Todo mundo acreditou porque ele estava num jipão da cor dos do Exército', conta Djacir. Depois 'começou a pressionar o pessoal e trouxe um pistoleiro chamado Wladir'. Queimaram a casa do Alonso e reuniram todo o pessoal: 'vou morar aqui e todo mundo vai sair, por bem ou por mal', disse o pistoleiro. Foi o início de uma série de incidentes, desde tiros partidos de dentro da mata até a destruição de roçados, relata Djacir aos posseiros que acompanham a história com comentários revoltados. Clovis Pereira da Silva, um rapaz alegre de 19 anos, cometeu o erro de visitar um amigo no lote 157. Uma semana depois foi assassinado por um pistoleiro conhecido por 'Adão', numa pensão do povoado de Rio Maria, onde bebia em companhia de alguns 'peões e posseiros conhecidos', conta a mãe, Adélia Pereira da Silva, preocupada com a demora do marido que foi a Marabá para tentar o que não conseguiu em Conceição do Araguaia: a prisão de Adão. Se nada for feito novamente, 'o marido já disse que só restará a nossa justiça'. Rio Maria, metade do caminho. As conversas são feitas em voz baixa para não chamar atenção. E 'se eu fosse vocês já teria ido embora daqui', recomenda dona Adélia. 'A cidade é pequena. Todo mundo já sabe que vocês estão aqui e eles não vão gostar nada da pergunta que vocês andam fazendo por aí'. 'É verdade sim. Olha, eu não sei bem direito o que foi. Mas tem o Jamil, que está em Conceição, que sabe o nome do posseiro direito e tem até um atestado médico de que ele estava envenenado. Ele deve estar voltando agora e vocês cruzam com ele na estrada. É um preto alto dirigindo uma C-10 verde de capota branca! No meio do caminho aparece a C-10 verde de capota branca, dirigida por um negro alto e forte: 'Jamil?' - pausa. 'Não, não sou eu. Também nunca cuvi falar de envenenamento de posseiro por essas bandas. Eu sou novo aqui.' Mas desde Marabá se ouve falar do envenenamento das águas do riacho Água Fria. A notícia se espalhou rapidamente entre os posseiros que ouviam Djacir, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia: 'colocaram Aldrin no riacho e o Zé veio corrido pro hospital São Lucas. Felizmente não morreu', conta Djacir. Ele não 'lembra' todo o nome do posseiro conhecido por Zé. O hospital São Lucas, em Conceição do Araguaia, não tem registro da entrada de qualquer

pessoa envenenada. Mas todos os posseiros já comentam a notícia. Severo chega à sede do Sindicato e fala bem alto: 'Vocês viram a malvadeza que fizeram com o pessoal do 150? Botaram veneno na água onde todo mundo bebe'. E cala quando vê pessoas estranhas presentes. 'Não tem problema, pode falar. É gente do jornal', acalma Djacir. Ele sabe apenas isso. Tinha ouvido falar na Pensão Rio Maria, onde dormiu na noite anterior. A delegacia de Polícia de Conceição do Araguaia também só 'ouviu falar', mas tem ordem expressa da juíza 'para não se meter em briga de terra, a não ser com ordem judicial'. No hospital São Lucas, um homem novo ainda, parecendo médico, é mais sincero: 'Não adianta, aqui vocês não vão saber nada'. 'E prá que falar?', pergunta Djacir. 'Eu já fiz tudo o que era possível e só recebi arrocho'. De fato, Djacir, em seu mandato, tem feito apenas denúncias. Num extenso relatório enviado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, ele relata em sua linguagem rude de homem do campo: 'No distrito de São Geraldo, município de Conceição do Araguaia, faixa do INCRA, sob a execução de dr. Carlos Paulo Gonçalves, onde já existem imensas plantações de cacau em ótimas perspectivas, está sujeita a litígio e até mesmo a conflitos armados, pois confiamos cegamente no INCRA mas, infelizmente, com o executor atual, não se pode mais dialogar'. E não há mesmo condições de diálogo, narra Djacir, pois o INCRA protege o sr. Alcaza Martins, diretor da Indústria Madeireira Paraense, que reivindica uma área ocupada por 800 posseiros em São Geraldo. O INCRA teria prometido resolver com rapidez a questão, mas o que aconteceu foi que 'ao darem início às novas roças, os posseiros foram atacados por Antonio Alcaza Martins e alguns policiais que exibiam mandado judicial e no ato prenderam os posseiros. Djacir recorreu à juíza, que teria lhe dito 'que não havia expedido tal mandato'. O INCRA disse desconhecer 'tal irregularidade'. São treze horas. O sol agora é intenso sobre Conceição do Araguaia. A cidade não tem água gelada, porque a luz só é fornecida das 18 às 24 horas. O prefeito está em Belém, tratando de 'assuntos do interesse do município'. A juíza Emilia B. Pereira recebe a visita do quarto advogado. No hotel Araguaia os advogados (existentes em grande número em toda a cidade) cuidam, com os requerentes de terras, dos últimos detalhes para a entrada, na Justiça, de uma ação de reintegração de posse (existem mais de trinta em tramitação no cartório de Conceição). Os posseiros de Água Fria pegam a estrada de volta. O calor é cada vez mais intenso. Na 'Taboquinha', a principal churrascaria da cidade e que já teve a honra de receber a visita dos

ministros Rangel Reis e Severo Gomes (Severo tem uma fazenda no sul do Pará) conta, orgulhoso, seu proprietário" (9).

A rigor, a luta pela terra envolve uma gama bastante diferenciada de categorias sociais. Deixemos de lado o advogado, o juiz, o grileiro, o jagunço e o policial que frequentemente aparecem nas disputas jurídicas e nos atos de violência que acompanham a luta entre o posseiro e o fazendeiro pela terra. Essa luta envolve as seguintes categorias sociais: o invasor, que ocupa a terra por um período que pode variar de um dia a um ano; o posseiro, que ocupa a terra por um ano e um dia ou mais; o grileiro, que procura ocupar a terra mediante documentação falsa; o colono que é o posseiro que recebe de alguma agência do poder público uma licença de ocupação, um título provisório de propriedade ou um título definitivo; e o fazendeiro é o grande ou médio proprietário, cuja terra está escriturada, em forma provisória ou definitiva. Assim, a partir dessas categorias sociais, a terra ganha diferentes formas sociais; pode ser terra devoluta, invadida, posse, grilada ou titulada. Mas os que sobressaem, nesse conjunto de definições e configurações das gentes e das terras, são o posseiro e o fazendeiro. Essas são as duas categorias sociais mais importantes, quando se trata de conhecer o que está em jogo na luta pela terra. É claro que o poder público, em sua dimensão federal e estadual, também está em jogo. É o poder público que define o que é terra devoluta, isto é, do poder público; da mesma forma que define o que é posse, ou propriedade de fato, e domínio, ou propriedade de direito. Em geral, no entanto, o poder público aparece, simultaneamente, como condição e produto da luta entre o fazendeiro e o posseiro pela terra. Mas são estas as duas categorias que sobressaem, pelo caráter do desencontro entre os seus interesses econômicos. Para o posseiro (camponês) a terra é o seu principal meio de produção, depois do próprio trabalho, que o posseiro só pode desempenhar na terra. Para o fazendeiro (burguês) a terra é um entre outros meios diretos e indiretos de produção, dentre os quais se colocam também a maquinaria agrícola, o jipe, o caminhão, o avião, o crédito bancário, o incentivo fiscal, a força de trabalho do peão, do vaqueiro e outros. São esses, em forma breve, alguns dos componentes principais do antagonismo existente entre o fazendeiro e o posseiro, antagonismo esse que alimenta a violência física e as tricas jurídicas que acompanham a luta pela terra.

(9) Lucio Flávio Pinto, "Conceição do Araguaia, Terras e Posseiros", O Estado de S. Paulo, 5 de novembro de 1975, p. 40.

XII - O CONFLITO ARMADO

O antagonismo entre o fazendeiro e o posseiro assume diferentes conotações, desde as negociações de cunho jurídico até o conflito armado. Aparentemente a legislação federal e estadual, sobre o acesso à propriedade, a regularização das ocupações e a redistribuição de terras destina-se a proteger o posseiro, antigo ou recente. Na prática, no entanto, essa legislação é manipulada pelo advogado, o juiz ou o funcionário em favor da empresa agropecuária. O posseiro frequentemente é analfabeto, está isolado na mata longe dos centros urbanos, sem meios de chegar a Conceição do Araguaia e, muito menos, a Belém ou Brasília. O fazendeiro pode empregar o advogado, ou técnico, para cuidar dos papéis e dos funcionários que permitem legalizar a propriedade da terra. O fazendeiro tem à sua disposição o automóvel, o jipe, o avião, o helicóptero, a influência e o dinheiro, para chegar onde quer. Além disso, há toda uma legislação especial, consubstanciada na atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e outras agências do poder público federal e estadual, que estimula e protege, em termos de incentivos fiscais e creditícios, a formação e a expansão da empresa agropecuária de proporções grandes ou médias. O fazendeiro exerce pressão permanente, de vários modos, sobre o posseiro. O antagonismo entre eles se desdobra em vários níveis, e segundo diferentes intermediações, mas em geral o posseiro fica em situação inferior. "As pressões a que são submetidos os posseiros podem assumir as mais variadas formas. Inicialmente, vem o pretense dono, apoiado por jagunços ou até mesmo pela polícia, obrigar os posseiros a pagar taxas absurdas de arrendamento, visando sobretudo explorar o trabalho dos lavradores e descaracterizar a relação de posse, configurando o arrendamento. Pode ocorrer ainda a invasão das lavouras dos posseiros pelo gado. Através dessas pressões, podem os posseiros intimidar-se, abandonando simplesmente as posses, ou, coagidos, aceitarem uma indenização irrisória pelas benfeitorias construídas, mas podem também resistir e permanecer nas terras. ... Para os posseiros, é difícil encontrar um advogado que os defenda na Justiça, pois, além de possuírem poucos recursos, o poder de corrupção dos grupos contrários, interessados nas terras, quase sempre termina prevalecendo e os posseiros, quando muito, conseguem irrisória indenização. São raríssimos os acordos em que os posseiros conseguem

permanecer na terra; quando muito lhes é destinada outra área menor, bem menos favorecida em recursos naturais, comparando-se à área anteriormente ocupada. ... Os posseiros mais experientes que já passaram por despejos e situações semelhantes, cansados de perambular de um lugar para outro, passando privações de toda ordem, são mais propensos à resistência às investidas do latifundiário e, não raro, os conflitos acabam terminando com mortes de ambos os lados, como consequência natural da luta pela posse dentro do processo de ocupação do território" (1).

Esse foi o contexto social no qual surgiu um movimento guerrilheiro na região. As tensões e os conflitos entre posseiros e fazendeiros, de permeio com grileiros, jagunços, policiais, advogados, funcionários governamentais e outros, induziram a formação de um movimento guerrilheiro com base social nos núcleos de posseiros. Ainda não há dados seguros sobre a organização do referido movimento, o modo pelo qual se articulou com os posseiros, como se desenvolveu, a partir daí, o antagonismo entre fazendeiros e posseiros e outros aspectos dessa experiência política havida no lugar. O que se sabe, por enquanto, é que entre 1970 e 1975 houve na região entre a cidade de Conceição do Araguaia e Marabá um movimento guerrilheiro com algum contato com núcleos de posseiros. Os dois relatos apresentados a seguir dão uma idéia de alguns aspectos dessa experiência política vivida pelos posseiros de alguns lugares.

A - "Através de informações de fontes militares, ou mesmo, de parlamentares que levantaram esse problema recentemente - como o deputado Célio Borja -, a existência de movimentos subversivos na região é hoje conhecida. Mas durante anos as informações a respeito foram fluídas. Já em 1970, antes da Transamazônica, quando as únicas estradas de penetração eram a Belém-Brasília e a PA-70, o Exército vinha realizando manobras na região. Uma notícia oficial da época falava na Operação Carajás, na qual 4 mil homens vasculharam uma área de 100 mil quilômetros quadrados e o general José Nogueira Paes, comandante militar da Amazônia, fazia apelos para a integração do povo com as Forças Armadas 'num verdadeiro compromisso com a segurança nacional'. Essa frase seria suficiente para dar a entender que uma ameaça existia, ou poderia existir, como de fato ocorreu. E houve uma intervenção posterior do Exército.

(1) Ossir Gorenstein, "Cinco Séculos de Posse", Movimento, São Paulo, 30 de agosto de 1976, p. 8.

"A história dessa ação militar que sustou um movimento armado ainda corre de boea em boca em toda a área. Padre Humberto, que na época morava num lugar chamado Palestina, diz, por exemplo, que, com a chegada do Exército, um farmacêutico e um médico da cidade desapareceram e só mais tarde ele veio a saber que eram ligados à subversão e se transferiram para a Serra das Andorinhas. Numa aldeia de índios suruís, a 60 quilômetros da Transamazônica, podem-se ouvir histórias sobre o que os índios chamam de 'guerra'.

"A aldeia dos suruís se constitui de treze casas de palha onde vivem 74 índios. Eles têm uma reserva de 3 mil hectares, mas conhecem muito mais do que isso na palma da mão. Por isso, quatro deles ajudaram o Exército como guias ou batedores. Um índio chamado Maçu, o que melhor fala português na tribo, conta no seu linguajar confuso: 'Jipe veio apanhar a gente. Nos esperava na mata. Tinha avião voando baixinho assim. Camara-punura morava assim debaixo do cipozal. Tinha barraquinha. Camara-punura mandou brasa: tã... tã... Aí soldado também mandou uma brasa: trrrr'. Camara-punura, na língua dos suruís, quer dizer 'branco que não presta'.

"Dos depoimentos prestados por alguns dos guerrilheiros presos na região junto à Justiça Militar se depreende que a maioria deles se instalou ali como se fossem simples lavradores. Num desses depoimentos, José Genuíno Neto declara que, com a chegada do Exército, em abril de 1972, eles se organizaram em três grupos, cada um com cerca de 20 homens e mulheres. Genuíno foi para o grupo chefiado por Osvaldo Orlando Costa, conhecido como Osvaldão, um dos primeiros a ir para a região de Marabá. Em Marabá comenta-se que Osvaldão era negro e muito alto. Teria sido jogador de basquete no Rio, do Botafogo ou do Fluminense. E que em São Domingos do Araguaia não havia sapato que servisse em seus pés enormes.

"Isso é o que se fala na região. De qualquer forma, segundo o coronel Cid Zenóbio de Aguiar Borges, comandante do 52º Batalhão de Infantaria sediado em Marabá, o episódio foi dado como encerrado no dia 31 de janeiro de 1975.

"Esse grupo, que pomposamente se autodenominava Forças Guerrilheiras do Araguaia, limitou sua atuação a uma estreita área e jamais conseguiu ampliá-la, embora permanecesse no local vários anos. Assim, além de ser um episódio encerrado, a ação não passou também de um fato isolado, pequeno, diante da magnitude das coisas na Amazônia."(2).

(2) Isto é, Nº 9, São Paulo, Janeiro de 1977, p. 44. Citação do texto intitulado "A invasão", pp. 36-45.

B- "Os problemas que o Exército enfrentou de 1972 a 1974, com o movimento guerrilheiro nessa região, foram superados. A região próxima a São Geraldo, o foco principal, está limpa. A partir de 1972, as ações de guerrilha se iniciaram na região e denunciavam uma preparação estudada e minuciosa. Essas localidades, abaixo de São Geraldo, acompanharam a margem do rio Araguaia e compreendem os lugares de Parã da Lama, Porto da Marcelinense (uma antiga madeireira), Santa Luiza e Porto Boa Vista do Parã e Perdidos. Essa região ficou completamente isolada até o final de 1974, quando o Exército conseguiu isolar os poucos guerrilheiros que restavam. No início, informa-se na região, deveria haver um grupo entre 50 e 70 homens muito bem treinados, com uma grande capacidade de locomoção. Os próprios mateiros, que na época trabalharam para o Exército, dão essa informação. Notícias não confirmadas, mas correntes na área, falam da presença de estrangeiros entre os guerrilheiros. Mas até hoje os habitantes lembram com horror os tempos passados, quando ficaram completamente isolados. Hoje não se nota a presença do Exército na região. Apenas alguns homens, entre os locais, estão encarregados de avisar sobre a presença de pessoas estranhas. É só. De resto, a impressão de que os guerrilheiros não conseguiram de fato nenhum laço com essas populações e caíram, também eles, no isolamento, com toda a espécie de dificuldades.

"Passados esses tempos de exceção, como as autoridades vêm hoje o problema da região? O presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva, após os conflitos em Perdidos, nos quais foram mortos dois soldados da Polícia Militar do Parã (há notícias de que também dois posseiros morreram), em discurso feito em São Geraldo, recentemente, alertava os posseiros, enquanto distribuía títulos de terras, sobre a ação de insufladores e possíveis subversivos. Foi ameaçador para o posseiro que ouviu e de um raciocínio demasiadamente simples para quem analisou. O INCRA, que sempre esteve ausente na região, aparecia de repente e desconhecendo a situação, ou fazendo-se de esquecido, minimizava o problema, reduzindo-o à expressão mais simples. 'Subversão' (3).

Mas a supressão do movimento guerrilheiro não suprimiu o antagonismo entre o fazendeiro e o posseiro; e muito menos suprimiu as distintas mo-

(3) Anibal Fernando, "A Terra mais Tensa do País", Folha de S. Paulo, São Paulo, 2 de janeiro de 1976, p. 7.. Mais uma referência a guerrilha havida na área: "A guerra de guerrilha malogrou na Amazônia basicamente por dois motivos: o isolamento dos guerrilheiros, que foram facilmente cercados em consequência da má localização da área escolhida para as operações, e a pouca cultura da população, que não chegou a entender Marx. A afirmação foi feita ontem pelo general Milton Tavares de Souza, comandante da 10a.

dalidades de resistência individual e grupal de núcleos de posseiros. Persiste a tensão em geral e sucedem-se os conflitos, aqui e acolá.

Em maio de 1976, no lote 17, os posseiros mataram um casal a tiros. O marido era guarda, ou fiscal, destacado para vigiar o lugar e manifestar a presença do proprietário do referido lote (900 alqueires goianos, tendo 4,84 hectares cada alqueire). O dono do lote era então um dos sócios da Fazenda Nazaré. Vários posseiros estavam resistindo às pressões do fazendeiro para expulsá-los das terras que ocupavam. O fazendeiro tinha o título da terra. Mas os posseiros não queriam sair. Alegavam que tinham direitos adquiridos pelo trabalho realizado, as casas construídas, as plantas plantadas, etc. Mas o fazendeiro instalou um guarda na proximidade dos posseiros. Na primeira noite o guarda e sua mulher foram assassinados a tiros. Em seguida o supervisor do lote 17 e das fazendas pertencentes ao mesmo grupo econômico foi averiguar o havido, em companhia de dois soldados da polícia. Não encontrou o posseiro que teria feito os disparos.

Desde a época em que o movimento guerrilheiro surgiu ali, a área pertencente à vila de São Geraldo do Araguaia atraiu tanto a atenção das forças armadas como também do INCRA. Tratava-se de enfrentar a tensão social por dois lados. Já vimos que o movimento guerrilheiro foi suprimido. Vejamos o que aconteceu com o posseiro. "O Projeto Fundiário Conceição do Araguaia foi criado pela Portaria INCRA/Nº 1 261 de 21 de julho de 1973, porém só conseguiu implantar sua estrutura física no 1º semestre de 1974. A sede do Projeto está localizada no Distrito de São Geraldo, no município de Conceição do Araguaia e sua jurisdição compreende parte deste município e a totalidade do município de São João do Araguaia, com uma área de 1 314 200 hectares. No exercício anterior as atividades deste Projeto restringiram-se a tarefas de suma importância para o saneamento fundiário da região com a expedição de 200 títulos Provisórios. Já no exercício de 1975, o destaque foi o desencadeamento de um processo

(...) Região Militar, em conferência pronunciada no encerramento de um ciclo de estudos promovido pela Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra. Esta foi a primeira vez que um general do Exército levou publicamente e fez ligeiras avaliações sobre o movimento guerrilheiro que surgiu entre 1970 e 1974 na região do sul do Estado do Pará e no Norte de Goiás, próximo ao rio Araguaia". Cf. "General fala sobre guerrilha no Pará", matéria enviada pelo correspondente em São Luís, O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 de Outubro de 1976, p. 14. Ainda sobre os conflitos de terras: Marianne Schminck, "Frontier Expansion and Land Conflicts in the Brazilian Amazon", mimeo, Department of Anthropology, University of Texas, Austin, 1977.

discriminatório, justificado pela necessidade imperiosa de regularizar as terras devolutas encravadas na região. Assim, realizou-se um trabalho discriminatório em uma área de 41 300 hectares localizada no município de Conceição do Araguaia. Em virtude da desordenada ocupação da área (distrito de São Geraldo e município de São João) e da existência de terras em litígio, não foi expedido nenhum Título Definitivo, contudo foram concedidos 1 583 Títulos Provisórios, correspondendo a uma área reconhecida de 305 479 hectares" (4).

Em outubro de 1976, no entanto, ocorreu um conflito armado entre posseiros e policiais, no povoado de Itaipavas, localizado no distrito de São Geraldo do Araguaia, pertencente ao município de Conceição do Araguaia. Nesse conflito, o antagonismo entre os interesses dos posseiros e fazendeiros (ou empresas agropecuárias, madeireiras e outras) aparece nas tensões e lutas que envolvem posseiros, polícia, exército, INCRA, ITERPA, Igreja, padres e "elementos estranhos" ou "agitadores". Vejamos quais foram os principais aspectos do referido conflito.

"Dois soldados da Polícia Militar foram mortos e dois outros feridos, durante um conflito de terras ocorrido quarta-feira, pela manhã, na localidade de Ipaipavas, no extremo Sul do Pará. Apenas ontem o incidente foi revelado em Belém, porque o corpo de um dos soldados chegou para ser enterrado.

"O incidente ocorreu quando um destacamento de 18 soldados da Polícia Militar acompanhava um grupo de topógrafos do INCRA que traçava uma linha demarcatória na área de Ipaipavas, nas proximidades do rio Araguaia, e foi atacado por homens que, de tocaia, fizeram vários disparos. Os soldados Euzio Araújo dos Santos e Claudiomiro Rodrigues da Fonseca morreram no local, enquanto os soldados Máximo e Rui Silva saíram feridos. Nenhum dos topógrafos foi atingido pelos disparos.

"A Secretaria de Segurança Pública enviou mais 40 soldados para reforçar o destacamento. Segundo informações do INCRA, a situação já está sob controle e o trabalho de demarcação será reiniciado na próxima semana. A área renhecida como Itaipavas é uma das mais complexas e tensas do Sul do Pará, onde a disputa pela posse de terra é muito grande. Em 1945, o governo do Estado doou à Fundação Brasil Central uma faixa de terras que acompanhava toda a margem esquerda do rio Araguaia, numa extensão de 50 quilômetros, com aproximadamente dois milhões de hectares, destinada a um projeto de colonização.

(4) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 1975, Coordenadoria Regional do Norte (CR-01), p. 192.

"No entanto, a doação foi considerada caduca e o governo reassumiu a área em 1961, desconhecendo os protestos da Fundação Brasil Central que, nesse período, loteou boa parte da área para 490 proprietários. Desconhecendo essa titulação, a Secretaria de Agricultura reloteou uma parte da área e pelo menos 15 mil hectares foram vendidos à Ímpar, indústria madeireira que desenvolveu normalmente seu projeto, apesar da contestação dos proprietários já titulados na mesma área pela Fundação. A penetração de posseiros, ocupantes e invasores, a superposição de títulos e o fato de vários títulos provisórios nunca terem sido substituídos por titulação definitiva criaram uma situação de conflito pela posse da terra, que vem se arrastando indefinidamente na justiça.

"No ano passado, o projeto fundiário do INCRA em Conceição do Araguaia iniciou uma ação discriminatória, numa área de 41 300 hectares, para regularizar as terras devolutas federais existentes na região, distribuindo 531 licenças de ocupação para posseiros em condições de legitimização. No entanto, a situação de 75 posseiros não ficou definida porque os técnicos verificaram que a demarcação realizada pela Fundação Brasil Central era incorreta. Dessa maneira, os técnicos decidiram traçar uma linha demarcatória para separar as terras sob a administração do INCRA daqueles da Fundação e verificar a possibilidade de dar títulos aos 75 posseiros encontrados na área.

"Os técnicos do INCRA constataram, ainda, que 80 por cento dos posseiros e proprietários aceitavam a demarcação da linha, mas os pretendentes às grandes áreas, que possuíam títulos provisórios ou requerimentos em áreas superpostas, negavam-se a aceitar a demarcação.

"Como a demarcação da linha seria a única medida capaz de estabelecer os limites definitivos das áreas, os técnicos do INCRA solicitaram reforços policial para realizar o trabalho, quando, então, foi enviado o destacamento de 18 soldados da Polícia Militar. Mas, no início da demarcação da linha, ocorreu o ataque, cujas origens ainda não foram esclarecidas. Os técnicos do INCRA recusaram-se a apontar um provável mandante. Como Itaipavas, localizada no município de São Geraldo do Araguaia, fica próxima a Xambicá, centro original de atuação de um grupo de guerrilhas, os técnicos preferiram não fazer qualquer especulação.

"No entanto, circulavam boatos sobre a participação de alguns proprietários de terras, principalmente envolvendo aqueles que possuem uma serraria na área. Um deles teria, inclusive, fugido para Belém, quando começa

va as investigações". (5)

"Ao mesmo tempo que se registrava, na tarde de sábado, uma tentativa de ataque contra os policiais que se encontram na região, começou a se fortalecer a tese de que os posseiros que na quarta-feira passada mataram dois soldados que davam cobertura a um serviço de demarcação de terras na localidade de Itaipavas, Distrito de São Geraldo do Araguaia, agiram sob a instigação de 'elementos estranhos'. E o comandante do destacamento da PM deslocado para a área, coronel Carlos Alberto Moreira, afirmou que os agressores poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. 'Estávamos numa missão ligada à segurança interna', argumentou ele, fundamentando sua previsão.

"Já estão detidas 43 pessoas envolvidas no ataque de quarta-feira. Embora na maioria os acusados sejam 'realmente posseiros', a polícia diz que há também alguns empregados de duas serrarias da região e pelo menos uma pessoa que 'não é posseiro nem madeireiro'. A polícia revela também ter 'indícios concretos' da presença de agitadores na área, outrora centro de preparação de um grupo de guerrilheiro clandestino. 'Os elementos de agora - confidenciou um militar - não têm nenhuma ligação com a antiga guerrilha, que foi totalmente destruída, mas também alimentam propósitos subversivos'.

"O próprio comandante da PM admite a 'interferência de estanhos', baseando-se, entre outras coisas, no ineditismo da reação. 'Normalmente - disse o coronel Moreira - conseguimos conversar com os posseiros, quando somos chamados para dar cobertura a uma demarcação'.

"Moreira considera 'inexplicável' o que aconteceu em Itaipavas 'porque os posseiros podiam ter embargado a demarcatória na justiça, através do Sindicato Rural, sem precisar chegar a um ato extremo'. E, para reforçar a idéia de que os colonos foram insuflados, diz que um emissário deles, Gentil Barbosa da Silva, procurou a PM em São Geraldo, na manhã de quarta-feira, pedindo garantias de que os lavradores não seriam expulsos. 'Eu estava providenciando uma declaração por escrito, mas, enquanto Gentil conversava na sede do Comando, nossos homens eram mortos na emboscada.

"A tentativa de ataque, no sábado, contra os 40 homens da PM que agora patrulham a área foi frustrada pela denúncia de um morador, que avisou os policiais de que uma tocaia estava preparada. Os soldados, que se diri-

(5) "Conflito Rural causa Morte de 2 Policiais", O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 de outubro de 1976, p. 14.

giam para uma localidade chamada Perdido, avançaram cautelosamente, quando ouviram os primeiros disparos, dispersaram-se na mata e contra-atacaram. A manobra desnorteou os posseiros, que foram se entregando sem resistência. Eram 35, armados principalmente de cartucheiras.

"A demarcação da área deverá continuar, 'de qualquer maneira e a qualquer preço', segundo o coordenador regional do INCRA, Elias Seffer. O INCRA decidiu realizá-la porque se sentiu sem condições de titular 75 posseiros envolvidos num processo de discriminatória, após considerar de origem incerta a área ocupada

"Isso resultou do fato de não ser possível definir se a área estava numa faixa de 50 quilômetros a partir da margem esquerda do rio Araguaia, que fora doada à Fundação Brasil Central, em 1945. O INCRA, então decidiu traçar uma linha divisória entre as terras da Fundação e as que foram transferidas ao domínio da União em consequência da construção da Transamazônica e da Belém-Brasília. No local, porém, já havia um litígio entre dois grupos empresariais paulistas, não definido na justiça, além de muitas invasões e ocupações de posseiros.

"A tensão agravou-se em janeiro, quando pistoleiros contratados pelos dois grupos começaram a tentar resolver diretamente a pendência. O governo do Estado, mandou reforçar o contingente da PM no local e pediu ao Ministério da Agricultura que declarasse a área de interesse para fins de desapropriação, o que não aconteceu" (6).

"O INCRA deverá tomar duas medidas destinadas a eliminar um dos principais focos de conflito em torno de posse de terras no Pará, no Distrito de São Geraldo do Araguaia, onde na semana passada foram mortos dois soldados da Polícia Militar e feridos outros. A primeira consistirá no reconhecimento da legitimidade de 35 títulos de propriedade expedidos em 1959 pela Fundação Brasil Central e relativos a uma área de 152 mil hectares, que também vem sendo reivindicada por outros compradores. A Segunda medida será a conclusão da demarcação de uma linha divisória entre as terras que passaram para o domínio da União, graças ao decreto-lei 1164, em 1971, e as que foram transferidas pela Fundação dos detentores dos 35 títulos.

"Assim, o INCRA espera regularizar a situação de 75 posseiros que

(6) "No Pará, Agitação Afeta a Segurança", O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 de novembro de 1976, p. 14.

~~seriam beneficiados por uma ação discriminatória não concluída em virtude da indefinição quanto à propriedade da área, e mais 400 que ocupam uma faixa de terras devolutas entre o loteamento da Fundação Brasil Central e a margem esquerda do rio Araguaia.~~

"A questão básica, até agora, no caso dos 35 títulos, era saber se fora legal a transferência das terras pela Fundação. Convidado pelo INCRA a opinar em nome do Estado, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) manifestou-se favorável à validade.

"Antes disso, com base num decreto de revogação da doação que o Pará fizera à Fundação, em 1945, a própria Secretaria da Agricultura já havia expedido títulos provisórios, relativos a lotes num total de 15 mil hectares de área. Agora - além, naturalmente, de suspender esse tipo de concessão - o Estado deverá devolver a importância já recebida dos requerentes (30 por cento do valor do título) e indenizar as benfeitorias realizadas.

"O parecer do ITERPA, reconhecendo a validade dos títulos expedidos pela Fundação, deverá ser mantido pelo procurador-geral do INCRA. Assim, tudo indica que a disputa entre os particulares estará terminada. Mesmo uma ação anulatória impetrada pela Indústria Madeireira e Agropecuária do Pará (IMP-AR) contra a doação feita à Fundação será considerada improcedente, porque só o poder público teria competência para iniciar um processo dessa natureza.

"Se ficar comprovado que os 75 posseiros incluídos na discriminatória e com situação ainda não regularizada (por estarem instalados em área de origem incerta) realmente ocupam terras particulares, o INCRA fará a mediação entre eles e os proprietários, procurando uma solução conciliatória. Esta poderá consistir na legitimação da posse em terras cedidas pelos proprietários ou na indenização das benfeitorias.

"A regularização da situação dos outros 400 posseiros, que ocupam terras devolutas federais entre o loteamento da Fundação Brasil Central e a margem do rio, será possível com a conclusão da demarcação interrompida pelo ataque dos posseiros. De um total de 27 quilômetros de extensão, faltam apenas 8 para se completar o traçado da linha demarcatória, trabalho que, segundo o coordenador regional do INCRA, Elias Seffer, será reiniciado assim que a Polícia Militar 'der o sinal verde'". (7)

(7) "Medidas do INCRA Deverão Esvaziar Conflitos no Pará", O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 de novembro de 1976, p. 29.

"Acusados de praticar subversão no Distrito de São Geraldo do Araguaia, no Sudeste do Pará, onde posseiros mataram dois soldados e feriram outros dois, que davam cobertura a um trabalho de demarcação do INCRA, na quarta-feira da semana passada, o padre Florentino Maboni e o seminarista Hilário estão presos e sofrendo maus tratos na cadeia de Boa Vista, um lugarejo da região. ... Com a notícia da prisão do padre Florentino e do seminarista Hilário, chegou-se à conclusão de que podem ser eles os 'elementos estranhos' que, na interpretação dos policiais enviados à região de São Geraldo do Araguaia, teriam instigado a ação dos posseiros. Na segunda-feira passada, esses policiais apontavam a existência de 'indícios concretos' da presença de agitadores na área, afirmando que haviam encontrado entre os suspeitos do ataque 'alguém que não é posseiro nem madeireiro'. ... Dos 62 posseiros presos como suspeitos de participação na emboscada ao destacamento que protegia o trabalho dos topógrafos do INCRA em São Geraldo do Araguaia, a Polícia Militar já libertou 20, que conseguiram provar sua inocência, Entre os 42 restantes, a polícia acha que 10 podem ser considerados participantes ativos, tendo influenciado na decisão de atacar os soldados". (8).

"As áreas que nos apresentam maiores problemas no momento estão localizadas em Rondônia, Acre, Mato Grosso, Sul do Pará, Amazonas e alguns trechos do sudeste do Estado do Maranhão. Mas, com a atuação do instituto, nós conseguimos minimizar esses problemas decorrentes da luta pela posse da terra. Tivemos recentemente, em São Geraldo do Araguaia, um atentado à força policial que garantia o trabalho da equipe de topografia do INCRA. Elementos interessados em conturbar a ordem pública ali, porque estavam de posse de títulos indevidos, atuando para grileiros, resolveram jogar pequenos agricultores contra a força pública e contra os topógrafos do INCRA, resultando naquele acidente em que perderam a vida dois soldados da polícia militar do Pará. Nessas áreas, fizemos um trabalho de discriminação e na hora da demarcação que nos permitiria a regularização dos posseiros legítimos existentes naquela área, houve o incidente, mas os posseiros depois foram muito bem esclarecidos sobre o logro que tinham sofrido por parte dos elementos interessados na grilagem de terras na área. E em função disso esses posseiros colaboraram na abertura das picadas e na demarcação das suas posses. Assim pudemos, no dia 13 de dezembro deste ano, fazer a entrega de cerca de 815 licenças de ocupação aos legítimos posseiros

(8) "Bispos Apenam por Padre Preso no PA", O Estado de S. Paulo, São Paulo, 6 de novembro de 1976, p. 12.

ros que se encontravam na área" (9).

Em 1976, em diferentes lugares do município de Conceição do Araguaia, a situação do posseiro é mais ou menos essa. Está condenado a ser pressionado, coagido e agredido pelo fazendeiro ou os seus representantes, privados ou públicos. Está proibido de organizar-se, de buscar o apoio que lhe convém ou receber qualquer ajuda que contrarie os interesses do fazendeiro. Desde que a empresa agropecuária começou a formar-se e expandir-se ali, com o apoio político e econômico do governo e com os incentivos fiscais e creditícios da SUDAM, a violência passou a ser um elemento cotidiano na vida do posseiro. As pressões, as ameaças, a entrada do gado nas roças, a queima das casas, a presença do oficial de justiça representando a lei, ou da polícia representando a violência institucionalizada, muitos são os ingredientes da violência que passou a povoar o cotidiano do posseiro, em Itaipavas, São Geraldo, Floresta, Rio Maria e outros povoados e lugares do município de Conceição do Araguaia.

A-" As 23 glebas que formam a região de Floresta são formadas, em sua maior parte, por terras que não servem para a agricultura em larga escala. As 3 500 pessoas que vivem na área também não dispõem de nenhuma ajuda oficial. Cada um trata a terra com a experiência que tem, suficiente para garantir a própria subsistência e de sua família. Os que produzem mais conseguem algum arroz, que não é comercializado porque não existe uma via de ligação permanente entre Floresta e as cidades mais próximas. Esse núcleo começou a ser formado sob organização da Igreja. O padre Augusto Dias de Brito, de Conceição do Araguaia, conseguiu em Belém promessas e títulos das autoridades, e, em 1972, promoveu a ocupação dessas terras de forma bastante organizada. Cada gleba foi dividida em áreas de 4 356 hectares. Mas logo depois que os colonos se localizaram (a maioria veio de Goiás), começaram os problemas com os fazendeiros vizinhos. Na falta de autoridades que fiscalizassem a ocupação, os grandes fazendeiros delimitavam suas propriedades conforme suas próprias medidas. Tão logo os agrimensores terminavam seu trabalho, os fazendeiros abriam uma picada de limite e contratavam gente para garantir a posse. Os problemas começaram em 1973.

Em três países...

(9) "INCRA Prevê Menos Violência em 77", Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 de dezembro de 1976, p. 7. Texto transcrito da entrevista dada pelo presidente do INCRA, Lourenço Vieira.

Em três desses lotes, um senhor chamado César Sebastião Martins, proprietário de uma dessas fazendas, próximo à cidade Rio Maria, fez as primeiras pressões junto aos posseiros. No começo, muito timidamente. Conversava, ouvia as razões do pessoal, até que em setembro de 1975 a violência começou: nove famílias de posseiros foram colocados para fora, pela Polícia Militar do Pará, destacamento de Rio Maria. Das 23 glebas, apenas a metade possui título. Os trabalhos de titulação foram interrompidos, possivelmente depois que os fazendeiros próximos contestaram os limites das glebas dos posseiros. E o direito de posse nessa região não vale nada. Os lotes foram perdidos e as terras cercadas. Os fazendeiros não exibiram títulos que comprovassem esse direito. No lugar disso, houve ameaças e um vago despacho judicial de uma juíza de Conceição do Araguaia, segundo informações colhidas no local. O único que resistiu à idéia de abandonar sua terra, teve sua casa queimada e a roça destruída. Seu nome é Expedito Alves de Oliveira, que em 1972 chegou a Rio Maria, vindo de Redenção. Expedito deixou o Ceará com pouco mais de 20 anos, para tentar a Amazônia. E não teve muita sorte, de acordo com seu relato: 'Desde setembro (1975) fui ameaçado junto com o pessoal (as 9 famílias). Vi quando todos, aos poucos, iam embora. Resolvi ficar, porque nunca tive uma terra que fosse minha. (Na verdade, Expedito não tem título, embora sua terra esteja dentro da colônia). Plantei uma roça e construí um barracão de madeira. Estava em Redenção quando soube que aqui se formava uma colônia. Vim direto. Depois que eu estava aqui, por três vezes veio um oficial de Justiça, com a Polícia. Na quarta vez foi assim: eles chegaram à tardinha, pediram para comer e dormir. Comeram e dormiram. Pelo que me disseram, tinham ordem da - juíza - para tocar fogo na minha casa, porque eu não queria sair por bem. Eu tive que assistir tudo com a maior calma, com um fuzil às costas. Depois do fogo, destruíram a plantação que estava só no início. No final, os soldados disseram que a ordem tinha partido do fazendeiro. E me mostraram uma carta do prefeito de Conceição do Araguaia explicando a situação e pedindo que eu saísse. Fiquei com o bilhete, o pessoal me ajudou e fui até Conceição. Falei com o homem e ele me deu todas as garantias. Deixei o tal bilhete com ele e voltei. E estou aqui, parado há muito tempo, esperando uma solução para o meu caso' (10).

(10) Anibal Fernando, "A Força Domina Floresta", Folha de S. Paulo, São Paulo, 6 de janeiro de 1977, p. 9.

B-" Procurado para dar algumas informações sobre a situação dos posseiros na região de Rio Maria, o delegado do Sindicato preferiu de próprio punho, redigir uma declaração que intitulou 'Declaração do Terror'. Seu conteúdo, como foi redigido: "Tenho o prazer e satisfação de declarar que os trabalhadores rural desta região sofre a mais de 3 anos desde 72 a 76, em fim de que tamos, em dificuldade de adquirir pelo menos um palmo de terra para ter a sua liberdade de trabalho e não foi possível até a data que estamos. E assim esperamos que as autoridades deste departamento tome as providências para que esses sofredoris tenha a liberdade, enfim de que possa trabalhar como seja a sua vontade. (...) Como delegado sindical tenho andado por estas terras e em cada canto tem mais de 10, dez pistoleiros, para nem uma pessoa siquer passar em viagem dentro da mesma. Eu como delegado sindical andei correndo essa arias e contei 15 pessoas armadas como quem fosse o Exército, estes são os documentos de terra aqui. Então pedimos levar ao conhecimento das autoridades para que tome as mesma providências possíveis - Rio Maria, 11/12/76. a) José Coloro Filho'" (11).

Nos anos 1966-77, no município de Conceição do Araguaia, estão em curso dois processos sociais combinados. Ao mesmo tempo que se forma e expande a empresa agropecuária, decompõe-se o campesinato em geral e o seu contingente de posseiros, em especial. Trata-se de dois processos combinados, estruturalmente articulados. É verdade que o poder público federal e estadual tem distribuído licenças de ocupação de terras, ou títulos provisórios de propriedade. Nesses casos, o posseiro passa a ser definido juridicamente como colono, ganhando mais segurança sobre a terra ocupada. Mas essa alteração do estatuto jurídico do posseiro não impede que continuem a operar, de modo cada vez mais intenso, as condições econômicas e políticas favoráveis à formação e à expansão da empresa agropecuária. O mesmo poder público que distribui licenças de ocupação, ou títulos provisórios, a pequenos agricultores, distribui favores e incentivos fiscais e creditícios a grandes proprietários. O grande capital e o poder público formam uma poderosa aliança, cujos objetivos econômicos e políticos sobrepassam larga e drasticamente os interesses de camponeses, posseiros ou não.

Muitas são as famílias de posseiros que são tocadas das terras ocupadas, tendo as suas casas abandonadas ou queimadas, as suas roças

(11) Anibal Fernando, "Rio Maria, Como no Oeste", Folha de S. Paulo, São Paulo, 8 de janeiro de 1977, p. 5.

abandonadas ou ocupadas por gado. Os muitos posseiros dispersos em famílias isoladas ou em pequenos núcleos de famílias, esses em geral são obrigados a abandonar as casas, roças e criações, irem adiante pegar uma posse mata-a-dentro, tornarem-se braçais ou lumpem nas cidades, ou empregarem-se como assalariados permanentes (vaqueiros) ou temporários (peões) nas fazendas que se abrem e expandem na área. Dentre os muitos posseiros dispersos em famílias isoladas, ou em pequenos núcleos de famílias, a maioria perde a terra para o fazendeiro e passa a engrossar o proletariado rural em formação.

A rigor, o que está em curso no município de Conceição do Araguaia, principalmente nos anos recentes e entrando pelos próximos anos, é o processo de apropriação privada e concentração da propriedade de terra, sob o controle do grande capital. Está em curso ali a acumulação primitiva, no sentido de processo econômico e político por meio do qual se efetiva o divórcio entre o produtor e a propriedade dos meios de produção; no caso, a terra. Mas esse processo não provoca apenas a expulsão do posseiro da terra, onde estão a sua casa, a sua roça e a sua criação; ele provoca, em boa parte, a transformação do posseiro em trabalhador assalariado, como peão, vaqueiro ou outra categoria de assalariado no campo ou na cidade. Mais frequentemente, no entanto, a expropriação dos produtores diretos das suas terras de lavra e criação joga uma parte dos posseiros e seus familiares no proletariado agrícola em formação na área.

XIII - O PREÇO DA TERRA

O núcleo principal da política econômica governamental destinada a propiciar a formação e a expansão da agropecuária na região amazônica, e não apenas no município de Conceição do Araguaia, consiste em apoiar econômica e politicamente a empresa privada, a iniciativa privada, a livre iniciativa, os investimentos nacionais e estrangeiros ou o setor privado. Todo o peso do aparelho estatal, desde 1964, portanto dois anos antes da criação da SUDAM, já havia sido posto nos incentivos fiscais e creditícios para que a empresa agropecuária, além de outras, prosperassem no lugar. A partir de 1964 o governo federal procurou dinamizar a atuação das suas agências regionais, no sentido de conceder facilidades fiscais, deduções de impostos e facilidades creditícias para a produção pecuária, agrícola, extrativa e outras. Essa orientação apoiava-se na atuação da superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA, que em 1966 transforma-se em SUDAM) e do Banco de Crédito da Amazônia (BCA, que em 1966 transformou-se em BASA). Quanto à pecuária, essas agências, e em especial o BCA, estavam incentivando a formação de pastagens, aquisição de gado de corte e leiteiro, aquisição de maquinaria etc. "Essa política de oferta de capitais na Região encontrou o seu ponto culminante, no momento atual, quando o governo federal traçou normas de política econômica em favor da Amazônia, de estímulo à iniciativa privada, através de incentivos fiscais, favores creditícios e outras vantagens visando aproveitar o imenso potencial de riqueza regional"(1).

É verdade que várias iniciativas governamentais orientaram-se no sentido de principiar ou favorecer o povoamento, a colonização pública e privada, a regularização das ocupações de terras, a expansão da rede rodoviária, o aperfeiçoamento do sistema de comunicações, a presença das forças policiais e armadas, além de outras iniciativas econômicas, políticas ou culturais. Mas o que sobressai, sobre tudo o que o governo federal tem feito no município de Conceição do Araguaia, é o apoio econômico e político, maciço e ostensivo, à formação e expansão da empresa agropecuária.

(1) Investimentos Privilegiados na Amazônia, Banco de Crédito da Amazônia S.A., s/d, pp. 17-18.

É essa a política que está na base do rearranjo da estrutura fundiária na área. À medida que se criam as fazendas, que se implantam os projetos agropecuários que se formam as empresas, torna-se cada vez mais básico e urgente transformar as terras devolutas ou ocupadas em terras privadas, em termos jurídicos, segundo os dispositivos legais que regem o princípio da propriedade privada no país. Torna-se necessário e urgente transformar a posse em domínio, ao mesmo tempo que se torna necessário concentrar a propriedade da terra, para efeito de implantação de grandes ou médios projetos agropecuários. Assim todo apóio ou estímulo à formação e expansão da agropecuária não implica apenas em apóio e estímulo à formação e expansão da empresa privada, mas também na expropriação de produtores diretos, ~~independentes~~ ou autônomos, como os posseiros. Uma das técnicas de expropriação das terras dos posseiros é a violência. A outra técnica de expropriação é a manipulação dos processos burocráticos e preços que garantem a transformação da posse em domínio da terra. Esta é a técnica que examinarei aqui, de modo breve.

O governo federal começa por afirmar que a existência de grandes extensões de terras devolutas na região amazônica seria uma pré-condição excepcional para o desenvolvimento econômico, pois propiciaria orientar a ocupação segundo objetivos racionais. "A ampla disponibilidade de terras e a significativa parcela dessas glebas sob o controle direto da União (mais da metade da superfície da Região Amazônica) se constituem em fundamental pré-requisito para estabelecimento e/ou aprimoramento de regras para a ocupação econômica da Amazônia. ... (A) Amazônia poderá se constituir, sob a liderança dos governos da Revolução, em um notável exemplo de ocupação racional de grandes áreas de vázio econômico"(2). Esse tem sido o caráter básico da política econômica do governo, ao longo dos anos 1964-76, no que diz respeito à transformação da estrutura fundiária na região, de modo a propiciar, entre outras atividades econômicas, a formação e a expansão da agropecuária. O problema que está em causa, aqui, é o da apropriação privada das terras devolutas, ou ocupadas por posseiros. Aliás, nenhuma terra ocupada por posseiro deixará de ser terra devoluta se o posseiro não tiver meios e modos de provar que possui "cultura efetiva e mora da habitual" no lugar. Às vezes ainda precisa provar a duração da morada no lugar, segundo legislação federal ou estadual.

(2) SUDAM, Elementos para o Aperfeiçoamento da Ação Planejada do Poder Público na Amazônia, Belém, 1973, p. 4.

Vejam, agora, alguns aspectos da legislação do Estado do Pará sobre as condições de compra-e-venda de terras devolutas, isto é, públicas. Essa legislação põe em evidência tanto o problema do preço como o das exigências burocráticas para a aquisição de terras. Estes dois aspectos da questão da propriedade adquirem significado especial quando estão em causa, e em confronto, posseiros e fazendeiros, em luta pela terra.

Desde que a questão de posse e domínio da terra foi colocada em primeiro plano (devido à política do governo federal de incentivo à produção agropecuária e outras atividades econômicas), o governo do Estado do Pará tratou de legislar sobre as novas condições de doação, venda, aforamento, arrendamento, colonização etc. de terras devolutas. O Decreto lei nº 57, de 22 de agosto de 1969 e o Decreto nº 7 454, de 19 de fevereiro de 1971, ambos do governo estadual, destinaram-se a ordenar e precisar as condições de doação, colonização, venda etc. das terras devolutas.

De fato, houve doação de terras para a formação de colônias. Por suposto, essas terras deveriam ser não só devolutas, mas não ocupadas; e deveriam ser entregues a colonos, isto é, pessoas que efetivamente se dedicassem a trabalhar diretamente as terras. Mas poucas vezes os colonos, ou as pessoas que recebiam os títulos, provisórios ou definitivos, eram sítiantes ou posseiros. Havia vários tipos de favoritismo gratuitos ou não, que a burocracia estadual podia praticar. "Os colonos são médicos, industriais, comerciantes, fazendeiros, chefes políticos, vereadores, funcionários públicos etc. homens do asfalto. O Governo Estadual do Pará está oferecendo terras gratuitamente para ricos e comerciantes poderosos, para oportunistas. O trabalhador rural mesmo, o desbravador da terra, está e vai continuar sem terra e sofrendo, pois, as colônias, sendo oferecidas para colonos Coca-Cola e gratuitamente. Serão retirados das terras que ocupam, mesmo sendo morador e cultivador desta, com moradia de 1-2-4-7-10 anos. Terão que sair, pois surgiu o colono do asfalto e com título definitivo. ... Há pessoas, que recebem títulos, que nem moram no Estado do Pará e nem conhecem o local, mas, foram contemplados - ofereceram o nome para o esperto e este pegou uma procuração, eis o título em nome daquele, mas eis, a procuração aí, juntam-se 10-20-30-45 títulos e forma-se uma grande fazenda gratuitamente. ... Tem pessoas que foram agraciadas com 10-20-40 lotes, só que não encontram em seus nomes, mas, dos parentes e amigos. ... Em Conceição do Araguaia foram distribuídos 550 títulos. Poucos estão

na terra titulada, e dezenas estão morando na terra, mas, ficaram sem título" (3).

Quanto às condições de compra-e-venda de terras, os referidos decretos estabelecem exigências burocráticas que o posseiro simplesmente não tem possibilidades econômicas ou intelectuais de atender. Tanto o Decreto-lei nº 57, de 1969, como o Decreto 7 454, de 1971 exigem que o candidato à compra da terra disponha de documentação pessoal completa e descrição completa da área pretendida. O Decreto de 1971 aumentou as exigências, incluindo atestado de vida, residência e bons antecedentes. A descrição da área pretendida deveria incluir localização, denominação, limites, medições e elementos topográficos e geográficos que identificam a área. Além disso, exigia a apresentação de um "plano racional de aproveitamento econômico". E acrescentava que "o plano de aproveitamento econômico será elaborado pelo adquirente conforme instruções baixadas pela SAGRI", a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará, especificando culturas, criações, instalações, previsões, cronogramas etc. É óbvio que essas e outras exigências burocráticas, ou "racionais", não podiam ser atendidas pelo posseiro, frequentemente analfabeto e sem recursos econômicos para contratar algum burocrata ou técnico para preparar papéis, fazer planos e realizar as viagens necessárias à cidade de Conceição ou a Belém. Somente pessoas ou empresas que dispusessem de recursos financeiros e contatos na burocracia estadual e municipal poderiam requerer e realizar a compra de terras. E isso ocorreu com frequência, inclusive com relação a terras nas quais havia posseiros, com cultura efetiva e morada habitual.

Também as exigências financeiras dificultavam a aquisição da terra por parte do posseiro. O mesmo Decreto nº 7 454, de 1971, seguindo o Decreto lei nº 57, de 1969, estabelecia que "os preços de alienação das terras públicas serão fixados anualmente conforme os critérios de localização, área, meios de transporte e possibilidades de aproveitamento econômico". Acrescentava que em 1971 "o preço básico por hectare será de 3% (três por cento) sobre o salário mínimo vigente na capital do Estado." Esse preço podia ser considerado baixo para qualquer fazendeiro grande ou médio. Mas era alto para o posseiro, cuja economia era baseada principalmen

(3) Sérgio Dias Guimarães, "Colônia é para Industriais, Comerciantes ou Lavradores", A Capa, nº 2, Conceição do Araguaia, maio de 1976, p.2.

te na produção para o autoconsumo da unidade familiar; economia essa que inclui a comercialização de algum excedente apenas para a aquisição de utensílios, medicamentos, ferramentas ou armas indispensáveis para o funcionamento regular da unidade doméstica de produção. Portanto, raramente o posseiro dispunha de reservas financeiras para realizar a compra da terra. Para comprar a terra com mais de 100 hectares, o requerente precisava depositar antecipadamente 30% (trinta por cento) do seu valor estimado no Banco do Estado do Pará; e os outros 70% deveriam ser depositados no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a aprovação de toda documentação e plano de aproveitamento econômico da área. Essas condições de pagamento não poderiam ser atendidas, salvo excepcionalmente, pelo posseiro.

À medida que o poder público induzia a formação e a expansão da empresa agropecuária, crescia o interesse de empresários e empresas pelas terras devolutas ou ocupadas. Ao mesmo tempo, os posseiros procuravam garantir-se da propriedade da terra que ocupavam. Para isso, os posseiros ou requeriam a doação da área ou requeriam a compra. Mas o Decreto nº 7 454, de 1971, exigia que o requerente à doação comprovasse cultivo de lavoura e morada habitual no lugar; e juntasse ao requerimento atestado de bons antecedentes, título de eleitor (o que implica ser minimamente alfabetizado) regularidade com o serviço militar e atestado da coletoria ou mesa de renda informando não haver outro pretendente à área, ou qualquer obstáculo legal pendente sobre ela ou o requerente. Assim, diante de tais exigências formais, o posseiro raramente tinha condições de pleitear título da terra. Além do mais, ele precisaria ou deslocar-se para as cidades de Conceição e Belém, ou pagar algum procurador para realizar as tarefas que a lei lhe impunha. Dessa forma, criaram-se condições cada vez mais propícias à titulação da terra para os fazendeiros, ou empresas, que dispunham de recursos financeiros e contatos com a burocracia pública suficientes para satisfazer às exigências da lei.

Além do mais, o preço das terras continuou a ser aumentado pelo governo estadual, o que dificultava a compra pelo posseiro e não obstava a compra por parte do fazendeiro ou empresa. O Decreto nº 8 908, de 25 de novembro de 1974, do governo estadual do Pará, estabeleceu dois acréscimos sobre o preço básico de 3% do salário mínimo por hectare. Um acréscimo, por dimensão da área requerida, podia variar de 75% a 2 000% sobre o preço-base. E o outro acréscimo, por localização da área, com refe

rencia a núcleos urbanos, rodovias etc., podia variar de 10 a 15%. Nessas condições cresceram as tensões sociais devidas à luta pela terra. Ao mesmo tempo que se criavam condições mais propícias para a formação e a expansão da grande empresa agropecuária, cresciam as pressões sobre os posseiros com base nas exigências formais, que a empresa podia atender mas o posseiro não.

Uma expressão do agravamento da luta pela terra foi o Decreto nº 9 094, de 15 de abril de 1975, do governo estadual do Pará, que suspendeu a venda de terras devolutas. Uma das alegações do referido decreto dizia que "sobre as terras devolutas disponíveis já incidem numerosos requerimentos em várias etapas dos respectivos processos, convindo não agravar essa situação antes que a Secretaria de Agricultura, através do seu Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo, equacione os problemas pendentes propondo ao Governo as medidas necessárias"(4). Essa controvérsia perdurou ao longo do ano 1976. "Mesmo vendendo grandes extensões (500 mil hectares entre 1972 e 1973 por exemplo) o Estado não sabe onde se localiza essas terras transferidas a particulares. Por isso tem sido frequente a concessão de dois ou três títulos de propriedade para uma mesma área. Como a Secretaria de Agricultura não tinha - e o ITERPA, que a substituiu na venda de terras, não tem - estrutura para fiscalizar as transações de compra e venda, os particulares praticaram muitas irregularidades, protegidos pela legislação omissa. O único método adotado para verificar se uma área requerida já está ocupada é a publicação de um edital nos jornais e no Diário Oficial, depois afixado na sede das comarcas. Mas no isolamento e nas imensas distâncias da Amazônia, onde boa parte da população rural ainda não é alfabetizada, essa forma de averiguação é ineficiente. Sem um cadastro, sem fazer discriminação e sem um número de técnicos suficiente para verificar a veracidade dos dados apresentados pelos requerentes, o Estado não podia evitar que suas vendas de terras devolutas contribuissem para aumentar os conflitos pela posse de terra"(5). Mas controvérsia sobre a terra é uma controvérsia que envolve, basicamente, a transformação de terras devolutas, ocupadas ou de posseiros, em domínio de grandes

(4) Revista do ITERPA, Nº 1, Instituto de Terras do Pará, Belém, 1976, p. 36.

(5) Lúcio Flávio Pinto, "Pará ainda sofre o impacto do decreto: venda de terras não tem controle", O Estado de S. Paulo, São Paulo, 25 de julho de 1976, p. 35.

fazendeiros, ou empresas empenhados em formar e expandir os negócios agropecuários. A tendência predominante na controvérsia sobre a terra é a expropriação dos produtores autônomos, que não dispõem da mesma proteção econômica e política de que dispõe o empresário que se decide a implantar um projeto agropecuário. "Não se sabe ainda se o governador decidirá estabelecer uma nova tabela de preços, que sofreu um reajustamento médio de 50 por cento em junho deste ano. O governo tem sido criticado por elevar os preços das terras semestralmente em percentuais considerados pelos compradores como muito altos, mas argumenta que sua tabela está sempre abaixo dos preços cobrados na revenda entre particulares. E que, apesar das elevações semestrais, não diminui o número de pretendentes. Além disso, sempre há a possibilidade de acordos, como o feito com o Grupo Ometto, de São Paulo: no início dos entendimentos o ITERPA queria 870 cruzeiros por hectare, mas depois aceitou só cobrar 100 cruzeiros. Com a Amazônia Mineração aconteceu algo semelhante: de 450 cruzeiros, cada hectare acabou custando em média 330"(6).

O que está em curso, nas áreas em que as posses estão sendo substituídas por fazendas, é o processo de acumulação primitiva. Aí, as terras devolutas e ocupadas são transformadas em propriedade privada, principalmente da grande e média empresa capitalista. Os produtores diretos, imediatos, autônomos, são expulsos das terras ocupadas; transformam-se em assalariados permanentes (vaqueiros) e temporários (peões) na agropecuária; ou vão pegar outra posse, mais adiante, na mata; ou, ainda, tornam-se assalariados nos núcleos urbanos. Pouco-a-pouco, ou drasticamente, conforme o caso, as condições de produção, fogem ao controle dos produtores diretos. A terra é transformada num meio de produção inserido na empresa capitalista, ao lado da tecnologia, da força de trabalho assalariada e outros meios de produção de capital. E toda essa modificação ocorre sob a proteção econômica e política do Estado. Nessa etapa de formação do setor agropecuário, o núcleo da política econômica governamental está organizado de modo a acelerar e generalizar o divórcio entre o produtor e a propriedade dos meios de produção. No caso do posseiro, o seu principal meio de produção, depois da sua força de trabalho, é a terra. E é da terra que o posseiro é expropriado, quando se põem em prática as exigências burocráticas e as condições de compra-e-venda da terra que o Estado estabelece.

(6) Lúcio Flávio Pinto, "Informe Amazônico", O Liberal, Belém, 17 de dezembro de 1976, p. 5.

XIV - ALIANÇA ESTADO-EMPRESA PRIVADA

Desde 1966 o poder público federal, estadual e municipal têm estimulado a formação e a expansão da agropecuária no município de Conceição do Araguaia. A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a 27 de outubro de 1966, pela Lei nº 5 173, assinala o início de uma nova política econômica sistemática do governo federal, com relação à economia e à sociedade da região amazônica. Em seguida promulgaram-se outras leis e diretrizes, federais, estaduais e municipais, tendo em vista a criação e a expansão da agropecuária em Conceição do Araguaia, além de outras áreas da Amazônia legal. Nesses anos, o poder público parece ter tomado a iniciativa de provocar a formação e a expansão, em ritmo acelerado, de fazendas ou empresas agropecuárias. O poder público federal alegara, pela voz dos governantes e técnicos, motivos econômicos, de segurança nacional ou a necessidade de expandir as fronteiras internas da sociedade brasileira, como justificativas para a adoção dos planos de desenvolvimento agropecuário, mineração, expansão da rede rodoviária, povoamento e colonização, ou outros planos formulados especialmente para a região da Amazônia legal. Independentemente dos motivos reais ou alegados pelos governantes e técnicos, a verdade é que desde 1966 começou a formar-se e a expandir, no município de Conceição do Araguaia, a fazenda ou a empresa agropecuária. O governo federal, secundado pelos governos do Estado do Pará e do município de Conceição do Araguaia, todos mais ou menos articulados, empenham-se em apoiar e estimular as iniciativas privadas no sentido de criar e desenvolver em Conceição do Araguaia um setor agropecuário dinâmico e moderno. Tanto assim que em poucos anos, entre 1966 e 1977, a agropecuária tornou-se efetivamente o principal setor econômico do lugar. Em poucos anos a economia e a sociedade preexistentes no município de Conceição do Araguaia passaram a ser a base de operações de empresários e técnicos, ou fazendeiros, veterinários, agrônomos, gerentes, supervisores e outros, todos dedicados à formação ou à expansão de empreendimentos agropecuários. A economia e a sociedade do município transformaram-se na base, ou suporte locais, de empreendimentos econômicos nos quais a grande burguesia do Centro Sul do país, ou mesmo estrangeira, está associada ao aparelho de Estado para desenvolver a acumulação privada do capital. À primeira vista pa-

rece que é o Estado que está, ali, gerando e dinamizando atividades econômicas; o Estado parece instituir uma nova economia, ou sociedade. Na prática, no entanto, o que está em curso é uma aliança entre a empresa e o Estado, da qual resulta principalmente uma rápida formação e acumulação do capital privado, nacional e estrangeiro.

Durante os anos 1966-1975, no município de Conceição do Araguaia, começaram a implantar-se ou implantaram-se 33 projetos agropecuários. Esse foi o município que atraiu mais número de projetos desse tipo. Em segundo lugar, colocou-se o município de Santana do Araguaia, com 20 projetos também aprovados com incentivos fiscais e creditícios da SUDAM. E em terceiro lugar estava o município de Paragominas, com 14 projetos. Outros municípios, individualmente, atraíram menor número de projetos. Cabe a ressalva, no entanto, de que quanto ao valor total dos projetos, áreas abarcadas pelos projetos e valor da mão-de-obra envolvida, foi o município de Santana do Araguaia que se colocou em primeiro lugar, pelos valores alcançados pelo total dos projetos destinados a esse município. Ao passo que Conceição do Araguaia colocou-se em segundo lugar, quanto a esses valores. Os 33 projetos destinados ao município de Conceição do Araguaia alcançaram 25,87 por cento do valor total de todos os projetos aprovados pela SUDAM para todos os municípios; enquanto que os 20 projetos destinados a Santana do Araguaia abarcaram 27,02 por cento daquele total(1).

Dentre os 33 projetos aprovados pela SUDAM, para o município de Conceição do Araguaia, nos anos 1966-75, 8 eram exclusivamente pecuários e 25 agropecuários. Em todos estes agropecuários, no entanto, o setor pecuário era preponderante, ao passo que o agrícola secundário. O primeiro projeto destinado a esse município foi aprovado em dezembro de 1966; outros 3 foram aprovados em 1967; em 1968 aprovaram-se 5 projetos; e em 1969 mais 4; mas em 1970 aprovaram-se outros 6; e os outros 14 foram aprovados nos anos 1971-75.

Em geral, as empresas responsáveis pelos projetos são provenientes do Centro Sul do país, sendo que a maioria tem sede na cidade de

(1) SUDAM, Situação Cadastral e Tributária dos Projetos Agropecuários Aprovados pela SUDAM, Vol. 1, Belem, agosto, 1975, pp. 13 e 15.

São Paulo. Aliás, a Associação dos Empresários da Amazônia, destinada a proteger os interesses dos empresários brasileiros e estrangeiros que estão atuando na região da Amazônia legal, tem sede na cidade de São Paulo.

Na Tabela 13 encontram-se os principais dados disponíveis sobre cada um dos 33 projetos agropecuários destinados ao município de Conceição do Araguaia, nos anos 1966-75. Além do interesse evidente das informações relativas a cada projeto, vale a pena destacar dois ou três aspectos do conjunto dos dados reunidos nessa tabela. Note-se, por exemplo, que as 33 empresas responsáveis pelos projetos entraram com recursos próprios que alcançam apenas 24,41 por cento do valor total dos projetos; ao passo que os recursos provenientes de incentivos fiscais chegam a 71,84 por cento. Ao lado disso, cabe ainda notar que o valor total da mão-de-obra prevista no curso da implantação dos projetos alcança apenas 2,20 por cento do valor total dos 33 projetos. Quanto a este item dos dados reunidos na tabela, há que agregar a seguinte informação: o valor total da mão-de-obra prevista nos projetos "é referente a mão-de-obra fixa e/ou variável da empresa mais os valores dos encargos sociais e honorários da diretoria"(2).

Esses empreendimentos agropecuários foram induzidos pelos incentivos fiscais e creditícios que o poder público federal (frequentemente secundado pelos poderes públicos estadual e municipal) oferecem a empresários e empresas. Desde 1966, tem-se desenvolvido e especificado a legislação federal destinada a atrair investidores para a Amazônia legal. No caso do município de Conceição do Araguaia, os investidores têm sido induzidos a implantar principalmente projetos agropecuários. A Lei nº 5 173, de 27 de outubro de 1966, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), estabeleceu a linha básica da nova política governamental para o desenvolvimento de agropecuária na região. Trata-se de incentivar a agricultura, a pecuária e outras atividades, atraindo "investimentos nacionais e estrangeiros". Essa mesma lei criou o Fundo de Investimentos Privados (FIDAM) cujos recursos seriam oferecidos como "créditos à iniciativa privada para investimentos em empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários para o desenvolvimento da região". A lei que criou a

(2) SUDAM, op. cit., p. 19.

TABELA 13

PROJETOS AGROPECUÁRIOS APROVADOS PELA SUDAM
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1966-75

NOME DA EMPRESA	SEDE DA EMPRESA	OBJETIVO DO PROJETO	DATA DA APROV.	SITUAÇÃO ATUAL	ÁREA DO PROJETO ha.	VALOR DO PROJETO Cr\$	VALOR TOTAL DO IMÓVEL Cr\$	MZO-DE-OBRA Cr\$	INCENTIVO JÁ LIBERADO Cr\$	RECURSOS PRÓPRIOS Cr\$	RECURSOS OUTROS Cr\$	RECURSOS INCENTIVADOS FISCAIS Cr\$
Agropecuária Nazaré	Belém	Agropecuária	09.12.66	Fase Ascensão	5.000,00	1.575.222,00	1.065.000,00	60.371,00	1.180.893,00	393.838,00	-	1.121.414,00
Fazenda Santa Ernestina S/A.	-	Pecuária	30.06.67	Fase Deficitária	13.068,00	4.897.325,00	-	100.000,00	2.052.580,00	1.224.331,25	-	3.672.923,75
Agropecuária Palmital	Belém	Agropecuária	03.11.67	Fase Implantação	5.000,00	3.839.097,00	1.715.000,00	136.325,00	2.772.141,00	948.526,00	44.994,00	2.845.577,00
Agropecuária Pau D'Arco	Belém	Agropecuária	14.12.67	Fase Ascensão	5.000,00	1.842.745,00	1.894.600,00	76.803,00	1.272.779,00	460.627,00	-	1.322.059,00
Pecuária Colonia do Médio Araguaia-SA.FECOSA	Belém	Pecuária	15.05.68	Fase Deficitária	11.033,72	1.372.262,00	927.236,00	95.100,00	2.877.142,00	305.565,00	150.000,00	918.697,00
Pastoril Conceição do Araguaia SA.	Belém	Agropecuária	11.10.68	Fase Ascensão	5.000,00	1.683.592,00	1.185.000,00	77.790,24	1.262.690,00	420.899,00	-	1.262.693,00
Pastoril Sul do Pará SA.	Belém	Agropecuária	11.10.68	Fase Ascensão	5.000,00	4.128.144,00	945.000,00	102.765,42	2.829.840,00	1.032.036,00	-	3.056.106,00
Pangaitã Pastoril SA.	São Paulo	Pecuária	11.10.68	Fase Deficitária	16.962,00	5.007.916,00	2.636.503,00	101.221,00	2.929.129,00	1.251.981,00	-	3.755.935,00
Pecuária Vale do Arariás SA.	São Paulo	Agropecuária	11.11.68	Fase Ascensão	13.068,00	4.028.888,00	2.072.952,00	87.320,00	2.980.354,00	1.607.222,00	-	3.021.666,00
Proj. Melhoria de Itaipavas	Goiânia	Pecuária	11.07.69	Fase Ascensão	9.013,00	2.597.944,00	1.150.000,00	66.900,00	1.893.759,00	649.486,00	-	1.948.458,00
Pecuária Cupé SA.	São Paulo	Agropecuária	12.08.69	Fase Deficitária	4.356,00	1.447.360,00	909.700,00	25.425,00	1.023.614,00	359.517,00	9.292,00	1.078.551,00
Proj. Pecuária Agrícola SA.	Belém	Agropecuária	19.09.69	Fase Implantação	17.424,00	5.397.445,00	1.978.475,00	95.500,00	4.021.120,00	1.349.352,00	-	4.048.023,00
Araguaia S/A.- Agropecuária	São Paulo	Agropecuária	24.10.69	Fase Ascensão	31.480,00	8.121.000,00	1.978.800,00	161.879,00	2.004.375,00	2.010.133,00	80.471,00	6.030.396,00
Parapanã Pastoril SA.	São Paulo	Pecuária	13.02.70	Fase Deficitária	8.712,00	5.923.093,00	845.560,00	60.450,00	916.665,00	724.018,00	-	2.172.055,00
Agropecuária São Salomão	Belém	Agropecuária	17.04.70	Fase Deficitária	17.424,00	6.335.466,00	1.879.916,00	103.650,00	3.607.624,00	1.583.872,00	-	4.751.614,00
Pecuária Araguaia Rio Maria SA.	São Paulo	Agropecuária	10.07.70	Fase Implantação	17.665,00	5.482.095,00	1.004.419,00	80.550,00	820.638,00	1.365.153,00	21.484,00	4.055.452,00
Pecuária Pará Garça SA.	São Paulo	Agropecuária	14.08.70	Fase Ascensão	8.712,00	3.290.987,00	1.113.600,00	78.300,00	1.828.665,00	822.747,00	-	2.448.240,00
Pecuária e Incl. de Madeiras SA.	São Paulo	Agropecuária	14.08.70	Fase Ascensão	29.656,00	9.396.443,00	920.160,00	151.090,00	3.416.933,00	2.331.383,00	70.912,00	6.994.149,00
Proj. Indícios Agropecuária SA.	São Paulo	Agropecuária	14.08.70	Fase Ascensão	8.712,00	3.238.740,00	268.273,00	78.300,00	2.335.368,00	809.685,00	-	2.429.055,00
Pecuária Piquiã SA.	São Paulo	Agropecuária	05.03.71	Fase Ascensão	4.422,00	2.523.088,00	200.000,00	23.925,00	885.170,00	630.772,00	9.551,00	1.682.765,00
Fazendas Alô Brasil SA.	São Paulo	Pecuária	05.03.71	Fase Implantação	17.724,00	8.945.311,00	1.226.541,00	182.000,00	6.326.312,00	2.222.083,00	56.979,00	6.666.249,00
Proj. Pecuária Agrícola SA.	São Paulo	Pecuária	15.04.71	Fase Implantação	8.712,00	4.291.672,00	448.480,00	68.750,00	531.922,00	1.072.918,00	-	3.219.754,00
Pecuária São Luiz SA.	Goiânia	Agropecuária	22.06.72	Fase Ascensão	8.894,00	6.107.205,00	1.267.820,00	187.048,00	904.529,00	1.702.402,00	50.158,00	5.107.203,00
Pecuária Belcon SA.	Belém	Agropecuária	26.07.72	Fase Ascensão	9.454,00	6.034.813,13	1.565.034,00	214.534,00	1.929.399,00	1.704.454,13	16.955,00	3.183.965,00
Proj. Agrop. do Rio Araguaia - CAPRA	Belém	Pecuária	26.07.72	Fase Implantação	69.748,80	20.765.291,27	6.157.651,45	206.389,00	14.327.807,00	5.112.621,04	1.324.654,23	14.327.816,00
Proj. Berocan de Pecuária	São Paulo	Agropecuária	21.08.72	Fase Deficitária	3.601,20	3.639.869,00	1.378.505,00	51.169,00	1.803.339,00	909.957,00	-	2.729.902,00
Proj. Melhoramentos do Pau D'Arco-COMARCO	São Paulo	Agropecuária	20.10.72	Fase Ascensão	2.586,40	4.172.281,00	2.047.865,00	52.978,00	2.504.571,00	964.280,00	227.435,00	2.980.566,00
Proj. Pecuária SA.	São Paulo	Agropecuária	16.02.73	Fase Ascensão	11.397,00	6.581.714,00	1.504.985,00	179.121,00	4.361.192,00	1.645.429,00	65.524,00	4.936.285,00
Proj. Pará do Araguaia Agrícola e Pecuária SA.	São Paulo	Agropecuária	14.12.73	Fase Ascensão	12.968,00	10.963.400,00	1.552.000,00	454.000,00	5.253.616,00	2.690.830,00	200.080,00	8.072.490,00
Pecuária S. José do Araguaia SA.	São Paulo	Agropecuária	18.01.74	Fase Implantação	19.915,00	22.693.944,11	2.951.500,00	486.144,00	11.792.421,00	5.626.495,68	187.967,43	16.679.461,00
Proj. Pecuária SA.	São Paulo	Agropecuária	15.02.74	Fase Ascensão	17.424,00	13.944.514,81	2.586.324,00	470.016,00	5.235.990,00	3.195.290,64	1.163.391,17	9.585.843,00
Proj. Pecuária SA.	São Paulo	Agropecuária	19.04.74	Fase Implantação	7.000,00	10.153.434,00	1.596.000,00	208.128,00	4.872.688,00	2.406.167,00	528.765,00	7.218.502,00
Proj. Pecuária SA.	São Paulo	Agropecuária	27.06.75	Fase Ascensão	4.057,80	7.371.339,00	761.285,00	33.525,00	2.254.161,00	1.802.498,88	161.345,12	5.407.464,00
T O T A I S					430.189,92	207.793.660,91	49.749.594,50	4.577.463,66	105.009.885,00	50.736.802,62	4.369.952,95	149.288.516,75

SUDAM, em 1966, foi alterada pela Lei nº 5 374, de 7 de dezembro de 1967, de tal modo que os objetivos e os meios da SUDAM se tornaram mais precisos e essa agência governamental ganhou maior capacidade de atuação, no sentido de induzir a formação de empresas agropecuárias ou atrair esse tipo de empresa. Simultaneamente à criação e ao aperfeiçoamento da SUDAM, o governo federal adotou uma série de diretrizes legais, específicas para a concessão de incentivos fiscais a empresários e empresas que se orientassem para a agropecuária. Já a Lei nº 5 174 de 27 de outubro de 1966 iniciava a especificação dos incentivos fiscais e creditícios de que poderiam beneficiar-se os investidores em projetos agropecuários ou outros. Em seguida, nos anos subsequentes, essa legislação também foi sendo alterada de modo a favorecer e apoiar ainda mais a formação e a expansão da empresa privada no setor agropecuário. Toda essa legislação destinada a criar e agilizar a agência governamental, e também a gerar apoios e incentivos fiscais e creditícios para o setor privado, foi secundada por alguma legislação de cunho estadual. Esse é o sentido, por exemplo, da Lei Estadual nº 4 074, de 30 de dezembro de 1967, por meio da qual o governo do Estado do Pará estabeleceu isenção total ou parcial de imposto de circulação de mercadorias de empresas agrícolas, pecuárias e outras. Mas foi o Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, do governo federal, que estabeleceu uma nova ordenação dos favores e estímulos destinados a atrair empresários e empresas. "Como estímulo à implantação, ampliação, diversificação ou modernização de atividades produtivas na região, a Legislação Federal oferece às empresas instaladas ou que vierem a se instalar na área, colaboração financeira e isenções tributárias, com vistas a fornecer-lhes condições competitivas e assecuratórias ao bom funcionamento dos seus empreendimentos"⁽³⁾. Assim, a referida lei estabelece, em seu primeiro artigo, que "todas as pessoas jurídicas registradas no país poderão deduzir do imposto de renda e seus adicionais restituíveis até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais e de serviços básicos que a SUDAM declare, para os fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia". De forma cada vez mais sistemática e ágil, em favor do setor privado, o poder público federal tem atuado tanto no setor agropecuário como em outros setores. "Desde 1973 o

(3) SUDAM, Os Incentivos Fiscais e o Desenvolvimento da Amazônia, Belém, 1973, p. 12.

governo federal vem dando apoio mais ostensivo às grandes empresas rurais, consideradas como o instrumento ideal para a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia. ... A viagem de empresários sulistas ao Mato Grosso, que ele (o ministro do Planejamento) organizou em 1973 para despertar sentimentos pioneiros e vender a idéia embrionária do que viria a ser POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), serviu de marco na mudança da política federal para a Amazônia"(4). De fato, em decreto do dia 28 de setembro de 1974 o governo federal lançou o POLAMAZÔNIA, que incluía o município de Conceição do Araguaia dentre as áreas prioritárias para o desenvolvimento agropecuário. "O Programa de Polos Pecuários, que poderá permitir a elevação do rebanho da Amazônia para 5.000.000 de cabeças até o fim da década, será desenvolvido, em especial, no norte de Mato Grosso, norte de Goiás e sul do Pará, nas áreas de cerrado, cerrado e mata-fina. O Programa será realizado segundo dois componentes estratégicos: sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor"(5). De fato, o Polamazônia destinou-se a mobilizar recursos financeiros suplementares "com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia"(Art. 1º). Em seguida, conforme o Decreto lei nº 1 376, de 12 de dezembro de 1974, o governo federal criou o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), que passou a administrar aplicação das "parcelas dedutíveis do imposto sobre a renda devido pelas pessoas jurídicas, relativas a incentivos fiscais e as destinadas a aplicações específicas"(Art. 1º), em conformidade com as diretrizes da SUDAM. Isto é, a SUDAM continuou a deter a faculdade de receber, analisar e aprovar projetos agropecuários, da mesma forma que liberar escalonadamente os recursos e fiscalizar a implantação dos projetos. Também, os empréstimos realizados pelo Banco da Amazônia S/A. (BASA) e Banco do Brasil (BB) têm sido concedidos segundo as diretrizes da SUDAM. Com frequência, os empréstimos realizados por essas organizações bancárias estabelecem juros in fimos, ou simplesmente negativos. Mas há outros aspectos importantes na

(4) Lúcio Flávio Pinto, "A 'Integração' da Amazônia", Teoria, Debate e Informação, nº 2, Belém, 1976, pp. 29-36; citação da p. 29.

(5) "A Estratégia de Ocupação Econômica da Amazônia", exposição de motivos, assinada por sete ministros, submetida ao presidente da República, como justificativa do decreto-lei que criou o Polamazônia. Conforme O Estado de S. Paulo, São Paulo, 26 de setembro de 1974, p. 21.

forma pela qual o Estado e a empresa privada associaram-se na formação e expansão da agropecuária. "Um simples cálculo pode dar uma idéia das vantagens dadas às sociedades que decidem aplicar seu imposto de renda (50% do que elas teriam que pagar) nos projetos de pecuária. A SUDAM considera a terra onde será executado o projeto como um investimento e lhe atribuem valor prefixado por decreto. Em 1971 este valor era de Cr\$ 20,00 por ha. Mas seguidamente as sociedades puderam comprar enormes superfícies por Cr\$ 7,00 por hectare. Uma vez aprovado o projeto pela SUDAM, os incentivos fiscais são dados numa proporção três vezes superiores ao capital próprio. Através desta simples operação, um investimento inicial de Cr\$1,00 pode se tornar rapidamente um capital imobilizado de Cr\$ 9,00. Explicando o melhor: uma propriedade agropecuária de Cr\$ 9.000.000,00 pode ser constituída legalmente com um capital próprio inicial de 1 milhão somente. A empresa ou pessoa física que investe se beneficia ainda com uma isenção de imposto sobre 50% do lucro. Os créditos para a criação de gado são imensos: a infraestrutura pode ser financiada integralmente em 12 anos a uma taxa de 7%, enquanto que a inflação é no mínimo de 20 por cento. Os adubos e vacinas são financiadas por um ano sem juros"(6). O que tem acontecido, pois, é um processo de transferência gratuita de capital, do setor público para o setor privado. Esse processo continua em franco funcionamento nos anos posteriores. Em janeiro de 1977, o Banco Central distribuiu a Circular nº 334, por meio da qual se instituiu o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (PROPEC) que englobava também as áreas pecuárias do Norte do país e, portanto, o município de Conceição do Araguaia. A rigor, a PROPEC estabeleceu novas facilidades creditícias à pecuária. "As operações de custeio realizadas através da PROPEC estarão sujeitas a juros de 15% ao ano com até 3 anos de prazo, enquanto que as destinadas a investimentos terão uma gradação de taxa entre 15 e 21% ao ano e prazo de até 12 anos, com até 4 de carência"(7)

O que ocorre no município de Conceição do Araguaia, desde 1966, é a formação e a expansão da empresa agropecuária, sob a proteção econômica e política do Estado. "No tocante aos projetos agropecuários, os resultados vêm sendo interpretados como um notável sucesso da política de incentivos: algumas áreas dos Estados do Pará, Mato Grosso, Goiás e Mara-

(6) José S. Veiga, "Alimentos: a 'Nova Fronteira' Invadida", Opinião, nº 151, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1975, p. 7.

(7) "B.C. Regula Financiamentos Para Agricultura", O Estado de S. Paulo, São Paulo, 27 de janeiro de 1977, p. 40.

nhão, especialmente nos dois primeiros, e antes inexploradas, revelaram-se próprias à atividade pecuária e os investimentos têm sido aí superiores aos do setor industrial. A maior massa de investimentos teve início em 1968, de maneira que não estão ainda claras as consequências; o que se pode dizer, todavia, é que o volume de inversões na pecuária sugere um rebanho cuja produção é claramente superior à procura regional"(8). De fato, desde 1970 já era evidente que a agropecuária estava se constituindo num setor econômico em processo de formação e consolidação, graças às condições econômicas e políticas sob as quais se desenvolvia. A aliança entre a empresa privada e o Estado, sob a égide do grande capital, era uma operação econômica e política que garantia a implantação dos projetos, a formação da empresa agropecuária e o surgimento de uma "nova" burguesia na área de Conceição do Araguaia e na região amazônica. "No que tange ao setor privado, a evolução do desenvolvimento regional em função de estímulos e incentivos fiscais, demonstra o acerto da concepção do sistema, já pelo que proporciona de carreamento de recursos, já pelo elevado número de projetos econômicos que são trazidos à análise da SUDAM, para aprovação pelo seu Conselho Deliberativo. A SUDAM, no mecanismo dos incentivos fiscais, administra a aplicação destes recursos oriundos do imposto de renda (dedução de 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas optantes pela Amazônia). ... O advento dos incentivos fiscais para a Amazônia Legal e sua consequente administração pela SUDAM, resultou o binômio "GOVERNO-INICIATIVA PRIVADA". ... Os incentivos fiscais são instrumentos de Política Econômica que se constituem na renúncia, total ou parcial do Governo, aos impostos devidos, em favor da iniciativa privada objetivando o aceleramento do desenvolvimento espacial e setorial. Sendo imposto devido, a decisão de aumentar ou reduzir esta renúncia é ato e ação incontestes do Governo"(9). Mas o que ocorre, na prática é a formação e a acumulação do capital no setor privado. Na aliança entre o Estado e a empresa privada, o que tem ocorrido é a crescente expansão do setor privado. A rigor, o que ocorre é a formação e a expansão do capital privado, sob a proteção econômica e política do Estado. Mais que isso, o Estado tem sido a instân

(8) Edmar L. Bacha, Aloisio B. de Araujo, Milton da Mata e Rui L. Modenesi, Análise Governamental de Projetos de Investimentos no Brasil, 2a. edição, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1972, p. 67.

(9) Joaquim Pessoa Igrejas Lopes, A Amazônia, SUDAM, Brasília, 1973, p. 45.

cia político-econômica por meio da qual uma parte do produto do trabalho coletivo (do proletariado urbano e rural) é transferido para o setor privado engajado na produção agropecuária. "A via utilizada preferencialmente para que o governo exerça influência sobre a formação de capital é a concessão de estímulos e incentivos de ordem fiscal e creditícia"(10).

No contexto social do município de Conceição do Araguaia, a forma pela qual o Estado tem atuado na formação e expansão da empresa agropecuária configura-se como uma atuação destinada a generalizar e acelerar o processo de acumulação primitiva. Ao mesmo tempo que se forma e expande o setor agropecuário, articulado em torno da empresa, realiza-se uma crescente apropriação privada das terras, devolutas ou ocupadas; ao formar-se a grande e média empresa agropecuária, sob a proteção econômica e política do Estado, decompõe-se o campesinato, em especial o seu principal contingente, o dos posseiros; desde o momento em que a empresa privada e o Estado aliam-se na política de formação e expansão de um setor agropecuário moderno, racional, econômico, a terra se torna propriedade privada e o posseiro se torna assalariado; expropriam-se camponeses, em geral, e posseiros em especial, de forma a propiciar a mais rápida formação e acumulação do capital; expande-se o mercado interno para produtos industriais, subordina-se a agricultura à indústria e constituem-se a burguesia e o proletariado.

(10) Edmar L. Bacha e outros, op. cit., p. 74.

REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO NUMA SITUAÇÃO DE
CONFLITO: O CASO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Neide L. Patarra

PREFÁCIO

O presente trabalho foi elaborado a partir de dados secundários e de uma visita à cidade de Conceição do Araguaia e áreas próximas, em julho de 1976.

Embora através de dados esparsos e limitados e de uma curta vivência no local, pode-se perceber uma situação social de extrema riqueza, ainda que fruto de uma realidade dura e triste, tanto no que se refere às características da expansão do capitalismo a áreas pioneiras, no momento atual, como no tocante à reação dos que vivem esse processo.

Trata-se de uma realidade particularmente significativa para quem se ocupa em deslindar os processos interligados de transformação nas relações de produção e movimentos de população; a expansão do capitalismo para novas áreas, sobrepondo-se às relações de produção anteriores e, ao mesmo tempo, recriando formas intersticiais, não-capitalistas, requer o recrutamento de mão-de-obra deslocada de outras áreas, que, em conjunto com a população pré-existente, configuram as novas classes sociais.

A produção da população e sua reprodução nas novas formas de organizar a produção econômica, realizadas em ritmo intenso, suscitam a idéia de encontro marcado. A intensidade e a violência do processo de invasão e de transformações estruturais na área provocam, por sua vez, a radicalização de ideologias; há justificativas muito fortes e acaloradas para enfrentar o dia-a-dia; há de se ter uma boa razão para viver em Conceição do Araguaia; quem está lá, "comprou a briga". Daí o recrudescimento de preconceitos, a mística do heroísmo, a separação rígida entre as classes sociais e o papel específico de instituições significativas, como a Igreja Católica. As pessoas, em geral, carregam no cotidiano uma sensação de desafio: a vida é uma conquista de cada dia.

Nesse contexto, a população se reproduz, enquanto geração de novos seres, que formarão classes sociais determinadas pela dinâmica do processo de transformação. Os indivíduos geram novos seres, assim como novas modalidades de comportamento frente à situação que vivenciam. Há nitidamente um criar e recriar a vida para sobreviver, as respostas não são unívocas; nesse criar e recriar, há uniões sexuais, procriação e estratégias de reprodução.

A realidade complexa está longe de ser apreendida em todas as suas dimensões. Neste trabalho, apenas estão esboçadas algumas idéias e são sugeridas determinadas hipóteses, que poderão ser verificadas através dos dados levantados no trabalho de campo, com formulário, realizado em fevereiro de 1977.

Nas notas que se seguem procurei focalizar a situação presente da área, ou seja, o momento de transformações mais radicais, que se iniciou na década passada, sendo que a história anterior é trazida à tona apenas à medida que se torna imprescindível para o entendimento da etapa atual da vida do município.

A reconstrução que pretendo realizar tem como procedimento metodológico partir da caracterização das relações de produção, passando pelo processo de movimentos populacionais e encaminhando-se no sentido das representações dos agentes institucionais até o comportamento reprodutivo, este esboçado em linhas gerais, à guisa de hipóteses de trabalho. Esse caminho representa a lógica da exposição, e não uma postura teórica. Na realidade, esses elementos se vinculam mediante influências recíprocas e nuances específicas. De qualquer modo, as relações de produção determinam os parâmetros, os limites a partir dos quais surgem as alternativas ao nível das pessoas vivendo o dia-a-dia. As vinculações não são unívocas, nem unilineares. Por outro lado, não temos uma teoria explícita que acompanhe o encaminhamento das evidências empíricas esparsas aqui utilizadas; para tanto, seria necessária uma teoria global da sociedade. Uma problemática presente aos estudiosos de população é a de como reconstruir uma realidade concreta dando conta desde as determinações econômicas até as ideologias e comportamentos individuais.

Portanto, embora esteja longe de pretender encaminhar a exposição de acordo com uma perspectiva teórica global, acredito que certas dimensões, que a realidade me mostrou, possam contribuir, como rebatimento, às discussões teóricas sobre o tema.

O estudo sobre Conceição do Araguaia faz parte do projeto de âmbito nacional intitulado "Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana", que está sendo realizada pelo CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - sob a coordenação da Dra. Elza Berquó. A oportunidade que tive de estudar esse ponto da pesquisa deveu-se a um antigo compromisso do CEDIP - Centro de Estudos de Dinâmica Populacional - de colaborar com o referido projeto.

Quero agradecer aqui aos companheiros de viagem, Octávio Ianni, por me transmitir sua experiência e pelo seu auxílio e orientação na seleção do material, e Maria da Conceição Quinteiro, pelas excelentes entrevistas e valiosa colaboração por sua capacidade de contatar pessoas. Também foram frutíferas as conversas e trocas de idéias sobre a área que mantivemos tanto lá como cá. Também nos acompanharam em nossa visita Roseli Galletti, a quem agradeço pela bela reconstrução fotográfica que será arquivada com a coordenadora da Pesquisa, e Renato Carlos Porto, por sua percepção de leigo, porém perspicaz e imaginosa da experiência que todos nós, juntos, pudemos observar e vivenciar um pouco.

São Paulo, abril de 1977.

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA : PONTO DE ENCONTRO

I - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA: PONTO DE ENCONTRO

I.1 - A Chegada

O rio corre suavemente, lindo, tranquilo, pelo menos na época da seca, com calor e vida. O entardecer e amanhecer são lindos, a ponto de provocar a visita de cancioneiros locais, que, à margem do belo Araguaia, desfilam sentimentos, queixumes, nostalgias e anseios. Durante o dia, as mulheres com suas crianças, roupas e pedaço de madeira ali se instalam para a lavagem diária da roupa, conversando sobre a vida e as dificuldades, enquanto as crianças, novinhas, iniciam sua "socialização" em contato com a natureza, às vezes aprendendo a nadar antes de andar.

Há hora para tudo; mais tarde vão os turistas (poucos, mas existentes, principalmente na época da seca), os filhos dos fazendeiros que lá estão para passarem as férias e alguns viajantes que visitam o Araguaia, para a proveitarem a natureza local, espaipecerem e fazerem seus programas. Nos feriados e fins de semana, algumas pequenas praias se formam durante a seca acomodam a "classe média" local, que para lá se desloca em grupos desestruturados, deixando fluir as "fofocas", os casos locais, as pequenas intrigas que continuam a se desenvolver mais tarde no Taboquinha, único restaurante da cidade, localizado justamente à beira do Araguaia. O lazer é reduzido; só uma cinena na cidade, levando antigos farcestes, cortados e queimados. No Taboquinha, ao som de "rocks" e outros tons americanos, há danças, conversas, jantares, faz-se política local, fala-se das pessoas, recrudescem rivalidades e se esquece a violência, que recomeça com a rotina. "Tão pobre o lazer da classe média local..."; dizia um médico nativo: "O que Conceição precisa é de um psiquiatra; depois de algum tempo aqui ninguém aguenta. As pessoas ficam loucas!" Por que? Por falta de diversão; não há cinemas, não há teatros, não há casas de lanche, não há passeios, dizia o médico. Mas o que não falta em Araguaia é a violência, de vários tipos, graus e conteúdos. Contrastando com a fisionomia calma, linda e enfeitada pela natureza.

A cidade cresceu ao longo do rio, e até hoje aqui, como em Marabá, o rio é parte integrante da vida das pessoas. As voadeiras (*) correm para lá e para cá de tempos em tempos, fazendo um ruído que se torna costumeiro

(*) Voadeiras: pequenas canoas com motor de popa.

depois de alguns dias de estadia. Os barcos das fazendas às vezes ancoram na margem trazendo gente e levando gente e mercadorias. Cobrindo a longa extensão de terras cultivadas ao longo do rio, as precárias embarcações fluviais são a única forma de acesso. A balsa faz a travessia, em ritmo lento, de Couto de Magalhães, ainda pertencente a Goiás, e Conceição do Araguaia, no Estado do Pará.

Para o visitante, a chegada é lenta, preparativo para o encontro de um mundo diferente; que "não é Brasil, isto aqui" como afirma um paulista residente na área há cinco anos. À saída do asfalto, na altura de Guaraí, cidade surgida à margem da Belém-Brasília, entra-se por uma entrada numa estrada de terra coberta de pedrinhas, com muita poeira, curvas, choças espalhadas aqui e ali, alguns animais, frangos e porcos cruzando o caminho. Tudo, a vegetação, as pessoas, os caminhões, vai prenunciando um modo de vida distinto, áspero, difícil e incerto.

Couto de Magalhães é um lugarejo minúsculo, com barraquinhas, balsas, pessoas vagando, calor e poeira. Parece que a este lugar cabe a função de ligação com o mundo que se abre do outro lado do rio. Espera-se a construção da ponte, o asfalto e o aumento do movimento. Pequenos comerciantes potenciais ficam por ali vagando, antevendo as mudanças que se acentuarão.

A balsa precária, com veículos ou pedestres, atravessa lentamente o rio. A consciência de que lá "as coisas são diferentes" parece pairar em cada habitante, recente ou antigo. Zé Ribamar, do Maranhão, irmão do delegado local, conduzindo a balsa, vendo três mulheres chegando, aproxima-se e avisa: "A senhora sobe essa rua aí, e vira a primeira à direita". Respondo: "A primeira? O que tem lá?" Diz ele: "É a avenida. Lá está tudo. Mas a primeira rua, a segunda não vira não". Pergunto: "Por que a segunda não? O que tem lá?" Diz Zé Ribamar: "É um assunto muito particular. Mas a senhora não vai lá".

Olhando para o rio, o Convento e a Igreja local testemunham, aproximadamente, os oitenta anos de existência da cidade. O traçado das ruas, a distribuição do comércio, do hotel, da prefeitura, das instituições públicas e particulares, da feira semanal, escola, hospital, a zona de prostituição etc. vão demonstrando o processo de ocupação e transformação da cidade, seu

crescimento abrupto, sua ampliação. O que não se transfigura no espaço físico, com tantas crianças correndo, tantas pessoas movimentando-se, com tanta amabilidade, são os conflitos, a luta, a incerteza, oculta na labuta da terra, aguçando-se à medida que se penetra mata adentro.

I.2 - A Cidade

A cidade de Conceição (sede do município) é o mínimo necessário para manter o processo de ocupação e transformação da produção agropecuária. O processo implica num avanço espacial; assim, na direção da mata, a 52 Km da sede, encontra-se Alacilândia, com um pequeno comércio para uma parada aos que viajam para a mata; Redenção, a 105 Km., lugarejo que se formou há uns oito anos atrás e está a ponto de transformar-se em município, já tendo escola, farmácias, hospital, igreja, pequeno comércio etc. e Rio Maria, a 165 Km., o mais recente povoado, repetindo o ocorrido nos anteriores, sempre no sentido de penetrar para terras devolutas, ainda a serem ocupadas ou invadidas.

A mola propulsora de todas as transformações é, sem dúvida, a questão agrária. As atividades urbanas são bem reduzidas e parte considerável da população que reside na cidade é constituída de mulheres e crianças, que esperam os homens que se embrenham nas matas, às vezes por meses a fio. É o local ainda da assistência médica, do armazém de onde, necessariamente, saem os alimentos comprados por trabalhadores que moram nas fazendas, e onde está o Sindicato, a sede da Igreja, a prefeitura e a polícia, enfim instituições que enfrentam a briga constante e para onde são levados os conflitos não resolvidos diretamente nas fazendas. É o ponto de encontro. Encontros entre os trabalhadores nordestinos, que aí chegam constantemente, sós ou com famílias, para serem peões ou apossarem-se de um pequeno pedaço de terra, e os migrantes do sul de Goiás, Minas e interior de São Paulo, que para aí vão movidos pela ânsia de rápido enriquecimento ao mesmo tempo que convictos de que são corajosos e num ato de bravura vão ocupar o País, defendendo-o de ameaças externas e contribuindo para levar a "civilização" a áreas virgens e domando o brasileiro atrasado e indolente, que não entende o que é progresso.

E as instituições? Nessa dinâmica, assumem configurações específicas. A Igreja, aceitando o desafio e tentando conscientizar os desprotegi

dos, transmitindo-lhes noções sobre seus direitos, incentivando organização de mecanismos de defesa; a ordem jurídica, oscilando entre uma legitimação da lei como forma de resolver conflitos e sua inviabilidade, portanto caindo numa situação de fato, ajustando-se à situação de justiça pelas próprias mãos; a educação e a saúde, mesclas de poder público e privado, têm como agentes, muitas vezes, pessoas que ao mesmo tempo atuam na esfera econômica. Profissionais liberais, às vezes filhos de fazendeiros, para lá se dirigem com o objetivo de "enriquecer e ser útil", e no duplo papel de patrão e médico (ou professor) propagam a mística do heroísmo e agem de acordo com ela. O poder político em processo de transformação acentuada, saindo da linha tradicional, acomodada e tímida e passando para as mãos de jovens defensores do poder econômico recém-chegado. Essas instituições, a par de outras marginalizadas e alienadas (Igreja Batista, Espírita, Protestante), têm papel importante na dinâmica recente e no curso dos acontecimentos num futuro próximo.

I.3 - História Econômica Recente

Octávio Ianni divide a história econômica do lugar em três épocas principais: a primeira, que se inicia com a fundação da cidade, em 1897, estendendo-se até 1912, com predominância do monoextrativismo da borracha, a segunda, que se estende até 1960, na qual, com oscilações e alterações de menor significado, prepondera uma economia basicamente camponesa, composta de famílias de sitiantes e com atividade voltada primordialmente para o autoconsumo e a terceira, que se inicia por volta dos anos 60 e intensifica-se em sua caracterização com a criação da SUDAM, em 1966, com o predomínio da empresa capitalista rural, formada com a proteção econômica e política do Estado (1).

A terceira etapa, que constitui o pano de fundo para o desenvolvimento deste trabalho, é caracterizada pela introdução no município, em escala considerável, da grande empresa agropecuária "produto de uma singular aliança entre o capital monopolista e o Estado" (2). A construção da rodovia Belém-Brasília e uma nova estrada ligando Guaraí, situada nessa rodovia, a Couto Magalhães, a partir da qual se pode atravessar por balsa o Araguaia, per

(1) IANNI, O. - A Luta pela Terra, mimeo, 1977, págs. 1-2.

(2) Idem, ibidem, pág. 96.

mitiram à cidade, comunicar-se com outros centros e cidades, quebrando a dependência, incerta e lenta, da comunicação fluvial, através do Araguaia e do Tocantins, além de uma dispendiosa e esporádica comunicação por via aérea. A abertura dessa estrada, por sua vez, constitui uma dimensão do conjunto de medidas adotadas pelo Governo, para incentivar a ocupação da Amazônia: "ao lado da política de colonização, dos incentivos fiscais e dos possíveis projetos industriais (...), o outro grande instrumento de que o governo dispõe na Amazônia, foi a política rodoviária. (...) Grosso modo pode-se dizer que o primeiro projeto de impacto no que diz respeito à penetração na selva amazônica foi a Belém-Brasília, aberta na administração Kubitschek" (3). A abertura dessa estrada, bem como, mais recentemente, a de outras, a PA-70, PA-78 e a famosa Transamazônica modificam o panorama da área e criam os canais de comunicação pelos quais passam a transitar, de maneira crescente, gente e mercadorias.

Outro aspecto relevante para as modificações ocorridas na vida do município, nesta terceira etapa de sua história econômica, foi a criação da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - em 1966, e de outras agências governamentais federais e estaduais, que passaram a atuar por vários meios, no sentido de incentivar as atividades principalmente agropecuárias na área como em toda a região amazônica. Os incentivos da SUDAM voltar-se-iam quase que totalmente para a pecuária, a partir do pressuposto de que a área continha uma "vocaçãõ natural" para essa atividade econômica: "A Amazônia é uma região feita para a pecuária, com excelentes pastagens naturais e espaço amplo para a expansão do setor e por isso mesmo terá na pecuária a linha mestra de sua integração econômica" (4).

Entre 1966 a 1969, a SUDAM já havia aprovado 14 projetos de pecuária ou agropecuária para a implantação no Município do Araguaia e 10 no município vizinho de Santana do Araguaia. Em meados de 1975, o número já havia se elevado para 33 projetos no primeiro município e 20 no segundo. Na época da nossa visita, os dois municípios contavam com 70 projetos aprovados. Conceição do Araguaia era o município amazonense com maior número de projetos aprova

(3) CARDOSO, F. H. - A Ação do Governo: a Transamazônica e a Política Rodoviária. In Amazônia: Desenvolvimento Socio Econômico e Políticas de População, 2a. Parte - As Políticas de Ocupação, pág. 64. Cebrap. mimeo. 197.

(4) Declarações do Superintendente da SUDAM, publicadas em O Estado de S. Paulo, 14/04/73. Citado em CARDOSO, F. H., op. cit., p. 56.

dos, os quais por outro lado, correspondiam a 25,89% do valor total dos aprovados pela SUDAM, para o conjunto da Amazônia, até o ano de 1975 (5).

Portanto desde 1966, a estrutura fundiária passa a sofrer profundas modificações, em função de alterações das forças produtivas e relações de produção; à economia anterior, de base predominantemente camponesa, sobrepunha-se a grande empresa rural.

É de se notar que configuração assume a divisão da propriedade; de acordo com os dados do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - os 646 minifúndios do município perfazem 40,20% dos imóveis, cobrindo apenas 2,54% das terras, enquanto que os 961 latifúndios (por exploração e por dimensão) e empresas rurais perfazem 58,8% dos imóveis e cobrem 97,46% das terras.

Outro aspecto importante na caracterização da questão agrária na área é o problema de legitimação da propriedade. A cada instante está presente a luta pela propriedade; é uma história que vem de longe, caracterizada pelos mecanismos de ocupação, e pelo papel do Estado na delimitação das terras devolutas e na concessão de títulos de propriedade (6). No momento, segundo informantes locais, apenas de 10 a 20% das terras são tituladas de acordo com informações do IBGE, em 1970 havia 2 135 estabelecimentos com terras ocupadas, dos quais somente 28 tinham terras tituladas. Evidentemente, são as grandes empresas que obtêm os títulos de propriedade, através de complicados processos burocráticos, protecionismos e pagamento de taxas. Esboçam-se certos antagonismos entre fazendeiros do Sul, de poder econômico mais reduzido, e as grandes empresas, muitas multinacionais, que competem pelo domínio da área. Há indícios, inclusive, que no plano político esses antagonismos se reflitam em termos de diretrizes oficiais distintas, de jurisdição federal de um lado e estadual de outro.

Portanto, atualmente, em Conceição do Araguaia confrontam-se duas formas distintas de organização das relações de produção, o campesinato, mais antigo, e a grande empresa agropecuária, esta produto de uma particular aliança entre o capital monopolista e o Estado.

(5) IANNI, O., *op. cit.*, págs 71 e 92.

(6) Essa luta é focalizada como temática central do texto de Octávio Ianni.

dos, os quais por outro lado, correspondiam a 25,89% do valor total dos aprovados pela SUDAM, para o conjunto da Amazônia, até o ano de 1975 (5).

Portanto desde 1966, a estrutura fundiária passa a sofrer profundas modificações, em função de alterações das forças produtivas e relações de produção; à economia anterior, de base predominantemente camponesa, sobrepunha-se a grande empresa rural.

É de se notar que configuração assume a divisão da propriedade; de acordo com os dados do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - os 646 minifúndios do município perfazem 40,20% dos imóveis, cobrindo apenas 2,54% das terras, enquanto que os 961 latifúndios (por exploração e por dimensão) e empresas rurais perfazem 58,8% dos imóveis e cobrem 97,46% das terras.

Outro aspecto importante na caracterização da questão agrária na área é o problema de legitimação da propriedade. A cada instante está presente a luta pela propriedade; é uma história que vem de longe, caracterizada pelos mecanismos de ocupação, e pelo papel do Estado na delimitação das terras devolutas e na concessão de títulos de propriedade (6). No momento, segundo informantes locais, apenas de 10 a 20% das terras são tituladas de acordo com informações do IBGE, em 1970 havia 2 135 estabelecimentos com terras ocupadas, dos quais somente 28 tinham terras tituladas. Evidentemente, são as grandes empresas que obtêm os títulos de propriedade, através de complicados processos burocráticos, protecionismos e pagamento de taxas. Esboçam-se certos antagonismos entre fazendeiros do Sul, de poder econômico mais reduzido, e as grandes empresas, muitas multinacionais, que competem pelo domínio da área. Há indícios, inclusive, que no plano político esses antagonismos se reflitam em termos de diretrizes oficiais distintas, de jurisdição federal de um lado e estadual de outro.

Portanto, atualmente, em Conceição do Araguaia confrontam-se duas formas distintas de organização das relações de produção, o campesinato, mais antigo, e a grande empresa agropecuária, esta produto de uma particular aliança entre o capital monopolista e o Estado.

(5) IANNI, O., *op. cit.*, págs 71 e 92.

(6) Essa luta é focalizada como temática central do texto de Octávio Ianni.

É interessante observar que simultaneamente à da empresa capitalista, as antigas formas de produção se recriam e, de certa forma, até se reforçam. Em 1960 havia 968 estabelecimentos em terras ocupadas por posseiros, cuja média era de 99 hectares cada, e 14 estabelecimentos em terras arrendadas e próprias. Em 1970, havia 2 136 estabelecimentos situados em terras ocupadas por posseiros, cuja média era de 136 hectares cada, mais 98 estabelecimentos com terras tituladas e de 3 806 hectares cada. Contudo, pode-se observar que houve um aumento tanto em número de estabelecimentos, como em área do setor camponês da atividade rural.

É possível que como tendência as relações de produção capitalistas envolvam todas as esferas de atividades, destruindo as formas preexistentes e subordinadas. Todavia, o processo que se desenrola até então parece suscitar a criação ou recriação nos interstícios das relações de produção predominantes, formas não-capitalistas de organizar a produção.

A etapa atual da história econômica da área é caracterizada, por outro lado, por um crescimento populacional extremamente elevado, tornando o município um dos que apresenta taxas de crescimento das mais elevadas no conjunto da região. Entre 1960 e 1970, entraram no município 16 651 pessoas, e sua população total passou de 11 283 em 1960 para 28 953 em 1970.

Essa população adquire significado em termos da configuração que assume na estrutura de classes emergente: os fazendeiros, médios ou grandes, os peões (trabalhadores assalariados temporários), vaqueiros (assalariados permanentes) e o campesinato, composto de sitiantes, posseiros e colonos (7). "(...) os fazendeiros, os peões e os posseiros compõem as três principais classes sociais do lugar: a burguesia, o proletariado e o campesinato. As relações entre essas classes expressa, ao mesmo tempo, tanto a expansão do capitalismo no campo como a decomposição do campesinato; os dois processos

(7) Octávio Ianni separa a categoria camponês nessas três modalidades, sendo o sitiente o posseiro mais antigo, originário do seringueiro, caucheiro ou trabalhador ligado à produção e ao comércio da borracha, das etapas precedentes; o posseiro, também voltado à economia de subsistência, quando toma posse de um pedaço de terra e nela realiza trabalho, pelo menos durante um ano; antes disso, é considerado invasor; e colono, que é camponês, sitiente ou posseiro, que recebe do INCRA um título, provisório ou definitivo, de propriedade. Cf. IANNI, O., op. cit., cap. IX.

estão combinados, mutuamente referidos. À medida que se forma e expande a empresa agropecuária, o que implica no desenvolvimento da burguesia e proletariado, entra em crise, regride ou redefine-se o campesinato. Alguns posseiros, antigos ou recentes, recebem licença de ocupação, carta de anuência, título provisório ou título definitivo, sobre as suas posses, o que os transforma em colonos. Essa é a parcela do campesinato que está conseguindo a redefinição de sua condição jurídica. Outros posseiros, talvez a maioria, são expulsos da terra que ocupam, podem seguir para diante, mata-a-dentro, pegar outra posse; podem migrar para a cidade e compor o proletariado ou lumpem do ambiente urbano; ou podem proletarizar-se no ambiente rural, tornando-se peões ou vaqueiros nas fazendas, nas empresas agropecuárias" (8).

Ao lado dessas classes sociais, de expressão numérica menos significativa, forma-se uma pequena "classe média" constituída de gerentes, administradores, religiosos, profissionais liberais, comerciantes, bancários etc., os quais, no conjunto, conformam a feição da nova sociedade, que tanto na cidade, como no campo está marcada pelo conflito inerente ao processo de expansão do capitalismo. Conceição do Araguaia é o ponto de encontro entre o capital e o trabalho na terra por conquistar.

(8) IANNI, O., op. cit., pág. 116

A "EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA"

II - A "EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA"

II.1 - A Chegança

"Cada dia chegam dois, três caminhões com famílias. É só olhar aí, no fim da tarde, quando eles chegam. Vêm prá pegar um pedaço de terra, de pois já tem dono e dá conflito. É tudo por causa da explosão demográfica. Também esses nordestinos não param mais de ter filhos..." (9).

"Chegou hoje de manhã, aqui em Conceição, nove famílias num caminhão, vinham de Goiânia. Eu perguntei prá onde vocês vão? 'Nós vamos procurar lugar lá pelo lado de Redenção'. Eles às vezes nem sabem onde vão ficar. Eu encontrei essa família em Alacilândia. Eles já estavam tirando a carga do caminhão e arrumando na casinha lá" (10).

Essas falas ilustram verbalizações constantes dos moradores em Conceição que percebem a intensidade das migrações; uma nova "transumância amazônica" (11); algumas pessoas chegam, outras estão de passagem, outras saem, num vai e vem constante, com suas tralhas, uns com esperança de melhores condições de vida e outros de alguma forma de sobreviver, alguns fugindo de perseguições por endividamento, outros seguindo mata-a-dentro em busca de um pedaço de terra, outros regressando da mata, depois da derrubada, quando essa mão-de-obra se torna desnecessária.

Pode-se dizer que as migrações para Conceição assumem três configurações distintas; em primeiro lugar, há um tipo de imigração familiar, de um ou mais grupos que se deslocam com aspiração de "pegar uma posse"; vindos de Goiás, do Piauí, do Maranhão, sendo expulsos de um local, seguindo mais para dentro, invadindo, lutando pela posse, aspirando tornar-se colono, vitória de poucos, chegam essas famílias, às vezes atrás de parentes, e redefinem a categoria de camponês, mencionada anteriormente, nos interstícios da empresa capitalista em expansão.

(9) Depoimento de um funcionário público local.

(10) Depoimento de uma professora ligada à Igreja Católica.

(11) O processo tem significativos pontos de semelhança com aquele analisado por Celso Furtado. Cf. Formação Econômica do Brasil, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, cap. XXIII.

Moreira e Carvalho, na análise das migrações internas na Região Norte, enfatizam a aspiração à propriedade da terra como um dos elementos importantes nas causas da imigração; embora em termos de uma análise quantitativa, a hipótese de correlação negativa entre a concentração fundiária da área de origem e o fluxo migratório não tenha sido provada, afirmam os autores que os depoimentos utilizados "sugerem que a má estrutura fundiária, definida como a alta concentração na posse da terra, é um fator de expulsão do trabalhador rural e que a possibilidade de que o mesmo possa vir a ser proprietário, é um fator de atração" (12).

Considerando-se que o Município de Conceição do Araguaia constitui uma das áreas de maior fluxo migratório e as tendências das transformações da estrutura fundiária vistas anteriormente, a busca "de um pedaço de chão só seu" tende a se configurar como utópica. Há de se distinguir, na análise das causas das migrações, uma diferença entre o nível das representações dos indivíduos e a situação concreta. A aspiração existe, mas a viabilidade de sua efetivação se estreita; o fluxo não significa necessariamente transferência de uma área de maior concentração de terra para uma área de destino com menor concentração. No caso de Conceição, como se viu, há uma preponderância e tendência de permanência da grande propriedade. No entanto, isso não se contrapõe à criação ou recriação, nos interstícios da empresa capitalista, da pequena unidade doméstica de produção. Contudo, essa parcela da atividade econômica absorve uma proporção muito pequena da população migrante, daí a transumância, o nomadismo, no sentido de que a aspiração possa se realizar um pouco mais adiante, mais dentro da mata. Afinal, na visão do mundo do camponês, há tanta terra, que alguma sobrará para seu reencontro com a natureza.

Outro tipo de migração, distinto do anterior, é a imigração de peões, muitas vezes induzida por propaganda ou trazida pelos "gatos" (13), de homens solteiros ou que deixam as famílias, arregimentados para as tarefas de desmatamento, derrubada e queimada das árvores nas terras em que posteriormente se planta capim e se formam as pastagens para o gado. "(...) Os contratos

(12) MOREIRA, M. de M. & CARVALHO, J. A. M. de - Migrações Internas na Região Norte, SUDAM/CEDEPLAR, 1976, vol II, págs. 35-37.

(13) Gatos ou gateiros, homens responsáveis pela contratação de trabalhadores rurais, que arregimentam e controlam os peões, pagam-lhe o "abono", adiantamento em dinheiro para o que é necessário levar para a floresta e deixar para a família. As relações entre o gato e os peões é das mais violentas e hostis.

de trabalho contribuem na decisão de migrar, sendo que frequentemente ocorre a participação de 'gateiros', os quais buscam mão-de-obra em regiões distantes, principalmente no Nordeste, conseguindo grande número de pessoas, atraídas pelo oferecimento de um contrato de trabalho. Nesse caso acham-se inseridos os 'peões', que são contratados para efetuar derrubadas em projetos agropecuários. Após o término da tarefa, alguns voltam para o lugar de origem, outros permanecem enquanto houver o estabelecimento de novas frentes de trabalho. Em geral, os 'peões' efetuam a migração individual, uma vez que são alojados na própria área de serviço em barracões" (14).

Esses dois tipos de movimentos migratórios têm em comum a característica de não-fixação ou de uma baixa fixação da população, gerando um fluxo constante, com momentos de maior absorção e outros de expulsão de mão-de-obra. "... não é fato espantoso constatar-se que a agricultura da Região Amazônica não leva à fixação do homem à terra, sendo que pelo contrário, promove a emigração principalmente de caráter nômade" (15). O movimento da população acompanha o processo de instalação das empresas capitalistas que se estendem no espaço, na direção de terras devolutas. O saldo final é uma economia estruturada com um baixo nível de absorção de mão-de-obra.

Finalmente, há um terceiro tipo de imigrante, o do "sul" (16), o "brasileiro mesmo", "branco", "pioneiro", "corajoso", "trabalhador", que se opõe ao "nordestino", "indolente", "vagabundo", "tapeador", "arruaceiro", no dizer das classes dominantes. Estes imigrantes, em pequena proporção numérica, são os fazendeiros, gerentes, administradores, professores, médicos, advogados, pequenos comerciantes, entre outros, necessários para compor o quadro da nova divisão social do trabalho, a partir das novas relações de produção. Todavia não se trata de um grupo homogêneo; pelo contrário. O "sul" exporta a classe dominante - os fazendeiros - e seus prepostos administradores, gerentes supervisores e às vezes "gatos"; exporta os elementos de uma "classe média" incipiente, que desempenham funções urbanas imprescindíveis ao processo de trabalho; exporta ainda os indivíduos que, representantes de certas instituições, introduzem na vida da nova sociedade novas ideologias, valores, que,

(14) CAMPOS, J. de S. & MELO, A. de S. - Algumas Considerações sobre os Problemas Sócio-Econômicos enfrentados pelos Migrantes na Área do Polo Carajás, SUDAM, Belém, 1975, p. 10-11.

(15) MOREIRA, M. de M. & CARVALHO, J.A. M. de, op. cit., p. 51.

(16) "Sul" é identificado como sendo "de Goiânia para baixo".

muitas vezes, contrapõem-se às formas violentas que assumem as relações de trabalho. São estes, principalmente, os representantes da Igreja, os advogados, os professores que, sob óticas diversas, passam a se posicionar na situação de conflito, como será visto no capítulo seguinte.

II.2 - A Evolução da População

É difícil de se recompor a evolução da população de Conceição do Araguaia; de um lado pela precariedade dos dados existentes, cuja qualidade, como se sabe, é diretamente proporcional às condições econômicas da localidade, e, por outro, pelo desmembramento de mais de 12 mil quilômetros quadrados do território, para a formação de um novo município, Santana do Araguaia, em 1961 (17).

O ritmo de crescimento populacional no município acentuou-se de maneira considerável na década passada, justamente no momento de transformações mais radicais na sociedade local. Entretanto, na década anterior, a população já dava mostra de um aumento de certa monta, passando de um total de 6 322 habitantes em 1950 para 11 283 (18) em 1960, o que representa um quociente de aumento de 1,78. É possível que se vincule a uma intensificação da economia camponesa, do final da segunda etapa da história econômica da área, mencionada anteriormente. No seu passado mais remoto, os dados esparsos indicaram um movimento de ascensão e declínio, em termos quantitativos, da população, acompanhando as fases de maior vigor da atividade econômica e de regressão, depois do auge da produção do caucho (19).

Assim, há informações de que em 1911 havia 6 000 habitantes na cidade e 15 000 no território (20); em 1920, a população estava por volta de

(17) Os dados apresentados a seguir foram trabalhados separando a parte referente ao novo município, tentando recompor a unidade territorial presente. Contudo, o procedimento impossibilita uma retrospectiva mais afastada no tempo.

(18) IBGE, Recenseamentos Gerais, 1950 a 1960.

(19) IANNI, O., op. cit., cap. I a VI.

(20) AUDRIN, J. M. - Entre Sertanejos e Índios do Norte: o Bispo Missionário Dom Domingos Canerot, Edições Pujol Ltda., Livraria Agir, Rio de Janeiro, 1946, pag. 101.

11 000 habitantes (21); porém, em 1940, a população do município havia se reduzido a 4 715 (22); em 1950, como já foi dito, se eleva para 6 322, sem ainda alcançar o ponto máximo indicado no censo de 1920. Na última década, finalmente, o crescimento é bastante acentuado, passando a população para um total de 28 953 habitantes, representando um quociente de aumento de 2,57.

Segundo uma projeção populacional realizada pela SUDAM, a população atingirá, em 1980, um total de 101 260 habitantes, representando na década um aumento de 3,39 vezes. Já na época da visita, se se aceitar os dados dessa projeção, a população estaria por volta de 62 000 habitantes, tendo mais do que duplicado com relação aos dados censitários de 1970, como se pode verificar na Tabela 1.

TABELA 1

PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

ANOS	POPULAÇÃO
1970 (*)	29 830
1971	33 708
1972	38 090
1973	43 042
1974	48 637
1975	54 960
1976	62 105
1977	70 179
1978	79 302
1979	89 611
1980	101 260

FONTE: SUDAM, Aspectos territoriais e demográficos da Amazônia legal, 1975. s.p..

(*) População recenseada.

(21) Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil realizado em 19 de setembro de 1920, RJP da Estatística, Rio de Janeiro, 1923.

(22) IBGE, Recenseamento Geral, 1940.

A estrutura etária da população do município, relativa aos anos de 1960 e 1970, conforma-se ao padrão clássico de situações de alta natalidade e alta mortalidade, principalmente infantil, portanto, indícios de condições precárias de saúde, com alta concentração nos grupos etários jovens e diminuição acentuada nos grupos etários subseqüentes, como pode ser observado nas Tabelas 2 e 3 e nos Gráficos 1 e 2 que se seguem.

No caso da população de 1960, observe-se que praticamente não se altera a proporção masculina nos dois primeiros grupos etários (0-4 e 5-9 anos), enquanto a proporção feminina apresenta a entrada costumeira para esse tipo de estrutura etária. É provável que essa "anomalia" se deva mais a flutuações resultantes da qualidade precária dos dados, pois não há razão para se aceitar uma sobrevivência tão diferenciada do elemento masculino. Em ambos os casos (1960 e 1970), verifica-se que há uma predominância do sexo feminino nos grupos etários que se estendem até a idade adulta, sucede-se uma do sexo masculino, que se mantém até as idades mais avançadas, onde ou a proporção dos sexos se iguala, ou o sexo feminino volta a ter uma pequena predominância.

Essa estrutura evidencia a influência da imigração, com certa predominância masculina, nas idades adultas. Note-se que na estrutura etária da população de 1970, a predominância masculina inicia-se no grupo etário de 20 a 24 anos, por conseguinte mais jovem do que no caso da população de 1960, onde essa predominância se inicia no grupo etário de 25 a 29 anos. Pode-se supor que a intensificação do processo migratório da última década, além de conter uma predominância masculina, portanto provavelmente migração individual, passou a recrutar elementos mais jovens. Por outro lado, para a população como um todo, não houve praticamente diferença na composição por sexo entre uma década e outra, pois em 1960 53,7% da população era do sexo masculino e em 1970 a porcentagem correspondente era de 54,3%.

No trabalho de MOREIRA E CARVALHO, já mencionados, é selecionado um grupo de municípios como merecedores de um estudo mais aprofundado, por constituírem áreas de imigração intensa; entre esses, Conceição junto com Santana do Araguaia, estabelecem o núcleo com taxa mais alta de crescimento no

TABELA 2

POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO - 1960

IDADE	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - 4	963	15,90	911	17,47	1 874	16,61
5 - 9	949	15,66	788	15,09	1 737	15,39
10 - 14	689	11,37	621	11,89	1 310	11,61
15 - 19	505	8,33	504	9,65	1 009	8,94
20 - 24	466	7,69	444	8,50	910	8,07
25 - 29	505	8,33	389	7,45	894	7,92
30 - 34	453	7,47	340	6,51	793	7,03
35 - 39	390	6,43	292	5,59	682	6,04
40 - 44	336	5,54	253	4,84	589	5,22
45 - 49	264	4,36	207	3,96	471	4,17
50 - 54	185	3,05	152	2,91	337	2,99
55 - 59	126	2,08	107	2,05	233	2,07
60 - 64	93	1,53	78	1,49	171	1,52
65 - 69	65	1,07	56	1,07	121	1,07
70 e +	68	1,12	80	1,53	148	1,31
Ignorada	4	0,07	-	-	4	0,04
TOTAL	6 061	100,00	5 222	100,00	11 283	100,00

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1960

TABELA 3

POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO - 1970

IDADE	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - 4	2 587	16,45	2 595	19,62	5 182	17,91
5 - 9	2 064	13,13	2 112	15,96	4 176	14,43
10 - 14	1 670	10,62	1 577	11,92	3 247	11,21
15 - 19	1 487	9,46	1 386	10,48	2 873	9,92
20 - 24	1 512	9,62	1 174	8,87	2 686	9,28
25 - 29	1 356	8,62	897	6,78	2 253	7,78
30 - 34	1 142	7,26	845	6,39	1 987	6,86
35 - 39	1 065	6,77	654	4,94	1 719	5,94
40 - 44	851	5,41	517	3,91	1 368	4,72
45 - 49	665	4,23	400	3,02	1 065	3,68
50 - 54	471	3,00	322	2,43	793	2,74
55 - 59	316	2,01	247	1,87	563	1,94
60 - 64	210	1,34	176	1,33	386	1,33
65 - 69	130	0,83	123	0,93	253	0,87
70 e +	154	0,98	169	1,28	323	1,12
Ignorada	43	0,27	36	0,27	79	0,27
TOTAL	15 723	100,00	13 230	100,00	28 953	100,00

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1970.

período 50/70. Os dados calculados são os seguintes:

POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO	
	50/60	60/70
Rural	6,2	13,4
Urbana	5,0	11,6
TOTAL	6,0	12,9

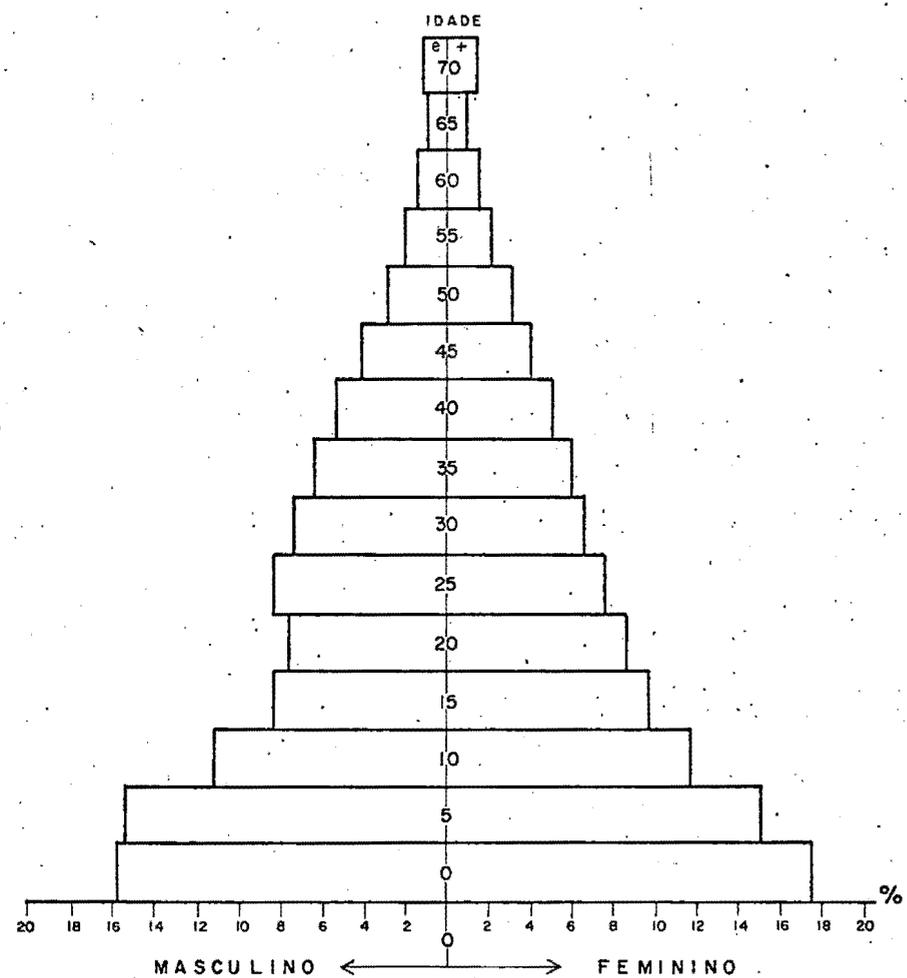
FONTE: MOREIRA, M. de M. e CARVALHO, J. A. M. de, op. cit., página 29.

Que o fluxo migratório para a área já se iniciara na década dos 50 pode se depreender do fato de que em 1960 aproximadamente 54% da população residente era de não-naturais do município; em 1970 essa cifra havia se elevado para 67%. A recência da migração também pode ser observada pelos dados da Tabela 4, onde se verifica que 73,70% dos imigrantes haviam chegado nos cinco anos anteriores ao censo, e durante a década dos 60, um total de 16 651 pessoas (86,30%) do total de 19 295 se instalaram em Conceição. A continuar nesse ritmo, o município estaria recebendo em média de 2 884 pessoas por ano; portanto, quando da visita à área, cerca de mais de 17 000 pessoas haviam fixado residência em Conceição. Além disso, há de se considerar que os dados aqui apresentados tendem a subestimar o movimento de população, considerando-se as idas e vindas constantes e as flutuações durante o período intercensitário.

Há indícios de que o fluxo de migrações que está sendo tratado tenha início, primordialmente, na região norte de Goiás e secundariamente no Maranhão, um pouco do Piauí, e que Conceição e adjacências constituam um ponto de chegada ou de tentativa, ou, ainda, um ponto intermediário de penetração no sentido da mata. Goiás é o grande exportador: de mão-de-obra do norte e de fazendeiros do sul do estado; os estados do sul comparecem, em termos quantitativos, em proporção insignificante, apesar de serem, como foi visto, os estados que comandam o capital e migram para configurar a classe dominante local. A participação dos estados na imigração para o município pode ser vista na Tabela 5.

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

1960



1970

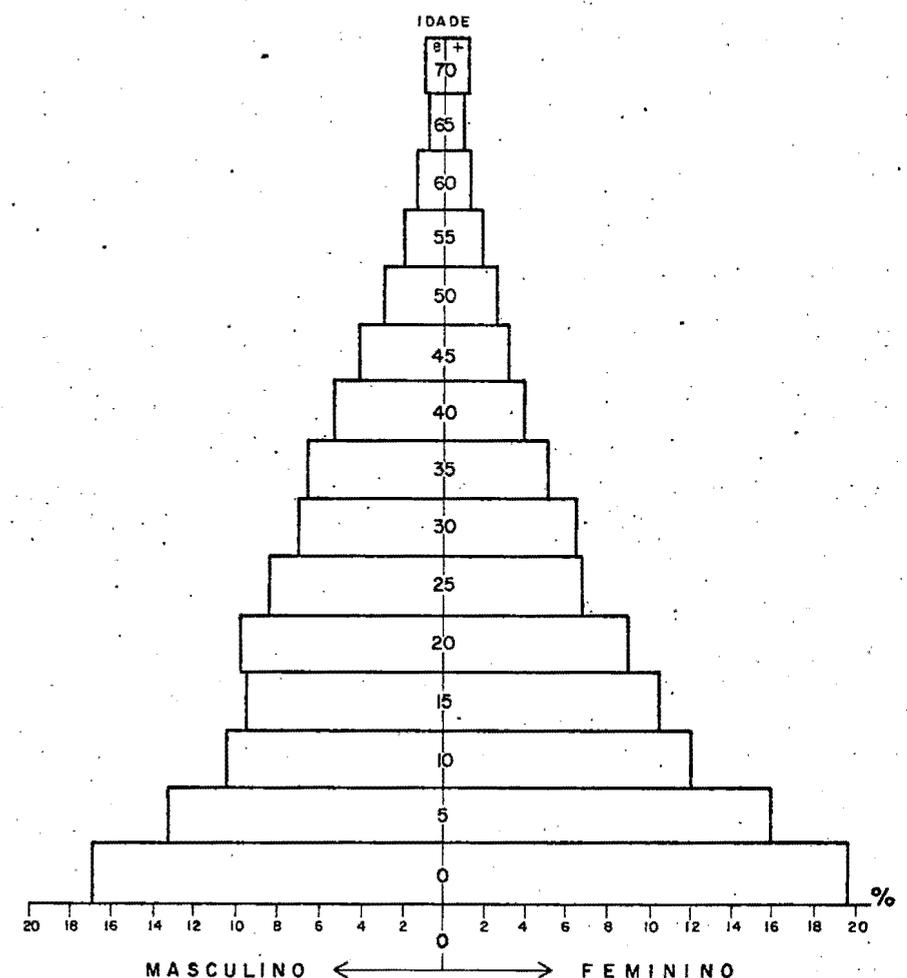


TABELA 4

PESSOAS NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO (*), POR SEXO E
TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO NO ANO DE 1970

TEMPO RESIDÊNCIA	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
- de 1 ano	2 942	27,18	2 092	24,69	5 034	26,09
1 "	1 310	12,10	1 127	13,30	2 437	12,63
2 anos	1 618	14,95	1 186	14,00	2 804	14,53
3 "	819	7,57	709	8,37	1 528	7,92
4 "	609	5,63	469	5,54	1 078	5,59
5 "	711	6,57	629	7,42	1 340	6,94
0 - 5 "	8 009	74,00	6 212	73,32	14 221	73,70
6 - 10 "	1 341	12,39	1 089	12,85	2 430	12,60
11 anos e +	1 473	13,61	1 171	13,83	2 644	13,70
TOTAL	10 823	100,00	8 472	100,00	19 295	100,00

FONTE: Censo Demográfico, 1970.

(*) A proporção da população não-natural, por sexo, em relação à população total foi igual a 37,98% para o sexo masculino, 29,26% para o feminino e 66,64% para o total. A proporção da população não-natural, por sexo, em relação ao total da população não-natural foi igual a 56,09% para o sexo masculino, 43,91% para o feminino.

TABELA 5

PESSOAS NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO (*),
 POR LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR NO
 ANO DE 1970

LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR	POPULAÇÃO NÃO-NATURAL	
	Nº	%
Pará	1 139	5,90
Maranhão	2 412	12,50
Piauí	883	4,58
Ceará	223	1,16
Pernambuco	93	0,48
Bahia	259	1,34
Minas Gerais	317	1,64
Mato Grosso	124	0,64
Goiás	13 416	69,54
Outros Estados	429	2,22
TOTAL	19 295	100,00

FONTE: Censo Demográfico, 1970.

(*) A proporção da população não-natural das regiões sudeste e sul em relação à população total do município foi igual a 1,79% para a região Sudeste e 0,29% para a Região Sul. A proporção da população não-natural das regiões sudeste e sul em relação ao total da população não-natural do município foi igual a 2,69% para a Região Sudeste e 0,43% para a Região Sul.

O Município de Conceição do Araguaia foi e é predominantemente rural; a cidade de Conceição é marcada pela vida da fazenda, pelos conflitos da terra, pelos peões que chegam, "fazem arruaças" e partem, pelas famílias que ficam quando os maridos vão para a mata, pelos que chegam feridos do campo, em busca de assistência, pelas compras que se vem fazer ali, pelo armazém da fazenda que ali se instala. O campo involucra a cidade, conformando suas características; as atividades rurais (agricultura, pecuária ou extrativismo) estabelecem as exigências básicas na organização da economia e da sociedade locais. O universo ainda não está dividido. Os mesmos meios de comunicação de massa - ou a ausência dos mesmos - atingem a todos; a todos importa se é época de chuva ou estiagem; todos vivem o ciclo de desmatamento e queimada, plantio e colheita.

No entanto, e ao mesmo tempo, no campo ou na cidade, um é do sul, outro é do norte, um é fazendeiro ou gerente, outro é peão, um é poderoso, o outro é fraco.

A distinção rural-urbana, portanto, tem um significado relativo. Além disso, o município apresenta uma característica de se distribuir em número variado de aglomerados, de diferentes tamanhos, talvez pela própria extensão de seu território e pela especificidade das relações de produção que se estabeleceram e transformaram. Em 1974, a população distribuía-se em 24 aglomerados esparsos, como pode ser observado na Tabela 6.

Os dados que se seguem, porém, devem ser vistos com certa cautela, apenas sugerindo certas direções do movimento global da população. A Tabela 7 mostra a evolução da população, no período 40-70, em termos de sua distribuição rural-urbana, de acordo com os critérios censitários de classificação; a porcentagem de população rural não só é elevada, como tende a se elevar durante o período considerado.

No que se refere à direção dos fluxos migratórios, a Tabela 8, a seguir, mostra a predominância do sentido rural-rural do movimento de população. Do total de imigrantes residindo no município em 1970, 21,85% dirigiram-se para o setor urbano, enquanto que 78,15% deslocaram-se para o rural. Apesar disso, se se considerar apenas os imigrantes de origem rural (13 204 pessoas ou 68,44% do total dos migrantes), somente 14,81% (1 955 pessoas) foram

TABELA 6

CIDADES, VILAS E POVOADOS
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1974

DENOMINAÇÃO	Catego- ria (ci- dade, vi- la, po- voado, Arraial etc.)	Distâncias das Localida- des às Sedes e Meios de Transporte		Popula- ção A- proxi- mada	NÚMERO DE				
		Dis- tân- cia (Km)	Meios Trans- porte		Mora- dias	Es- co- las	Tem- plos	Estabeleci- mentos	
								Co- mer- ciais	Indus- triais
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Cidade	-	-	11 000	2 070	6	2	136	10
Alacilândia - P	Povoado	52	Rodov.	600	124	1	1	12	-
Pedreiras - P	Povoado	27	Fluv.	150	32	1	-	2	-
Volta Nova - C	Povoado	15	Rodov.	250	55	1	-	2	-
Rio Maria - P	Povoado	165	Rodov.	2 500	540	1	-	20	4
Santo Antonio - C	Povoado	70	Rodov.	350	70	1	-	5	-
Grotões - P	Povoado	50	Rodov.	200	43	1	-	2	-
Redenção	Povoado	105	Rodov.	8 000	1 700	2	2	110	15
Boa Sorte - C	Povoado	130	Rodov.	700	117	1	1	20	-
Floresta - CO	Povoado	150	Rodov.	800	150	1	1	20	-
Baixa Verde - P	Povoado	100	Rodov.	70	15	1	-	2	-
Arraias - P	Povoado	50	Rodov.	150	30	1	1	1	-
Cocal da Serra - P	Povoado	80	Rodov.	250	60	-	-	2	-
Mato da Anta - P	Povoado	70	Rodov.	150	35	-	-	2	-
Bom Jesus - P	Povoado	75	Rodov.	150	35	-	-	2	-
Oswaldelândia - P	Povoado	130	Rodov.	300	70	-	-	2	2
S. Geraldo do Araguaia	Vila	300	Fluv.	2 500	548	2	1	25	2
Santa Cruz dos Marti- rios	Povoado	450	Fluv.	400	80	1	1	8	-
Itaipavas	Povoado	250	Fluv.	800	160	1	1	15	1
Ilha de Campo	Povoado	350	Fluv.	150	30	1	-	2	-
Luzilândia - C	Povoado	200	Fluv.	150	30	1	-	3	-
Pedra Branca - P	Povoado	280	Fluv.	200	40	1	-	2	1
Santa Luzia - P	Povoado	250	Fluv.	100	25	-	-	2	-
S. Domingos - C	Povoado	250	Fluv.	150	35	1	-	1	-

FONTE: IBGE, 1974.

OBS. : 1 - A localidade Olaria, arrolada no levantamento anterior, deixou de existir.

2 - Colônia Frei Gil Vilanova, em instalação em 1976, Colônia Oficial, entre Alacilândia e Redenção.

3 - Abreviações: C : Colônia;
CO : Colônia Oficial
P : Possesiros
Rodov.: Rodoviário
Fluv. : Fluvial

TABELA 7
POPULAÇÃO URBANA E RURAL
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 1940-70

ANO CENSITÁRIO	URBANA		RURAL		TOTAL		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1940	1 314	27,87	3 401	72,13	4 715	100,00	
1950	1 681	26,59	4 641	73,41	6 322	100,00	
1960	2 795	24,77	8 488	75,23	11 283	100,00	
1970	Conceição do Araguaia	6 701	23,14	22 252	76,86	28 953	100,00
	Santana do Araguaia	1 659	18,26	7 426	81,74	9 085	100,00
	Conceição e Santana do Araguaia	8 360	21,98	29 678	78,02	38 038	100,00

TABELA 8
PESSOAS NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, POR SEXO, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ATUAL E ANTERIOR, NO ANO DE 1970

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ATUAL	LOCAL DE PROCEDÊNCIA	S E X O				TOTAL	
		Masculino		Feminino		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
POPULAÇÃO TOTAL	Procedentes de ZONA URBANA	3 311	100,00	2 780	100,00	6 091	100,00
	Procedentes de ZONA RURAL	7 512	100,00	5 692	100,00	13 204	100,00
	TOTAL	10 823	100,00	8 472	100,00	19 295	100,00
POPULAÇÃO URBANA	Procedentes de ZONA URBANA	1 082	32,68	1 179	42,41	2 261	37,12
	Procedentes de ZONA RURAL	932	12,41	1 023	17,97	1 955	14,81
	TOTAL	2 014	18,61	2 202	25,99	4 216	21,85
	Procedentes de ZONA URBANA	2 229	67,32	1 601	57,59	3 830	62,88
	Procedentes de ZONA RURAL	6 580	87,59	4 669	82,03	11 249	85,19
	TOTAL	8 809	81,39	6 270	74,01	15 079	78,15

FONTE: Censo Demográfico, 1970.

para a área urbana, enquanto que 85,19% destinaram-se à rural, representando, portanto, o fluxo rural-rural do conjunto do movimento. No que se refere à diferença de proporção entre o sexo masculino e feminino, além de uma pequena preponderância do elemento masculino, é de se notar que a migração rural-urbana para o sexo feminino (17,97%) é um pouco maior do que para o sexo masculino (12,41%).

II.3 - Produção e Reprodução da Força de Trabalho

Chegando a cada dia, com família ou individualmente, de maneira "espontânea" ou "induzida", principalmente do estado vizinho de Goiás, a população vai compondo e recompondo, através do seu trabalho, as relações de produção que se recriam ou se inovam na área. Configuram a coexistência de duas formas de organizar as relações de produção, uma que se recria, o campesinato, outra que cria, se reforça e se expande, a empresa capitalista, tendendo a comandar a vida local em seu conjunto. "É preciso notar, desde logo, que em países não desenvolvidos, uma parte substancial da população está, na verdade, engajada em outros modos de produção que não o capitalista. Com o desenvolvimento capitalista, estes outros modos de produção vão sendo, em parte, destruídos e, em parte, reorganizados de tal modo que deles se desprende em fluxo contínuo de gente, que vai alimentar a oferta de mão-de-obra no mercado capitalista de trabalho" (23).

O caso de Conceição do Araguaia aproxima-se de uma das formas que, de acordo com Singer, assume o processo de produção de força de trabalho para alimentar as relações de produção capitalistas, qual seja, a de penetração do capital em áreas de atividade anteriormente organizadas sob a forma de exploração semi-servil ou de produção simples de mercadorias; nesse caso, "parceiros são expulsos das fazendas e substituídos por assalariados camponeses que não dispõem de terras de todo ou apenas de terras insuficientes para a reprodução de sua força de trabalho, são obrigados a se oferecer como trabalhadores assalariados; pequenos comerciantes, e artesãos arruinados pela concorrência do capital se transformam em proletários, etc." (24).

(23) Singer, P.; Emprego, Produção e Reprodução da Força de Trabalho, Cebrap, 1976, mimeo, pag. 11.

(24) Singer, P., op. cit., pag. 12.

Evidentemente, o processo descrito assume configuração num âmbito espacial que transcende a vida de um município; neste sentido, Conceição do Araguaia é um momento, uma instância de um processo que ganha sentido num âmbito mais amplo, que se inicia em outras áreas e se prolonga para áreas mais distantes. Contudo é importante ressaltar que o movimento migratório tem sentido enquanto migração de formas de organizar a produção não-capitalista para formas capitalistas que avançam e vão se impondo em novas regiões. "O capitalismo, ao se expandir, destrói certos ramos, dominados por modos de produção diferentes, reorganiza outros, concentrando o capital e, via de regra, aumentando sua composição orgânica o que produz uma oferta de força de trabalho, que se adiciona àquela que resulta da reprodução da população trabalhadora já ocupada pelo capital" (25).

Um aspecto importante a se destacar nessa linha de considerações sobre o processo de produção e reprodução da força de trabalho é seu caráter conflitivo, com tendências complementares e opostas; "é preciso mencionar o fato de que o capitalismo não somente atrai força de trabalho de outros modos de produção, mas também a repele, sendo que parte dos que são repelidos acabam se integrando em modos de produção não-capitalistas"; é o caso, por exemplo, "do assalariado agrícola que migra para zonas pioneiras onde se torna posseiro (...). Nestas condições, a produção de força de trabalho pelo capital é a diferença entre o número dos que são atraídos e o número dos que são repelidos" (26).

Um estudo das condições de trabalho na área de origem dos imigrantes que afluem à Conceição do Araguaia poderia demonstrar o quanto esse processo é responsável pela recriação do campesinato e na luta pela terra principalmente do primeiro grupo de imigrantes mencionado anteriormente.

Por outro lado, a atuação do Estado na região, quer seja no que tange à abertura de estradas, quer seja no tocante a isenções, incentivos fiscais, cobertura política, etc. configurou-se também como uma "política populacional", no sentido de alienar população excedente do nordeste brasileiro e áreas de densidade demográfica alta, com processos estancados de desenvolvimen

(25) Singer, P., op. cit., pág. 13.

(26) Singer, P., op. cit., pág. 14.

to industrial. (27).

A propaganda da conquista da Amazônia configura a imagem de uma área com possibilidades para o capital (fazendeiros e seus acessores) e para o trabalho (trabalhadores rurais, que migram, oscilando entre a situação de camponês e a de proletário rural). Mas, como já se viu, a agropecuária se caracteriza por uma absorção elevada de mão-de-obra na fase de instalação e preparo das pastagens, com uma redução acentuada na fase de produção de gado; é reduzido o número de assalariados permanentes numa fazenda de gado. Assim, a dimensão de política populacional da ocupação da área se contradiz com as condições efetivas de fixação de mão-de-obra excedente das áreas de origem dos imigrantes, bem como as características da empresa capitalista tendem a reforçar as oscilações dessa mão-de-obra, em termos da oscilação entre campesinato e assalariamento.

8

(27) Cardoso, F. H., e Vasconcellos, T. M. S., As Políticas de Ocupação, in Amazônia: Desenvolvimento Sócio-Econômico e Políticas de População, op. cit., principalmente cap. 3 a 6.

A JUSTIÇA , A VIOLÊNCIA E A ORDEM NO
UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES

III - A JUSTIÇA, A VIOLÊNCIA E A ORDEM NO UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES

III.1 - A Catequese e a Conscientização

"Conceição do Araguaia, como povoado e município, nasceu do encontro, comunhão e antagonismo entre cristãos e índios, sob a direção de religiosos dominicanos e a propósito de bens espirituais e materiais" (28). Deixando de lado "os muitos sucedidos no lugar" e as duas etapas iniciais de organização social da produção, chega-se ao momento de outro encontro, talvez com menos comunhão, com propósito de bens mais materiais do que espirituais: o momento de emergência e consolidação da predominância da empresa capitalista agropecuária.

"A violência permeou tudo, desde o início, seja nas relações dos homens entre si, (...), seja nas relações dos homens com a natureza" (29). Agora, como no início, a Igreja incumbiu-se da proteção e orientação dos fracos e desprotegidos; no início, empenhada, principalmente, em "catequizar" os índios, agora, em "conscientizar" os peões, os posseiros e os pobres (30).

De início, "os dominicanos estavam empenhados em cristianizar os índios. Para isso, tiveram que dedicar-se a fainas terrenas. Inclusive precisaram atrair criadores, roceiros e outros conhecedores e habitantes da área. Mas o seu empenho maior era a cristianização dos índios. Esse foi o empenho de frei Gil (31). Atraiu para junto deles (os Kayapó) a população sertaneja dispersa pelos barrancos do rio Araguaia e do Tocantins onde estiolava corroída pelas doenças endêmicas, pelo alcoolismo e por conflitos intermináveis. Com esta gente constituiu o arraial que cinco anos depois de fundado contava com duas mil pessoas. Com a ajuda destes sertanejos, os missionários edificaram a primeira igreja tosca, o casarão para o convento e o barracão da escola para crianças Kayapó e sertanejas. Depois, cerca de quinhentos Kayapó foram trazidos de seus campos para junto da Missão e localizados dois quilôme

(28) IANNI, O., op. cit., pág. 5.

(29) Idem, ibidem, pág. 5.

(30) No Boletim de Cadastro do IBGE estão listadas três paróquias de culto católico, uma na sede do município, outra em Redenção e outra em São Geraldo. IBGE. Boletim de Cadastro. Campanha Estatística.

(31) Frei Gil Vilanova, fundador da cidade.

tros adiante do arraial. Era a aldeia onde o índio adulto viveria sob a vigi-
lância e o amparo dos missionários que se propunham: primeiro, que abandonari-
am a sua vida de vagabundagem e de correrias e de que viriam estabelecer-se
junto a Conceição; segundo, que confiariam algumas das suas crianças aos missi-
onários.' O interesse dos missionários e a sua grande esperança estavam nas
crianças que, acreditavam, uma vez separados dos pais, poderiam ser orientadas
para uma vida nova, segundo os padrões cristãos. O programa consistia em
subtraí-las cedo 'da influência do meio em que nasceram, impedi-las de con-
trair os hábitos da vida selvagem e lhes inculcar, ao contrário, os da vida
cristã, lhes dar, com a instrução religiosa, o ensino elementar que se dá nas
escolas primárias, e depois, quando estiverem na idade de se casarem, formarem
famílias cristãs que se fundam à massa da população já civilizada. Desta ma-
neira, o elemento selvagem se extinguirá por si mesmo, depois de duas ou três
gerações, a tribo se achará incorporada, ao mesmo tempo, não só à sociedade,
como à Igreja'" (32).

Agora, os dominicanos estão empenhados em "conscientizar" os po-
bres e desprotegidos. Também dedicados a extenuantes fainas terrenas, que in-
cluem até a direção de uma colônia denominada Floresta (33), a Igreja, padres,
freiras, professoras e orientadoras leigas procuram criar nas classes domina-

(32) IANNI, O., op. cit., pág. 10-11

(33) "A área denominada floresta é composta de 22 glebas, de 4 356 ha. cada, perfazendo uma área total de 95 832 ha., sendo que 50% delas já estão tituladas definitivamente.

Apenas 5 delas estão com processo na justiça objetivando a eliminação de posseiros, sendo que 3 dessas, apresentam-se com investimentos consideráveis, já que recebem incentivos da SUDAM. As restantes, apesar de tituladas, seus donos nada contestaram e nenhum trabalho foi realizado nas áreas de suas propriedades. Parte das restantes são devolutas, caracterizada por campos naturais, inservíveis para o tipo de agricultura executada atualmente pelos posseiros. As devolutas, que possuem a vegetação do tipo mata, estão densamente povoadas.

O povoamento dessas glebas originou-se pela exploração da madeira e por indicação de Monsenhor Augusto Dias Brito, que naquela época desconhecia serem as terras documentadas. (...).

Nas glebas tituladas encontram-se atualmente 409 famílias, abrangendo 1 677 pessoas. A população total da área FLORESTA, incluindo as áreas realmente devolutas, alcança um número expressivo de 827 famílias constituídas por 3 542 pessoas. (...).

A liderança na comunidade de Floresta é exercida por Monsenhor Augusto Dias de Brito, na pessoa de um administrador local, designado por aquela autoridade eclesástica". CAMPOS, J. de S. e MELO, A. de S., op. cit., págs. 35-36.

das a consciência de seus direitos, e transferir para a vida terrena a reivindicação de melhores condições. "A gente procura conscientizar, dizer mesmo que a fome não é porque Deus quer, que a morte das criancinhas não é porque Deus quer, é por causa do egoísmo dos homens. A gente sabe que é o capitalismo, esse capitalismo que está aí (...). Mas a gente vai catequizando e conscientizando". (340).

No passado, à medida que Conceição ia se transformando em um dos importantes centros caucheiros da região amazônica, a vida do lugar sofria modificações em todas as suas dimensões, o que era percebido pelos representantes da Igreja. "As centenas de aventureiros que, atraídos pelo caucho, afluíam de todos os recantos do Brasil e mesmo dos países estrangeiros, entregaram-se em Conceição a todos os vícios, antes de penetrarem no 'inferno verde', ou quando dele escapavam. O dinheiro outrora tão escasso corria agora à vontade. (...) Bailes e orgias sucediam-se à noite, com violentos e prolongados tiroteios. (...) Os vadios e bêbados não receiavam gastar munições à vontade" (35).

À proporção que Conceição ia se transformando, a partir de meados da década passada, em um dos mais importantes centros de implantação de empresas agropecuárias da região, a vida do lugar novamente adquiria um caráter diferente em todas as suas dimensões, depois de um interregno de relativa estagnação e predominância de uma economia camponesa. Há chegada, também agora, de "centenas de aventureiros", atraídos pelos incentivos fiscais e esperanças de enriquecimento rápido, do sul do País e "mesmo de países estrangeiros"; os vícios se reavivam; são frequentes as descrições a respeito dos maus costumes, da prostituição desenfreada das orgias e bebedeiras, dos tiroteios gratuitos, das "comemorações" que antecedem ou sucedem os meses de reclusão no "inferno verde". O pessoal da Igreja percebe a mudança nesses termos; as mulheres "são na maioria separadas dos maridos; têm às vezes dois homens e uma mulher, já coincidiu de aparecer-nos dois casos de duas mulheres com o mesmo homem, na mesma casa, vivendo tranquilamente; isso a gente vê nas nossas escolas pelos nossos alunos; a maioria só têm mãe, não têm pai, (...) São mães separadas; duas vezes o pai vai para a mata e volta e uma vez vai pra outro estado e muda (...) O Miguel, por exemplo, de 5 anos, a gente encontra várias vezes

(34) Entrevista com uma leiga encarregada de tarefas administrativas e de orientação de famílias. Conforme Relatório de Pesquisa. Conceição do Araguaia, 1977.

(35) AUDRIN, J. M., op. cit., pág. 85.

na rua bêbado; é, os pais bebem, os irmãos bebem, e daí ele também fica bêbado; (...) e o pessoal acha graça na bebida; então, é isso aí, esse vício já começa desde cedo. O pessoal não tem muito o que fazer, então não tem muita diversão. A diversão deles é a cachaça. (...) da classe média, da classe alta também (...) A única diversão que tem é cinema e esse bar Jaciara, que é "dancing", mas isso é pra um nível mais alto da sociedade (...); agora, à noite não tem nada que fazer, vão jogar uma sinuca (...) Tem muita prostituta; tem uma, em cada dez, de 15 e 12 até 16 anos (...)" (36).

Na primeira etapa de sua história econômica, as classes dominantes trataram de combater a direção espiritual dos dominicanos. "Conceição, como sabemos, transformara-se em centro importante do comércio da 'borracha'. O governo do Pará não demorou em criar aí uma mesa de Rendas para a cobrança dos direitos de extração e exportação, que se verificaram fabulosos, logo nos primeiros dias. Isso foi motivo para as autoridades de Belém mandarem ao Araguaia um grupo de funcionários indesejáveis, tipos sem consequência e sem moral, que convinha afastar da Capital e relegar bem longe, pagando-lhes com fartos vencimentos escandalosas porcentagens, misteriosos serviços prestados à baixa polícia e à miserável política. Na frente dessa corja imperava como administrador um tal Major Fortunato Ludovico, afilhado de um magnata político. Era homem ignorante, presunçoso e violento, sem fé e sem moral, cujo principal intento, depois do dinheiro, era quanto antes, libertar Conceição da "dominação" dos Padres, ensinar ao povo simplório a vida livre, independente de crenças e mandamentos religiosos. Não demorou em criar uma loja maçônica, com seus sequases e mais alguns assalariados. Abusando dos poderes de sua função de exator, constituiu-se chefe local, nomeou empregados de polícia e de justiça, concentrou enfim em suas mãos toda a autoridade de que necessitava para exercer um poderio satânico. Foi um período de violências, de imposições arbitrárias, de prisões injustas, de expropriações e até de assassinatos. Calúnias contra os Frades houve também, e insultos dentro mesmo da Igreja. Nem faltaram os relatórios indignos enviados contra eles ao governo do Pará". O major Ludovico teria dito, numa roda de amigos: "Deus, para mim, é a borracha" (37).

(36) Entrevista com uma professora ligada à Igreja; conforme Relatório de Pesquisa, Conceição do Araguaia, 1977.

(37) AUDRIN, J. M., op. cit. Citado por IANNI, O., op. cit., págs.15-16.

Na etapa atual, há muitas figuras que reproduzem o Major Ludovico, para quem Deus é a agropecuária. Diz um jovem e promissor fazendeiro oriundo de Minas Gerais: "A Igreja, às vezes, fica insuflando; lá na Floresta, plantaram arroz para depois ficar sentado em cima dos sacos, porque não tinha ponte para transportar. É uma vergonha. E ficam aí insuflando o pessoal". Diz um representante da Igreja: "A gente se preocupa com a Irmã Paula, lá na Floresta; ela está lá porque Deus protege; ainda mais sendo francesa! é um perigo". E a respeito do mesmo fazendeiro, diz esse representante da Igreja: "O A., por exemplo, no começo parecia muito bonzinho, muito amigo dos pobres, mas depois a gente viu quem ele é. Ele é um dos que cometem injustiças. Então, e les não gostam da gente. Eles queriam que a gente ficasse só na religião, mas a gente não fica". (38).

Naquela época, "... o trabalho dos dominicanos não deixava de ser útil aos que estavam interessados na incorporação do índio nas atividades extrativas, pecuárias ou agrícolas. Isso também era cristianizar o índio: incorporá-lo à economia de subsistência ou mercantil organizada pelos cristãos leigos ou não" (39). A conscientização atual está marcada pelos contornos das novas relações de produção; aqui também a meta é a inserção do trabalhador na atividade econômica da área, na colônia ou na empresa. Para essa integração, valoriza-se a estabilidade da família, o combate ao vício, a escolarização mínima e condizente com os limites da especialização de trabalho viável. O universo de representação do modelo conscientizador inclui até boas maneiras, medidas de higiene, cuidados físicos e emocionais com as crianças e, em última instância, redução do número de filhos para a efetivação da "paternidade responsável". Combate-se a brutalidade da "acumulação primitiva" do capital; preconiza-se o estabelecimento de relações capitalistas "avangadas", com proteção legal e respeito aos direitos dos trabalhadores. Mesmo tendo como limite a efetivação de relações de produção características de um "capitalismo avançado", a ação da Igreja é combatida a defesa dos fracos é difícil, requer coragem e vocação. O modelo preconizado é inviável na realidade; é utopia. O conflito, portanto, continua.

(38) Trecho da mesma entrevista citada na nota (35).

(39) IANNI, O., op. cit., pág.11.

III.2 - A Mística do Heroísmo

O "ethos" predominante, configurado a partir da situação de dominação do fazendeiro capitalista, é impregnado de uma dicotomia aguda, contrapartida da rígida separação entre o empresário e seus assessores diretos de um lado, e os trabalhadores de outro: "sulino" ou "sulista", de um lado, e o "nordestino" e o "nortista" de outro. Recrudescem-se oposições étnicas e raciais latentes, enfatizam-se características intrínsecas, "natureza" distinta, que justificam, ao nível das representações, as diferenças de classe (e de sorte). O "sulino" é caracterizado como "desbravador", "pioneiro", "forte", "corajoso", "inteligente", "cheio de iniciativa", "trabalhador", "civilizado"; e ele abandonou os benefícios da civilização, o conforto, a cultura, para embrenhar-se nos matos e desempenhar a missão de integrar o Brasil: o dinheiro que ele ganha é justo, compensação pequena em face do sacrifício pessoal. A auto-imagem tende a se propagar, pela própria estrutura de dominação.

Os nativos e os "nordestinos" são "gente atrasada", "nem são brasileiros"; há uma distinção: os nativos são caracterizados pela inoperância, indolência, falta de interesse em subir na vida", gente sem estímulo; o "nordestino", por sua vez, é "vadio", "agressivo", "traíçoeiro", "violento" "mau elemento", "apronta sempre que pode", "mau caráter", "criminoso" "fugido". Ambos, principalmente os "nordestinos", suas características, por sua "natureza", justificam as relações de trabalho, o uso da violência, o controle brutal, a superexploração e a semi escravidão: "Isto aqui não é Brasil, Brasil é prá baixo de Goiânia", diz um médico, também fazendeiro; "Aqui só na marra, mesmo. Essa gente só entende violência, dá moleza, já viu". "E a gente tem que se defender, porque se a gente se distrai, eles mata a gente", diz um jovem fazendeiro de Goiás.

É elucidativa a fala desse médico-fazendeiro; perguntando sobre o porquê de sua ida para a área, respondeu: "Ser útil e ganhar dinheiro". Mais adiante, afirmou: "O problema do Brasil é educacional, não adianta abrir estrada etc. ... A gente acredita na Revolução, mas, pelo amor de Deus, ter governadores que preferem cadeia à escola! ... A vida aqui não tem valor. O pessoal trouxe o banditismo do Paraná; 30% aqui são foragidos e bandidos. Só se fala em matar. A justiça é inoperante. Em Conceição houve apenas um júri (...) O regime é ditadura. Eu acho bom. Médico foi meu padrinho. O governo devia intervir com força. A juíza não fica aqui. A culpa é do governo

do Estado. "Aqui não é Brasil" (40).

Nessa terra de ninguém, portanto, o "desbravador" tem que fazer de tudo: ensinar, curar, controlar, policiar, combater o banditismo importado etc.. Só a força resolve a situação, mas os conflitos percebidos por ele entre as disposições do governo central e a política estadual tornam as coisas piores e justificam ainda mais a justiça pelas próprias mãos. Na qualidade de fazendeiro, ele reclama: "O problema sério é que o governo não quer vender terras. Estão infringindo a lei. Me chega esse tal do ITERPA (41) e passa a terra para um preço astronômico. Querem aumentar o que já paguei!" O trabalhador, como o gado, para render precisa ser bem tratado; desenvolve procedimentos "racionais" para acumulação de capital: "Na minha fazenda, pego os trabalhadores, dou vacina, até importada, aplico injeção, dou vitamina, tudo. Depois, também não tem conversa; não tem essa de ficá doente; o pessoal aqui não faz isso; aí, tudo uns trabalhadores raquíticos; e logo começam a reclamar que estão doente, não podem trabalhar. Comigo não tem disso não". (42)

Uma boa parte dos fazendeiros que contatamos são jovens, muitos filhos de fazendeiros de São Paulo, Minas ou Goiás, e, em geral, com fazendas de porte médio, muitas ainda sem titulação definitiva. Esses enfrentam o conflito de terras diretamente. Talvez reforçados pela idade, adotam uma postura cinematográfica; não se sabe ao certo se desempenham um papel ou estão comprometidos dele. Vestem-se de "cow-boys", colocam revólver na cinta, chapéu de aba larga, calça rancheira, entram num jipe, saem para as fazendas. Andam muito eretos; assumem ares de aventureiros. É um faz-de-conta perigoso; há um elemento de jogo em toda a trama. "A vida é assim, é um jogo, sem isso não tem graça; a gente nunca sabe quando vai morrer. Mas cada dia que eu me deito, vivo, eu penso: hoje eu ganhei!", diz um homem de 30 anos, supervisor de um conjunto de fazendas (43).

As grandes empresas, as multinacionais, são representadas pelos gerentes, administradores, supervisores, sendo que o contato direto com o peão

(40) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

(41) Instituto de Terras do Pará.

(42) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

(43) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

é feito através do gato e com o trabalhador permanente através do gerente. Neste caso, o proprietário é absentista; muitas vezes o fazendeiro ausente, o "doutor", que só raras vezes visita o local, é visto pelo trabalhador como homem bom, justo, caridoso; a fonte da maldade é transferida a seu intermediário, gerente ou gato.

A mística do heroísmo é reforçada pela contradição inerente à própria maneira de conduzir a atividade econômica; a empresa agropecuária requer, como foi visto, um contingente alto de mão-de-obra, os peões, para a etapa do desmatamento, da queima e da derrubada das árvores; uma vez plantado o capim e preparada a pastagem, a mão-de-obra necessária para tocar a fazenda é reduzidíssima. Neste momento, os peões que sobraram são soltos, vão à cidade, perambulam, buscam algum biscate, fazem arruaças até conseguirem, ou serem recrutados para outros trabalhos, o que, às vezes, só ocorre no início da época das secas, meses depois. Esse contingente humano, nessas condições, acirra o ambiente de insegurança e violência, agora também na cidade, reforçando o estereótipo. E assim recomeça o processo de reforços recíprocos.

Há outro aspecto de importância que sustenta a representação e o comportamento que dela decorre: é preciso impedir que os peões se tornem posseiros. Numa expansão de terras tão grande, só um esquema de semi-servidão é capaz de impedir que esses peões não tentem apossar-se de um pedaço de terra só seu. Por isso eles são recrutados longe, por isso eles são na maioria "solteiros", daí o esquema de "abono" que os mantém numa situação de endividamento constante. Como foi visto, há uma conjugação de pequena propriedade de produção familiar (o camponês) que se articula com a empresa capitalista; mas os limites dessa coexistência são estreitos, sob risco de estancar ou reduzir o processo de acumulação. Assim, as representações e relações de trabalho estão reciprocamente referidas, para garantir a continuidade do processo.

III.3 - O Reverso da Medalha: A Defesa dos Fracos

Sem dúvida, a instituição que primordialmente assume a defesa dos fracos é a Igreja Católica; combate a violência, denuncia injustiça, luta pelos direitos humanos, encaminha as pessoas para canais que, em princípio, poderiam respaldá-los em seus direitos, clamam por legislação trabalhista etc.

Sua atividade envolve tanto a parte litúrgica e pastoral, como a assistencial, cobrindo boa parcela das atividades de saúde e educação, associa-se a outras instituições, possui a única rádio local, que usa como veículo de comunicação dos princípios que professa e chega até a se inserir na atividade econômica, como é o caso da colônia da Floresta.

Motivada por um compromisso ideológico que se identifica pelo nome - Igreja dos pobres - a instituição tem enfrentado uma batalha árdua, com tenacidade e coragem. A insegurança que cerca o dia-a-dia dos agentes religiosos é patente: "Quando vocês chegaram", disse-me uma representante da Igreja, "a gente estava desconfiada. Fui falar com Frei Henrique. Foi bom vocês terem trazido a carta. Porque aqui a gente é considerado subversivo" (44).

Os limites e ambiguidades da atuação da Igreja, no entanto, estão dados pelo ritmo que as transformações ocorrerão na área, em termos de acumulação capitalista. Como se viu, a meta visada por sua ideologia se insere no quadro de um capitalismo avançado e se opõe à etapa inicial. Em termos assistenciais, a obra é grande, e muito poderá se efetivar uma vez que a participação do Estado, nesse sentido, é bastante reduzida. Em termos do conflito pela terra, as possibilidades são mínimas, em função dos próprios mecanismos inerentes ao processo de transformações nas relações de produção.

Uma outra linha de atuação em defesa das classes trabalhadoras é constituída por um grupo de advogados, que, por meios um tanto distintos dos da Igreja, tentam posicionar-se na situação presente, de tensões e conflitos. Trata-se de um grupo de advogados também do sul, que, por motivos diversos - quem sabe se de caráter individual - atuam no sentido de introduzir na área a prática de direito, à medida do possível.

Nessa linha de atuação, as práticas jurídicas inspiradas nos códigos e nas leis vão sendo trazidas para o universo dos trabalhadores; procura-se difundir a importância e a necessidade de contratos e a noção de direito dos cidadãos; trata-se de trazer para a área e simplificar os procedimentos burocráticos e distantes; as autoridades locais, sediadas na capital, estão quase sempre ausentes; a juíza, por exemplo, vem de tempos em tempos, tenta re

(44) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

solver rapidamente os problemas mais prementes para voltar a Belém. Além disso, há distintos posicionamentos das pessoas, em funções oficiais, em relação a esse grupo; de um lado, o "direito" pende mais para os interesses da classe dominante, do fazendeiro e, às vezes, até mesmo distinguindo-se estes interesses dos ligados ao capital monopolista, as grandes empresas apoiadas pelo Estado; de outro, começam a brotar medidas tendentes à proteção e defesa dos trabalhadores rurais.

A ação desse grupo tende a se diversificar, através, por exemplo, de tentativas de difundir, de forma impressa (pequenos jornais de circulação local), questões relevantes adoção de práticas jurídicas; ou por meio de auxílio para fundação e funcionamento do Sindicato de Trabalhadores Rurais, entre outras modalidades de ação. Por vezes, pode-se notar, essa atuação reserva para uma modalidade de cunho assistencialista (predominante na atuação do mencionado Sindicato) e casuística, mais do que configurando-se numa luta explícita, no sentido da difusão da legislação trabalhista. Nesse sentido, aproxima-se da atuação da Igreja Católica, à medida que a situação concreta coloca barreiras à consolidação de relações de trabalho pautadas por uma legislação e norteadas por instituições reguladoras da relação capital-trabalho.

III.4 - Assistencialismo, Conforto Espiritual e Esperança Extraterrena numa Situação de Submissão

Nos interstícios da vida da cidade, há outras formas de enfrentar o conflito; aliviá-lo, pela esperança de recompensa extraterrena; é a submissão amparada por um conforto espiritual. Ao contrário da posição da Igreja Católica e dos advogados mencionados, neste caso são instituições que, a par de uma assistência aos doentes e feridos, pregam o conformismo e aceitação da vida, em nome de uma recompensa na outra vida. São os espíritas, que associam à prática espiritual um amparo à doença, com os curandeiros e farmacêuticos, muito procurados em situação de emergência; são os protestantes, adventistas, batistas e outras seitas (45). Compenetrados de suas funções modes

(45) No Boletim de Cadastro do IBGE, sob o título de Culto Protestante, estão listados uma Escola Fundamental Adventista do 7º Dia, uma Igreja Batista, uma Igreja Evangélica Assembléia de Deus, uma Igreja Adventista do 7º Dia Movimento e Reforma e um Evangélico Tabernáculo de Jesus, todos situados na sede do município. Não são mencionados os centros espíritas.

tas e espirituais, seus representantes tentam afastar-se do conflito manifesto ou latente, que vem permeando a vida do lugar. Diz o Pastor da Igreja Batista: "fazemos o nosso trabalho. Há muito barulho por aí, mas eu ignoro... eu ignoro. A gente atende a uma minoria". (46)

A posição de alheamento dessas instituições é amparada por uma visão do mundo camuflada por um certo otimismo; os males e as aperezas da situação presente constituem um mal necessário, uma coisa passageira, para a construção de um futuro melhor: "A cidade de Conceição, prá nós aqui, é uma comparável com a transformação de Cristo, que transformou as águas em vinho, em Canaã, assim é Conceição do Araguaia, comparada aqui prá nós (...). A situação melhorou, em todos os pontos, já progrediu, a gente que veio de fora, muitas fazendas, dinheiro". Mas, aumentou a violência? "E sobre a violência, de duelo de um contra outro, naquele tempo também não tinha; mas também não tinha gente... E hoje nós precisamos ver com o formato que tem toda a nação aí dentro. Porque toda a nação, que táí, aí se encontra. De modo que já não é mais um coração completo como é o de um só, tem muitos. A senhora vê que movê com muitas cabeças não é movê com uma, duas; tem muita diferença". Este senhor, quando perguntado sobre as famílias, as transformações ocorridas, evadiu-se: "tudo depende do coração, bom ou mau". "eu não atendo aconselhamento para questões de família; eu trato do conforto espiritual, dos enfermo, nunca gachei um tostão de ninguém". Mas quando procurado para orientar as famílias, o que responde: "Nunca me procuraram para isso". (47)

Um conhecido farmacêutico do lugar, residente já de muitos anos, também espírita, volta-se totalmente ao tratamento de doenças e aos problemas de saúde; ele mesmo prepara uns tantos medicamentos, pomadas e poções, tem a farmácia cheia de gente o dia inteiro, é muito procurado. "... alguns (remédios) eu preparo; pomada para tratamento de coceiras, hemorróidas, remédio de hemorróidas eu que preparo; xarope para tuberculoso, tratamento de tuberculoso eu que preparo; xarope para curar asma perigosa eu que preparo. Sou farmacêutico de lei. Eu tenho 30 anos de formação. Graças a Deus, com essa prática eu faço isso. E tem pegado, viu?" Quando perguntado sobre a procura de meios anticoncepcionais, o Sr. R. respondeu: "... sim, elas me procuraram, mas eu sempre dou conselhos prá elas. Que mulher é prá reproduzir,

(46) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

(47) Conforme Relatório de Pesquisa. O informante chegou em Conceição em 1961, procedente de Goiás.

se não reproduzir como é que pode? (...) Aí as mulheres grávidas também pedem. Aí eu digo não tenho, não é? Todos pedem também remédio prá dormir, digo eu não posso. Agora, remédio normal eu dou; aquilo que eu posso pôr à mão, eu ponho, né? Tratamento também: de pernilongo veneno de cobra". (...) "Eu faço assim, eu faço uma pequena mistura, eu pego uma parte de ervas, outra medicina prá fazer conjunto, né?" Mais adiante, falando de sua própria família, diz: "A senhora sabe, tenho 14 filhos, é... 13 filhos. Pai de 19 filhos, morreram 6. Se Deus me dá os filhos, Deus também tem que dar recurso prá criá eles. Ele tem por obrigação de dar. Porque ele não deu os filhos, né? Então, Deus tem que me dar condição. Eu confio nele nisto e ele deu..." (48). Assistencialismo, associado a uma visão de mundo carregada de valores absolutos e dicotômicos e impregnados de um certo sentido de naturalidade. Controlar filhos e tomar remédio para não dormir são equivalentes, num modelo de vida natural e ao mesmo tempo norteado por princípios éticos rígidos e inflexíveis. Há indícios que, a partir da visão de mundo construída, a prole numerosa, a reprodução ampliada são obrigações contraídas entre os indivíduos, acentuadamente a mulher e Deus, que, em contrapartida, terá de prover os meios de sustento, por vias intermediárias diversas, inclusive através da assistência que enviados, como os próprios informantes, dispensamos fracos e desprotegidos.

Parece ser um pouco distinta a posição da linha protestante; neste caso, há uma esfera da vida individual, a qual, regida por princípios básicos gerais, é de responsabilidade própria. Diz o pastor da Igreja Batista: "Há muitos problemas de família por aí; a gente ouve falar, mas não tem conhecimento muito aprofundado. A gente não pode dizer que existe sem testemunhar. Eu faço o meu trabalho (...). Os filhos são herança de Deus, não temos essa preocupação de mandar ninguém controlar. É problema pessoal. Se o casal combina e usa o meio certo, é um problema pessoal. Se usa o que não é certo, nós condenamos" (49).

Postura distinta é vislumbrada através de alguns depoimentos, no que se refere à posição dos médicos, com nuances aqui ou ali. De um modo geral, os médicos residentes na área são, ao mesmo tempo, fazendeiros. Sua

(48) Depoimento recolhido por Maria da Conceição Quinteiro.

(49) Depoimento recolhido por Maria da Conceição Quinteiro e por mim. Parece ser que errado é apenas o aborto, mas o entrevistado negou-se a prosseguir sobre o tema.

ideologia é, com algumas exceções, a do heroísmo, mesclada à ética profissional, o que confere certas especificidades à visão de mundo desse grupo. Há um sentimento de superioridade que se trai ao primeiro momento de conversa; há uma separação nítida entre o certo e o errado; eles têm um alto poder de arbítrio sobre a vida das pessoas. Por outro lado, é interessante observar que tudo indica haver uma coexistência bastante pacífica e harmoniosa entre os representantes oficiais da saúde e a atuação de instituições para-médicas: farmacêuticos, curandeiros, parteiras, curiosas, dentistas não formados etc...

As atividades relativas à saúde estão, em grande medida, nas mãos de particulares; os médicos particulares demonstram resistência em aceitar convênios com o FUNRURAL, pelo atraso constante de pagamentos e precárias condições de responder pelos compromissos assumidos. Preferem, e com frequência o fazem estabelecer acordo com as próprias fazendas. A assistência, nestes casos, é reduzida a casos extremos, de sérios acidentes de trabalho ou enfermidades que por suas características podem comprometer o andamento das atividades da fazenda.

De caráter público ou privado, a assistência médica na área é das mais precárias (50). Em contrapartida, as pessoas só procuram algum recurso em casos de extrema necessidade. Uma boa parte, quando necessita, prefere as instituições para-médicas. Os partos, em geral, são realizados nas casas, tanto no campo, como na cidade, por parteiras curiosas; no campo, quando não há tempo, as mulheres dão à luz com auxílio de alguma moradora próxima, chegando a ser mencionado o fato de darem à luz sozinhas.

A assistência precária é realizada através de esquemas improvisados, de caráter imediatista; com exceção da malária, que, segundo muitos, foi extinta ou reduzida em grande medida, não há nada que se aproxime de uma

(50) No já mencionado Boletim de Cadastro, do IBGE, estão listadas cinco farmácias, todas na sede do município, dois dentistas, também na sede, nove médicos, sendo que cinco situados na sede e quatro em Redenção; há três hospitais e uma unidade mista sanitária na sede, dois hospitais em Redenção e um no povoado de Rio Maria. Não é aqui mencionado o Hospital Municipal, recentemente inaugurado, também na sede do município. É mencionada a existência de um posto de saúde, na sede, e sabemos que outro posto funciona em Redenção.

medicina preventiva. As verminoses, as doenças venéreas e mesmo a tuberculose são apontadas com freqüência. Algumas delas, por sua especificidade, atingem as "camadas médias urbanas"; é o caso da sífilis, amplamente disseminada, inclusive em crianças em idade escolar. O médico do hospital municipal informou que as vinte lâminas examinadas deram resultado positivo. Num levantamento realizado pela SUCAM, 1975, num total de 805 lâminas colhidas, 93 (11,6%) deram resultado positivo no teste de malária; as enfermidades de maior incidência na região do Pólo dos Carajás, do qual Conceição faz parte, são, em primeiro lugar, anemias e verminoses (17,8%); em segundo, infecções intestinais (12,9%), em terceiro, infecções respiratórias (12,6%) e em seguida, malária (9,9%). O restante compõe-se, em ordem decrescente, de hepatopatias, infecções gênito-urinárias, leishmaniose e conjuntivites, com uma alta porcentagem (30,6%) de enfermidades não identificadas (51). Quanto à mortalidade infantil, afirma um dos médicos ocorrerem, em média, três óbitos por família.

As condições precárias de trabalho, as improvisações necessárias, a prática quotidiana rotinizada e circunscrita ao âmbito da urgência, do caso extremo, aliadas ao prestígio elevado que envolve a figura do "doutor", no local, reforçam os componentes ideológicos apontados. No que concerne à sua visão da prole numerosa tão notória em Conceição do Araguaia, as opiniões, muitas vezes, misturam-se ao aspecto nacionalista e político da região amazônica, a qual eles estão ajudando a integrar na sociedade brasileira. Nesse sentido, a postura assume nítida configuração natalista: "Aí, é seguinte: não sei se a senhora sabe, num dos pronunciamentos do General Garrastazu Medici que diz o seguinte: precisamos povoar a Amazônia. Então, ele condenou inclusive; ele acha que os homens daqui têm que ter muitos filhos, que é para evitar de que outras pessoas venham. É esta estória da filosofia do Rondon, né? é integrar para não entregar. Agora eles modificaram um pouco a apologia do Rondon, né? Mas é o seguinte; aqui geralmente se tem muitos filhos. Tem muito filho que ele ajuda na balança da família" (52)

Essa visão não é comum a todo o grupo de médicos, para alguns, "até que esses nordestinos poderiam parar um pouco de ter filhos". Mas é comum a opinião de que, nas atuais condições, o "problema" não tem solução. "Essa

(51) CAMPOS, J. de S. e MELO, A. de S., op. cit., págs. 20-21.

(52) Depoimento recolhido por Maria da Conceição Quinteiro.

gente nem tem condição de usar anticoncepcional, mas eles não aprendem; eles não sabem usar meios anticoncepcionais. Tem uns aqui que até engolem supositórios!" (53).

Há indícios de que, em alguns casos, se recorre a soluções radicais: aborto ou laqueadura das trompas. Foi dito que em casos de mulheres com muitos filhos e riscos de saúde, foram feitas laqueaduras nos hospitais. Quanto ao aborto, existe realizado por curiosas, ou tentativas realizadas pelas próprias mulheres. Nas palavras de outro médico: "aqui chegam constantemente mulheres com aborto retido, aborto incompleto; aí tem que pegar e fazer curetagem. Tomam tudo, chá... tomam, tomam isso aí, tomam. Tem umas que tomam, por exemplo, uma lata de refrigerante misturado com meio quilo de sal (...) Chegam a abortar pela intolerância do sal que dá é mais problema emocional, não por efeito do sal" (54).

Apesar do termo "constantemente", além do desprezo mal disfarçado nas palavras, parece que a incidência de aborto nas classes trabalhadoras não é tão grande; existe concentrado na zona de prostituição, mas não se pode ter idéia de sua intensidade. Por outro lado, às vezes a prática abortiva é associada à "classe média": "Há muito aborto; por princípios religiosos e éticos não posso fazer. Não tenho propensão a assassino; mesmo que a lei manda, não faço. Nunca peguei aborteiro; uma turminha corre para Belém, Brasília, mas é gente de classe média. Os de baixo nível não faz aborto. Tentam tomar chá e outras coisas, mas isso não faz nada". A prole numerosa, assim, torna-se inevitável, pois "os métodos anticoncepcionais eles não sabem usar: tem uns aqui que engolem até supositórios! Como é que vai saber usar a pílula" (55).

III.5 - A Posição Ambígua dos Representantes do Estado

Se, por um lado, a expansão da grande empresa capitalista agropo

(53) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

(54) Depoimento recolhido por Maria da Conceição Quinteiro e por mim.

(55) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

cuária se faz sob a proteção política e financeira do Estado, através de financiamentos, incentivos fiscais, isenções etc., por outro, o Estado provê um suporte precário, quando não se omite totalmente, no que tange à manutenção de instituições educacionais, assistenciais e aos chamados serviços que garantam a existência de um suporte urbano, ainda que reduzido às necessidades diretas ou indiretamente ligadas às transformações das relações de produção.

As rivalidades e atritos entre as disposições ao nível do governo central e as decisões de âmbito estadual, refletidas na área pelas disputas, rivalidade e luta interna pelo poder entre os representantes de um e de outro nível, tornam mais difíceis e inoperantes as iniciativas e atividades oficiais (públicas).

Talvez por isso, entre outros motivos, a iniciativa privada chamou a si certas funções que seriam pertinentes à esfera pública, como, por exemplo, atividades no setor de educação, de assistência médica, e das próprias "benfeitorias urbanas". Um caso extremo, é o distrito de Redenção, planejado e organizado por iniciativa particular (56).

A atuação privada estende-se também às questões de justiça e às funções de segurança e manutenção local; não só a defesa é feita em termos pessoais e a justiça pelas próprias mãos é preponderante, como a polícia e grupos não-oficiais organizados para manutenção da "ordem" estão de alguma forma conectados e são, em boa medida, mantidos pela iniciativa particular, ou seja,

(56) "Redenção, povoado do Município de Conceição do Araguaia, distando cerca de 100 Km. da sede, e hoje elevado à categoria de Distrito. Seria uma antiga fazenda transformada em perímetro urbano. Seu proprietário, pessoa habilitosa e de visão, percebendo que a localidade estava situada em ponto estratégico, podendo servir de apoio aos projetos que se implantavam, transformou-se de imediato em corretor. (...) A sede do povoado foi objeto de um pequeno planejamento urbano, por parte do antigo proprietário das terras, que ainda hoje exerce liderança significativa diante dos moradores locais, inclusive devido à posição que ocupa como proprietário dos serviços básicos existentes, principalmente água e luz. Sua estrutura urbana é superior a da sede do Município; as ruas são bem traçadas, há área destinada a comércio, bem como a residência (...). Este povoado possui uma característica singular; não existe lá nenhum serviço básico governamental. Foi todo desenvolvido sob orientação do antigo proprietário" - CAMPOS, J. de S. e MELO A. de S., op. cit., págs. 13-14.

pela classe dominante local. Essa situação reforça a sensação de "donos do lugar" transmitida pelos fazendeiros, configurando mais uma dimensão da mística do heroísmo.

Está em processo um movimento no sentido de institucionalização e legitimação dessas funções. Evidência disso é a transformação no panorama da política oficial local. O prefeito vencedor nas últimas eleições é um jovem fazendeiro do sul, inovador e "moderno", que, com seus assessores, vem substituir o prefeito anterior, nativo, caracterizado por uma atuação tímida, pobre de iniciativas, oscilando entre as ambiguidades dos poderes mais altos, omitindo-se, muitas vezes, e mantendo-se ao mínimo indispensável, superado pelas transformações ocorridas.

No seio desses conflitos, os representantes do Estado - secretários, professores, auxiliares de administração e de agências oficiais-estatais ou federais oscilam, inseguros, sem saber que partido tomar, "as coisas podem virar", precavendo-se de iniciativas que os possam comprometer quando "os donos do poder" forem outros.

O sistema educacional, particularmente, se ressentido dessa situação. Embora em número grande - consideradas as condições do município e de unidades escolares listadas oficialmente nos vários núcleos, urbanos e rurais, que compõem o município (57) - as condições educacionais são extremamente precárias, tanto quantitativa, quanto qualitativamente. O Governo estadual não fornece recursos suficientes, a prefeitura não tem verbas, os professores são mal pagos, os salários atrasam; há muitas crianças em idade escolar sem escola; o calendário escolar, na área rural, é incompatível com as atividades na roça, das quais as crianças em grande parte, e desde cedo, participam. As professoras são pouco mais do que alfabetizadas; uma parte, recentemente, foi obrigada a acompanhar um curso de férias, supletivo. São freqüentes as afirmações de professores que vão para as escolas bêbados; alguns, temendo a vio-

(57) No referido Boletim de Cadastro do IBGE são listadas quarenta e cinco entidades educacionais, seis no distrito de São Geraldo, urbanas e rurais, e as restantes no distrito de Conceição do Araguaia, seis urbanas e as demais rurais; de todas, apenas uma escola pública cobria o 1º ciclo inteiro, as demais se estendiam até as primeiras séries do ciclo básico.

lência sempre latente, vão armados; "até prostituta aqui é professora". A instituição educacional oficial, portanto, tem precárias ou nulas condições de representar um modelo ou transmitir uma ideologia de progresso, de ordem, de moral. Ao contrário das atividades educacionais desempenhadas por particulares, leigos ou religiosos, onde se transmite o valor da família unida, do trabalho, dos bons costumes, da higiene etc., no caso da escola pública, de um modo geral, essas dimensões não aparecem. "Os professores são até um mau exemplo" diz uma freira de Redenção. Na sensação de impotência diante da situação, um representante encarregado da organização da rede municipal de ensino desabafa: "Tudo isso é por causa da 'explosão demográfica'. Esses nordestinos não param mais de ter filhos" (58).

(58) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

CLASSES SOCIAIS, PROCRIAÇÃO E EXCEDENTE POPULACIONAL

IV - CLASSES SOCIAIS, PROCRIAÇÃO E EXCEDENTE POPULACIONAL

IV.1 - A Naturalidade da Procriação

Em Conceição do Araguaia a prole é numerosa; tanto no campo, como na cidade as pessoas têm muitos filhos, as crianças espalham-se por toda parte, de todos os tamanhos, maiores carregando menores, todos muito barrigudinhos, fazendo sempre parte do mundo dos adultos. Na cidade, pelas ruas, à beira do rio, espiando nas portas, despontam crianças e mais crianças. Diz uma costureira da cidade: "Só nesta rua aqui tem menino que dá gunia".

O ritmo da reprodução é acelerado: as mulheres, meninas quase, começam a ter filhos, um depois do outro, intercalados pela amamentação em geral prolongada; nascem muitos, morrem muitos, os que sobrevivem também são muitos; de uniões mais estáveis, para as famílias dos trabalhadores permanentes nas fazendas (vaqueiros) ou sitiantes, residentes mais antigos na área; de uniões instáveis, concomitantes ou sucessivas, no caso dos peões que se embrenham nas matas, dos migrantes de passagem, dos que transitam de uma fazenda a outra sem emprego regular, dos invasores de terra ou posseiros expulsos. A vida é curta e o ciclo vital se processa rapidamente.

Para as gentes do campo ou da cidade, os filhos são um acontecimento tão natural como o período de enchente e o de estiagem; a natureza está perto, está ali, é o rio, é a mata, são os filhos. Deus manda a chuva, Deus manda os filhos... Mas Deus não manda do mesmo jeito; no cerne de uma visão do mundo fatalista entra a dicotomia da realidade: há ricos e pobres; sulinos e nordestinos, os que mandam e os que não têm defesa, os que têm posse e os que não a têm: "Deus é que marca o número de filhos que o casal vai ter"; os ricos têm poucos filhos: "Tem rico que não tem filho nenhum; manda desligar a mulher; quem não tem posse tem de ter os filhos que Deus marcou" (59).

A visão de mundo vai se transformando à medida que a sociedade vai se modificando: o mundo natural e inteiro vai sendo percebido como um mundo dividido; a divisão entre os homens e a violência vão se constituindo no novo mundo, que também "é natural"; violência é morte; a vida é muito barata; a

(59) Depoimento recolhido por Octavio Ianni.

morte está sempre presente, do brinqueado das crianças até à situação de trabalho de cada dia.

O mundo dividido vai sendo percebido como permeando cada vez mais esferas da vida das pessoas, inclusive sua vida procriativa: os ricos têm poucos filhos, os pobres têm muitos; para o rico é natural ter poucos filhos, para o pobre é natural ter muitos filhos.

Mas, pode-se fazer alguma coisa para não ter muitos filhos quando a gente não quer? Aí reaparece a dicotomia - os ricos podem, os pobres não. Sabe-se que existe anticoncepcional, mas este é para a mulher do fazendeiro e não para a do vaqueiro, do sitiante, do posseiro; para elas o anticoncepcional "faz mal para a saúde", "fulana tomou e passou mal", "o marido não deixa", "precisa de médico", são as falas mais constantes. Diz Dna. Maria, esposa de um vaqueiro, sobre anticoncepcional: "Não gosto mesmo; tem que ser com consulta de médico; toma assim sem consulta, fica doente. E aqui não há condição de consulta de médico" (60).

Outras diferenças são percebidas pelas mulheres das classes dominadas; seu ciclo reprodutivo é mais curto; a procriação inicia-se cedo, mas também termina cedo, de modo natural; aos trinta anos sua fecundidade vai declinando e logo depois elas param de ter filhos; as verbalizações de várias informantes referiam-se a exemplos que comprovavam sua constatação. Diz a mesma Dna. Maria: "... agora acho que vai parar, pois tenho 30 anos, agora vai parar" (61).

Esses fragmentos de verbalizações, colhidos aqui e ali, parecem configurar uma visão de mundo em transformação, recompondo na ideologia a rígida estrutura de classes e como essas são compostas de indivíduos diferentes, em vários aspectos, inclusive no que concerne a suas vidas procriativas. Essas diferenças são vistas, no entanto, como coisas naturais, como um "assim mesmos"; até a morte e a violência são "assim mesmo", embora isso esteja longe de representar uma passividade. Ao contrário, eles lutam, a cada dia, tentam, buscam, transferem-se de um lugar a outro e trabalham; mas a ação do quotidiana

(60) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

(61) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

no, de fora vista como intensa e criadora, é autorepresentada como natural. O elemento de naturalidade permeia o transcorrer da vida.

Mas, é "bom" ou "ruim" para os pobres ter muitos filhos? Aí despontam as diversidades. Um trabalhador da Colônia Volta Nova com nove filhos afirma: "os filhos não são problema; o trabalho de criar um é igual a criar dez; depois um ajuda a criar o outro; e os mais velhos ajudam no trabalho" (62). Às vezes são causa de tristeza; outro trabalhador da mesma colônia diz que até dois filhos, estava tudo bem, depois, a partir do terceiro, viu que "cada um é mais uma tristeza" (63). Um vaqueiro da Fazenda Canarana é mais radical: "Bom mesmo era não ter filho nenhum, viver só com a mulher, para não ter preocupação. Mas num tem jeito... só Deus sabe quantos filho vai vir" (64).

No universo de representações das camadas pobres, os filhos, quantos forem, para bem ou para mal, são um dado; dado que os filhos existem, configuram-se estratégias distintas de organizar a unidade familiar. Apenas neste ponto passa a ter sentido, neste caso, falar-se em estratégias de comportamento reprodutivo, as quais, conscientes ou não, guardam relações com a inserção dos indivíduos nas classes sociais da área e, mais importante do que isso, é que nesse momento, na idéia como na ação, as pessoas afastam-se da naturalidade.

IV.2 - Estratégias de Reprodução

Dona Maria, esposa de vaqueiro, tem cinco filhos vivos e um morto, todos nascidos em casa, com parteira os mais novos, com ela mesma os mais velhos. Dona Maria fala com certo orgulho: "Nunca foi preciso ir pro Hospital, graças a Deus. E agora não vai precisar mais, vai parar. Não, agora acho que vai parar, pois eu já tenho trinta anos, agora vai parar". E o que Dna. Maria pensa para o futuro de seus filhos? O sonho dela e do marido é ter um pedaço de terra para trabalhar com os filhos: "Meu marido diz que o pai de

(62) Depoimento Recolhido por Octávio Ianni.

(63) Idem.

(64) Depoimento recolhido por Maria da Conceição Quinteiro e por mim.

le tem terras, sítio deles. Andou por esse mundo inteiro, conheceu quase todos os estados. Não quer mais voltar". (O marido é imigrante de Pernambuco, ela não sabe de que lugar.) "Nóis quê ter uma rocinha prá tocã"; os filhos podem ajudar: "De oito anos em diante já dá prá ajudã, quando sadio; esse aqui não dá porque é doente, ele é doente demais. Ele sofre daquela doença que dá na cabeça da pessoa... fica assim fraco das pernas, fraco da idéia, surdo, ele é surdo" (65) .

O marido de Dna. Madalena, vaqueiro de uma fazenda vizinha, afirma: "Bom mesmo era não ter filho nenhum, viver sô com a mulher, prá não ter preocupação (66). Mas não tem jeito... sô Deus sabe quantos filhos vão vir" (67). Esse homem, vinte e seis anos, é do Maranhão, trabalha na empreitada ou ganha por dia; trabalha com madeira, carpintaria e vários serviços necessários na fazenda. Em fevereiro "levou um tombo"; recebeu do administrador Cr\$... 30.000,00 para pagar os peões e os peões fugiram com o dinheiro, na cidade. Agora, ele tem de repor todo o dinheiro, aos poucos, está em regime de "servidão", segundo suas próprias palavras, vivendo no barraco com a mulher, filho e mais dois ajudantes. Compram tudo que precisam no armazém da fazenda, que, segundo ele, "cobra o dobro do que cobra na cidade" (68). A amargura do informante era notória; sentia-se impotente e amarrado. Suas perspectivas de futuro são fluidas e incertas. Ama a mulher e quer sua companhia, mas deplora a vinda inevitável de um número não-controlável de filhos, tanto pela vida dura que eles também terão, como também porque eles lhe vão tornar a vida ainda mais difícil.

(65) Conforme Relatório de Pesquisa citado, o marido de Dna. Maria é vaqueiro, um dos poucos moradores da fazenda, e parece ter uma situação relativamente estável, em precárias condições de existência.

(66) Eles têm um filho de um ano e oito meses e outro a caminho.

(67) Depoimento recolhido por Maria da Conceição Quintero e por mim.

(68) A contadora da fazenda nos informou que os proprietários são obrigados, por lei, a cobrar uma taxa de 30% sobre o preço de venda das mercadorias compradas e estocadas no armazém da fazenda, que fica na cidade. Diz ela, "os empregados não são obrigados a comprar no armazém, compram se quiserem. Aliás, isso só dá dor de cabeça para a gente". Contudo, sendo os barcos da fazenda ou as voadeiras os únicos meios de transporte até a cidade, torna-se impossível aos moradores comprarem seus mantimentos por conta própria. Depoimentos recolhidos por Maria da Conceição Quintero e por mim.

Esses depoimentos partem de indivíduos que estão inseridos, basicamente, em relações de produção de um mesmo tipo: família de vaqueiros, dos poucos moradores da fazenda, vivendo em barracos precários, recebendo irregularmente algum dinheiro por tarefa ou por dia, às vezes contratando, eles mesmos, o trabalho de algum ajudante temporário. Em ambos os casos, as mulheres fazem comida, cuidam das crianças e da roupa e têm algumas galinhas circulando em volta do quintal. Os mantimentos vêm do armazém da fazenda, sendo seu custo descontado no acerto de contas que se faz quinzenalmente, e sobre o qual o trabalhador não tem possibilidade nenhuma de controle. No barraco, de condições extremamente precárias, havia um rádio de pilha, tocando música caipira. As duas fazendas pertencem a um mesmo proprietário, que, com outros membros da família, todos do interior de São Paulo, possuem, na área, um conjunto de cinco ou seis fazendas. Cada uma tem seu gerente, e, nestes dois casos, as personalidades dos gerentes eram distintas: o primeiro tipo sério, atencioso, quieto; o segundo falante, aventureiro, trapaceador, mulherengo e metido a valentão, dando a impressão que estaria sempre pronto a trapacear, inclusive no acerto de contas com os trabalhadores.

Os informantes - só a mulher no primeiro caso e o casal no segundo transmitiram percepções bem diferentes das condições concretas de trabalho e das perspectivas para o futuro. Dona Maria verbaliza o anseio de obter um pedaço de terra, ela acredita que vai consegui-lo, ao mesmo tempo que se mostra submissa e agradecida ao proprietário da fazenda, homem bom, justo e protetor (69); diz ela que frente a um problema de doença "... o doutor (proprietário da fazenda) ajudou nós. Mas foi a primeira fazenda que nós achô, que ajudou nós. Foi a primeira".

No segundo caso, a amargura e a revolta do informante o fazem descrever de uma possibilidade de melhora no futuro, ou de que lutando ele possa alterar a situação. Por outro lado, é interessante notar que este informante reproduz de formas mais verdadeiras as reais condições de trabalho - a depen-

(69) É preciso ressaltar a possibilidade de que D. Maria nos tenha identificado com o patrão, pois nosso acesso a ela se fez mediante a intervenção da filha do gerente da fazenda, e quem nos levou lá foi a esposa do supervisor. Entretanto, no conjunto da entrevista essa visão do patrão se insere de modo significativo, podendo indicar uma das alternativas de visão do mundo e do futuro desse tipo de trabalhador rural.

dência do armazém, a "servidão" pela dívida e as condições de exploração. Diz ele, falando de um ajudante que havia chegado recentemente de Marabá: "Lá em Marabá ainda é pior"; ou seja, não se trata das condições de trabalho naquela fazenda, não se trata do proprietário ser bom ou mal, deste ou daquele gerente; o problema é mais global, transcende a fazenda, envolve a área toda, não tem solução.

Dona Nadir, de trinta e seis anos, proprietária de um barzinho à beira da estrada, em Alacilândia, caminho para Redenção, tem sete filhos vivos e dois mortos - um morreu de tétano, aos treze anos e o outro morreu logo depois do parto. A aspiração de vida para seus filhos é totalmente distinta: todas as mulheres deverão estudar até o ginásio e, além disso, aprender a costurar, bordar, cozinhar etc.; mas os homens precisam estudar mais; um deve ser militar, no exército ou na aeronáutica, e outro deve ser médico. Como Dona Nadir pensa conseguir isso? Emigrando os filhos; à medida que vão crescendo ela os irá mandando para a casa dos parentes ou amigos, em Goiânia, Brasília, Anápolis, onde trabalharão em troca de estudo, até crescerem mais e já irem podendo viver sozinhos. Antes disso, os filhos trabalham na unidade familiar, cada um, de acordo com sua idade e sexo, desempenhando funções determinadas. Sua estratégia já está sendo posta em prática; tem uma filha estudando em Brasília, na 5a. série. Essa senhora foi orgulhosa buscar a fotografia dessa sua filha, diplomando-se na 4a. série. "A gente sofre a saudade deles, mas é preciso".

Dona Nadir casou-se aos quatorze anos em Pedro de Afonso (Maranhão), onde nasceu, com um emigrante de Goiás. Imediatamente vieram para Conceição, chegaram em 1955. "Fomo prá roça e lá ficamo até 68. Foi duro, trabalhamo muito". Portanto, é uma família de sitiantes, de residência mais antiga na área. Desde 68, o marido continua tocando as atividades na pequena propriedade e Dona Nadir toca com os filhos o barzinho que conseguiram comprar com o pecúlio de treze anos de trabalho intenso. Essa mulher, líder na localidade, tem objetivos claros para o futuro, desenvolve ações racionais no sentido de adequação de meios a fins, é decidida e, a partir de sua perspectiva, tem uma lúcida visão das transformações que vêm ocorrendo na área. Não põe em questão a prole numerosa, discute a melhor estratégia de ascensão social com a prole numerosa (70).

(70) Conforme Relatório de Pesquisa citado.

IV.3 - Procriação, Migração e Acumulação do Capital

Camponeses-sitiantes, posseiros ou colonos, trabalhadores assalariados, vaqueiros ou peões têm, em Conceição do Araguaia, condições de vida difíceis, penosa e incertas. Para alguns, o sonho de "ter uma rocinha prá toca" pode ser realizado nos interstícios da empresa capitalista agropecuária, de acordo com seus movimentos de instalação e produção. Com muita luta, com proteção da Igreja ou de instituições jurídicas, uns podem vencer e começar o processo que sitiantes mais antigos iniciaram há dez ou quinze anos atrás: trabalho árduo, lavoura de subsistência, pequena comercialização de excedentes; esses precisam dos filhos, têm os filhos, reproduzem com eles a si mesmos como classe social, e o excedente, quem sabe, constituirá o exército de reserva latente do capitalismo em expansão. Outros, também poucos, permanecerão na fazenda, em condições precárias, com seus filhos, alguns morrendo, outros migrando. Sua reprodução provavelmente formará a produção da força de trabalho em outras áreas nas quais o processo de acumulação capitalista se estenda.

No caso extremo, o peão representa o grupo social que as relações de produção levariam à não-reprodução; seu recrutamento se faz através de movimentos migratórios, induzidos individualmente (71), e são dispensados assim que a instalação da fazenda esteja pronta. Do ponto de vista da empresa capitalista, não há porque haver reprodução desse grupo social. Nas franjas do sistema, esses indivíduos se reproduzem e se reproduzem marginalmente. Ao contrário das demais camadas sociais, o peão, em conjunto, não tem sequer a possibilidade de constituição de uma família enquanto "constituição defensiva". Sua condição de "animalidade social" configura-se aqui da forma mais evidente; não só o capital dissociou o trabalhador dos meios de produção, como também, dadas as características do trabalho, não estabelece um "contrato" de compra e venda de força de trabalho com um mínimo de continuidade que lhe permita a constituição de uma família como "constituição defensiva" (72).

(71) Há informações de que, em alguns casos, os pais levam as crianças para a mata, para ajudarem. Parece, todavia, tratar-se de casos isolados.

(72) As noções de "naturalidade social e constituição defensiva" foram retiradas do texto de Francisco de Oliveira, "Produção dos Homens: Notas Sobre a Reprodução da População sob o Capital", Estudos CEBRAP, 16, que considera sugestivo e promissor para o encaminhamento da problemática em questão.

Os demais grupos - afastados das instituições sociais às quais recorrem apenas em casos de extrema gravidade, doença ou conflito da terra; isolados de meios de comunicação de massa, que poderiam transmitir padrões "modernizantes" de comportamento, muitas vezes sem sentido para os receptores das mensagens, como ocorrem em outras localidades; em estreita relação com a natureza; em conflito com a terra e com os homens, no dia-a-dia; elaborando e reelaborando um universo de representações em relação direta com as condições de trabalho, sem muitas mediações; criando e recriando sua vida com imaginação e coragem - vão reproduzindo a si mesmos, no geral com o mesmo resultado: uma prole numerosa, por meios distintos, com diferentes aspirações.

O excedente originado da diferença entre a alta mortalidade e a alta fecundidade constituirá a população para o capital; "o tamanho da família operária não pode ser pensado (...) como um ex-ante ou um pressuposto para o próprio trabalhador; ele é um resultado, que não se repõe para o trabalhador, mas apenas para o capital"(73).

No caso de Conceição do Araguaia os processos de migração e de reprodução de novos indivíduos se imbricam numa resultante populacional que constitui a contrapartida do movimento do capital. No entanto, "... a fertilidade responde pela reposição de uma das reservas de forças de trabalho, talvez a mais remota reserva (e não a mais próxima), que é a reprodução de população; pois sob o capitalismo, a mais próxima reserva de forças de trabalho é o próprio 'exército industrial de reserva', cujos movimentos de expansão e/ou de contração são determinados pelo ciclo da acumulação de capital..." (74). No encontro marcado compareceram o capital e o trabalho.

(73) OLIVEIRA, F., op. cit., pág. 12.

(74) idem, ibidem, pág. 10.